

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História Social**

DANIEL HORTA ALVIM

**MOBILIZAÇÕES CONTRA A FOME
NO BRASIL: 1978-1988**

Niterói-RJ

2016

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História Social**

DANIEL HORTA ALVIM

**MOBILIZAÇÕES CONTRA A FOME
NO BRASIL: 1978-1988**

Tese apresentada ao Programa de Pós – Graduação em História
da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em História
Área de concentração: História Social.

Orientadora: Laura Antunes Maciel

Niterói-RJ

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A475 **Alvim, Daniel Horta.**

Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988 / Daniel Horta Alvim. – 2016.

289 f. ; il.

Orientadora: Laura Antunes Maciel.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 274-282.

1. Fome. 2. Ditadura militar, 1964-1985. 3. Redemocratização. 4. Brasil. 5. Movimento social. 6. Saque. I. Maciel, Laura Antunes. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História Social**

MOBILIZAÇÕES CONTRA A FOME NO BRASIL:1978-1988

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Laura Antunes Maciel (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Juniele Rabelo de Almeida
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Charleston de Assis
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Maria Letícia Corrêa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Fontes
CPDOC/FGV

Prof. Dr. Norberto Ferreras (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Olga Brites(Suplente)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Niterói - RJ

2016

Dedicatória

“A vocês, nossos sonhados filhos. Meus e de Fernanda”.

Agradecimentos

A elaboração desta tese é fruto de muitas sementes de dedicação, amor, carinho, respeito e ensino profissional lançadas sobre minha vida, por muitas pessoas, em diferentes momentos. Eis uma grande oportunidade de agradecer, com muita reverência.

A ti, **meu Senhor e meu Deus**, agradeço pela sua fidelidade e misericórdia, por guiar e proteger toda minha vida; Nesta tese, em particular, te agradeço Espírito Santo, por toda Sabedoria lançada sobre mim. Em cada linha escrita, senti seu amor conduzindo meus pensamentos. Esta experiência foi única e inesquecível! Aumentou minha fé e minha confiança no teu carinho, pois, cada segundo que tive de abrir mão de estudar para te servir em tua casa ou servir aos meus familiares, em momentos de dor ou de angústia, tu me recompensaste em dobro, sendo fiel em suas promessas: “os que lançam as sementes entre lágrimas, ceifarão com alegria”. (*Salmo 125*).

A ti **Fernanda**, minha esposa, eu agradeço profundamente, não apenas por me incentivar a todo o momento, além de me inscrever neste programa de Pós Graduação. De fato, honraste o teu “sim” para o sacramento do matrimônio, aceitando sofrer comigo o meu sofrimento, se alegrando com minhas alegrias e me ajudando a vencer as dificuldades de uma tarefa tão densa como a elaboração desta tese. Receba toda a minha gratidão neste momento. A sua simples presença ao meu lado sempre foi *um verdadeiro tesouro de Deus*. Obrigado por tudo! Te amo muito!!

Mãe, Pai, Avós, Sogros: esta minha caminhada profissional somente foi possível por ter pessoas que me amaram e cuidaram de mim. Agradeço, do fundo do meu coração, cada gesto de carinho, cada segundo de atenção, cada batalha do meu viver em que se puseram a minha frente. Sem vocês, não teria dado sequer os primeiros passos e muito menos, os passos seguintes da vida. Amo vocês !!!

Familiares e Amigos, agradeço imensamente por partilharem suas vidas comigo. A alegria de estar com vocês, e de saber que existem, foi sempre uma grande fonte de inspiração, paz e sustento durante toda a elaboração desta pesquisa. Obrigado por tanto carinho!!!

A **todos os meus Professores**, obrigado pelos ensinamentos, por toda sabedoria partilhada, por cada aprendizado que obtive com vocês. Esta pesquisa também é resultado do acúmulo destas experiências de conhecimentos transmitidos. Recebam minha gratidão!

Ao casal de professores, **Rômulo e Carol Mattos**, agradeço pelas suas sugestões oferecidas durante a elaboração do meu projeto apresentado ao PPGH - UFF. Com a ajuda de vocês pude iniciar esta jornada rumo ao Doutorado. Obrigado!

Também com grande gratidão, agradeço imensamente a vocês, professores **Charleston de Assis e Juniele Rabelo de Almeida**, por terem elaborado, de maneira profissional e respeitosa, críticas extremamente construtivas para o avanço desta pesquisa. Muitas das análises históricas aprofundadas nesta tese, inclusive algumas com caráter estrutural, se devem às idéias e propostas que nos apresentaram na ocasião da Qualificação. Mais uma vez, muito obrigado por esta força e incentivos tão fundamentais!!!

Por fim, um agradecimento especial a você, professora e orientadora **Laura Antunes Maciel**. Por aceitar o desafio de reconstruir meu objeto de pesquisa, por indicar os caminhos das pedras, por estar disponível a todo o momento. Sua fiel atenção e a forma impecável como conduziu o trabalho de orientação me fizeram perceber o que significa, de fato, ser um professor! Sua incrível capacidade de antever os caminhos a serem percorridos pela pesquisa e a maneira “capilar” como realizou a revisão desta investigação histórica, revendo argumento por argumento, frase por frase, palavra por palavra, simplesmente me impressionaram. No final de tudo, o que recebi não foi uma tese, mas uma verdadeira aula de como se realiza – com maestria – o trabalho de um historiador. Termino com a certeza de que as falhas historiográficas, inerentes a este trabalho, são apenas frutos do meu limite como aluno. As sementes de sabedoria lançadas por ti sobre esta tese, inegavelmente, sempre foram daquela espécie rara chamada “*competência plena*”. Obrigado por ter me levado mais adiante !!!

Com muito carinho,

Daniel Horta Alvim.

Epígrafe

“DEUS É FIEL”

14. Porque eis o que diz o Senhor, Deus de Israel: a farinha que está na panela não se acabará, e a ânfora de azeite não se esvaziará, até o dia em que o Senhor fizer chover sobre a face da terra.

(...)

16. A farinha não se acabou na panela nem se esgotou o óleo da ânfora, como o Senhor o tinha dito pela boca de Elias.

(1 Reis cap. 17)

Resumo

Esta tese investiga uma série de mobilizações – institucionais, partidárias, científicas, jornalísticas, sindicais, comunitárias, insurrecionais –, as quais contribuíram para que a questão da fome assumisse relevância fundamental nos debates e movimentos que impulsionaram a redemocratização Brasileira, entre 1978 e 1988.

A primeira parte do trabalho consistiu em avaliar o papel histórico cumprido pelas mobilizações que, entre os anos de 1978 e 1981, se colocaram contrárias ao avanço da fome no país, frente aos efeitos da crise do “chamado milagre econômico brasileiro”. Naquele período histórico, o Movimento Custo de Vida e Contra a Carestia, as Marchas da Panela Vazia e a Comissão Parlamentar de Inquérito (instaurada em 1981 na Câmara dos Deputados para investigar as causas do avanço da fome entre a população brasileira) são exemplos de mobilizações que romperam o silêncio do regime militar sobre a questão da fome e criticaram a modernização autoritária brasileira.

A segunda parte da pesquisa buscou aprofundar a análise em torno do ano de 1983 considerado um momento de ruptura política, em que os debates e mobilizações sobre o problema da fome evidenciaram um conflito social com caráter de luta entre classes. Deu-se maior atenção às mobilizações caracterizadas pelos *saques* populares em busca de alimentos, ocorridas em diversas regiões do Brasil, durante o ano de 1983. Em paralelo, demonstrou-se a forma como a grande imprensa e os jornais populares abordavam, sob ângulos diferentes, a questão da fome e os conflitos sociais então latentes, demonstrando suas lutas discursivas pela obtenção do *consenso político* a respeito daquelas experiências. Também nesta parte, foi evidenciada uma série de mobilizações populares, de cunho organizativo, as quais permitiram a população brasileira reivindicar, ao mesmo tempo, a luta contra a fome e a redemocratização nacional. Foram abordados, inclusive, os pontos de tensão política entre os movimentos de cunho organizativo e as ações desencadeadas pela multidão que promovia saques em busca de alimentos.

Na última parte do trabalho, demonstrou-se que a fome também esteve entre as pautas fundamentais dos debates e ações que consolidaram a redemocratização brasileira. Para tanto, destacou-se a Campanha da Fraternidade da CNBB (1985) – “Pão para quem tem fome” – e as discussões sobre o problema da fome que se delinearam durante a Assembléia Nacional Constituinte (1986/1988). **Palavras chave:** Fome; ditadura militar brasileira; redemocratização brasileira; movimentos sociais; saques;

Abstract

The thesis investigates a series of mobilizations - institutional, partisan, scientific, journalistic, union, community, insurrectionary - which contributed to the issue of hunger assume crucial importance in the debates and movements in favor of Brazilian democracy between the years of 1978 and 1988.

The first part of the study was to analyze the historical role played by the mobilizations that, between the years 1978 and 1981, were against the advance of hunger in the country, due to the effects of the Brazilian Economic Miracle crisis. In that historical period, the Parliamentary Commission of Inquiry of 1981 - established on the House of Representatives to investigate the causes of the advance of hunger among Brazilian population -, The Cost of Living Movement and Against Carestia Campaign and The Marches of Empty Pot were examples of movements that broke the silence of the military regime on the issue of hunger and criticized the Brazilian authoritarian modernization.

The second part sought to highlight the year of 1983 as a period of political break, during which debates and mobilizations around the hunger problem were undertaken as a social conflict or struggle between classes. It was given greater attention to the mobilizations characterized by popular looting in search of food that have occurred in several regions of Brazil during the year of 1983. At the same, it was shown how the mainstream press and tabloids addressed from different angles the issue of hunger and social conflicts which were latent until then, demonstrating their discursive struggle for achieving a political consensus in news stories. Also in this part of the research, it was shown a series of popular mobilizations of an organizational nature that allowed the Brazilian population claim at the same time the fight against hunger and national democracy. Besides that, political tension points between the movements of organizational nature and the actions carried by the crowd that promoted looting in search of food were also discussed in this section.

On the last part, it was shown that hunger was also among the key agendas of discussions and actions that consolidated Brazilian democracy. To do so, it was emphasized the Fraternity Campaign of the National Conference of Bishops of Brazil (1985) - "Bread for the hungry" - and the discussions about the problem of hunger that were outlined during the Constitutional Process (1986/1988).

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I A EXPANSÃO DA FOME NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	
BRASILEIRA	33
1.1 – SALÁRIOS DE FOME	39
1.2 - ESPECULAÇÃO COM OS PREÇOS DOS ALIMENTOS: O AGRAVAMENTO DA CRISE BRASILEIRA ENTRE 1981- 1983.....	54
1.3 - OUTROS ÂNGULOS DA FOME: A DESNUTRIÇÃO INFANTIL BRASILEIRA	65
1.4 - A MODERNIZAÇÃO E A FOME: CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITOS, TERRAS, PODER E A EXPROPRIAÇÃO DAS MASSAS POPULARES	71
1.5 – AS OMISSÕES DO GOVERNO BRASILEIRO: FOME DE DEMOCRACIA	100
1.6 - OS MOVIMENTOS CONTRA A CARESTIA 1978-1981	111
CAPÍTULO II 1983 - AS NOVAS DIMENSÕES DA FOME BRASILEIRA:	
OS SAQUES E A FOME	127
2.1 - BRASIL 1983: UMA POPULAÇÃO COM FOME	140
2.2 - PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALAMOS DA FOME	161
2.3 - SAQUES: LEGITIMIDADE OU ILEGITIMIDADE DAS MOBILIZAÇÕES POPULARES CONTRA A FOME?	179
2.4 – ORGANIZANDO PARA ENFRENTAR A FOME.....	188
2.5 - A MULTIDÃO FAMINTA E OS SINDICATOS	200
2.6 - LEVANTAMENTO: REPORTAGENS SOBRE SAQUES EM BUSCA DE ALIMENTOS (1981-1983)	208
CAPÍTULO III MOBILIZAÇÕES CONTRA A FOME NA “NOVA REPÚBLICA”	220
3.1 – CNBB: PÃO PARA QUEM TEM FOME	227
3.2 – CONSTITUINTES DE UM PAÍS QUE TEM FOME	247
3.3 - OS EMBATES CONTRA A FOME NA CONSTITUINTE	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
BIBLIOGRAFIA.....	280
FONTES	287

Índice de Tabelas

1. 1 - Consumo de calorias (Brasil 1978/1975).....	37
1. 2 - Valor cesta básica X salário mínimo (Brasil 1983)	43
1. 3 - Número de empregados nas Frentes de Emergência (Nordeste, Br. 1983)	48
1.4 - Graus de desnutrição em Zona da Mata – PE (1982).....	50
1.5 - Faixas salariais X ocupação da população brasileira (1982/1983).....	52
1.6 - rendimento familiar X esperança de vida (Brasil 1976)....	53
1. 7 - Inflação X preços de alimentos (Brasil 1982 /1983.....	55
1. 8 - Taxa de Desemprego (Brasil 1979/1983).....	59
1.9 – Taxa de pobreza e pobreza extrema (Brasil 1976-1999)	61
1.10 - Preços administrados pelo Governo Federal (Brasil 1980/1983)	63
1. 11 - Gastos com Saúde (Governo Federal. Brasil 1980 / 1986)	63
1. 12 - Mortalidade infantil (Brasil 1976).	65
1. 13 - Taxa de atividade X idade populacional (Brasil 1981/1990)	70
1. 14 - Produção de Álcool (Brasil 1979/1987)	79
1. 15 - Realidade Fundiária (Brasil 1983)	90
1. 16 - Trabalhadores assassinados (Brasil 1983/1985)	93
1. 17 - Disponibilidade de alimentos (Brasil 1971/1979)	96
1. 18- Migrações interestaduais para São Paulo (1970/1998)	99
2. 1 - Preço de Alimentos em Rio Branco (AC) em 1983	195
3. 1- Gastos com “ajudas sociais” no Nordeste (CNBB 1985).	245
3. 2 - Estimativa de óbitos de menores de um ano (Brasil 1980/1987)	268

Índice de Gráficos

1. 1- Gráfico: Inflação X PIB (Brasil 1930 / 1989	60
1. 2- Gráfico: Taxas de pobreza e extrema pobreza (Brasil 1976/1999)	62
1. 3 - Gráfico: reflorestamento com incentivo fiscal (Brasil 1967/1986	86
2. 1- Gráfico: taxa de mortalidade infantil por regiões (Brasil 1980 / 2005)	148

Índice de Imagens

1.1 Ilustração / especulação de preços (leite e pão) . Outubro, 1983	57
1. 2 Ilustração / notícias na imprensa sobre Movimento custo de vida.	113
1.3 Foto. Movimento Custo de Vida: Ocupação da Praça da Sé (SP). 1978.	116
1.4 – Ilustração: mortalidade infantil. Boletim Custo de Vida. SP, 1983	119

1.5 – Ilustração: especulação com preços. Boletim Custo de Vida. SP, 1978.....	120
1.6 – Ilustração: congelamento de preços. Boletim Custo de Vida, SP, 1978.....	120
1.7- Cartaz de convocação: Marcha da panela vazia. SP, 1981	123
1.8 – Marcha Panela Vazia em Nova Iguaçu. 1980	124
2.1- Capa do Jornal <i>Grita Povo</i> . Abril, 1983	134
2.2- Capa do Jornal de Bairros Teresina-PI. Junho, 1983.....	144
2.3- Ilustração: saques no RJ. Revista Veja. Setembro, 1983.....	175
2.4- Capa do Jornal do Brasil. Agosto, 1983	174
2.5- Charge de Gê. Jornal Folha de São Paulo. Abril, 1983	180
2.6- Foto. Acampamento dos desempregados no Ibirapuera (SP), 1983	199
3.1- Cartaz da Campanha da Fraternidade. CNBB. 1985	228
3.2- Ilustração: distribuição de alimentos. Texto base da C.F. CNBB, 1985.	240
3.3- Ilustração: Agricultor lavrando terra. Texto base da C.F. CNBB, 1985.	241

INTRODUÇÃO

O estudo da História surpreende a alma humana porque procura captar elementos sólidos no interior de um universo que “*que se desmancha no ar*”.¹ De fato, o tempo histórico constitui uma espécie de “balançar” da vida humana e toda a história coletiva – mas quando o historiador tenta captar o movimento histórico parece conseguir *reproduzir* apenas uma imagem estática, quando seu maior interesse seria poder captar mais especificamente “o mover do tempo” ou o “passado em movimento”. Assim, a angústia dos historiadores apresenta-se tal como a de um homem insatisfeito por ter que optar entre duas imagens imperfeitas do real: a fotografia que capta o “agora”, mas não permite captar o “antes” e nem “o depois”; ou a opção da imagem cinematográfica: aquela que capta incessantemente o “antes” e o “depois”, mas não permite a contemplação perfeita de um “agora” definitivo. Eis a dificuldade do historiador para definir e justificar um recorte no tempo capaz de captar o “movimento” de uma sociedade e que possibilite a observação – ainda que imperfeita e incompleta – de uma determinada experiência histórica que insiste em “se desmanchar no ar”.

Foi exatamente a partir desta angústia própria dos historiadores que eu comecei a planejar um projeto de pesquisa para ingressar no Curso de Doutorado oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Minha maior angústia era ver a desigualdade social e a pobreza (perpetuamente) “desmanchando-se no ar” deste país, sem que eu compreendesse exatamente as suas matrizes históricas. Não que o tema fosse uma novidade em meus estudos, visto que no Curso de Mestrado eu estudei os *Paradigmas* que balizaram os princípios norteadores das políticas sociais brasileiras na década de 1990, sob a influência das correntes ideológicas do Neoliberalismo.² Tais estudos permitiram que eu visualizasse uma parte do problema, uma vez que se tornara claro para mim os limites mais evidentes da elaboração precária e parcial daquilo que seria um suposto Estado de Bem Estar Social brasileiro.

Durante o Mestrado, também notara em meus estudos uma contradição das mais interessantes tomando corpo considerável no Brasil. Pois exatamente enquanto as políticas de cunho neoliberais inviabilizavam a universalização das garantias de direitos sociais no país (sugerindo uma nova expansão das desigualdades nacionais), o tema da (*nova*) pobreza entrava com toda força na sociedade brasileira sob muitas vertentes discursivas.

¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 2006, 10a. Ed. [edição original 1848].

² ALVIM, Daniel Horta. *Pobreza brasileira: pensando paradigmas: experiências de vida - Morro da Penha - Niterói - RJ; Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em História / UFF. 2005;*

A intensificação de tal contradição, verificada na expansão da matriz Neoliberal e dos discursos *simpáticos* à pobreza brasileira³, fazia com que a fome continuasse a ser uma questão das mais interessantes e indagadoras. Além disso, o tema da “nova” pobreza brasileira corria em linha paralela com os debates da “nova pobreza” europeia,⁴ visto que a crise dos Estados de Bem Estar na Europa criava também um número alarmante de “*excluídos*”⁵ sociais no Velho Continente.

Diante de tais inquietações históricas e conceituais sobre a pobreza brasileira, apresentei então um Projeto de Pesquisa, aceito como meio de ingresso no Curso de Doutorado na UFF, que propunha pesquisas em torno da mentalidade brasileira sobre a pobreza, assumindo o cinema nacional como uma referência documental fundamental. A ideia original era analisar e comparar as produções cinematográficas brasileiras, entre as décadas de 1960 e 2000, com intuito de captar as diferentes formas de abordagens sobre a pobreza, investigando possíveis transformações históricas ocorridas nos paradigmas culturais e na percepção dos brasileiros a respeito desta questão.

No entanto, os debates com a professora orientadora Laura Maciel fizeram com que a questão da pobreza brasileira passasse a ser assumida por outro viés de pesquisa. A principal mudança de percurso metodológico foi assumir a importância de conhecer e abordar as ações e discursos produzidos pelos próprios sujeitos e grupos que enfrentaram historicamente a pobreza no país, sem estabelecer de antemão o campo das ações válidas – seja cultural, político, econômico, etc.

Outro ponto importante de redefinição na pesquisa foi evitar abordar o tema da pobreza de forma abstrata, sem um recorte preciso no tempo e no espaço, ou acompanhando uma longa cronologia que poderia levar a uma explicação e narrativa que perderia exatamente o movimento e transformações nessa história. E, por isso, precisaríamos definir um problema de pesquisa mais específico e delimitado. Certamente que pesava claramente em nossos debates o fato do Governo do Partido dos Trabalhadores, em 2003, ter optado pelo *Programa*

³ Fui testemunha ocular da expansão deste tipo de discurso em voga, já desde a década de 1990. No meio acadêmico, assisti a expansão de estudos voltados para a exaltação da identidade dos favelados, dos sambistas malandros, dos funkeiros, etc. Na política social, assisti a expansão de programas do tipo “Favela Bairro” no RJ. Nos telejornalismos brasileiros, vi a proliferação de programas voltados para o atendimento às questões da população da periferia (Nos moldes do atual *Parceiro do RJ* da Rede Globo); No campo empresarial deu-se a expansão das ONGs e da perspectiva da Solidariedade social. No cinema, o filme “Central do Brasil” disputou o Oscar em Hollywood, internacionalizando nossa pobreza. Na música, Michael Jackson fez questão de gravar clipe musical na favela Santa Marta (RJ), etc.

⁴ Texto clássico que abordou o tema: CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. A crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

⁵ O uso indevido do conceito de *Exclusão* para caracterizar tal processo levou a um franco debate acadêmico nos anos de 1990. Sinais daqueles tempos foi o texto produzido por FONTES, Virgínia Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Tempo*, Niterói, v.2, n.3, p.34-58, jun. 1996.

Fome Zero para referenciar suas propostas de política social pública voltada para as camadas mais pobres da população.

Quando tentei mapear historicamente as ações assumidas pelos governos brasileiros em torno do tema da fome, a professora Laura Maciel atentou para o fato de que minha pesquisa inicial continuava presa a resumos bibliográficos voltados para as ações governistas dedicando poucas linhas às ações e experiências sociais gestadas e implementadas ao longo de décadas pela população que convivia com a fome. Justamente para estimular as mudanças de rumo na pesquisa, a professora Laura Maciel destacou a importância de uma das partes de meu trabalho em que detalhei ações organizadas pelos trabalhadores de São Paulo, os quais haviam *saqueado* supermercados em busca de alimentos, durante o ano de 1983.

A partir de então, passei a investigar com mais cuidado aquelas ações dos trabalhadores paulistas a partir das edições do jornal *Folha de São Paulo*, publicadas em 1983. Houve então aquele encantamento com o tema, aquela angústia de querer captar “a história em movimento”. E ao ser surpreendido pela leitura das diversas páginas que noticiavam o drama dos trabalhadores brasileiros recebendo um salário mínimo que “*não dava nem para comer*”, reconheci que havia encontrado eventos históricos que haviam “se desmanchado no ar”, mas que poderiam ajudar a explicar o motivo pelo qual um trabalhador daquele tempo, após fazer carreira sindical e política, assumiria a presidência da República em 2003, justamente propondo um Programa social chamado *Fome Zero*. Naquele momento, compreendi que as investigações sobre a fome brasileira poderiam sugerir um “balançar” histórico capaz de responder as minhas inquietações a respeito das condições de reprodução da pobreza e da desigualdade social no país, em tempos mais recentes. E ainda permitiriam estudar as experiências populares de resistência a tal processo, exatamente durante uma das fases mais coercitivas e violentas de expansão do capitalismo brasileiro.

Este caminho de pesquisa pareceu-me bastante promissor e atraente, sobretudo porque apesar da historiografia brasileira desenvolver há algum tempo análises sobre um conjunto de mobilizações políticas – luta pela anistia, pelo fim do AI-5, pela liberdade sindical, pelas diretas já -, como parte da oposição à ditadura civil-militar instaurada em 1964, ainda não foi reconhecida e evidenciada a contribuição de diversos grupos e movimentos sociais para a resistência ao regime autoritário e garantia da redemocratização brasileira – como aqueles que enfrentaram a expansão da fome e introduziram profundos debates sobre esta questão, entre 1978 e 1988.

Investigando tal contexto histórico, realizei a leitura de jornais e revistas da imprensa comercial publicados em 1983, descobrindo o fato de que aqueles *saques* a supermercados

ocorridos em São Paulo eram apenas uma parte de centenas de outras ações semelhantes ocorridas em várias cidades brasileiras durante todo aquele ano. E ao continuar as investigações sobre aquelas ações populares acabei reconhecendo um contexto surpreendente de intensificação da fome, no país, durante o ano de 1983. Já naquele momento saltava aos olhos todo o esforço dos grupos populares para politizar o problema da fome nacional e conseguir romper os silêncios sobre esta questão tão evitada pelas elites brasileiras, como havia sinalizado Josué de Castro, para quem a fome assumia contornos de tema proibido na história política nacional.⁶

Seguindo as pistas sugeridas pela professora Laura Maciel, passei a investigar outras formas de mobilizações políticas contrárias à fome realizadas pelos grupos populares em 1983 através dos acervos *online* do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.⁷ Encontrei um número considerável de folhetos, boletins, cartazes e periódicos produzidos por movimentos sociais e instituições ligadas de maneira *orgânica* às populações que viviam a experiência da fome. Foram selecionados títulos de periódicos populares ou *alternativos*,⁸ editados em diversas partes do país por comunidades de bairros (a exemplo do *Boletim dos Moradores da Zona Norte de São Paulo*), grupos religiosos (como o *Boletim Informativo da Pastoral Operária de Fortaleza*), grupos sindicais (na linha do *Boletim Informativo do Sindicato Rural de Colatina*), partidos políticos (a exemplo do *Jornal da Luta Operária, editado pelo PC do B*), etc.

A partir da leitura das questões, problemas e relatos produzidos por indivíduos e grupos através destes panfletos, boletins e jornais populares pude reconhecer como o problema da fome esteve ligado a outras mazelas enfrentadas pelos segmentos *empobrecidos*

⁶ CASTRO, Josué de. *O Livro Negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968. 3 ed.

⁷ O Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro é depositário de um acervo importante, composto pela memória dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, principalmente. Nesse período, o CPV contribuiu na criação e organização das oposições sindicais na cidade e no campo, que redundou na criação da CUT. Disponível: <http://www.cpvsp.org.br/quemsomos.php>. Acesso em 30/10/2016

⁸ Nesta tese, assumo como *Imprensa Alternativa* os periódicos produzidos pelos grupos populares ou seus representantes orgânicos, em especial, aqueles capazes de revelar e articular experiências da vida cotidiana popular enquanto resistência e enfrentamento cultural frente à ordem social imposta pelos grupos hegemônicos brasileiros, principalmente durante a Ditadura Militar. Tal conceito já foi utilizado na historiografia para qualificar veículos de comunicação que se opuseram à ditadura, como no estudo pioneiro de KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: Tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Scrita, 1991. Recentemente, recebeu outro sentido para qualificar e incluir também a imprensa menos hegemônica ou contra hegemônica produzida por grupos e movimentos sociais como propõe, por exemplo: CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa". *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007, pp. 255-272; CASSOL, Daniel Barbosa *Brasil de fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

da população brasileira - a grilagem, os mandonismos políticos, a coerção violenta, a expansão do latifúndio, os salários irrisórios, o trabalho informal, as péssimas condições de moradia, as migrações forçadas, o descaso governista, etc. Não foi, portanto, difícil reconhecer que o material produzido por aquela *imprensa alternativa* também havia sido um dos mais importantes meios de mobilização populares para denunciar as causas da expansão da fome brasileira em tempos de ditadura militar.

Desta maneira, portanto, abriu-se a oportunidade para uma abordagem historiográfica que reconheceu os jornais populares *alternativos* como uma fonte privilegiada capaz de revelar como as lutas cotidianas enfrentadas pelos segmentos populares estiveram intimamente articuladas com a luta pela redemocratização e a retomada de diversos direitos sociais e políticos no país. Tal metodologia evitou o descarte antecipado das notícias e informações que não sinalizavam lutas diretas de oposição à ditadura militar – as quais poderiam indicar algum tipo de “falta de consciência de classe” por parte das camadas populares. Ao contrário, ao valorizar as múltiplas experiências do cotidiano popular – inclusive as lutas pela denúncia e superação da fome, expressas de maneira muito densa na *imprensa alternativa* aqui investigada - evidenciou-se que muitos dos embates políticos e dos confrontos sociais de oposição ao regime ditatorial passaram exatamente pela experiência da denúncia coletiva das péssimas condições de vida da população, realizadas através de várias formas de mobilização social – passeatas, organização de jornais alternativos, ocupação de espaços públicos, formação de grupos de bairros, pressões institucionais e em última instância, através de saques à propriedade privada concentrada em mãos de uma minoria articulada sob governo autoritário.

Neste sentido, apesar desta pesquisa reconhecer diferentes formas de ações políticas existentes entre os grupos populares - ação direta (saqueadores) e mobilizações institucionalizadas, a tese procurou compreender as articulações e interfaces políticas que as interligavam, procurando escapar de uma percepção “aparentemente espontânea” dos movimentos populares mais radicais. Inversamente, o que se propôs foi atentar exatamente para o potencial contido nas mobilizações sociais de cunho organizativo – as quais acabaram por dar corpo às ações da multidão ao abrir oportunidades de reivindicações públicas de direitos sociais e políticos durante o processo de redemocratização nacional. Por outro lado, a partir do conceito de *Economia Moral* proposto por E. Thompson, foi possível acompanhar de que maneira as ações de multidão – aparentemente “irracionais” ou “sem direcionamento político” – corresponderam às situações claras de cobranças políticas, nas quais os setores populares reivindicavam, em um contexto de expansão trágica da fome brasileira, direitos que

consideravam legítimos e que haviam sido desrespeitados ou desconsiderados pelas autoridades públicas e pelas elites econômicas do país. Certamente, as primeiras análises sobre os saques de 1983 já sugeriam que o direito de comer e *de não morrer por fome* tornou-se uma questão legítima para as classes populares brasileiras, sob a ditadura.

Foi diante destas questões que defini um problema histórico concreto para pesquisar: **quais movimentos sociais alargaram a percepção da fome enquanto um problema social politicamente legítimo, introduzindo, direta ou indiretamente, esta “nova questão” nos debates públicos durante a redemocratização do país? Como e de que forma eles foram capazes de mobilizar diferentes entidades, organizações, inclusive chamando a atenção dos meios de comunicação de massa?**

Tal questionamento histórico colocou-me, então, diante daquela angústia própria do Historiador: eu havia descoberto um “agora” histórico nos protestos populares por comida, evidenciando um contexto de expansão crítica da fome nacional em 1983. Mas seria preciso acompanhar o “balançar histórico”, ou seja, o papel cumprido por estes “*saques*” em *escala nacional* e averiguar sua articulação com uma gama de movimentos históricos que já vinham politizando o problema da fome no Brasil, desde tempos anteriores. Era necessário, portanto, reconhecer o processo histórico através do qual a fome unificou diferentes sujeitos sociais e coletivos e, também, sua projeção pela força dos movimentos sociais, enquanto um problema político relevante também para as instituições, entidades, imprensa, partidos políticos, etc, sobretudo para aqueles que se colocavam diretamente contrários à continuidade da ditadura. Iniciei minhas investigações voltando-me para o “**depois**”, na angústia de querer compreender os resultados mais imediatos daquelas mobilizações populares em 1983. Pude perceber, de saída, as conseqüências mais imediatas inerentes às ações populares investigadas. Ao lado da repressão policial e ou política, houve também adesões por parte de determinados grupos que aceitaram assumir como legítimas as ações dos famintos. A partir das notícias em jornais e revistas da imprensa empresarial, fui em busca de outros documentos históricos capazes de demonstrar se a preocupação com a fome esteve na pauta de outros grupos, para além dos próprios famintos, nos anos imediatamente posteriores.

Seguindo tais percursos encontrei diversas iniciativas que atestavam a apropriação do combate à fome por diversos segmentos sociais, posteriormente às mobilizações populares de 1983. Dentre eles, por exemplo, merecem destaque os estudos realizados por institutos de pesquisa científica, Igrejas, Organizações Não Governamentais como a Comissão Pastoral da Terra, o Centro Piauiense de Ação Cultural e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, denunciando as milhares de mortes ocorridas por fome no Nordeste

Brasileiro em 1983. Também a Igreja Católica, através da CNBB denunciou as causas e a dimensão da expansão da fome brasileira no início dos anos 1980 e transformou a fome em tema da Campanha da Fraternidade denominada “*Pão para quem tem Fome*”, demonstrando a institucionalização do problema em diversas ações promovidas em 1985.

Ampliando a pesquisa para outros campos do social acompanhei os debates políticos promovidos pelos Deputados e Senadores sobre o tema dos *levantes* populares em 1983 e sobre a intensificação da fome brasileira **nos anos de 1980**, por meio dos exemplares do **Diário do Congresso Nacional**, consultados *online* para o período 1981/1983. Acompanhei, ainda, os registros dos debates ocorridos nas **Comissões e Subcomissões** organizadas no Congresso Nacional durante a **Assembleia Nacional Constituinte** que apontavam como o problema da fome esteve bastante presente durante as discussões pertinentes **à elaboração da Constituição Brasileira de 1988**. Além das emendas e propostas populares, as **Cartas** enviadas por milhares de brasileiros de todo o país aos Constituintes atestam a tentativa da população de denunciar a existência da fome, durante a elaboração da Constituição de 1988.⁹

O mapeamento da repercussão da fome e dos saques nos grandes veículos de comunicação demandou o levantamento de reportagens em diversos jornais, revistas e programas de televisão que abordaram de maneira intensa a expansão da fome e os conflitos sociais inerentes ao problema, durante todo o ano de **1983**. Concentrei a pesquisa nos jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Revista Veja*, além dos noticiários da *Rede Globo* de televisão, uma vez que tais registros estavam disponíveis largamente ou integralmente para acessos diretos *online*, cobrindo de maneira satisfatória os acontecimentos históricos investigados pela pesquisa. Vale destacar, também, que esses eram os grupos e veículos empresariais de comunicação com maior tiragem e vendas naquele período histórico.

Da mesma forma, procurei reconhecer e evidenciar as ações e movimentos sociais ocorridos “**antes**” dos *levantes* de 1983, reconhecendo que as lutas populares contra a fome, apesar de encontrarem uma intensificação no contexto da crise famélica de 1983, estariam ligadas a raízes históricas mais antigas. Merecem destaque neste sentido os grupos organizados em torno do **Movimento Custo de Vida**, parte da história dos **Movimentos Contra a Carestia**, que remontam a tradições de organizações populares experimentadas

⁹ Trata-se dos registros documentais ligados ao momento da elaboração da Constituição de 1988, disponibilizados pelo Senado Federal Brasileiro. Dentre estes registros, constam as Atas contendo os debates realizados nas Subcomissões e Comissões da Constituinte, bem como cartas enviadas pela população brasileira sugerindo a elaboração de leis constitucionais pelo Senado Federal. Esse conjunto documental foi organizado e disponibilizado *online* pelo senado no endereço eletrônico: <http://www.senado.gov.br/legislacao/BasesHist/> Acesso em 30/10/2016

desde o início da formação dos grupos operários brasileiros, mas que assumiram contornos específicos durante a década de 1970 – organizados a partir de grupos de bairros e dos clubes das donas de casa e mães de todas as partes do Brasil. Em São Paulo, o movimento assumiu destaque de cunho nacional, culminando em **um grande protesto histórico ocorrido na Praça da Sé (SP), em Agosto de 1978**¹⁰, no qual milhares de assinaturas populares foram recolhidas para serem entregues ao Presidente Ernesto Geisel, como forma de criticar a carestia popular e o autoritarismo do governo brasileiro. Outro exemplo encontrado foram as **Marchas das Panelas Vazias**, através das quais diversos grupos organizados – como as organizações de bairros, as Federações de Mulheres – chamaram a atenção para o aumento do custo de vida nas grandes metrópoles, denunciando a expansão da fome entre milhares de famílias brasileiras em tempos de agonia do “milagre econômico.

A respeito destas mobilizações e debates promovidos em torno da fome brasileira pude reconhecer outras duas balizas de institucionalização e politização do problema, entre os anos de 1978 e 1983. Uma delas se constituiu em torno da proposição e realização de uma **Comissão Parlamentar de Inquérito** que foi denominada “**A CPI da fome: destinada a apurar as causas e conseqüências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda no Brasil.**”¹¹ Conceder um maior destaque para essa CPI foi também uma forma de reconhecer a importância e o papel histórico cumprido exatamente pelas mobilizações populares – a exemplo do Movimento Custo de Vida e as Marchas das Panelas Vazias – uma vez que a CPI da Fome de 1981 foi apresentada como resultado das pressões populares do período, as quais forçaram e tensionaram parlamentares e políticos para que encarassem, de frente, a questão da fome.

Nesta CPI, que colheu depoimentos entre Outubro de 1981 e Abril de 1982, alguns parlamentares brasileiros intimaram diversos políticos, cientistas sociais, pesquisadores, representantes dos trabalhadores, etc. para testemunhar a respeito da expansão da fome entre a população brasileira. Foi possível, através da análise deste documento, perceber de que forma os grupos de oposição utilizaram as investigações a respeito da fome brasileira como forma de criticar os projetos econômicos, e seus efeitos drásticos, impostos pelo governo ditatorial. Além disso, o documento serviu como referência para se obter informações mais precisas a

¹⁰ AZEVEDO, Jô; BARLETA, Jarcy M. *O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)*. Cadernos do Cedem. V.2. N.2, 2011. Pag. 133-146. <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/1647/1400>

¹¹ CPI da Fome. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas e conseqüências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda no Brasil. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados. Suplemento ao número 173, de 4 de Dezembro de 1982.

respeito do modo como a fome brasileira vinha se expandindo, revelando as visões e opiniões dos cientistas, sindicalistas, políticos, profissionais técnicos, etc, a respeito desta questão.

Outro fato histórico significativo foi a **Semana Josué de Castro, realizada na PUC/SP em 1983**, quando foram reunidos e divulgados estudos promovidos por representantes de diversos institutos, como a Associação Brasileira de Reforma Agrária e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), os quais organizaram, em conjunto com o Departamento de Economia da PUC-SP, uma semana de debates sobre a fome brasileira, em homenagem a memória de Josué de Castro. O resultado destes debates deu origem à publicação *Raízes da Fome* (1983).¹²

Após reunir informações sobre o “antes” e o “depois” das mobilizações populares por comida ocorridos em 1983, pude assumir com maior firmeza o meu “agora” histórico a ser perseguido, certo de que tal escolha se fazia a partir de uma orientação metodológica capaz de evidenciar os diferentes sujeitos, percursos e disputas em torno da fome, e dos famintos, na história brasileira recente. Ao considerar as mobilizações populares contra a fome e suas reivindicações no processo de redemocratização brasileira como objetos principais de minha pesquisa, reconheci o ano de 1983 como um momento de ações políticas mais consistentes. Isto porque os *saques* populares por comida, realizados de norte a sul do país durante esse ano, romperam com os movimentos reivindicativos verificados, até então, nas grandes metrópoles. Em geral, as mobilizações populares atuavam, no contexto das lutas pela redemocratização, através da organização de abaixo assinados e cartas enviadas às autoridades administrativas nacionais, procurando, na medida do possível, manter-se ainda nas linhas mais próximas da legalidade. Sob o ângulo das estratégias políticas de atuação, compreendi os *conflitos* de 1983 como um fator de ruptura evidente. Tal ruptura deu-se por algumas ações populares que fugiram do controle dos movimentos sociais comunitários, sindicais e partidários, passando da reivindicação à ação prática direta, mesmo nos centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.¹³ Como consequências obtiveram acesso *imediate* aos alimentos, promovendo mobilizações contrárias ao direito sagrado de propriedade privada. Romperam, desta forma, o silêncio brasileiro a respeito da fome nacional com *gritos* mais altos e tornaram os debates políticos muito mais claros e calorosos, a partir daquele ano.

¹²MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Raízes da Fome*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

¹³ Ao longo da pesquisa, foi possível verificar que a prática dos *saques* corresponde à tradições históricas de longa data, largamente experimentadas pela população nordestina, nos períodos de seca. Ver por exemplo: Flagelados invadem cidades do Nordeste em busca de alimentos. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 12 de Abril de 1970, p.4.

Ao assumir as mobilizações contrárias à expansão da fome enquanto objeto de estudo, procurando compreender o modo como os *famintos brasileiros* tornaram-se *foco* das políticas sociais públicas nacionais em tempos recentes, procurei reconhecer os estudos já existentes, voltados para as discussões a respeito da expansão da pobreza brasileira e de suas mazelas.

No campo mais específico da fome, um balanço geral sobre os diferentes modos como os historiadores já abordaram essa questão revelou que o tema surge pelo seu avesso – a alimentação – como pode ser verificado no artigo de Menezes e Carneiro.¹⁴ A respeito dos primeiros estudos realizados no Brasil, em sua maioria estiveram ligados ao campo nutricional e medicinal, no período de formação do Estado Novo, como demonstram Barros e Tartaglia.¹⁵

Durante o correr do século XX, em tempos de crescimento e organização do aparelho burocrático do Estado, a alimentação da população brasileira passou a ser tema importante na formação de políticas nacionais. Neste sentido, cabia à Comissão Nacional de Alimentação (CNA, criada em 1945) incentivar a indústria de alimentos, ao mesmo tempo em que promovia estudos no campo da nutrição. Naquele período, no contexto da crise pós-2ª Guerra Mundial, os estudos e as ações voltadas para a questão nutricional passaram a evidenciar a existência da fome no país e no mundo, tendo recebido forte contribuição dos estudos do médico e cientista social Josué de Castro (que foi também diretor do CNA), a partir de sua obra clássica *Geografia da Fome*, de 1946.¹⁶ Temos então a legitimação para o surgimento das primeiras grandes organizações voltadas para o combate à fome mundial, com forte participação de Josué de Castro, como Membro do "Comitê Consultivo Permanente de Nutrição", da FAO – ONU, em 1947. Tais organizações mundiais vão influenciar e direcionar as ações do governo brasileiro nos seus programas internos.¹⁷ Dentre as organizações internacionais que se forjam naquele momento destaca-se a *Associação Mundial de Luta Contra a Fome* (ASCOFAM), criada em 1957, inclusive com a participação do próprio Josué de Castro.

¹⁴ MENEZES, Upiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. "A história da alimentação: balizas historiográficas". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 5, n.1, Jan-Dez. 1997, pp. 9-91. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5349/6879> Acesso em 30/10/2016

¹⁵ BARROS, Maria Sylvia Carvalho e TARTAGLIA, José Carlos. "A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve histórico, avaliação e perspectiva". *Alim. Nutr.*, Araraquara, v.14, n.1, 2003, pp. 109-121. Disponível em: <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/847/726> Acesso em 30/10/2016

¹⁶ CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

¹⁷ VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Rev. Nutr.* vol.18 no.4 Campinas July/Aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001 Acesso em 30/10/2016

Porém, será somente a partir dos fins da década de 1970 e início da década de 1980 que os estudos a respeito da fome brasileira passarão a receber maior atenção por parte dos cientistas sociais brasileiros contribuindo, inclusive, para denunciar as mazelas sociais advindas do modelo de industrialização baseado no autoritarismo estatal. Destacam-se neste período os estudos como *Raízes da fome*¹⁸, *Os lucros da fome*¹⁹ e a obra *Genocídio do Nordeste*, produzida pela CPT e IBASE, concluída em 1986.²⁰

Seguindo os percursos da Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, miséria e pela Vida, elaborada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e do Programa Comunidade Solidária do governo FHC, organizado a partir de 1995²¹, diversas pesquisas foram publicadas a respeito do tema da fome no Brasil durante a década de 1990. Estudos como os de Magalhães²², Galeazzi²³ e Hoffman²⁴ vieram confirmar os indícios da permanência da fome no país, tal como indicara outra CPI instaurada pelo poder Legislativo Brasileiro para examinar as *causas da fome e iminente ameaça a segurança alimentar da população*, entre 1991/1992.²⁵

Após a formulação e implementação do Programa *Fome Zero* pelo Governo Lula em 2003, outra série de estudos a respeito da fome ganha novo impulso, tal como em Takagi,²⁶ Fagnani,²⁷ Draibe,²⁸ e Yazbek²⁹, Tavares,³⁰ apoiados nas mais diversas matrizes científicas, procurando investigar a inserção da fome enquanto um objeto preferencial da política social brasileira.

¹⁸ MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Raízes da Fome*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁹ MIRANDA Neto, Manoel José. *Os lucros da fome: o mito de escassez de alimentos*. Rio de Janeiro: Ed. Aciamé, 1982.

²⁰ CPT, CEPAC, IBASE. *O Genocídio do Nordeste 1979-1983*. São Paulo: Hucitec, 1986.

²¹ PELIANO, Ana Maria; RESENDE, Luis F. L; BEGHIN, N. O comunidade solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 12, jan/jun. 1995, pp. 19-37.

²² MAGALHÃES, Rosana. *A Fome no pensamento de Josué de Castro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1992.

²³ GALEAZZI, M. Antonia. *Segurança alimentar e cidadania*. Campinas: Ed. Mercado de Letras, 1996.

²⁴ HOFFMANN, R. *Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil*. São Paulo, Texto apresentado no Seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil, organizado pelo Grupo de Trabalho Segurança Alimentar do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994.

²⁵ CPI da Fome. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar as causas da fome e a iminente ameaça à segurança alimentar. *Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

²⁶ TAKAGI, M. (org) *Combate à fome e à pobreza rural*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

²⁷ FAGNANI, Eduardo. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Tese Doutorado em Ciências Econômicas. Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2005.

²⁸ DRAIBE, S.M. Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. *Políticas Públicas: proteção e emancipação*, 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>>. Acesso em 30/10/2016

²⁹ YAZBEK, Maria C. Fome Zero: uma política social em questão. *Saúde e Sociedade*, vol.12, n.1, São Paulo Jan./Jun. 2003, pp.43-50. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000100007&lang=pt Acesso em 30/10/2016

³⁰ TAVARES, L. *O Programa Fome Zero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>. Acesso em 30/10/2016

Estudos como o de Eduardo Mendonça³¹, João Bonfim³² e Valério Arcary³³ são exemplares no sentido de explicarem os motivos pelos quais as políticas sociais brasileiras mais recentes decidiram pela chamada “opção dos pobres”, focalizando as ações sociais nos grupos mais frágeis e vulneráveis, tais como os famintos nacionais.

A pobreza brasileira já foi consideravelmente analisada pela observação da dinâmica interna da sociedade. Podemos destacar estudos de cunho estatísticos como o de M. Pochmann³⁴, Ricardo Henriques³⁵, Ricardo de Barros³⁶, em geral, ligados ao IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Também podemos destacar análises voltadas para o debates das desigualdades nas relações sociais e nas suas ampliações a partir das mediações políticas estatais e culturais, como aquelas apresentadas por R. Albuquerque³⁷, Marcelo Medeiros³⁸, Santos³⁹ e Marcos Alvito⁴⁰.

Ampliando o leque para o debate sobre as políticas sociais brasileiras, a partir de referências teóricas sobre a desorganização dos chamados Estados de bem-estar e a reorganização do capital em tempos de globalização, destaque: Robert CASTEL (1998)⁴¹, Virgínia Fontes⁴², Ruy Marini⁴³. Também nesta linha, Virgínia Fontes (2012),⁴⁴ Lúcia Neves⁴⁵, e Leonor Santos⁴⁶ denunciaram o panorama político do qual fazem partes as ações

³¹ MENDONÇA, Eduardo L. de. *A pobreza no Brasil: Medidas e Sentidos*. Dissertação de Mestrado. IPPUR-UFRJ. 2000.

³² BONFIM, João Bosco Bezerra. *As políticas públicas sobre a fome no Brasil*. Texto para discussão, Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-8-as-politicas-publicas-sobre-a-fome-no-brasil> Acesso em 30/10/2016

³³ ARCARY, Valério. Existe uma nova classe média no Brasil? In: *Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo, Editora Instituto José Luis e R. Sundermann, 2011.

³⁴POCHMANN, Marcio. (org). *Atlas da exclusão social no Brasil*. Os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

³⁵ HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. RJ: IPEA, 2000.

³⁶ BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Texto para Discussão nº 800*. Rio de Janeiro: IPEA, jun/2001. 29 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0800.pdf Acesso em 30/10/2016

³⁷ALBUQUERQUE, Roberto C. Pobreza e exclusão social. In: Veloso; Albuquerque (org.). *Pobreza e Mobilidade Social*. São Paulo: Nobel, 1993.

³⁸ MEDEIROS, Marcelo. Ricos e a formulação de políticas de combate a desigualdade e a pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, 2003. 22p. ((IPEA. Texto para Discussão ; 984)

³⁹ SANTOS, W.G. Cidadania e justiça; a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989

⁴⁰ ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs). *Um Século de Favela* (3a ed). Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁴¹ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. A crônica do salário. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 1998.

⁴²FONTES, Virgínia. *Capitalismo, exclusões e inclusão forçada*. Tempo, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.34-58, jun. 1997.

⁴³ MARINI, Ruy Mauro, “A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo”. *Outurbo*, n.20, São Paulo, 2012.

⁴⁴ FONTES, Virgínia, *O Brasil e o capital imperialismo*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

⁴⁶SANTOS, Leonor M. P. /PASQUIM, Elaine M. /SANTOS, Sandra M. C dos. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão

governamentais de cunho “emergenciais” e, muitas vezes, amparadas na necessidade do “Combate à fome e à miséria”, em contexto do neoliberalismo e da expansão das ONGs pelo país.

Certamente, existe a percepção de que as políticas sociais estão articuladas a um movimento histórico mais abrangente das opções políticas e econômicas definidas pelos países para a implementação de seu processo de desenvolvimento industrial. Nesta via, podemos enquadrar os estudos tradicionais de Francisco Oliveira⁴⁷, Lúcio Kowarick⁴⁸, Paul Singer (1975)⁴⁹, a respeito da dinâmica assumida pelo capitalismo brasileiro, em sua consonância com a economia de mercado mundial, em tempos mais recentes.

Existem também as referências teóricas mais abrangentes sobre a própria dinâmica do capital e suas relações com o desenvolvimento da pobreza e das desigualdades. Estudos clássicos como Karl Marx⁵⁰, E. P. Thompson⁵¹, I. Wallerstein⁵² e Eduardo Galeano⁵³ estão entre aqueles que permitem a percepção da pobreza e da fome como um dos fatores intrínsecos à expansão do capital.

Sobre o processo específico da dinâmica política verificada em tempos recentes da transição democrática brasileira podemos destacar as análises de Renato LEMOS⁵⁴, Daniel Reis⁵⁵, Marcelo Mattos⁵⁶, Carlos Fico⁵⁷, Jorge Ferreira⁵⁸; Estudos importantes porque revelam os conflitos sociais presentes no processo de transição e seus significados históricos para a política nacional recente.

Alimentação. Ciênc. saúde coletiva vol.16 no.3 Rio de Janeiro Mar. 2011
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000300018&lang=pt Acesso em 30/10/2016

⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco. *A economia Brasileira. Crítica à razão dualística*. Petrópolis/Cebrap/Vozes. 1972.

⁴⁸ KOVARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Paz e Terra, 1975

⁴⁹ SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. Forense-Universitária, 1975

⁵⁰ MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

⁵¹ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.3v.

⁵² WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Tradução: Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

⁵³ POLANYI, Karl. *A grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

⁵⁴ LEMOS, Renato. *A ‘ditadura civil-militar’ e a reinvenção da roda historiográfica*. Disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/A_ditadura_civilmilitar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf (acesso em 10 de abril de 2012) Acesso em 30/10/2016

⁵⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁵⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *“Reorganizando em meio ao Refluxo: Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual”*. Rio de Janeiro: vício de Leitura, 2009. 1ª Ed.

⁵⁷ FICO, Carlos. *Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁵⁸ FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). *Revolução e democracia (As esquerdas no Brasil, vol.3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

Em relação ao papel cumprido pelos movimentos sociais católicos nas organizações sociais brasileiras, ressaltam-se as análises de Terezinha Zanlochi⁵⁹, Emanuel de Kadt⁶⁰, Michel Lowy⁶¹, José Beozzo⁶², Luiz Lima⁶³, Geovane Souza⁶⁴, fundamentais na medida em que demonstram a presença marcante das ações sociais católicas na organização da sociedade civil brasileira, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II (1962).

Outra forma de análise interessante sobre a questão da fome são os estudos que transformaram a fome em objeto da arte brasileira em geral, importante para demonstrar a presença da fome no imaginário coletivo brasileiro desde o início do século XX. Nesta linha, se enquadram os estudos de Ricardo Greco⁶⁵, Ivana Bentes⁶⁶ e Eduardo Vasconcellos⁶⁷.

Fica claro, portanto, que este trabalho insere-se em um conjunto de investigações a respeito da existência do problema da fome no país, bem como nos debates científicos que buscam explicar os caminhos históricos pelos quais a fome tornou-se uma questão de cunho político no Brasil recente. Neste sentido, a originalidade da pesquisa aqui realizada está em assumir uma análise histórica que combina registros capazes de evidenciar as nuances de tensões estabelecidas entre a *história vinda de baixo* e a *história vinda de cima*. Em resumo, a pesquisa aceita o desafio proposto pelas correntes históricas que, a partir da década de 1970, atestaram a validade da utilização de novos tipos de documentos históricos e propuseram uma escrita da história capaz de intermediar os diferentes campos da realidade – o político, o cultural, o econômico, sem perder de vista os nexos existentes entre as partes e o todo, entre as experiências individuais e as interações coletivas. Persegue, nesta via, a direção dos caminhos trilhados pelos clássicos historiadores de correntes da esquerda social marxista inglesa, tais como E. P. Thompson⁶⁸, Eric Hobsbawm⁶⁹, George Rudé⁷⁰, apoiando-se também

⁵⁹ ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres leigas na igreja de cristo*. Edusc. 2001 Pág. 41-42.

⁶⁰ Emanuel de Kadt. *Católicos radicais no Brasil*. Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria. Valéria Rezende. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.

⁶¹ LOWY, Michel. *Marxismo e teologia da libertação*. Ed. Cortez. 1991.

⁶² BEOZZO, José. *História geral da Igreja na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1992

⁶³ LIMA, Luiz G. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

⁶⁴ SOUZA, L.A.G. *Classes populares e Igreja nos caminhos da história*. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁶⁵ GRECO, Ricardo. *Literatura e fome: representação da velha luta entre opulência e miséria. Baleia na Rede*. Revista online. <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao04/literatura.pdf>

⁶⁶ BENTES, Ivana. *Terra de Fome e sonho: O paraíso material de Glauber rocha*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-glauber-rocha.pdf> Acesso em 30/10/2016

⁶⁷ VASCONCELOS, Eduardo A. de. Noel Rosa: para ler e ouvir. ed. Barcarola. 2004.

⁶⁸ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E.P. “*A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*” in *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: CIA. Das Letras, 1998.

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁷⁰ RUDÉ, George. *A multidão na História: estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991; e RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

nas análises de Antônio Gramsci⁷¹ a respeito da conformação da sociedade civil e suas lutas no interior da organização do Estado (*strictu sensu*).

Da mesma forma, assume o tempo presente como uma temporalidade possível e necessária para a investigação da história. A pesquisa intenta, portanto, a apreensão das *experiências* coletivas das classes populares em suas relações com as medidas macro políticas que caracterizaram as ações governamentais brasileiras em tempos recentes, tanto medidas voltadas para a reprodução do capital, como aquelas voltadas para o combate à fome. Da mesma forma, investiga-se o sentido histórico das ações e mobilizações construídas pela *multidão*, bem como seus resultados sociais mais imediatos, sem abrir mão da compreensão e da revelação dos dramas pessoais mais solitários. Além disso, busca-se reconhecer como as posições assumidas na arena política da *sociedade civil* forjaram respectivas conformações consensuais em torno dos significados políticos da fome brasileira, em tempos de redemocratização e das disputas em torno da elaboração de uma nova Constituição.

Para tanto, a utilização da combinação de diversos tipos de documentos históricos tornou-se uma necessidade para a imersão em uma história *síntese* capaz de abarcar tanto percepções advindas do macro, como da micro política, nos conflitos deflagrados em torno das mobilizações contra a fome, no Brasil autoritário. A apresentação de uma mesma problemática vista por diferentes ângulos e sujeitos sociais permitiu uma abordagem mais complexa dos fatos históricos. Tal diversidade analítica recuperou, sobretudo para o ano de 1983, a dimensão complexa da crise famélica. Nesta perspectiva, foi possível acompanhar os conflitos no âmbito hegemônico (a *história de cima*) – a repressão política, as medidas administrativas oficiais, as diferentes posições partidárias, os discursos midiáticos construídos via grande imprensa etc. Por outro lado, ao assumir os próprios famintos como personagens históricos, a pesquisa revelou também a existência de resistências populares ao processo de imposição da fome no Brasil (a *história de baixo*) – suas estratégias de ação com a criação de jornais populares, micro manifestos, cartas denúncias, troca de mensagens e apoios mútuos, compras coletivas, migrações regionais, e no limite, o embate aberto e direto em busca do direito à sobrevivência.

A documentação produzida pela administração pública e legislativo (*Diários do Congresso Nacional, Estatísticas* oficiais do Governo) e também as produções da grande imprensa (*Revista Veja, Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Rede Globo*, etc), quando tensionadas frente aos registros das ações populares (*Jornais populares*,

⁷¹ COUTINHO, Carlos Nelson, “*As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*”. In: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2ªed.

cartas, cartazes e outros *documentos* produzidos pelos sindicatos e grupos de bairros, profissional, religiosos, etc), revelaram com maior clareza os conflitos de classe e as disputas verificadas em torno dos significados políticos da existência ou da negação da fome no país. De fato, esta opção pela utilização de diversos tipos de documentos históricos tornou possível avaliar a dimensão complexa dos eventos aqui investigados, bem como a análise de diversas mobilizações políticas – *vindas de cima e vindas de baixo* – sob uma perspectiva articulada e *conjugada*. Tal método permitiu-nos captar parte do processo *trágico* de expansão da fome brasileira, sobretudo entre 1978-1983, ampliando a certeza de que a fome realmente violentou parcelas significativas da população nacional durante boa parte do período da Ditadura Militar.

O objetivo principal da pesquisa foi exatamente buscar compreender os significados históricos desta crise famélica brasileira. Para tanto, perseguiu a fome na sua condição reveladora dos processos de expansão e reprodução do sistema capitalista, realizado em grande parte, e inegavelmente, através da submissão incessante de parcelas populacionais a condições sub-humanas de existência. Atenta-se, portanto, aos movimentos condicionantes da *inclusão forçada*⁷² brasileira e os seus diferentes formatos de expropriação dos meios de sobrevivência ao nível abaixo das necessidades vitais de qualquer ser humano. Neste sentido, as *condições de pobreza* ou *extrema pobreza* enfrentadas pela população não indicam “estado natural de desigualdade” ou um resultado das diferentes condições de “capacidade de consumo / incapacidade de consumo” entre as classes. Ao contrário, a pobreza deve ser entendida como resultado direto do sistema capitalista, o qual posiciona as classes sociais em patamares *desiguais*, uma vez que *impõe* uma determinada forma de produção e reprodução da vida social coletiva, gerando interesses múltiplos e antagônicos.

A pesquisa procura uma nova forma de abordar o problema da fome nacional, uma vez que muitos pesquisadores ora optam por estudar as ações promovidas pelos sindicatos de trabalhadores contra a carestia (Trabalhismo)⁷³ ou o contexto histórico de conformação das políticas sociais públicas brasileiras (Populismo/Neoliberalismo). A opção metodológica de perseguir a própria fome – e os famintos – enquanto objeto de estudo, buscou revelar

⁷²FONTES, Virginia. *Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada*. Niterói: Tempo. vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 34-58.

⁷³A exemplo de GARCIA, Tomas Coelho. *A luta contra a “carestia da vida” dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista*. Revista *Ponto de Vista*, Nº 10, outubro 2013, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Disponível em: <http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.10,%20outubro%202013.pdf>; ALVES, Kaio César. *Os trabalhadores e as lutas contra a carestia em 1913 no Rio de Janeiro. Pretérito & Devir* Ano III, Vol. IV, Nº I (2015) Dossiê Temático: Trabalho e movimentos sociais. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/72-155-1-SM.pdf> Acesso em 30/10/2016

realidades até então negligenciadas pela historiografia, como por exemplo, a compreensão de que possivelmente a generalização da fome consistiu em um importante fator dinamizador da exploração capitalista brasileira, durante a Ditadura Militar. Além disso, foi possível identificar formas organizativas, no interior das lutas contra a carestia, que escaparam ao controle dos sindicatos nacionais (vide as ações da multidão, os movimentos religiosos, bairros, gênero, etc), as quais buscavam superar diversas situações de tragédias familiares e pessoais enfrentadas pela população brasileira, devido a expansão da fome no país;

Tornou-se evidente também o poder de pressão exercido por diversos segmentos das camadas populares sobre as instituições públicas brasileiras (vide as respostas emergenciais da administração pública, tais como distribuição de alimentos, organização de subsídios alimentícios ou mesmo as proporções assumidas pela repressão policial, militar, etc.). Neste contexto, receberam destaque as lutas *discursivas* travadas entre a grande imprensa e a imprensa popular nas abordagens que explicaram os motivos e as causas da existência da fome;

Para além destas realidades históricas, procurei investigar, inclusive, consequências políticas de maior duração, visto que há fortes indícios de que tais acontecimentos também constituem uma das raízes históricas que explicam a maior politização do tema da fome no Brasil destes últimos tempos. As lutas populares – e o reconhecimento social de sua legitimidade – assumiram, portanto, um papel fundamental na história recente da inclusão e incorporação do tema da fome pelas instituições políticas brasileiras. Em outras palavras, a tese procura superar certas tendências verificadas na historiografia que trata do processo de redemocratização nacional, procurando não valorizar apenas sujeitos e movimentos históricos institucionalizados – partidos políticos, parlamento, instituições públicas -, mas quer e procura também dar voz e visibilidade a sujeitos históricos que são marginalizados ou ocultados pela memória social brasileira. A recuperação de memórias sociais apagadas ou esquecidas torna-se, assim, um desafio a ser assumido pelos historiadores que tratam das lutas populares que se colocaram contra a permanência da ditadura no país, após 1964. E, ao que parece, a questão da fome – e a sua incorporação enquanto importante pauta / frente de luta assumida pelos opositores da ditadura militar - também merece ser investigada com maior atenção pela historiografia.

Seguindo tais indícios históricos, a pesquisa perseguiu duas direções complementares: de um lado, no âmbito do cotidiano, apreendem-se os dramas pessoais de uma população que convive historicamente com a fome e, de outro, nas investigações sobre as estruturas coletivas, apreende-se as formas pelas quais as instituições – jornalísticas, partidárias,

associativas, governamentais, etc – vão delineando o sentido público da fome nacional, apresentando possibilidades, e limites, aceitos para enfrentar e combater a fome, a partir de seus discursos oficiais e apropriações públicas a respeito da crise famélica brasileira. Perseguem-se aqui exemplos das formas de construção de *consensos* políticos sobre a fome no país, configuradas entre 1978 e 1988, as quais incorporaram novos debates no interior das múltiplas lutas que impulsionaram a transição democrática brasileira.

Diante de tais evidências históricas, defini o recorte entre 1978 – 1988 como sendo necessário para observação dos motivos que levaram às crescentes mobilizações populares contra a fome que se intensificaram e difundiram nacionalmente em 1983. Tal período seria também necessário para avaliar o grau de institucionalização dos debates políticos organizados em torno da questão da fome, assumindo o momento da elaboração da nova Constituição como um marco final privilegiado para conclusão das análises investigativas. Os resultados reunidos na pesquisa foram organizados em três capítulos.

No capítulo 1, intitulado "**A expansão da fome na transição democrática brasileira**", propõe-se explorar registros documentais que fornecem informações mais gerais sobre as causas de expansão da fome brasileira em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Pretende-se realizar uma análise da CPI da Fome de 1981, confrontando argumentos e dados apresentados pelos participantes com as informações apresentadas por outros sujeitos e instituições durante a Semana Josué de Castro, e pelo CPT, IBASE e CNBB, além do uso da imprensa alternativa popular editadas naquele período. O objetivo foi compreender o contexto histórico que explica o crescimento das mobilizações populares contra a carestia em geral, culminando nos protestos de 1983. Além disso, visa demonstrar que a CPI da Fome de 1981 atendia a interesses políticos já expressos pelas mobilizações populares, tais como aquelas organizadas pelo Movimento Custo de Vida e pelas organizações de âmbito local, como grupos de bairro, comunidades, religiosos, gênero, etc. que denunciaram abertamente a expansão da fome no Brasil, entre 1978-1981.

No capítulo 2, "**As novas dimensões da fome brasileira**", busca-se uma descrição pormenorizada dos acontecimentos verificados em 1983, a partir de informações fornecidas, sobretudo, pela imprensa empresarial brasileira. O objetivo do capítulo é demonstrar o grau de expansão e de desespero atingido pelas mobilizações populares contra a fome no Brasil, durante todo o correr daquele ano. A opção pela narrativa cronológica e descritiva dos eventos foi proposital, embora não se tenha abandonado nenhuma das análises explicativas pertinentes. Em primeiro lugar, o método permite uma aproximação *sensível* com as dimensões das tragédias famélicas, contribuindo para retratarmos com maior veracidade a

intensidade dos dramas vividos por muitas famílias brasileiras que, literalmente, não tinham o que comer.

Neste capítulo, os noticiários da chamada grande imprensa vieram cumprir duas funções, enquanto fontes históricas privilegiadas: primeiramente forneceram todo um arcabouço informativo e um enquadramento sobre os acontecimentos diários e episódicos que envolveram a população faminta durante o ano de 1983, a partir dos meios de comunicação hegemônicos no país naquele momento histórico. Cabe aqui ressaltar que os ataques a supermercados e estabelecimentos comerciais, em geral, foram atos “espontâneos” de multidões famintas, não havendo muitos registros sobre estas ações para além do registro produzido por esses jornais e revistas.

Por outro lado, a análise crítica sobre o modo como a grande imprensa abordava os protestos populares – as escolhas, ênfases e discursos que produziram sobre os fatos – abriu espaços para evidenciar as disputas *orgânicas* que giravam em torno da imposição de consensos sobre as causas da fome brasileira, sendo motivo de atenção também as reverberações sociais advindas dos muitos conflitos abertos ocorridos no período.

Em contraponto, através da *imprensa alternativa* popular, também foi possível acompanhar as mobilizações conduzidas de maneira organizada, impulsionadas por movimentos sociais em diversas regiões do país. O principal objetivo, neste sentido, foi observar como a fome foi enfrentada pelos grupos orgânicos ligados à população que enfrentava a crise famélica de 1983. A ênfase nesta parte do capítulo está exatamente em demonstrar a capacidade organizativa dos grupos populares, bem como evidenciar seus esforços para denunciar as causas da fome e a opressão sofrida pelas camadas empobrecidas da população. Reconhecem-se aqui outras formas de mobilizações populares (manifestações públicas, envio de cartas a órgãos públicos, compras coletivas, organização sindical, etc.), as quais reforçaram e ratificaram o desespero da população faminta que vinha *saqueando* supermercados em busca de comida, em 1983. Já na última parte do capítulo 2, abriu-se espaço ainda para uma análise específica das formas pelas quais diferentes segmentos do movimento sindical brasileiro interpretaram e assimilaram politicamente as mobilizações cumpridas pelas multidões famintas.

No terceiro capítulo, “Mobilizações contra a fome na “Nova República”, analisou-se a expansão dos debates políticos sobre a fome para o interior de diversas instituições civis e públicas brasileiras, a partir de 1983. Na primeira parte do capítulo houve a preocupação de se recuperar a trajetória dos debates políticos que romperam velhos tabus, no que diz respeito a abordagem do problema da fome pelas instituições públicas nacionais e internacionais, em

tempos recentes. Tal trajetória foi analisada em exemplos concretos delineados por instituições políticas internacionais, como o caso de documentos e discursos elaborados pela ONU, mas também ressaltando, da mesma forma, avanços e recuos que puderam ser sinalizados na política nacional. Avaliou-se, para tanto, ainda que de maneira sucinta, a forma como diferentes governos brasileiros trataram a questão da fome ou como abordaram publicamente o problema, em seus discursos oficiais proferidos perante a população brasileira.

Na segunda parte do capítulo, os documentos que registram a *Campanha da Fraternidade de 1985* promovida pela CNBB – sob o lema “Pão para quem tem fome” e as sessões de discussões políticas realizadas durante a elaboração da Constituição de 1988 (Comissões e Subcomissões do Congresso Nacional) foram as fontes principais e o objetivo desta parte do capítulo é avaliar o grau de politização alcançado pelos debates em torno da fome, nos anos de consolidação da redemocratização brasileira.

CAPÍTULO I A EXPANSÃO DA FOME NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Em fins da década de 1970, um novo cenário político estava sendo forjado, corroendo por dentro e por fora as estruturas e os alicerces da ditadura militar brasileira iniciada em 1964. O fortalecimento dos partidos de oposição no Congresso brasileiro e a força crescente das mobilizações articuladas pela sociedade civil garantiam a criação de frentes nacionais de oposição ao regime militar nas mais diversas matrizes – desde aquelas que ocorriam por fora das instituições do Estado *strictu sensu*: passeatas, protestos, paralisações fabris, greves, Movimentos pela Anistia, pela liberdade de imprensa - até a consolidação de mobilizações que passaram a atuar mais estritamente por dentro das instituições do próprio Estado *militarizado*.⁷⁴

Naquele contexto político, o problema da fome brasileira passou então a ser uma questão cada vez mais encampada pelas forças de oposição para se questionar a legitimidade da ditadura, colocando em xeque as consequências sociais do projeto *nacional modernizador* de caráter autoritário. No entanto, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos críticos do regime militar era exatamente comprovar, através de estatísticas oficiais, o fato de que a fome estaria crescendo a níveis sem precedentes na história nacional. Tal dificuldade se dava, principalmente, porque o governo militar teria interrompido uma série de pesquisas oficiais realizadas pelo IBGE a respeito das condições de alimentação e nutrição da população brasileira. Afinal, o ENDEF – Estudo Nacional de Despesa Familiar (1974/1975)⁷⁵ e o Anuário Estatístico de 1980⁷⁶ haviam indicado, não apenas a existência de um alto grau de desnutrição existente no país, mas também uma curva consideravelmente decrescente nos níveis de alimentação da população em relação ao período entre 1975 e 1978. Após estes comprometedores indicativos de que, num futuro próximo, o país não seria um *Brasil Gigante*, mas na verdade, um país de famintos nanicos, o governo militar passou então a dificultar a elaboração e a divulgação de pesquisas oficiais pelos órgãos públicos nacionais – como no caso de um relatório oficial elaborado pela SUDENE, o qual teria sido devidamente “engavetado” por denunciar o acirramento da fome nordestina entre 1979 e 1981.⁷⁷

⁷⁴ Para um contexto político do período, ver: REZENDE, Maria José de. *A Transição como forma de dominação política: O Brasil na era da abertura 1980 – 1984*. Londrina: EDUEL, 1996.

⁷⁵ Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef) 1974-1975. IBGE. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=endef Acesso em 30/10/2016

⁷⁶ Anuário Estatístico 1980. IBGE. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf Acesso em 30/10/2016

⁷⁷ Andreazza inicia hoje a viagem pelo Nordeste. *Folha de São Paulo*. 9 de Março de 1981, p.5.

Mas a falta de números ou estatísticas oficiais a respeito da fome brasileira não desanimou aqueles que percebiam a denúncia da fome como uma boa oportunidade para descredenciar o governo militar e seus discursos de modernização autoritária. Isso porque já era muito evidente a permanência ou o acirramento da pobreza e da miséria entre largas fatias da população nacional, sobretudo durante os primeiros anos da década de 1980, devido a fatores múltiplos, como a volta da seca nordestina, o aumento vigoroso da inflação e da dívida externa, bem como pelo rebaixamento do valor do salário mínimo e a submissão do país às imposições do FMI.

Um bom exemplo deste tipo de mobilização em torno do problema da fome nacional ocorreu em Agosto de 1983, quando o Departamento de Economia da Universidade Católica de São Paulo promoveu uma semana de debates sobre a fome brasileira, em homenagem a memória de Josué de Castro⁷⁸ – sob o título de “Semana Josué de Castro”.⁷⁹ Os debates contavam com a participação de representantes de diversos outros institutos, como a Associação Brasileira de Reforma Agrária e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Uma das primeiras abordagens do encontro foi exatamente o reconhecimento unânime de que a fome era um dos principais problemas históricos a ser combatido no país. Porém, os pesquisadores e cientistas sociais presentes também reconheciam que os dados estatísticos sobre a fome no Brasil, para aquele ano de 1983, eram bastante escassos e imprecisos. Ainda assim, foram apontadas algumas estatísticas e conclusões sobre o modo como a fome se expandia historicamente pelo território nacional.

Já na primeira rodada de palestras, o então professor de Economia da PUC-SP, Ricardo Abramovay, chamava a atenção para o fato de que os dados mais precisos sobre a fome brasileira remetiam às pesquisas realizadas pelo IBGE entre os anos de 1974 e 1975.⁸⁰ Naquele período, havia a constatação de que cerca de 68% da população nordestina estaria convivendo com a desnutrição, enquanto para São Paulo – a área mais rica do país – as estatísticas apontavam que 48 % da população comia menos do que o necessário para a digna sobrevivência humana. Em linhas gerais, no total, cerca de 67 % da população brasileira passava literalmente fome, apresentando um quadro clínico de notável desnutrição. Em números absolutos, seriam cerca de 79 milhões de pessoas desnutridas padecendo em solo brasileiro. E considerando os casos mais graves, seriam 13,5 milhões de pessoas vivendo em

⁷⁸ Sobre o célebre defensor da luta contra a fome no país. Ver: MAGNO, Tânia Elias (org). *Josué de Castro*. Fundação Miguel de Cervantes, Rio de Janeiro, 2012.

⁷⁹ Encontro registrado pela reportagem: Sem dados atualizados, Brasil ignora tamanho de sua fome. *Folha de São Paulo*, 4 de Setembro de 1983, p. 23.

⁸⁰ Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef) 1974-1975. *IBGE*. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=endef Acesso em 30/10/2016

estado gravíssimo de desnutrição no país – o que alçava o Brasil ao sexto país pior colocado em situações críticas de fome no mundo. Estes dados nacionais estavam inseridos em um contexto internacional de expansão da fome, visto que de acordo com os dados apontados pela ONU, cerca de um bilhão de pessoas passava fome neste planeta, por volta de 1983.⁸¹ Todas estas denúncias promovidas pela “Semana Josué de Castro” acabaram por dar origem à obra *Raízes da Fome (1983)*.⁸²

Seguindo a mesma direção, outra instituição que debateu o problema da fome profundamente, no início da década de 1980, foi a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em dois documentos conclusivos, os líderes da Igreja Católica brasileira analisaram a questão famélica brasileira de modo contundente – De maneira mais direta na produção *Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil (1984)* e, indiretamente, em 1980 (*Igreja e problemas da terra*), bem como promoveram debates políticos em torno da Campanha da Fraternidade em 1985 – *Pão pra quem tem fome*.⁸³

Neste conjunto de pesquisas e ações denunciadoras da expansão da fome brasileira, vale destacar ainda as mobilizações assumidas pelos institutos IBASE/CPT/CEPAC, os quais produziram um substancial documento intitulado *Genocídio do Nordeste (1983)*, através do qual foram apontadas as calamidades mais dramáticas da miséria nordestina e as nuances trágicas da expansão da fome pela região, gerando a morte de, comprovadamente, 700.000 mil pessoas entre os anos de 1979-1983, embora se especule que o número de mortos devido à fome, até 1985, possa ter sido bem mais que o dobro, ainda que sem comprovação oficial.⁸⁴

Interessante notar que esta série de ações políticas voltadas para a denúncia da fome nacional também chegou ao Congresso brasileiro. Em Outubro de 1981, foi iniciada a CPI da Fome, na Câmara dos Deputados– com publicação oficial dos Depoimentos em 4 de Dezembro de 1982.⁸⁵

Importante frente de luta contra o regime militar, a CPI da fome de 1981 foi implementada por iniciativa dos grupos de oposição, tendo como liderança o Deputado Adhemar Santillo (PMDB-GO), como forma de reconhecer a dinâmica da expansão da fome brasileira no período de forte agonia do chamado Milagre econômico brasileiro.

⁸¹Um Bilhão passam fome em todo mundo. *Folha de São Paulo*, 26 de Setembro, 1983. P.7.

⁸² MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Raízes da Fome*. 1987. Vozes / FASE. Rio de Janeiro.

⁸³ CNBB. *Pão para quem tem fome*. Boletim Informativo Campanha da Fraternidade, Brasília, 1985.

⁸⁴CPT.CEPAC.IBASE. *O Genocídio do Nordeste 1979-1983*. São Paulo: Hucitec, 1986. P.8

⁸⁵ CPI da Fome. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas e conseqüências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda no Brasil. Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília. Suplemento ao número 173, de 4 de Dezembro de 1982.

A figura de Adhemar Santillo singulariza em sua própria trajetória política uma oposição ao regime militar. De acordo com informações oferecidas pela Fundação Getúlio Vargas, Adhemar Santillo participou da fundação, em Anápolis (GO), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), integrando o grupo mais à esquerda do seu partido, tendo forte atuação no Congresso Brasileiro, desde sua eleição em 1974.⁸⁶

Para justificar a instauração da CPI da Fome, em 1981, o Deputado Adhemar Santillo discursou na Câmara dos Deputados os seguintes argumentos:

*Srs. Deputados, creio estarmos todos convencidos de que o problema maior a ser enfrentado pelo Brasil nos próximos anos é a subnutrição, eufemismo sempre empregado para substituir o vocábulo fome*⁸⁷

E para comprovar seus indicativos, o deputado citava números obtidos em pesquisas pelo IBGE, em fins da década de 1970, deixando mais clara a situação da subnutrição brasileira, uma vez que, em todas as regiões do país, o consumo médio de calorias estava abaixo dos índices considerados adequados. Recuperando tais estatísticas obtidas pelo IBGE, comprovava também que havia ocorrido uma queda nos níveis de nutrição da população entre os anos de 1975 e 1978:

*Em todas as regiões brasileiras o consumo de calorias é inferior ao nível estabelecido internacionalmente como mínimo. Essa indicação aponta a ingestão de 2.800 a 3.000 calorias como o nível adequado às necessidades de um adulto de 60 Kg que desempenhe atividade moderada.*⁸⁸

⁸⁶Ao longo da legislatura 1971-1975, Adhemar Santillo foi vice-líder da bancada do MDB na Assembléia Legislativa Estadual (GO). Em novembro de 1974 elegeu-se deputado federal pelo PMDB. Sua forte atuação traduziu-se em participações políticas importantes: Além de ser o relator da CPI da fome, foi também membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as causas das elevadas taxas de juros nos diversos setores do sistema financeiro, relator substituto da CPI que apurou atos de corrupção praticados por órgãos da administração direta e indireta da União, membro da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/santillo-ademar> Acesso em 30/10/2016

⁸⁷*Diário do Congresso Nacional*. 27 de Junho, 1981. p. 6509.

⁸⁸*Diário do Congresso Nacional*. 27 de Junho, 1981. p. 6509

BRASIL — CONSUMO DE CALORIAS (Índice médio por região)		
Regiões	1975	1978
Rio de Janeiro	2.126	2.066
São Paulo	2.174	2.124
Região Sul	2.409	2.361
Minas Gerais e Espírito Santo ..	2.208	2.151
Região Nordeste	1.928	1.899
Distrito Federal	1.982	1.944
Regiões Centro-Oeste e Norte ..	1.923	1.882

Fonte: Anuário Estatístico de 1980 — IBGE.

Tabela 1.1 *Diário do Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados. 27 de Junho, 1981, p. 6509.

Reforçando os argumentos favoráveis à instauração da CPI da fome, o deputado Adhemar Santillo ressaltava o fato de que 67% dos brasileiros conviviam com a fome, sendo possível reconhecer os variados graus da desnutrição brasileira através das pesquisas oficiais já realizadas pelo Governo Federal:

Srs. Deputados, o próprio IBGE, no Estudo Nacional de Despesa Familiar, concluiu que 19% de todos os brasileiros têm deficiências de até 200 calorias/dia; 31%, de 200 a 400 calorias/dia, e 17% apresentam déficits superiores a 400 calorias/dia. Se somarmos esses percentuais, teremos a fantástica cifra de 67%, o que representa (para a população recenseada em 1980) cerca de 79.720.000 brasileiros desnutridos.⁸⁹

O Deputado também apontava os altos índices de mortalidade infantil do país como prova da expansão da fome nacional:

O índice de mortalidade infantil ultrapassa 200 por 1.000 nascidos vivos. (...) Entre as capitais, o maior é o de Aracaju, com 149,7 por 1.000 nascidos vivos; Maceió apresenta a taxa de 146,2 por 1000; Recife, 126,4; Fortaleza, 123,5; A causa dessa mortalidade é, direta ou indiretamente, a desnutrição;⁹⁰

A CPI da fome intimou diversas personalidades públicas – médicos, professores, técnicos de saúde, representantes de órgãos do governo, lideranças de movimentos populares -

⁸⁹*Diário do Congresso Nacional*. 27 de Junho, 1981. p. 6511.

⁹⁰*Diário do Congresso Nacional*. 27 de Junho, 1981. p. 6512.

a explicitarem suas opiniões a respeito das causas do avanço da fome entre a população brasileira. Os objetivos formais da CPI da fome seriam tanto fornecer ao governo um conjunto de análises que contribuíssem para possíveis futuras intervenções do poder público no combate à fome, como a explicitação dos fatores que interferiam negativamente nas condições gerais de saúde da população nacional.⁹¹

E apesar da presidência da CPI da fome de 1981 ser composta por representantes do PDS – Deputados Castejon Branco e Sebastião Andrade –, os deputados da oposição conseguiram garantir que fossem convidados para depor alguns líderes sindicais e de movimentos sociais – tais como José Francisco da Silva (Contag) e Jane Vasconcelos (Coordenadora do Movimento contra a Carestia em Salvador-BA). Certamente, a presença destas lideranças visava permitir a denúncia da existência da fome entre as classes populares e entre os trabalhadores nacionais. Já outros convocados possuíam legitimidade científica para serem convocados pela CPI da Fome: como no caso dos professores Flávio Valente (Professor de medicina da Universidade Federal da Bahia) e Antônio Sobrinho (Professor de Economia da UERJ). Outros participantes, ocupantes de cargos de chefia ou de confiança do governo, foram convidados a dar explicações sobre o funcionamento de instituições públicas dos setores de alimentação, produção ou de consumo: como Maria Galli (chefe do Procon), Bertoldo Arruda (Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN) e Valfrido Filho (Superintendente da SUDENE). Longe de serem inócuas, as informações proferidas pelos depoentes na CPI trouxeram à tona um quadro político da fome brasileira, descortinando importantes fatores econômicos, sociais e políticos que davam margem à permanência de uma população com altos índices de desnutrição em solo nacional.

Como se percebe, no caso da luta específica para evidenciar a presença da fome no Brasil autoritário, as mobilizações ocorreram tanto no interior das estruturas do Estado (*strictu sensu*), evidenciados no caso da CPI realizada na Câmara dos Deputados, como entre os estratos das camadas da sociedade civil organizada – caso dos debates e análises promovidos pela CNBB, CPT, IBASE, CEPAC, PUC, FASE, ABRA, CONTAG, etc. Isso sem contar, certamente, todas as demais mobilizações populares, encampadas pela sociedade civil, as quais vinham exigindo a contenção da carestia, tanto nos centros urbanos do Sudeste ou nas áreas do Nordeste atingidas pela forte seca do período 1979-1985.

Cabe aqui, portanto, ressaltar as análises e denúncias realizadas também pelas organizações sociais ligadas aos próprios grupos familiares. Trata-se daquelas mobilizações

⁹¹*Diário do Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados, Brasília, 27 de Junho de 1981, p. 6509.

verificadas através de uma Imprensa Alternativa⁹², construída por lideranças de várias espécies – de cunho religioso, sindical, partidário, associação de bairros, etc – as quais procuraram promover uma aproximação orgânica⁹³ com os grupos populares, no intuito de dar voz às angústias de uma população que sofria com a fome.

Neste capítulo, portanto, os pronunciamentos proferidos na CPI da fome de 1981 foram articulados duplamente, tanto com as análises elaboradas pelos técnicos pesquisadores de diversas instituições nacionais que trataram da questão da fome, bem como junto às fontes históricas ligadas mais diretamente aos famintos brasileiros.

Certamente, um olhar minucioso sobre estes documentos históricos permite perceber como parlamentares, cientistas, pesquisadores e lideranças sociais procuraram explicar as causas da existência da fome no país. Além disso, recupera um campo de oposição política forjada para denunciar a expansão da fome brasileira, uma vez que as estatísticas oficiais sobre o estado nutricional da população, naquele período histórico, vinham sendo deliberadamente silenciadas pelo regime autoritário. E como ser verá a seguir, os dados oficiais existentes, relativos à crise econômica e social que se aprofundava, não deixam dúvidas de que os chefes políticos do governo militar tinham realmente motivos de sobra para esconder a que ponto avançara a fome em território nacional, durante a fase de agonia do chamado Milagre Econômico brasileiro. Porém, será exatamente nesta lacuna deixada pelos militares que todas as mobilizações políticas analisadas nesta pesquisa encontrarão sua importância na história, uma vez que evidenciaram aquilo que o governo escondia: os fortes indícios de que uma parcela cada vez maior da população brasileira estava sofrendo com a fome, enquanto permaneciam as estruturas de um governo sustentado pelo regime ditatorial.

1.1 - SALÁRIOS DE FOME

Em linhas gerais, os depoentes na CPI de 1981 apontaram a expansão da fome como resultado de diversos fatores econômicos, sociais e políticos que se combinavam de várias maneiras na realidade brasileira. Considerando suas diferentes áreas de formação ou áreas de atuação profissional, os intimados à CPI da fome ressaltaram determinados pontos críticos do

⁹² Para mais uma referência sobre o debate a respeito do conceito de imprensa alternativa, ver: KLEIN, Eloísa J. da C. Política e Jornalismo na Imprensa Alternativa. Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. III No 1 - 1o semestre de 2006. <file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/2243-6450-1-PB.pdf> Acesso em 30/10/2016

⁹³ No sentido apresentado por Antônio Gramsci. Ver: *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 4ª. Ed.

problema, sem que com isso, estivessem excluindo que outros fatores também colaborassem para o avanço das calamidades famélicas no país.

Por exemplo, Flavio Luiz Shieck Valente, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, considerava a fome como um resultado da própria intensificação da exploração capitalista no Brasil, em franco avanço na década de 1970:

A desnutrição nada mais é do que a fome da célula, ou seja, uma manifestação, ao nível biológico (...) que nega aos trabalhadores o acesso ao produto de seu trabalho, seja sob a forma de dinheiro ou de mercadorias em quantidade e/ou qualidade suficientes para satisfazer suas necessidades alimentares, fisiológicas e/ou sociais. 94

A fome aparece aqui, na opinião do professor Flavio S. Valente, como resultado de um sistema produtivo expropriador, ultrapassando as questões nutricionais de cunho pessoal:

*Se existe alguém ou algo que seja culpado por esta situação de fome, ele, na minha opinião, é o sistema econômico, incapaz de atender às necessidades básicas de uma população humana, explorando muitos em benefício de poucos.*95

Mais específicos e diretos foram os argumentos de José Francisco da Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Na opinião do representante dos trabalhadores rurais, além da imposição de baixos salários, outros elementos típicos do capitalismo brasileiro estariam contribuindo para o avanço da fome: o crescimento do latifúndio e a produção voltada para o exterior.

Toda essa situação de fome, desnutrição e falta de saúde de que aflige amplas parcelas da população brasileira está total e intimamente ligada à realidade dos baixos salários, do subemprego e do desemprego, da estrutura fundiária concentrada e da política agrícola voltada basicamente para produtos de exportação. 96

A coordenadora nacional do Movimento Contra a Carestia, Jane Luisa Donato Vasconcelos, constatou ser a super exploração dos trabalhadores uma das principais causas da expansão da fome no país. Sobretudo porque,

⁹⁴ VALENTE, Flavio. IN: CPI da Fome. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 17.

⁹⁵ VALENTE, Flavio. IN: CPI da Fome. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág.26.

⁹⁶ SILVA, José. IN: CPI da Fome. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág.96.

O que vemos é a super exploração com baixos salários, levando o trabalhador inclusive às horas extras, sem fins de semana para o descanso, levando-o ao desgaste físico, conseqüentemente, à desnutrição. O que vemos hoje no Brasil é a grande classe trabalhadora sufocada por um salário de fome, com um regime de trabalho o pior possível, com um ritmo de produção ditado pelos patrões, criando bilhões de cruzeiros para uma minoria de patrões, grande maioria de estrangeiros. 97

Para o Deputado Alceu Collares (PDT/RS), parecia inegável o fato de que a fome constituía uma resultante das relações capitalistas que impediam os trabalhadores de terem acesso às riquezas que produziam todos os dias no país. O governo brasileiro, ao fixar o salário mínimo, cumpriria um papel altamente coercitivo, no sentido de forçar o rebaixamento do valor da mão de obra brasileira ao nível da fome:

O que também não pode é o Estado fixar valores para remuneração do trabalho de tal maneira que, aos poucos, as criaturas vão sofrendo um processo de desnutrição e vão morrendo por isso. E esses estão produzindo. Mas, produzindo para quem? Para eles? Não é para eles que estão produzindo. Eles estão produzindo para os outros. 98

Nesta mesma direção argumentava o Técnico em Saúde Pública do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, Eduardo Kertesz. O baixo valor dos salários recebidos pelos trabalhadores brasileiros estaria impedindo a consolidação de um mercado consumidor de alimentos no país. Diante de uma população sem renda, os produtores teriam a exportação como única opção para obtenção de lucros:

A baixa remuneração do trabalhador impede o crescimento do mercado que não possui expectativa de venda. A soja e o álcool (Proálcool) desenvolveram rapidamente porque encontraram mercado, mas o setor de alimentos não pode desenvolver porque a população não tem dinheiro suficiente para arcar com os custos do crescimento produtivo. 99

⁹⁷VASCONCELOS, Jane. IN: CPI da Fome. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 198.

⁹⁸ COLLARES, Alceu. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 92.

⁹⁹ KERTESZ, Eduardo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 157.

Concordou com tal argumento o professor Flávio Shieck Valente, a respeito do avanço do setor exportador brasileiro, impulsionado pela falta de dinheiro nas mãos da população brasileira:

Os alimentos que deveriam ser ingeridos pela população passam a ser exportados, na medida em que não existe um mercado interno pela própria distribuição de renda totalmente concentrada.¹⁰⁰

Para confirmar os argumentos de que os salários brasileiros estavam sendo rebaixados ao nível da fome, o professor de biologia da Universidade Federal do Maranhão, Warwick Estavam Kerr, apontava o fosso existente entre o valor dos salários recebidos por trabalhadores brasileiros quando comparados, inclusive, com os pagamentos recebidos pelos próprios desempregados dos países centrais. Ressalta-se, gravemente, que mesmo um trabalhador desempregado Norte americano recebia 25 vezes o valor recebido como salário por um típico trabalhador brasileiro, no início da década de 1980:

Enquanto um operário não especializado, no Maranhão, ganha 9.500 Cruzeiros mensais (...) e um trabalhador das Frentes de trabalho ganha 5.800 Cruzeiros; nos Estados Unidos, um desempregado ganha 140.000 cruzeiros; na Suécia 180.000; Na Alemanha, com Seguro Desemprego, ganha um pouco mais.¹⁰¹

Da mesma forma, Bertoldo Kruse G. de Arruda, Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, confirmava o reconhecimento unânime dos depoentes sobre o fato dos baixos salários brasileiros estarem impedindo que a população tivesse acesso a alimentos no país:

A deterioração do poder de compra de um elevado contingente populacional vem-se apresentando como fator limitante na capacidade de atendimento das necessidades mínimas de alimentação. Tal fato tem contribuído de forma significativa para a configuração de um quadro nutricional crítico, especialmente dos grupos biologicamente vulneráveis – gestantes e crianças.¹⁰²

¹⁰⁰ VALENTE, Flávio S. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 22.

¹⁰¹ KERR, Warwick. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 137.

¹⁰² BERTOLDO, Arruda. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 191.

Interessante perceber que a Pastoral Operária Católica de Fortaleza¹⁰³ preocupou-se em publicar uma tabela comparando o valor do salário mínimo com o preço dos alimentos, na edição do seu Boletim informativo – *O Noticiário* – de Junho de 1983. Em primeiro lugar questionou-se a capacidade do salário mínimo em vigor sustentar uma família.¹⁰⁴ Em seguida apresentou-se o preço dos alimentos. Após comparar o valor do salário mínimo com o preço dos alimentos de primeira necessidade, concluía o Boletim informativo para o leitor:

Agora faça os cálculos e veja como pode viver com este salário. Se você incluir moradia, educação, saúde, lazer, transporte, vestuário, vai se assustar!. A ração está cada vez mais cara!

Entre o fim de Setembro e início de Outubro de 1983, a DIEESE divulgava a notícia escandalosa de que, pela primeira vez na história nacional, o Salário Mínimo brasileiro já não era capaz de garantir a compra sequer de uma cesta básica para alimentar uma única pessoa. Isto porque para comprar esta quantia mínima de alimentos o trabalhador teria que trabalhar aproximadamente 244 horas mensais, considerando o novo valor do salário mínimo de Cr\$ 34.776, enquanto a cesta básica passara a custar 35.349,85.

Outras fontes, com pequena variação na indicação do valor da cesta básica, confirmariam que, no mês de Outubro, a jornada mensal do trabalhador brasileiro, com tempo médio de 220 horas mensais, era incapaz de prover a sua alimentação básica:

Mês/ano	Valor	Tempo	Valor	Tempo
	1983	1983	1984	1984
janeiro	11.686,28	119h 01min	37.556,55	157h 44min
fevereiro	12.718,36	129h 29min	42.890,42	180h 09min
março	14.034,01	142h 50min	47.839,64	198h 27min
abril	15.779,18	160h 00min	55.155,93	231h 41min
maio	16.479,12	113h 39min	57.735,13	142h 34min
junho	17.277,35	119h 10min	60.727,54	149h 57min
julho	20.832,21	143h 46min	66.084,12	163h 13min
agosto	24.197,67	166h 56min	71.316,85	176h 05min
setembro	29.210,32	201h 35min	82.208,61	203h 00min
outubro	31.928,77	220h 19min	89.038,32	219h 52min
novembro	32.938,50	138h 23min	98.223,49	141h 32min
dezembro	34.978,76	146h 56min	106.166,00	152h 58min

Fonte: CEPES/UFU

¹⁰³ Para um breve histórico das pastorais operárias, ver: RODRIGUES, Cátia Regina. D. Paulo Evaristo Arns e as Pastorais sociais. *Revista Projeto História*, n.41. Puc-SP. Dezembro, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6553/4752> Acesso em 30/10/2016

¹⁰⁴ *O Noticiário*. Boletim informativo da Pastoral Operária de Fortaleza. Junho, 1983.

Tabela 1.2 Cesta básica (ração essencial) 1983/2012. Instituto de Economia /Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CB.pdf> Acessado em 30/10/2016

A mesma constatação teve Daniel Rech, assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra, a respeito do valor irrisório pago pelo governo brasileiro aos trabalhadores alistados nas Frentes de trabalho nordestinas, organizadas sob a justificativa de salvar a população da seca climática, sobretudo entre 1979 e 1984. Ao avaliar o valor deste pagamento, equivalente a metade do salário mínimo nacional, o advogado reconheceu:

*Se atentarmos para o salário de Cr\$ 15.300,00, em 1983 (...) podemos dizer que foram organizados para morrer de fome;*¹⁰⁵

De acordo com as conclusões dos técnicos e assessores do IBASE/ CPT /CEPAC, milhares de pessoas teriam morrido de fome também como consequência do rebaixamento total dos salários pagos nas Frentes de Trabalho do Nordeste:

*Concluimos que 405.000 mortes devem ter acontecido só entre os assistidos nas frentes de serviço e suas famílias;*¹⁰⁶

À mesma conclusão chegaram os líderes representantes da Igreja Católica brasileira (CNBB), reconhecendo que os salários pagos pelo Governo Federal eram incapazes de promover a subsistência dos trabalhadores nordestinos:

*Considerando que a família Nordestina se compõe, em média, de 6 pessoas, não há como fugir ao fato de que a renda per capita de, pelo menos, 45% dos nordestinos era então de Cr\$ 2.550,00 por mês, o que equivalia a 25 dólares anuais, mais baixa que a renda per capita de qualquer país do planeta e inferior ao nível de pobreza absoluta.*¹⁰⁷

Muitas vezes estes baixos salários tornavam-se ainda mais precários devido à manutenção e reprodução da violência contra os trabalhadores das Frentes de Emergência, submetidos às mais diferentes formas de submissão e coerção política. Por exemplo, os trabalhadores paraibanos relataram casos específicos de extorsão e rebaixamentos salariais dos quais teriam sido vítimas freqüentes:

Houve caso aqui na Frente de Emergência, no Sítio do DNOCS, que depois de 52 dias de atraso no pagamento, veio três funcionários do DNOCS e alguns

¹⁰⁵ RECH, Daniel. *Genocídio do Nordeste*. CPT/CEPAC/IBASE. Ed. Hucitec, 1986, p. 22.

¹⁰⁶ Introdução. *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec, 1986, p. 8.

¹⁰⁷ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984, p. 8.

*policiais que pagaram a cada trabalhador da frente de fome, Cr\$ 1.280 cruzeiros*¹⁰⁸

Estas denúncias de coerção política ocorridas nas Frentes de Trabalho seriam confirmadas pelos sindicalistas rurais de Ararapina – PE, em Outubro de 1983:

*já denunciemos várias irregularidades nas frentes de Emergência da Fome. Quando não existem os aproveitadores, existem os apadrinhados da ala oficial a espoliar os trabalhadores cobrando taxas, isto porque os fiscais e apontadores são cabos eleitorais dos chefes políticos*¹⁰⁹

Também os incorporados nas Frentes de emergência da Bahia enfrentaram irregularidades que favoreciam ilicitamente alguns grupos em detrimento dos salários dos trabalhadores:

*Aqui em Feira de Santana o pagamento está sendo feito com o desconto de Cr\$300,00 por pessoa, sem qualquer explicação. Isso significa que, só para o Município de Feira de Santana, onde existem 500 pessoas inscritas, Cr\$150.000,00 foram recolhidos num mês. Para que e para quem fica este dinheiro é que não se sabe.*¹¹⁰

Além disso, lideranças trabalhistas relatavam constantes casos de atraso nos pagamentos aos trabalhadores rurais:

*O atraso nos pagamentos vem deixando os trabalhadores numa situação vexatória. Não tendo mais onde comprar a ração mínima, muitos lavradores estão abandonando as Frentes de Trabalho e se deslocando para outras áreas à procura de emprego*¹¹¹

Da mesma forma, sindicalistas rurais sinalizaram que também nas Frentes de Trabalho do Governo Federal os lavradores vinham sendo impedidos de produzir para a sua própria subsistência, e por isso, reivindicavam a *liberação três dias semanais para cuidarem de suas roças, tendo em vista as esperanças de chuva.*¹¹² Como alegavam os sindicalistas rurais, a garantia de um roçado próprio era fundamental na luta contra a fome, uma vez que os salários

¹⁰⁸ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Setembro / Outubro, 1983, p.2.

¹⁰⁹ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Setembro / Outubro, 1983, p.2.

¹¹⁰ Panorama Rural. *Grito da Terra*. Novembro, 1983, p. 5.

¹¹¹ Panorama Rural. *Grito da Terra*, Novembro, 1983. P. 5.

¹¹² O quarto ano da seca. *Grito do Nordeste*. Janeiro / Fevereiro, 1983. P. 8.

das Frentes de Trabalho costumavam atrasar: “*Os pagamentos só são feitos com atraso (o de dezembro de 82 receberam no dia 13 de janeiro).*”¹¹³

E vale lembrar, o roçado próprio também era vantajoso frente à opção de se pegar empréstimo bancário para satisfazer as necessidades mais imediatas da família, visto que aqueles também eram tempos de *Redução dos empréstimos bancários e enormes taxas de juros (35 a 60%)*.¹¹⁴

Por outro lado, nota-se que os maiores beneficiados pela implementação das Frentes de Emergência no Nordeste foram os proprietários de terra, sobretudo latifundiários, uma vez que, somente entre 1979 e 1980, 1.142.000 trabalhadores prestaram serviços em fazendas particulares recebendo *salários de fome*.

*Os recursos das obras de emergência eram repassados para as mãos dos proprietários (...). Como os fazendeiros tinham toda a liberdade pra gerir os fundos públicos, administrar a obra, escolher trabalhadores (...) não é difícil concluir daí que destino teve o dinheiro e as obras*¹¹⁵;

De acordo com os dados reunidos nas pesquisas produzidas pelo IBASE/CPT/CEPAC, verifica-se que os trabalhadores das frentes de emergência nordestina – exatamente aqueles que morreriam em maior número por fome¹¹⁶ – foram utilizados em diversas construções e melhorias em propriedades particulares:

- construção / recuperação de 17.166 açudes e aguadas;
- construção / recuperação de 35.322 cacimbas;
- construção de 28.798 barreiros;
- desmatamento/destocamento de 1.419.054 há
- tratos culturais/preparo para plantio em 372.255 há;
- construção de 2.074 armazéns;
- construção de 488 silos-trincheira;
- construção / recuperação de 363.617 km de cercas;
- outros trabalhos como construção de casas, estradas vicinais, barragens e cisternas públicas;¹¹⁷

¹¹³ O quarto ano da seca. *Grito do Nordeste*. Janeiro / Fevereiro, 1983. P. 8.

¹¹⁴ O quarto ano da seca. *Grito do Nordeste*. Janeiro / Fevereiro, 1983. P. 8.

¹¹⁵ Paulo Cezar L. *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec, 1986, p. 66.

¹¹⁶ CPT/IBASE/CEPAC estimaram que dos cerca de 700 mil mortos por fome no Nordeste 405 mil estavam incluídos nas Frentes de Trabalho ou dependiam de algum familiar alistado nestas Frentes. Ver “Introdução: os números da morte”. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec, 1986, p. 8.

¹¹⁷ CERQUEIRA, Paulo Cezar L. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec. 1986. Pág. 66.

Além disso, alguns trabalhadores estariam sendo coagidos a sair da frente de trabalho para produzir em terras particulares, com pagamentos realizados pelo setor público, de forma irregular:

*(...) querem tirar a gente da frente pra ir arrancar toco na roça dos feitores, ganhando o mesmo salário da emergência: 15 mil e trezentos. Tira o povo da frente de trabalho pra ir arrancar mandioca para eles.*¹¹⁸

Muitos organizadores das frentes de trabalho estariam se aproveitando para obter lucros com o desespero de uma população esfomeada, oferecendo indecorosas oportunidades em jogos de azar ou colocando alimentos à venda por preços muito acima do mercado: “*Na frente [de emergência] tem banca de jogo, mesa de comida vendida pela hora da morte*”¹¹⁹

E para aqueles que ousassem tornar público os casos de violência ocorridos nas frentes de trabalho, havia a ameaça de morte: “*Juram aos operários que se abrir a boca prá denunciar leva tiro nos dentes e assim continua.*”¹²⁰

Percebe-se que esta super exploração da mão de obra nordestina nas Frentes de Trabalho foi intensificada justamente no momento de maior expansão da fome, criando um círculo vicioso – entrava-se nas Frentes de Trabalho para não morrer de fome e morria-se nas Frentes de Trabalho devido aos salários de fome:

*Em Setembro de 1983, o número de alistado já era de 1,7 milhões; Em Novembro chegava a 2,3 milhões e em Março de 1984 alcançou 2,7 milhões de trabalhadores, entre os quais, 400 mil mulheres*¹²¹

¹¹⁸ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Novembro / Dezembro. 1983, p.2

¹¹⁹ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Novembro / Dezembro. 1983, p.2

¹²⁰ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Novembro / Dezembro. 1983, p.2

¹²¹ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984, p. 7-8.

Mão-de-obra empregada no Programa de Emergência — Agosto 1983 —	
Maranhão	39 000
Piauí	245 000
Ceará	576 000
R. G. Norte	176 000
Paraíba	111 000
Pernambuco	179 000
Alagoas	51 000
Sergipe	23 000
Bahia	107 000
Total	1 507 000
Fonte: Ministério do Interior	

Tabela 1.3 Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1983, p.26.

Diversos líderes sindicais se esforçariam para deixar claro como as frentes de emergência beneficiavam, principalmente, os políticos e os grandes proprietários de terra.

*Os latifundiários ficam cada vez mais ricos com as obras de Emergência que beneficiam suas terras. E os políticos, como é o caso do ministro Mário Andreazza, aproveitam para fazer suas campanhas políticas e eleitorais.*¹²²

Uma reportagem do *Jornal do Brasil* informou em Setembro de 1983 que o governo brasileiro estaria gastando CR\$ 54 milhões para fazer um açude durante um ano, empregando 300 homens, quando um simples trator D-4 faria a mesma coisa em 10 horas de serviço, ao preço de CR\$ um milhão. E um fazendeiro do município de Salgueiro – PE, concluía: “O homem fica cada vez mais preso ao governo e foi por causa das Frentes que o PDS ganhou as eleições do Nordeste no ano passado”¹²³

Os Bispos da Igreja católica denunciaram que os recursos públicos foram utilizados na capitalização das propriedades particulares nordestinas, a partir da inclusão de uma massa de *mortos de fome* na listagem dos (sub) assalariados do governo brasileiro:

*O programa de Emergência, ao longo de cinco anos, promoveu benfeitorias de toda ordem em propriedades privadas no semi-árido, com recursos públicos e utilização da mão de obra praticamente gratuita dos flagelados*¹²⁴

¹²² Os aproveitadores da seca. *Grito do Nordeste*. Setembro / Outubro. 1983, p.8.

¹²³ Seca que castiga adultos maltrata mais as crianças. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1983, p.26.

¹²⁴ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 21.

É forçoso reconhecer, portanto, que o desenvolvimento capitalista brasileiro ocorria de forma violenta, intensificando impiedosamente o rebaixamento dos salários de trabalhadores nacionais, contando, sobretudo, com o aporte coercitivo do estado, em benefício de proprietários de terras:

*Os programas asseguram mão de obra extremamente barata, que, cessado o período de emergência, voltará aos latifúndios para continuar trabalhando por baixos salários (...)*¹²⁵

Certo é que as coerções e abusos agravados, principalmente no meio rural, contribuíam para a expropriação contínua em massa dos trabalhadores e o aumento – cada mais acentuado – do número do exército industrial de reserva no país. A fome, em grande parte, seria resultado deste processo tipicamente capitalista:

*E hoje são milhões de desempregados, boa parte vinda do campo, expulsos pelos grileiros e latifundiários que concentram grande parte da terra produtiva do nosso país, formando assim o exercito industrial de reserva produzido pela acumulação capitalista ou até uma condição para que esta ocorra.*¹²⁶

Os dados apresentados pelo IBGE, na comparação entre os censos de 1970 e 1980, demonstram que a região rural nordestina, exatamente aquela onde a fome teria avançado mais em 1983, estava caracterizada por um processo crescente de concentração de renda:

*No Nordeste rural (...) os 20% mais pobres, que detinham, em 1970, 5,2% do total da renda, passaram a deter, em 1980, apenas 3,8%. No outro extremo, o 1% mais rico aumentou a sua participação de 10,5 % para 29,3% do total da renda, no mesmo período*¹²⁷

Para comprovar o fato de que o rebaixamento dos salários estava inteiramente associado ao avanço da fome no país, o professor Flávio Shieck Valente apresentou na CPI da Fome uma tabela produzida em pesquisa científica, a qual apontava os diferentes graus de desnutrição constatados entre os trabalhadores de maiores e menores rendas, na Zona da Mata, região Sul do Estado de Pernambuco. De acordo com a pesquisa, realizada em 1982,

¹²⁵ CERQUEIRA, Paulo Cezar L. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. Pág. 68.

¹²⁶ VASCONCELOS, Jane Luíza. Coordenadora do Movimento Nacional Contra a Carestia. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 198.

¹²⁷ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P.16.

quanto menor a renda, maiores eram as evidências da desnutrição presente entre os familiares dos trabalhadores:¹²⁸

Graus de desnutrição na Zona da Mata, Sul de Pernambuco - 1982

Situação trabalhista /Incidência de desnutrição familiar	Peq. Proprietários	Assalariados permanentes	Moradores	Trabalhadores temporários
Normais	33%	48%	27,3%	21,4%
1º grau de desnutrição	55,6 %	36%	43,2%	54%
2º grau de desnutrição	9,3 aprox.	26%	26%	19% aprox.
3º grau de desnutrição	1,9 aprox.	---	4,6%	5% aprox.

Tabela 1.4 VALENTE, Flavio. CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao n. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982, p. 24.

Analisando os resultados obtidos por suas pesquisas, o professor indicava que os maiores graus de desnutrição, nas áreas rurais, foram verificados entre os familiares dos trabalhadores *temporários* e os trabalhadores *moradores*, exatamente aqueles trabalhadores que possuíam menor acesso ao dinheiro ao longo dos anos. Os trabalhadores temporários, por não possuírem vínculo empregatício, passavam muitos meses sem ter acesso a qualquer tipo de salário. Já os trabalhadores moradores eram aqueles que praticamente não recebiam nenhum pagamento em dinheiro pois, em geral, trabalhavam para pagar as dívidas acumuladas, sobretudo para pagamento da moradia em terras alheias, sendo comuns aqueles que já estariam endividados por até mais de cinco anos consecutivos.

O assessor do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Paulo Cezar L. Cerqueira, indicou exatamente a fragilidade e a debilidade das relações trabalhistas e dos ganhos salariais verificados entre os trabalhadores nordestinos, sobretudo entre os rurais, para justificar o avanço da fome por aquela região do país: *54,4 % dos assalariados nordestinos ganham até um salário mínimo; 40,5% destes não têm carteira assinada; entre os assalariados rurais, 94,7% não têm sua situação trabalhista regularizada.*¹²⁹

Como conclusão, podemos compreender que o altíssimo grau de exploração e expropriação sofrido por parte da população brasileira – sobretudo no que diz respeito à impossibilidade de se ter acesso direto a terra e ao dinheiro corrente – explicaria em larga

¹²⁸ CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 24.

¹²⁹ CERQUEIRA, Paulo. *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE, Ed. Hucitec, 1986, p.33.

medida o avanço da fome, em fins da década de 1970. Tal processo seria também resultado, em parte, dos efeitos colaterais impostos pelo Arrocho Salarial, desde os tempos iniciais do Milagre Econômico. Este foi o sentido último das conclusões apresentadas pelo professor Flávio Shienck Valente a respeito de suas pesquisas produzidas junto aos trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco:

Para os assalariados, tanto rurais como urbanos, o acesso aos alimentos é determinado, única e exclusivamente, com raríssimas exceções, pelo trabalho e pelo salário real, ou seja, pela quantidade de alimentos que os salários podem comprar. (...) existe uma grande proporção da classe trabalhadora desempregada ou subempregada, (...) é de se esperar que este seja o maior de determinante da fome e da desnutrição.¹³⁰

De fato, o próprio presidente do Instituto Nacional de Alimentação (INAN), Bertoldo Arruda, reconhecia para os Deputados que, no início da década de 1980, a maior parte dos trabalhadores brasileiros não possuía condições sequer de obter uma alimentação básica adequada, devido aos baixos salários que recebia:

Segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980 (IBGE), 59% da população economicamente ativa tem rendimentos de até dois salários-mínimos mensais, quantia reconhecidamente insuficiente para atender às suas necessidades nutricionais.¹³¹

Segundo números fornecidos por pesquisas de Hélio Jaguaribe, as condições de sobrevivência da população brasileira ficaram ainda piores durante o ano de 1983. Isto porque, no total, cerca de 65 % dos brasileiros viviam com, no máximo, até dois salários mínimos – valor que o próprio presidente do INAM reconhecia como sendo incapaz de sustentar o trabalhador e sua família naquele período histórico. Mais especificamente, cerca de 13 % da população brasileira trabalhava sem receber qualquer rendimento ou salário, em 1983. Aproximadamente 30 % recebiam até um salário mínimo e 23% recebiam até dois salários mínimos. Vale indicar que na região nordestina a porcentagem dos que recebiam até 2 salários mínimos chegava a 77% dos trabalhadores¹³²

Esses números também foram indicados pelas Pesquisas Nacionais por amostra de Domicílio (PNAD – 1982). Ressalta-se que os trabalhadores da região Norte não estavam

¹³⁰ VALENTE, Flavio. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 23.

¹³¹ ARRUDA, Bertoldo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 190.

¹³² JAGUARIBE, Hélio (org.). *Brasil 2000: para um novo pacto social*. Paz e Terra. 1986, p. 17.

incluídos na pesquisa, fator que agravaria ainda mais os dados sobre a baixa renda dos trabalhadores brasileiros.

Faixas de renda	1980		1982	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Até 1/2 salário mínimo	7.710.000	16,3	10.086.000	20,1
De 1/2 até 1 salário mínimo	10.570.000	22,4	11.776.000	23,5
De 1 a 2 salários mínimos	13.204.000	28,0	12.884.000	25,7
De 2 a 3 salários mínimos	5.539.000	11,7	5.420.000	10,8
De 3 a 5 salários mínimos	4.852.000	10,3	4.859.000	9,7
De 5 a 10 salários mínimos	3.245.000	6,9	3.279.000	6,5
De 10 a 20 salários mínimos	1.384.000	2,9	1.393.000	2,8
20 salários mínimos ou mais	659.000	1,4	494.000	1,0
Total com renda	47.176.000	100,0	50.193.000	100,0

Tabela 1.5 Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/ IBGE: 1982.

Por outro lado, é possível perceber que houve um aumento considerável também no número total de trabalhadores não remunerados, entre os anos de 1980 e 1982:

Pessoas ocupadas	1980	%	1982	%
Total geral	42.913.000	100,0	47.925.000	100,0
Empregados	28.605.000	66,6	30.247.000	63,1
Conta própria	10.666.000	24,8	11.146.000	23,2
Empregadores	1.158.000	2,7	1.587.000	3,3
Não-remunerados	2.270.000	5,3	4.945.000	10,3
Na agricultura				
Total	13.109.000	100,0	14.139.000	100,0
Empregados	5.030.000	38,4	5.134.000	36,4
Conta própria	5.600.000	42,7	4.340.000	30,0
Empregadores	377.000	2,8	494.000	3,5
Não-remunerados	2.072.000	15,8	4.169.000	29,5
Fora da agricultura				
Total	29.804.000	100,0	33.786.000	100,0
Empregados	23.574.000	79,1	25.112.000	74,2
Conta própria	5.065.000	17,0	6.805.000	20,0
Empregadores	780.000	2,6	1.092.000	3,1
Não remunerados	197.000	0,6	775.000	2,8

Nota: os dados de 1982 não incluem a população rural da região Norte

Tabela 1.5 (complemento) Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/ IBGE: 1982

A incapacidade dos salários proverem a alimentação do trabalhador brasileiro foi também ressaltada, na CPI da fome, por Jane Vasconcelos, líder do Movimento Contra a Carestia:

*Conseqüência disso é a fraqueza, perda de produtividade e aumento de possibilidade de acidentes de trabalho.*¹³³

¹³³ VASCONCELOS, Jane. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 198.

Também a operária Aldemira Martins, empregada no setor da indústria têxtil nordestina, associava a fome aos baixos salários recebidos pelos trabalhadores dos centros urbanos. Em entrevista concedida ao Jornal sindical *Disparada*, a operária denunciou:

*A fábrica também não oferece uma alimentação adequada que compense o duro que damos. O salário que recebemos é um salário de fome. Não dá para nos vestir, nem para comer. Não é suficiente nem para atender a nossas principais necessidades*¹³⁴

Já os dados apresentados no discurso proferido por José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG, demonstraram que o valor dos salários ganho pelos trabalhadores determinava as expectativas de vida da população. As maiores expectativas de vida cresciam em função dos salários obtidos pelo trabalhador:

B R A S I L - 1976	
RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ESTIMADA
Ate 1 salario-mínimo	54,8 anos
Mais de 1 a 2 salários mínimos	59,5 anos
Mais de 2 a 5 salários mínimos	60,4 anos
Mais de 5 salários mínimos	69,6 anos

Fonte: MADEIRA, J.L. ET AL. - A DINÂMICA DO MOVIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA. SÉRIE ESTUDOS E PESQ., IBGE, RJ, 1979. Mortalidade infantil e rendimento familiar. Considerando 17

Tabela 1.6 Dados citados por SILVA, José. IN: CPI da Fome. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982, p.95.

A própria longevidade tornava-se uma dificuldade ainda maior para os trabalhadores brasileiros, uma vez que apenas 46% dos trabalhadores possuíam algum tipo de vínculo com a previdência social, segundo números do IBGE, em 1984. Em suma, ainda que superasse os baixos índices de expectativa de vida, a maior parte dos brasileiros teria dificuldades de sobreviver em idades avançadas, visto que 56% da população brasileira não tinham acesso à aposentadoria no país.

¹³⁴ Jornal *Disparada* Boletim oficial do Programa de educação política. Serviço de Assistência Rural (SAR). Ano 5. Número 12, Março/ Abril 1983, p. 4.

1.2–ESPECULAÇÃO COM OS PREÇOS DOS ALIMENTOS: O AGRAVAMENTO DA CRISE BRASILEIRA ENTRE 1981- 1983

O Médico Mário M. da Silveira também indicou para os Deputados brasileiros que a população estava sendo obrigada a abandonar o consumo de leite e carne devido à sua incapacidade de pagar pelos altos preços inflacionados no país: *O leite chegou a um preço tal que o povo não pode tomar leite. (...) A queda do consumo de leite aqui, foi espetacular, como também a queda do consumo de carne.*¹³⁵

Lavradores sulistas assentados forçadamente pelo governo brasileiro na região amazônica ressaltaram o alto preço dos alimentos vendidos naquela região, por volta de 1983. Enquanto o salário mínimo girava por volta de 30.000 cruzeiros:

Só para se ter uma idéia, um quilo de feijão custa mil cruzeiros; uma lata de óleo está por 1500 cruzeiros; um pacote de leite em pó custa nada menos de 2 mil cruzeiros. E uma dúzia de ovos, mil cruzeiros. 136

Também o professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Antônio Estavam de Lima Sobrinho, apontou o quadro econômico marcado por diversas instabilidades, agravado por uma aguda inflação, favorecendo a alta especulação no preço dos alimentos:

*O problema da alimentação tende a se agravar, entre outras causas pela pressão demográfica urbana, pela redução das áreas agricultáveis acessíveis a pequenos produtores e pelos baixos rendimentos de muitas culturas; estes fatores conjugados com a inflação provocam a escassez, assim como a especulação com os alimentos.*¹³⁷

A perda do valor de compra do salário mínimo, no início da década de 1980, fica evidente também quando se observa a inflação vertiginosa sobre os preços alimentícios entre os anos de 1982 e 1983:

¹³⁵ SILVEIRA, Mario. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 12.

¹³⁶ Jornal *Sem Terra*, Novembro, 1983. P. 4.

¹³⁷ SOBRINHO, Antônio. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 71.

Produto	Abril/82	Março/83	Aumento (em %)
Arroz — quilo	86,00	180,00	109
Feijão (carrioca) — quilo	92,00	248,00	169
Batata — quilo	55,00	345,00	527
Ovos extra — dúzia	124,00	246,00	98
Alcatra — quilo	388,00	960,00	147
Patinho — quilo	352,00	870,00	147
Alface lisa — pé	39,00	130,00	233
Cenoura — quilo	92,00	704,00	665
Salsicha — lata 370g	58,00	110,00	89

Fonte: Supermercados Sé

Tabela 1.7 Revista Veja, edição 761, 6 de Abril, 1983, p. 100.

PREÇO MÉDIO DOS PRODUTOS ESSENCIAIS

Setembro 1982 / Setembro 1983

PREÇOS MÉDIOS DOS PRODUTOS ESSENCIAIS

PRODUTOS	QUANTIDADES	set/82 (Cr\$)	SETEMBRO / 83 (Cr\$)
Came	1 Kg	622 24	2 288 97
Leite	1 litro	63 00	165 00
Feijão	1Kg	141 05	1 014 76
Arroz	1Kg	140 39	465 21
Farinha de Trigo	1Kg	78 14	282 55
Batata	1Kg	71 00	499 00
Tomate	1Kg	121 94	259 11
Pão	1Kg	163 33	480 87
Café em Pó	1Kg	781 18	1 687 50
Banana	1 dúzia	76 33	266 03
Açúcar	1Kg	95 00	197 00
Banha	1Kg	331 14	1 150 50
Manteiga	1Kg	998 36	1 839 75

Tabela 1.7 (complemento) Fonte: Dieese / Setembro 1983.

O Movimento Custo de Vida de Teresina indicara exatamente que o aumento dos salários já estava em defasagem em relação ao aumento da inflação e dos gêneros de primeira necessidade, de acordo com a tabela apresentada, com referência entre maio /1982 e maio/1983:¹³⁸

Salário real pago = 90,1%

Custo de vida = 95,4 %

Preço dos alimentos = 113,1 %

Taxa de inflação = 119,5 %

¹³⁸ Jornal Alternativa, edição especial 1º de Maio, 1983.

A chefe do setor de Alimentos do PROCON reconhecia que o governo brasileiro estava sendo incapaz de conter a alta especulação sofrida pelos preços alimentícios no país. Mais especificamente, apontava o deliberado esvaziamento das funções da SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento) como mais um dos motivos do descontrole inflacionário:

*Tal Liberação de preços pela SUNAB cria situação difícil para o consumidor de baixa renda no que diz respeito aos itens essenciais. Estatísticas e estudos estão aí para provar que o brasileiro paga cada vez mais para consumir cada vez menos.*¹³⁹

Não era à toa que uma das maiores reivindicações apontadas pelo Movimento Nacional Contra a Carestia consistia exatamente em reclamar do aumento abusivo nos preços dos alimentos. De acordo com o depoimento de Jane Vasconcelos, Coordenadora Nacional do Movimento:

*[entre as] resoluções do Congresso Nacional do Movimento Contra a Carestia, realizado em Belo Horizonte, em dezembro de 1980 (...) estariam lutas a serem encaminhadas pelo congelamento dos preços (alimentos, aluguéis, transporte, água, luz)*¹⁴⁰

Enquanto havia a constatação da elevação massiva dos preços dos alimentos, em contrapartida, a população brasileira vinha sofrendo consideráveis perdas na sua capacidade de garantir a sua alimentação diária:

*Em 1971, 71,5% da população [em Salvador – Bahia] apresentavam uma ingestão calórica abaixo do valor considerado normal, ou seja, 2.450 calorias por dia. Em 1975, de acordo com o ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar, do IBGE, o consumo calórico médio per capita caía para 1.733 calorias. O custo de vida na Bahia aumentou 755% em quatro anos...*¹⁴¹

Além dos aumentos abusivos, havia ainda outros fatores contribuindo para a queda do consumo de alimentos entre a população, tais como a fraude deliberada entre empresários, falsificando os pesos e a quantidade dos produtos vendidos:

¹³⁹ GALLI, Maria. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., pp. 173-184.

¹⁴⁰ VASCONCELOS, Jane. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 201.

¹⁴¹ VASCONCELOS, Jane. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 199.

No ano passado, os consumidores paulistas pagaram e não puderam consumir 2.367.288 litros de leite, 6.468 litros por dia. Estes quase 2,4 milhões de litros de leite foram sonogados em pequenas quantidades entre os 4,4 milhões de litros produzidos e consumidos diariamente em 1981, em pacotes que traziam volume inferior àquele estipulado na embalagem¹⁴²

Maria Galli, chefe do Procon, ressaltou que os comerciantes vinham constantemente burlando a qualidade dos produtos vendidos no país: *Os resultados das análises do Instituto Adolfo Lutz, realizadas a pedido do PROCON, em 1981 (...) mostraram adição de água no produto, teor de gordura inferior ao rotulado e baixa qualidade higiênica.*¹⁴³

Em Outubro de 1983, os editores do Jornal *O Grito do Povo* deixavam claro, através de uma charge, uma das formas pelas quais empresários vinham realmente burlando as imposições da SUNAB. Além de venderem a 30,00 cruzeiros o pão francês (50 g) tabelado em 28,00 Cruzeiros, comerciantes da região metropolitana de São Paulo repassavam leite aguado à população:

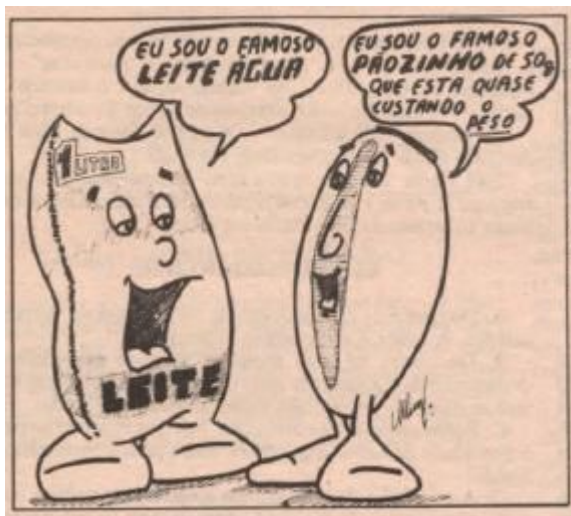


Imagem 1.1 Fonte: *Jornal Grita Povo*, Outubro, 1983. P. 8.

Conhecendo tal realidade, a chefe do Procon alertou para a gravidade de tais fraudes, uma vez que estariam colocando em risco a saúde de uma população já debilitada pelas péssimas condições de alimentação:

Para quem o volume suprimido fraudulentamente representa a cota de uma xícara de um dos membros da família, ou então, a conseqüência da ingestão

¹⁴² GALLI, Maria L. Z. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 174.

¹⁴³ GALLI, Maria L. Z. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 174.

*de um produto contaminado por parte de uma criança desnutrida pode ser a sua morte*¹⁴⁴

Ainda assim, o governo brasileiro estava longe de dar qualquer tipo de punição exemplar para os empresários que lucravam a partir de fraudes no mercado da venda de alimentos no país. Ao contrário, a impunidade constituía a regra, perante uma fiscalização inócua e permissiva:

A SUNAB, como citei, também está completamente limitada e as multas são irrisórias frente ao lucro que as indústrias auferem nos abusos diários. (...) Não tenho conhecimento, e digo isso como representante do PROCON, de grandes casos em que o abuso do poder econômico tenha sido punido. 145

Para Eduardo Kertesz, além de burlar os preços e a qualidade dos comestíveis, produtores e revendedores de alimentos no país estariam muito mais preocupados em garantir seus lucros, obtidos via exportação, do que realmente comprometidos com a alimentação das famílias brasileiras. Na verdade, o irrisório poder de compra da população resultaria em uma baixa expectativa de lucro por parte dos produtores de alimentos no mercado nacional. Isso confirmaria, em grande medida, o fato das exportações serem o destino principal da produção alimentícia do Brasil, em detrimento de uma população esfomeada e sem renda para compra de comida:

*É muito difícil produzir arroz. Muito difícil produzir feijão. É muito difícil produzir milho, quando a população brasileira não tem renda. É curioso, mas, realmente mantidas essas condicionantes, a única solução é exportar.*¹⁴⁶

A falta de renda da população para comprar alimentos também poderia ser explicada pelo aumento incessante dos níveis de desemprego do país: Os altos índices de desemprego no Brasil, entre os anos de 1981 e 1983, também foram ressaltados pelos institutos de pesquisas sociais e econômicas:

¹⁴⁴ GALLI, Maria L. Z. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 174.

¹⁴⁵ GALLI, Maria L. Z. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., pp. 174 e 178.

¹⁴⁶ KERTESZ, Eduardo. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 160.

TABELA 4
Total de desempregados e taxa de desemprego aberto,
1979 – 1983

ANOS	Taxa de Desemprego (%)	Total Desempregados (milhões de pessoas)
1979	4,1	1,2
1980	4,6	1,5
1981	5,8	2,0
1982	5,6	2,0
1983	6,3	2,4

Fonte:

Políticas de Estabilização e Emprego: o caso do Brasil: 1980-81, Ministério de Trabalho - 1984, in: Medeiros op. cit.

Tabela 1.8 Citado por UGA, Maria Alcía D. Crise econômica e políticas sociais: elementos para discussão *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.5, no.3, Julho/Setembro. 1989.

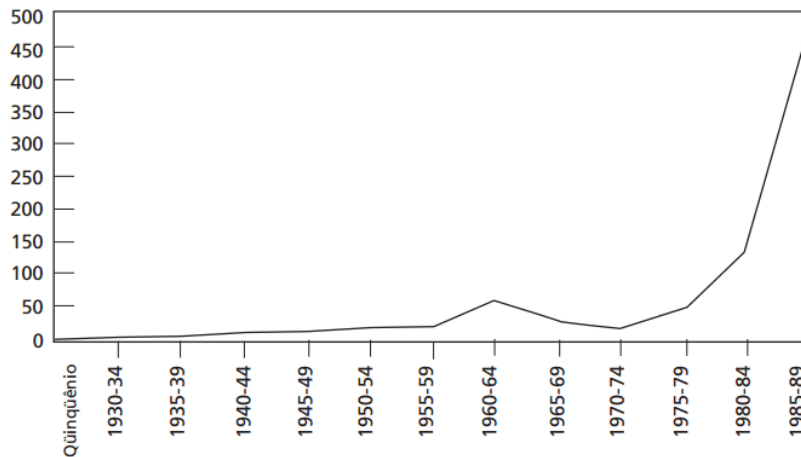
O número total de desempregados e subempregados, no Brasil, em 1983, era de 13 milhões de pessoas, equivalendo a cerca de 25% da PEA (População Economicamente Ativa). Somente em São Paulo, o desemprego atingia aproximadamente um milhão de pessoas.¹⁴⁷

A avaliação de alguns dados econômicos permite perceber a dramaticidade verificada por volta de 1983 – quando a inflação mantém uma forte curva, em ascensão desde 1979, ao mesmo tempo em que o PIB despenca.

¹⁴⁷ JAGUARIBE, Hélio (org.). *Brasil 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 18.

Gráfico/Inflação/Brasil – década de 1980

Gráfico 6: Brasil. Inflação e crescimento do PIB.
Taxas médias anuais nos quinquênios de 1930-34 a 1985-89



Gráfico/PIB/Brasil – década de 1980

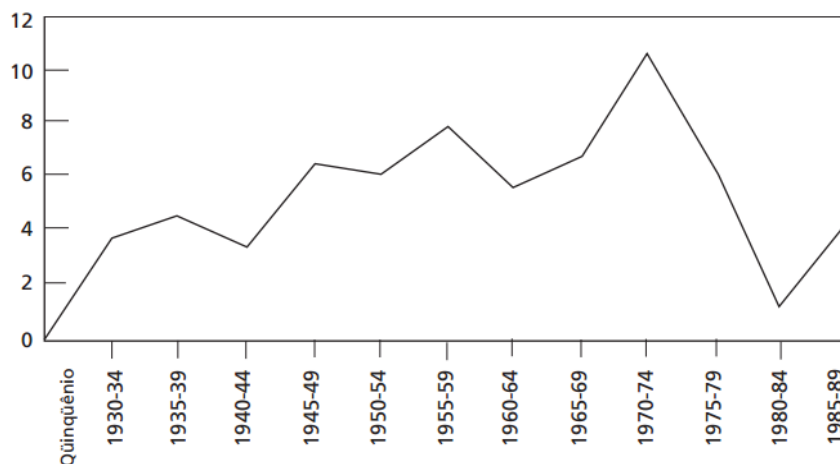


Gráfico 1.1 Fonte: IPEADATA <http://www.ipeadata.gov.br/>

Desta maneira, a grave combinação entre *um salário mínimo que não dava para comer*, salto inflacionário, crescimento do desemprego e redução drástica do PIB faria do ano de 1983 o período com maior índice de pobreza e extrema pobreza da história recente nacional, atingindo um total de pobres de 59.922.702,00 milhões de pessoas (48 % da população)¹⁴⁸, perfazendo um total de extremamente pobres de 28.305.412,00 milhões de pessoas (23 % da população).¹⁴⁹

¹⁴⁸Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

¹⁴⁹Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de

Brasil / Taxas de pobreza / Extrema pobreza



Data	 Pobreza - taxa de pobreza (P0)	Data	 Pobreza - taxa de extrema pobreza (P0)
1976	42,12	1976	18,20
1977	39,06	1977	15,99
1978	42,74	1978	20,86
1979	38,74	1979	15,92
1980		1980	
1981	40,79	1981	17,25
1982	41,00	1982	17,80
1983	48,73	1983	23,02
1984	48,30	1984	21,70
1985	42,01	1985	18,15
1986	26,41	1986	8,80
1987	38,71	1987	17,11
1988	43,57	1988	20,85
1989	41,36	1989	19,29
1990	41,92	1990	19,95
1991		1991	
1992	42,09	1992	19,97
1993	42,98	1993	20,27

Tabela 1.9 Fonte: IPEADATA <http://www.ipeadata.gov.br/> Acessado em 30/10/2016

alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

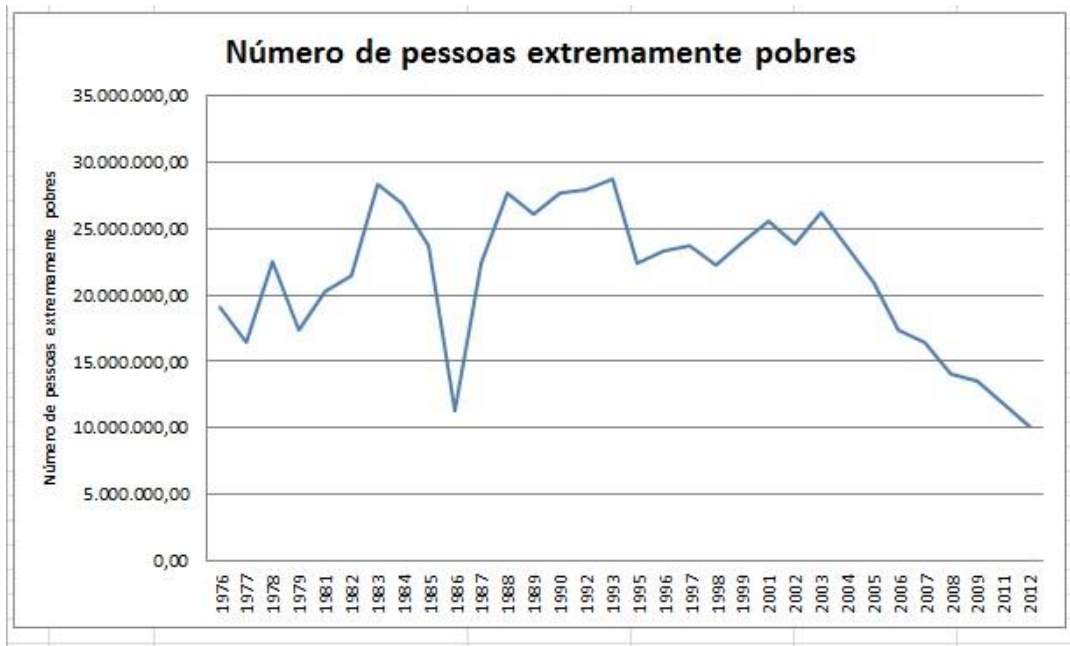


Gráfico 1.2 <http://www.ipeadata.gov.br/>

Para o economista Bresser Pereira, o contexto econômico de 1983 apresentava fatores tão negativos que não possuíam paralelo na história do país, até aquele momento:

É neste ambiente de fortíssima concentração na demanda agregada, através de uma política fiscal e monetária de aperto, sem paralelo na história recente do país, e com controle de salários e preços industriais, que as taxas de inflação sofrem um forte processo de aceleração (...)150

O ajuste fiscal e monetário promovido pelo presidente João Figueiredo, seguindo as indicações do FMI, estabelecia arrocho salarial combinado com a elevação dos preços também em setores estratégicos controlados pelo Estado. Enquanto o valor real dos salários decaía, os preços dos serviços essenciais como eletricidade e transporte ferroviário subiam vertiginosamente. Por outro lado, algumas áreas voltadas para a proteção social, como o caso da saúde, sofreram perdas consideráveis.

¹⁵⁰PEREIRA, Bresser Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. *Inflação e Recessão*. Brasiliense, 1984, p.186. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Books/InflacaoeRecessao-1Edicao/14-Os-fatores-Aceleradores-da-Infla%C3%A7%C3%A3o-Brasileira-1979-e-1983.pdf> Acesso em 30/10/2016

**QUADRO III
PREÇOS ADMINISTRADOS PELO GOVERNO**

	1980	1981	1982	1983
Energia elétrica	67.0	112.4	103.1	156.9
Telefone	69.1	98.4	90.4	127.5
Derivados do petróleo				
Gasolina	125.7	66.7	96.5	166.5
Óleo combustível	66.7	150.0	104.0	194.1
Óleo diesel	404.2	90.1	104.3	225.2
Gás	104.3	94.7	105.4	213.8
Carvão	77.2	248.8	174.4	120.6
Aço	133.9	105.9	99.0	150.1
Correio e serv. telegráfico	56.2	139.9	101.2	88.0
Transporte ferroviário	79.4	112.1	98.2	152.6
IGP/DI	110.2	95.2	99.7	211.0

Fonte:

Fundação Getúlio Vargas e Banco Central.

Tabela 1.10 PEREIRA, Bresser Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. *Inflação e Recessão*. Brasiliense, 1984, p.186.

**TABELA 2
Gasto Federal per capita em saúde a preços maio/87**

Ano	Gasto Total Per capita	Recurso Tesouro Per capita	Finsocial Per capita	FPAS Per capita	FAS Per capita	Outras Per capita
1980	1.248,80	162,10	0,00	1.062,33	19,83	4,54
1981	1.126,23E	162,32E	—	993,11E	24,67E	6,21E
1982	1.144,82E	179,57E	—	934,34E	22,32E	8,60E
1983	891,25E	169,67E	17,82E	709,09E	11,11E	1,47E
1984	917,33E	153,27E	19,54E	746,95E	16,44E	0,68E
1985	1.019,08E	215,40E	25,97E	797,63E	6,05E	—
1986	1.066,26E	241,73E	2,95E	818,71E	5,83E	—

MPAS – DATAPREV

Síntese – Sistema Integrado de Séries Históricas

Cz\$ – Deflator: IGP

Usuário: INAMPS/SFOC
em 09/09/87

Tabela 1.11 citada por SILVA, Pedro Luiz Barros; MEDICI, André Cezar. *Considerações sobre o gasto em saúde no Brasil: dilemas até o fim do século*. *Cadernos de Saúde Pública*. vol. 4 n.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 1988. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1988000100008 Acessado em 30/10/2016

Há, portanto, elementos econômicos e sociais que explicam, em boa medida, a intensificação das mobilizações contra a fome verificada no início da década de 1980, as quais puderam contar, tanto com a força dos movimentos de cunho organizativo, como também com os impulsos mais radicais dos movimentos de multidões famintas.

Certamente, esta redução dos gastos governamentais com os serviços públicos essenciais e a brutal elevação do custo de vida constituem fatores importantes que ajudam a

explicar, em parte, os diversos atos de confrontos diretos implementados pelas massas de trabalhadores e desempregados, sob o formato de quebra-quebras e saques, em diversas áreas do país, entre 1980 e 1983. Tais confrontos atestam que a fome constituía um problema atrelado ao aumento do custo de vida em geral, sendo possível também compreender as mobilizações contra a crise famélica – sobretudo os *saques* a Supermercados de 1983 – pelo mesmo ângulo de outras experiências de mobilizações populares voltadas para os protestos coletivos, tais como os quebra-quebras de ônibus e trens ocorridos nos centros urbanos, a exemplos de São Paulo e Salvador, em 1981.¹⁵¹

Não se trata, portanto, de negar ou negligenciar as singularidades culturais presentes em cada uma destas mobilizações sociais, mas sim, de ratificar que possuem uma matriz histórica em comum, ligada a percepção popular de que houve um grave rebaixamento das suas condições de sobrevivência, implicando na expansão da fome e da carestia. Assim, no plano mais geral de análise, não se pode ocultar que as classes populares sentiam dolorosamente – pelo evidente aumento do custo de vida – que o suor e o sangue dos trabalhadores haviam sido penhorados para pagar a dívida externa brasileira, no período em que os governantes do país aceitavam novas condições de submissão ao FMI e ao Banco Mundial, para dar continuidade à reprodução do capitalismo brasileiro. Isso significa que tanto as sensibilidades de uma economia moral constantemente *desafiada* (que estariam por de trás das singularidades que fazem romper cada movimento), como a fome que apertava a barriga da população (um elo objetivo em comum), foram elementos que impulsionaram, concomitantemente, as mobilizações populares que contestavam a fome no período, sobretudo, aquelas mais radicais.¹⁵²

Na verdade, nunca é demais lembrar, as formas como singularidades culturais impulsionaram mobilizações de multidões, ao longo da história, já foram bastante analisadas pela historiografia. Para E. P. Thompson, por exemplo, seria preciso considerar uma certa noção legitimadora de direito existente por detrás de cada uma destas ações “espontâneas” promovidas pelas massas *populares*. De fato, alguns levantes em 1983 ocorreram pela falta de vagas nas Frentes de Emergência do Nordeste, outras após atrasos nos pagamentos, outras no

¹⁵¹ É sintomático que o Quebra-Quebra de ônibus de Salvador, em 1981, tenha iniciado após uma passeata organizada pelo Movimento Custo de Vida. Ver: FERREIRA, Edemir Brasil. *A multidão rouba a cena. Quebra-quebra em Salvador (1981)*. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado em História, 2008; GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo, Edições Loyola, 2001, p. 124; PASCHOARELLI, Leandro. *Quebra-quebras e Imprensa, Zona Leste de São Paulo 1980-1981*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, 2000.

¹⁵² Ver: HOBBSAWN, E. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.100-228; THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.152-257.

contexto das passeatas de desempregados dos centros urbanos do sudeste, etc. A ausência de direitos de cidadania e as arbitrariedades impostas através da força coercitiva de um Estado ditatorial caracterizariam, sobretudo, o núcleo central do *modelo* sugerido por Éric Hobsbawn, enquanto motivação histórica que garantiu sentido mais genérico aos comportamentos das multidões, dentro de um contexto histórico caracterizado também pela expansão dramática da fome. Isso significa dizer que não foi nenhuma coincidência o fato de que a luta contra a fome tenha se confundido exatamente com as mobilizações políticas que criticavam a legitimidade do Estado autoritário. **Em outras palavras, além da barriga vazia, inegavelmente as mobilizações contra a fome foram impulsionadas pelas exigências da recuperação dos direitos de cidadania, no contexto da redemocratização brasileira.**

1.3 - OUTROS ÂNGULOS DA FOME: A DESNUTRIÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

Embora o gráfico da mortalidade infantil brasileira apresente declínio para toda a década de 1980, o problema ainda era de profunda gravidade no país naquele período histórico. Sobre esta questão, vale lembrar que o número de mortes entre as crianças era consideravelmente maior entre as famílias de menor renda salarial no país. De acordo com o Presidente da CONTAG, os estudos produzidos pelo IBGE em 1976 estariam revelando o avanço das mortes infantis por desnutrição, sobretudo entre as camadas de menor renda. Apoiando-se em estudos promovidos por YUNES, J. e RONCHEZEL, V.¹⁵³, o líder sindical apresentou os seguintes números para os Deputados da Câmara Legislativa, válidos supostamente para o ano de 1976:

De cada 100 mil nascidos vivos / ano 1976	Mortos até um ano /	Mortos até 5 anos	Total de mortos até 5 anos /por cem mil nascidos vivos
Rendimento familiar menor que um salário mínimo	11861	17406	29267
Rendimento familiar entre 1 e 2 salários	9537	13658	23195

Tabela 1.12 FONTE: SILVA, José. IN: *CPI da Fome*, 1981, op. cit., p.96.

¹⁵³YUNES, J. E RONCHEZEL, V.S.C. "Evolução da Mortalidade Geral, Infantil e Proporcional no Brasil". São Paulo, *Revista de Saúde Pública*; 8, suplemento, 1974.

O crescimento da desnutrição infantil crônica no país foi confirmado pelo professor Flávio Shieck Valente. De acordo com os números que apresentou na CPI, milhares de crianças brasileiras ainda estariam morrendo de fome por volta do ano de 1979, considerando os métodos de avaliação de taxas de mortalidade infantil apresentadas por PUFFER e SERRANO:¹⁵⁴

Aplicando-se estas taxas aos óbitos ocorridos e registrados em 1979 (...), Pelo menos duzentas mil crianças até cinco anos morrem de fome no Brasil, por ano. 155

Seguindo tal tendência, os números da crônica desnutrição infantil brasileira continuariam acima da média Latino Americana e muito próximo às taxas Africanas:

A nossa taxa de desnutrição grave, de 27,6 % (...) está mais próxima a das observadas na África, que teria uma média de 30,9%. 156

E considerando o número total de crianças de zero a sete anos no país, teríamos uma taxa de 54% de crianças com algum grau de desnutrição. Em outras palavras, o professor confirmava claramente para os Deputados brasileiros o fato de que a maioria das crianças brasileiras passava fome e milhares morriam em consequência desta mazela, no início da década de 1980.

Também o médico Eduardo Marcondes apontou que os cientistas brasileiros da área de saúde já estariam abarrotados de dados suficientemente comprovadores a respeito da gravidade e da intensidade da fome prevalente entre as crianças brasileiras:

Estudamos muito os desnutridos, há dez ou quinze anos. De repente paramos, porque não há mais o que saber deles. [A criança desnutrida] gerou dezenas e dezenas de dissertações e teses de pós - graduação. Quanto ao corpo do desnutrido, realmente nada mais nos falta saber. 157

Em seguida, os Deputados foram informados sobre as consequências irreversíveis que a fome causava, no sentido de impedir o pleno desenvolvimento infantil: *Os desnutridos graves que tiveram lesões cerebrais terão problemas mentais enquanto viverem e não há como dar volta a isso: ou se previne ou o mal está feito.*¹⁵⁸

¹⁵⁴PUFFER, R. R. & SERRANO, C. V. Patterns of mortality in childhood. Washington, PAHO, 1973. (PAHO - ScientificPublication 262)

¹⁵⁵ VALENTE, Flávio Shieck. IN: CPI da Fome, 1981, Op. cit.,p. 19.

¹⁵⁶ VALENTE, Flávio Shieck. IN: CPI da Fome, 1981, Op. cit.,p. 19.

¹⁵⁷ MARCONDES, Eduardo. In: CPI da Fome, 1981, Op. cit.,p. 32.

¹⁵⁸ MARCONDES, Eduardo. In: CPI da Fome, 1981, Op. cit.,p. 38.

Pesquisadoras do *Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas* também assinalaram, em suas produções científicas, a percepção de que a desnutrição infantil brasileira estava próxima aos níveis africanos, em fins da década de 1970.

*No Nordeste (...) a desnutrição acomete 70 % dos menores de 10 anos, nas suas diferentes formas e tipos. (...) As curvas de crescimento das crianças da região só se copara àquela das crianças pobres da Nigéria, Índia, Chile e Guatemala, as de menor tamanho do mundo.*¹⁵⁹

Da mesma forma, ressaltaram que outras produções científicas vinham confirmando as tragédias da fome brasileira, principalmente entre as crianças nordestinas:

*Em 1976, Simmons, em pesquisa realizada em diversas cidades do Nordeste, levantou 1.000 casos de perda de visão em crianças provocados pela hipovitaminose A. Há referências de aumento do número de cegos nas épocas da seca.*¹⁶⁰

A CNBB foi outra instituição que denunciou as calamidades da crise famélica brasileira, sobretudo aquelas ocorridas no Nordeste, comparando-as com a realidade dos países pobres africanos:

*Um relatório oficial traçou um diagnóstico inquietador da situação sanitária dos nordestinos: quatro milhões de pessoas atacadas pela esquistossomose; três milhões com doenças de chagas; 17 mil novos casos anuais de tuberculose; 66% da população rural infantil entre 1 e 5 anos afetadas pela desnutrição. As mortes de menores de 1 ano representam 34% do total de óbitos. Cruel realidade que o mundo só via nos mais carentes países da África e da Ásia.*¹⁶¹

Este quadro traçado pela CNBB já havia sido confirmado na CPI da fome de 1981. De acordo com o depoimento do presidente do Instituto Nacional de Alimentação (INAN), as doenças infecciosas vinham contribuindo ainda mais para a piora do quadro da desnutrição infantil, constituindo mais um agravante diante das péssimas condições de alimentação da criança brasileira:

¹⁵⁹ PEREZ, Emilia P.; TELES, Leda M.; GOMES, Francisco G. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. Pág. 80.

¹⁶⁰ PEREZ, Emilia P.; TELES, Leda M.; GOMES, Francisco G. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. Pág. 84.

¹⁶¹ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p.9.

*além de ser o fator precipitante mais comum dos casos graves de desnutrição, os processos infecciosos são os fatores causais mais frequentes de morte em crianças desnutridas. Considerando a elevada prevalência das agressões infecciosas, sobretudo nos meios urbanos, onde se encontram sob condições insalubres as populações de baixa renda (...)*¹⁶²

Também insistiu neste ponto o professor Flavio Shieck Valente, demonstrando a relação crítica existente entre a desnutrição e a insalubridade presente na maior parte das moradias brasileiras:

*Falta de água, a ausência de esgotos, a precariedade habitacional, a falta de tratamento de Água (...) faz com que a população seja atingida por diarreias, parasitoses, infecções respiratórias, alergias (...). Somadas à desnutrição levam à morte, porque a fome facilita o processo infeccioso e este, por sua vez, piora o nível nutricional.*¹⁶³

Os números divulgados pelo IBGE, em 1984, apontavam para índices baixíssimos de ligação das residências brasileiras às redes de água e, sobretudo, esgoto. Apenas 66 % dos domicílios brasileiros estariam ligados às redes de água e 25% das casas, somente, teriam algum tipo de ligação com saídas de esgoto. Além disso, somente 53% dos domicílios pesquisados apresentaram a existência de algum tipo de filtro de água. Certamente que, entre os domicílios rurais estes índices chegavam a taxas consideravelmente irrisórias, próximas à apenas 7 % de domicílios com ligações de água e esgoto regulares.¹⁶⁴

Os relatos proferidos pela presidente do Movimento Contra a Carestia, Jane Vasconcelos, confirmam os casos de desnutrição infantil interligados à insalubridade urbana. A partir da exposição de suas próprias experiências como funcionária de um Centro Social de Salvador, em 1980, a depoente revela exemplos graves de desnutrição infantil costumeiros no país:

Crianças que conseguem alimentação nas escolas (...) muitas delas, quando começava o período escolar, colocavam uma alimentação no estômago (...) e desmaiavam. E essas crianças continuam, apesar da suplementação alimentar, com o mesmo nível de desnutrição. Elas moram na mesma

¹⁶²ARRUDA, A. G. Bertoldo. IN: CPI da Fome, 1981op. cit., p. 189.

¹⁶³ VALENTE, Flávio Shieck. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 25.

¹⁶⁴ JAGUARIBE, Hélio (org.). *Brasil 2000:para um novo pacto social*. Paz e Terra. 1986. P. 19.

*habitação insalubre, moram dentro do esgoto, tem verminoses, tem toda a situação que leva à diarreia, a todas as doenças que há pelo Brasil.*¹⁶⁵

O Médico Eduardo Marcondes reconhecia, por outro lado, que a gravidade da fome infantil contribuía drasticamente para o fracasso escolar brasileiro: *Eu tenho para mim absolutamente certo que uma das causas mais importantes do fracasso escolar é a desnutrição nos dois primeiros anos de vida.*¹⁶⁶

Certamente, não era coincidência que a trágica realidade educacional brasileira encontrasse situação, ainda pior, entre a população da região nordestina. Isso significa que os piores índices educacionais caracterizavam exatamente aquela população gravemente afetada pela fome no país. De acordo com o documento produzido pela CNBB:

*A taxa de alfabetização e o nível de instrução no Nordeste são dos mais baixos entre todas as Regiões brasileiras: no Brasil como um todo, 35,7 % da população, a partir da idade de 5 anos, não recebeu qualquer instrução ou não chegou a completar 1 ano de escolarização. E 41,6 % frequentou a escola de 1 a, no máximo, 4 anos. Já no Nordeste, esses percentuais são de 55,1% e de 30,3%, respectivamente.*¹⁶⁷

Para Jane Vasconcelos, um fator que agravaria ainda mais esta péssima condição nutricional infantil seria o avanço da fome entre as mulheres. Isso porque o alto grau de desnutrição verificado entre as mulheres brasileiras estaria impedindo a amamentação adequada das crianças, problema agravado com o aumento considerável do número de mulheres inseridas no campo de trabalho e, portanto, com menos tempo de amamentar seus filhos:

*A mulher passou a ser obrigada a trabalhar e deixou de cuidar dos filhos mais de perto. Os programas governamentais apresentam as mães como criminosas por não amamentarem seus filhos. No entanto, as mães alegam que ficam exaustas após amamentares, devido ao alto grau de desnutrição e desgaste físico em que se encontram por falta de comida insuficientemente ingerida.*¹⁶⁸

¹⁶⁵ VASCONCELOS, Jane. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 206.

¹⁶⁶ MARCONDES, Eduardo. In: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 38.

¹⁶⁷ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P.10

¹⁶⁸ VASCONCELOS, Jane. IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 206.

Os números divulgados posteriormente pelo IBGE confirmariam tais indicações a respeito da intensificação do trabalho feminino remunerado no Brasil entre 1981-1990:

Tabela 2. Taxa de atividade para pessoas de 10 anos ou mais de idade, 1981-90 - Brasil.

Ano	Homens	Mulheres	Total
1981	74,6	32,9	53,4
1983	74,8	35,6	54,8
1984	74,6	35,6	54,8
1985	76,0	36,9	56,1
1986	75,7	36,8	55,8
1987	76,6	38,6	57,1
1988	75,9	38,7	56,8
1989	75,8	38,7	56,7
1990	75,3	39,2	56,7

Fonte: Dados de 1981-1989- IBGE¹⁶⁹. Síntese dos Indicadores de Pesquisa Básica da PNAD de 1981-1989, Tabela 3.3; dados de 1990. Anuário Estatístico do Brasil de 1992.

Tabela 1.13

O Médico Sanitarista Mário M. da Silveira concordou com a avaliação sobre a amamentação infantil. Em sua exposição, o médico chamou a atenção para as grandes empresas multinacionais que vinham sugerindo às mães brasileiras o abandono da amamentação através da sua substituição pelos leites industrializados. No entanto a importância da amamentação estaria exatamente na sua maior capacidade de proteger as crianças contra a desnutrição crônica:

Inclusive a Nestle deve ter assassinado milhares e milhares, talvez ate milhões de crianças, porque conseguiu desviar as mães da amamentação de seus filhos. E uma coisa que todo mundo sabe é que os meninos que são amamentados no seio materno não têm muitas doenças infectocontagiosas, porque os anticorpos são transmitidos no leite materno.¹⁶⁹

A Chefe da Área de Alimentação do Sistema de Proteção ao Consumidor (PROCON), Maria Lúcia Zulzke Galli, lembrou que a questão da amamentação infantil vinha, inclusive, sendo tema de fortes debates científicos internacionais, gerando acordos para a limitação das investidas empresariais frente à maternidade: *Aprovou-se em Genebra , em maio de 1981, o código internacional de regulamentação da comercialização e propaganda dos produtos substitutivos do leite materno – com participação de 119 países¹⁷⁰*

¹⁶⁹ SILVEIRA, Mario M. da, IN: CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 12.

¹⁷⁰ GALLI, Maria L. Z. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 174.

Também sinalizou para os Deputados brasileiros que mesmo a ingestão de leite industrializado no país estava muito abaixo daquela recomendada pelos órgãos oficiais de saúde, inclusive nas áreas consideradas mais ricas, como na região centro-sul:

De acordo com dados de 1975, obtidos através do ENDEF, Estudo Nacional de Despesa Familiar, consumia-se, naquela época, cerca de 50 a 60 litros anuais per capita nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e no Distrito Federal; chegava a pouco mais de 80 litros em Porto Alegre e, em Belém, mal ultrapassava os 3 litros. Assim, verificou-se que o brasileiro consumia bem menos leite do que o mínimo recomendável: 146 litros ao ano. A situação atual, lamentavelmente, deve ser mais grave, frente à inflação que vem evoluindo de 1975 para cá, e, como sempre, atingindo com maior gravidade as famílias de baixa renda.¹⁷¹

1.4 - A MODERNIZAÇÃO E A FOME: CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITOS, TERRAS, PODER E A EXPROPRIAÇÃO DAS MASSAS POPULARES

Outro ponto importante a considerar seriam os entraves que o pequeno produtor, justamente aquele que mais colocava alimentos nas mesas das famílias brasileiras, encontrava para capitalizar sua produção. Além de estarem altamente dependentes dos caros insumos agrícolas obtidos frente aos grandes monopólios empresariais, enfrentavam o franco aumento do poder especulador dos supermercados. Assim, tanto no momento da aquisição dos meios necessários para produção, como no momento da venda, os pequenos produtores estariam levando grandes prejuízos, fazendo aumentar o preço final dos alimentos para a população brasileira.¹⁷²

Para se ter uma ideia da importância histórica da participação dos pequenos produtores na produção de alimentos no país, basta a observação dos seguintes dados:

Em 1970, os estabelecimentos agropecuários com mais de 20 ha tinham 50,6% da sua área tomados por pastos e apenas 8,5% por lavouras. Já os pequenos produtores, com estabelecimentos de menos de 20 há, dedicam 50,1% de suas terras à lavoura e 21,1% à pecuária.¹⁷³

¹⁷¹ GALLI, Maria L. Z. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 174.

¹⁷² KERTESZ, Eduardo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 160-162

¹⁷³ CNBB. Igreja e Problemas da terra. Ed. Paulinas. 1980. P.7.

Confirmando as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor, o deputado Adhemar Santillo ressaltava que em CPI anterior, tratando sobre a questão dos financiamentos públicos, os Deputados brasileiros verificaram graves discrepâncias nos financiamentos nacionais: apenas 20% dos proprietários brasileiros vinham tendo acesso aos créditos do Banco do Brasil e 80 % não tinham acesso a qualquer tipo de financiamento, sobretudo devido às dificuldades criadas pela burocracia para solicitar empréstimos.¹⁷⁴

O Deputado Lima Sobrinho concordava com a percepção de que os pequenos produtores esbarravam constantemente nas burocracias bancárias para obtenção de crédito e financiamentos, especialmente no que diz respeito à obrigação de comprovação de títulos de propriedade fundiária, muitas vezes inexistentes e ou comumente irregulares entre os pequenos produtores.¹⁷⁵

Para comprovar a relação direta existente entre as possibilidades de financiamento produtivo e as melhores condições alimentares da população, podemos observar os números apresentados pelo Superintendente da SUDENE, Valfrido Salmito Filho. De acordo com seu depoimento na CPI da fome de 1981, a região nordestina brasileira teria um dos menores índices de capitalização via financiamento federal, constituindo exatamente uma região onde os índices famélicos brasileiros seriam muito agudos: *Por exemplo, em termos de Banco do Brasil o Nordeste recebe 14% dos recursos aplicados pelo Banco em todo País, ou seja, 86% das aplicações do Banco do Brasil estão no Centro-Sul do País, ficando o Nordeste com apenas 14%.*¹⁷⁶

Neste debate, o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, relatava também as discrepâncias de financiamento oferecidas aos setores voltados para a exportação, quando comparados às porcentagens de financiamento oferecidas aos setores ligados à alimentação da população brasileira. Claramente, os setores de exportação abocanhavam a maior parte dos financiamentos públicos, enquanto os setores da alimentação básica brasileira ficavam praticamente excluídos do acesso aos créditos:

Produtos exportáveis (café, soja, cana, algodão e trigo) têm recebido em torno de 60% do crédito e participado com 33% da produção agrícola nacional; de outro lado, 3 produtos (feijão, mandioca e milho), apesar de

¹⁷⁴ SANTILLO, Adhemar CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 78.

¹⁷⁵ SOBRINHO, Lima CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 78.

¹⁷⁶ FILHO, Valfrido. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 121.

*contribuírem com 25% a 35% do produto agrícola, recebem apenas 12% do Credito Rural.*¹⁷⁷

Mas mesmo aqueles pequenos proprietários que fossem contemplados pelos financiamentos públicos poderiam, muitas vezes, acabar expulsos das terras por não conseguirem quitar suas dívidas com os bancos. Dramaticamente, além do dono da terra, vinham sendo despejadas levadas de famílias inteiras, devido às dívidas em atraso frente aos bancos do governo:

*Na Semana Santa assistimos ao despejo de mais de 50 pessoas numa propriedade, que fica a poucos quilômetros de Ouro Verde/MG, onde o proprietário foi obrigado a vender sua terra para pagar a dívida no Banco do Brasil.*¹⁷⁸

Ao que parece, os casos de famílias despejadas pelo não pagamento de suas dívidas com os bancos ocorreram em número considerável:

*O mais triste é que não só uma família, mas quase todos os pequenos proprietários dos municípios de Ouro Verde e Frei Gaspar, estão sendo despejados de suas terras para pagar a dívida do Banco do Brasil.*¹⁷⁹

O editorial do *Boletim da Pastoral Operária de Fortaleza*, em Junho de 1983, reclamava exatamente do aumento dos juros sobre o financiamento dos pequenos produtores, causando aumento dos preços dos alimentos de primeira necessidade: (...) *aumento dos juros dos empréstimos aos pequenos agricultores, que provoca aumento dos preços de produtos agrícolas, como feijão, milho, arroz, farinha, que estão cada dia mais caros*¹⁸⁰

Em uma carta enviada para o *Grito do Nordeste*, um trabalhador de Serrolândia, Bahia, assinalava como a burocracia estatal acabava endividando o trabalhador - *uma coisa descarada, escandalosa que o Banco do Brasil faz com o pessoal da lavoura: O mês certo do lavrador começar a fazer a roça é março. O Banco começa a financiar no fim de abril e assim a gente fica esperando o tempo todo sem resposta e o financiamento sai com um atraso de três meses. E vem os prejuízos (...)*¹⁸¹

¹⁷⁷ SILVA, José. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 95- 96.

¹⁷⁸ Realidade Rural. *Grito do Nordeste*. Maio / Junho, 1983. P.7.

¹⁷⁹ Realidade Rural. *Grito do Nordeste*. Maio / Junho, 1983. P.7.

¹⁸⁰ O Noticiário, *Boletim informativo da Pastoral Operária* nº2. Fortaleza, Junho, 1983.

¹⁸¹ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Julho / Agosto, 1983. P. 2.

As discrepâncias na captação de recursos e financiamentos federais tornavam-se ainda mais críticas nos momentos de crise – como no caso da seca nordestina verificada entre 1979-1983. Isso porque as calamidades forneciam um contexto ideal para que as elites agrárias utilizassem de seus poderes políticos para justificar a apropriação particular dos recursos financeiros fornecidos pelo setor público:

*A seca é o tempo propício para as elites do Nordeste barganharem recursos federais, incentivos, créditos, tudo a baixo custo e muitas vezes a custo perdido. Os fazendeiros estão organizados para captar dinheiro, obras e anistias fiscais, principalmente por reterem parcelas de poder.*¹⁸²

De fato, foi justamente a partir da seca nordestina que os latifundiários daquela região justificaram a apropriação de bilhões de cruzeiros em créditos - *somente no Piauí, em 1980, 800 latifundiários receberam do governo 120 milhões de cruzeiros e a mesma quantia foi distribuída entre 33.000 pequenos produtores.*¹⁸³

Muitos técnicos e pesquisadores procuraram, incessantemente, denunciar a falsidade e a falácia do argumento de que a seca nordestina seria a raiz do avanço da fome naquela região. Por exemplo, expressaram a seguinte opinião os representantes da CNBB:

*Há uma tendência generalizada e crescente de se atribuírem à seca as causas maiores da miséria nordestina. Esta posição é tão vulnerável que não resiste a mais simples observação da realidade regional. No Maranhão chuvoso, há tanta ou mais miséria do que no Ceará seco. O trabalhador da mata litorânea de Pernambuco, embora em zona úmida, é tão subnutrido, doente e pobre quanto o sertanejo do semi-árido.*¹⁸⁴

Os técnicos dos institutos IBASE/CPT/CEPAC demonstraram, da mesma forma, as impossibilidades de se apontar a seca como um fator explicativo para a existência da fome, uma vez que na região nordestina haveria um contexto altamente favorável para captação de água anualmente: chuvas suficientes para irrigação do solo, rios e nascentes em quantidades vastas, lençóis freáticos disponíveis, mais de 70 mil açudes, barragens, etc: *O problema,*

¹⁸² CERQUEIRA, Paulo Cezar L. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. Pág. 64.

¹⁸³ CERQUEIRA, Paulo Cezar L. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. Pág. 66.

¹⁸⁴ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 11.

*portanto, não é mesmo a falta da água, mas as soluções encaminhadas para resolver a sua má distribuição.*¹⁸⁵

Isso significa que, assim como no caso dos alimentos, a água seria mais um meio de sobrevivência inacessível para grande parte da população brasileira, reforçando o monopólio político de determinados grupos da elite agrária nacional, os quais se organizavam nas estruturas de poder, inclusive, em âmbito local: *Ao mesmo tempo em que negocia recursos em instâncias superiores, tem o poder de fornecer água e caminhão pipa, abrir frentes de serviço, nomear técnicos, escolher os alistados, etc*¹⁸⁶

Representantes de trabalhadores rurais da Bahia, em Fevereiro de 1983, reclamavam exatamente disto: o monopólio sobre a venda de água abria espaço para políticas do tipo coronelistas, reatualizando o chamado voto de cabresto naquela região: *Isto foi para os políticos do PDS um grande negócio, pois eles se aproveitaram da falta d'água para pressionar e comprar o voto do povo por um pouco de água.*¹⁸⁷

Alegavam os representantes sindicais da Bahia que, após as eleições, o povo voltava a ter que conviver com a sede e a fome sem contar com a ajuda dos políticos locais, interessados apenas nos votos da população nas épocas das eleições: *“Agora que passou a política ninguém tem mais água, carro quebra todo dia e o povo vive na miséria sentindo sede, além da fome que assola a muito tempo”*¹⁸⁸

Além dos créditos financeiros e da água, a terra também constituía, inegavelmente, mais um monopólio das elites agrárias. Entre os maiores alistados nas frentes de emergência do Nordeste, não coincidentemente, estavam tradicionalmente os trabalhadores sem posse da terra. Enquanto as estruturas de poder reforçavam o poder das minorias, a dificuldade em obter créditos levou muitos produtores que viviam como parceiros e meeiros em propriedades latifundiárias a buscarem a sobrevivência nas frentes de trabalho criadas pelo governo.

*Já num estudo desenvolvido pela SUDENE acerca da condição social (...) dos que se alistavam nas frentes de emergência, ficava atestado que 30,7% eram pequenos proprietários; 69,3% eram produtores sem terra.*¹⁸⁹

¹⁸⁵ CERQUEIRA, Paulo Cezar L. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. Pág. 36.

¹⁸⁶ CERQUEIRA, Paulo Cezar L. In: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. Pág. 64.

¹⁸⁷ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Janeiro / Fevereiro, 1983. P. 2.

¹⁸⁸ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Janeiro / Fevereiro, 1983. P. 2.

¹⁸⁹ Números verificados em 1970. Ver: CERQUEIRA, Paulo Cezar L. *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec. 1986. Pág. P. 48.

Para o professor e médico da Universidade da Bahia, Flávio L. S. Valente, os favorecimentos – como o acesso privilegiado ao crédito – para o setor latifundiário e exportador seriam, inclusive, justificados pelas esferas de governo, no sentido de obter divisas no mercado internacional para o pagamento da dívida externa contraída pelo país. Certamente que tal opção trazia grandes prejuízos para o setor de produção de alimentos voltados para o consumo da população brasileira:

A necessidade de priorizar a produção de culturas exportáveis, tal como a soja, o café, o cacau e a laranja, para obtenção de divisas estrangeiras para pagamento da dívida externa, processo esse que se manifesta por uma desnacionalização progressiva do setor agrícola, fortemente subsidiado pelo Estado, por uma penetração acelerada no campo, e em parte resultando na expulsão cada vez mais aguda de pequenos proprietários de suas terras e na diminuição de produção de alimentos com o aumento de preços.¹⁹⁰

Em contrapartida, o endividamento estatal brasileiro pressionava a economia nacional, resultando na intensificação do processo inflacionário e na prevalência do arrocho salarial, os quais ocasionavam inevitavelmente a perda do poder de compra da população trabalhadora brasileira:

A continuação do processo de endividamento externo e interno, que acaba provocando a intensificação do processo inflacionário, que vem corroer, de forma sistemática, os salários já arrojados da classe trabalhadora.¹⁹¹

Mas não foi apenas incentivando o latifúndio exportador para pagar a dívida externa que a coerção estatal brasileira contribuiu para a expansão da fome nacional em fins da década de 1970. **Para se compreender a reprodução da fome, durante a vigência dos efeitos do Milagre Econômico, precisamos também levar em consideração alguns dos grandes projetos de modernização assumidos e incentivados através da força coercitiva do Estado militarizado.**¹⁹² Como se sabe, a partir de uma apropriação do conceito de “segurança energética”, o governo brasileiro, entre 1970 e 1980, tomou iniciativas em

¹⁹⁰ VALENTE, Flávio S. In: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 22.

¹⁹¹ VALENTE, Flávio S. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 22.

¹⁹² A compreensão do processo pode ser dada pelo conceito de modernização conservadora cunhado por MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975. Embora pensado para o caso Alemão e Japonês, ajuda a entender o processo brasileiro de modernização autoritária, tal como indicaram PIRES, Murilo José de S. e RAMOS, Pedro. *O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. Revista Econômica do Nordeste. V. 40, número 3, Julho/Setembro 2009.

diversos segmentos no campo da produção de energia, voltadas para a substituição de importações do petróleo.

Entre as principais, têm início a produção de etanol de cana-de-açúcar (Pró-Álcool – 1975), a produção de energia elétrica com base em energia atômica (Usina de Angra I – 1976) e a expansão da geração de energia de base hidráulica, tendo como pontos altos justamente o início, em 1975, da construção das mega-hidroelétricas de Tucuruí e de Itaipu (...).¹⁹³

Um bom exemplo deste tipo de opção governamental, no sentido de privilegiar setores estratégicos, seria o estímulo ao Programa Pró-Álcool. A expansão da produção da cana de açúcar, no contexto de crise do Petróleo, estaria sendo realizada em detrimento das áreas voltadas para a agricultura de subsistência da população brasileira:

A opção de substituição da gasolina pelo Álcool leva à ocupação de cada vez maiores extensões de terra com programas de cana de açúcar, potencialmente deslocando ainda mais a produção de alimentos.¹⁹⁴

A Denúncia do Deputado Ruy Codo (PMDB/SP) também foi no sentido de alertar para o fato de que o Programa Pró Álcool estava sendo realizado em detrimento da produção de alimentos, tornando cada vez mais caros insumos básicos tradicionalmente consumidos pela população brasileira, como por exemplo, o caso do feijão:

Em São Paulo (...) Não é possível, por exemplo, aquelas grandes usinas adquirirem todas aquelas terras e nós comprarmos feijão à distância, que vem transportado em cima de caminhões, tornando-se caro para o consumidor.¹⁹⁵

O próprio Superintendente da SUDENE reconhecia que os latifundiários do setor da cana de açúcar estavam impedindo ilegalmente os trabalhadores de produzirem roças que garantissem a sua alimentação diária, mesmo em tempos de franca expansão da fome no país.

Já existe a chamada Lei do Sítio, que, em princípio, assegura a cada trabalhador, na zona canavieira, uma área de terra de ate 2 hectares por família. (...) Essa lei não vem sendo cumprida sob a alegação de que

¹⁹³ IN: *A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens* / [coordenador, supervisor, Flavio Miguez de Mello; editor, Corrado Piasentin]. Rio de Janeiro, Comitê Brasileiro De Barragens, 2011, p.312.

¹⁹⁴ VALENTE, Flávio S. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 22.

¹⁹⁵ CODO, RUY. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 149.

*implicaria não apenas redução da área de produção da cana, como também falta de mão de obra em determinados períodos.*¹⁹⁶

Certamente, não foi sem motivo que os participantes do 5º Encontro dos Trabalhadores da Cana, ocorrido no estado de Alagoas, em Agosto de 1983, também concluíram que o *trabalhador de um modo geral, está sofrendo as injustiças e a fome.*¹⁹⁷

E os participantes da CPI da fome já vinham alertando para o fato de que a modernização agrícola brasileira estava baseada em projetos altamente coercitivos amparados pelo Estado, mantendo um considerável grau de exploração da mão de obra rural e contribuindo para a franca expulsão dos trabalhadores de suas terras nas mais diversas partes do território nacional, aumentando cada vez mais o número dos flagelados brasileiros.

Interessante perceber que a CNBB, em 1980, já havia alertado claramente para a questão do programa governamental Pró-Álcool estar cumprindo o papel de expulsar trabalhadores do meio rural, retirando-lhes o direito de ter acesso a terra e à garantia da subsistência familiar:

*Um vultoso programa oficial, o PROÁLCOOL, baseado em subsídios governamentais, já está aumentando a concentração da terra, a expulsão de lavradores.*¹⁹⁸

Sindicalistas rurais acusaram igualmente as conseqüências danosas do famoso projeto Pró Álcool, implementado pelo Governo Federal. De acordo com o sindicato de Colatina, no Espírito Santo, em 1983, muitas famílias estavam sendo obrigadas a abandonar suas terras em função da expansão de áreas voltadas para a produção da cana:

*O Pró Álcool (que atinge os municípios de Linhares, Mateus, Conceição da Barra, Montanha e Pinheiro). A implantação desse projeto vai gerar mais expulsão de pequenos proprietários, dos posseiros e arrendatários, reduzindo assim a produção de alimentos, gerando uma crise rural e urbana.*¹⁹⁹

Também na visão dos membros da Pastoral Operária de Vitória-ES, o avanço do Pró Álcool somente beneficiaria os grandes fazendeiros do setor canavieiro. Já para os pequenos produtores, obrigados a vender suas terras para as usinas, o resultado social seria desastroso:

¹⁹⁶ FILHO, Valfrido. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 124.

¹⁹⁷ ACR de Alagoas na luta sindical. *Grito do Nordeste*. Setembro / Outubro, 1983. P.6.

¹⁹⁸ CNBB. *Igreja e Problemas da Terra*. Brasília, Fevereiro, 1980. P.8.

¹⁹⁹ *O Roceiro*. Boletim informativo do sindicato rural de Colatina – ES. Setembro / Outubro, 1983.

Assim sendo, o camponês capixaba se tornará mais um desempregado residente nas favelas ao redor de Vitória, ou então, um "bóia-fria" que vai se desdobrar numa empresa rural, para conseguir um insignificante salário para o sustento de sua família.²⁰⁰

Evolução da Produção de Álcool (Brasil 1979/1987)

Safra	Volume Produzido de Álcool (mil m³)
79/80	3.396,4
80/81	3.706,3
81/82	4.240,1
82/83	5.823,3
83/84	7.864,2
84/85	9.252,3
85/86	1.830,5
86/87	10.539,3

Fonte: Alcopar (2007)

Tabela 1.14

Certamente que o avanço do Pró-álcool contava com a eficácia da intervenção estatal, *que concedeu financiamentos e subsídios ao setor, e ficando a cargo da Petrobrás a compra, transporte, armazenamento, distribuição e a mistura do álcool a gasolina. Ficou a cargo do governo também a determinação do preço de venda do produto.* Além disso, vale lembrar que o governo brasileiro tomou *algumas medidas para motivar a opinião pública e disseminar o consumo de veículos a álcool.*²⁰¹ Ficava garantida, desta maneira, a ampliação das indústrias de automóvel no país, bem ao gosto da classe média, a despeito da grave crise petrolífera do período e da expansão da fome entre consideráveis segmentos da população.²⁰²

Outro projeto de modernização energética que teria expandido a fome brasileira estaria ligado à criação de barragens e expansão das hidrelétricas nacionais.

²⁰⁰Ferramenta. Nº 61. Outubro, 1983. P.8.

²⁰¹MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana A. Lima; RODRIGUES, Juliano R. Alves. Breve Descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o Etanol produzido no Brasil. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Ver: <http://www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf> Acesso em 30/10/2016

²⁰²A produção de carros movidos a álcool no país salta de 237.585 para 592.984 durante o ano de 1983, superando em mais que o dobro o número de carros movidos a gasolina - 204.353. Ver: FIGUEIREDO, Sérgio. *O Carro a álcool: uma experiência de política pública no Brasil.* Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2006. P.77. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4899/1/2006_SergioFigueiredo.pdf Acesso em 30/10/2016

Neste sentido, as barragens construídas pelas empresas do governo federal ao longo do Rio São Francisco²⁰³ seriam apenas mais um caso emblemático, evidenciando a participação direta do Estado na expulsão dos trabalhadores das terras em que viviam:

*O próprio estado participa ativamente desse processo através, por exemplo, da construção de grandes barragens como as de Sobradinho e Itaparica, no Rio São Francisco, expulsando de suas terras dezenas de milhares de lavradores.*²⁰⁴

O famoso projeto do governo federal voltado para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, no estado do Paraná, da mesma maneira, viria a causar fome entre a população atingida pelo represamento de águas:

*A maioria das famílias das terras inundadas pela hidrelétrica de Itaipu e reassentadas pelo INCRA, no município de Arapoti – PR (...) vivem em estado de miséria absoluta. São 250 famílias – cerca de 2500 pessoas na sua maioria criança – passando fome e habitando casas de 12 metros quadrados.*²⁰⁵

A falta de adequado planejamento governamental no (re) assentamento das famílias teria impedido a produção de alimentos, promovendo o endividamento generalizado dos lavradores paranaenses diante dos altos juros bancários:

*Sem recurso e tempo para fazer uma boa destocada o plantio atrasou. O feijão, por exemplo, foi plantado tarde e não deu devido a seca. O milho mal conseguiu desenvolver-se e o arroz (...) nem frutificou. Quem conseguiu colher alguma coisa entregou todo o dinheiro ao banco para pagar os empréstimos.*²⁰⁶

Por outro lado, milhares de família de lavradores expulsas de suas terras para a construção da hidrelétrica de Itaipu sequer foram reassentadas, passando a viver sob penúria generalizada, a espera de uma indenização governamental sempre adiada no tempo. As famílias despejadas viviam em péssimas condições, sendo obrigadas a suportar, assim como as famílias nordestinas, a tragédia da fome:

²⁰³ “Em maio de 1974 a CHESF recebeu instruções para motorizar Sobradinho, recomendações plenamente atendidas, ocorrendo o enchimento do reservatório de Sobradinho em 1978 e início de geração de energia em 1979”. IN: *A história das barragens no Brasil*. OP. Cit. P.181.

²⁰⁴ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P.18.

²⁰⁵ Agricultores passam Fome. *Jornal SEM TERRA* (editado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), Setembro, 1983. Pág. 4. Para ver outras edições dos Jornais Produzidos pelo MST: <http://www.armazemmemoria.com.br/LerNoticia.aspx?id=11> Acesso em 30/10/2016

²⁰⁶ Agricultores passam Fome. *Jornal SEM TERRA*, Porto Alegre, Setembro, 1983. Pág. 4.

*Mais de mil famílias de agricultores paranaenses vivem o drama da irresponsabilidade do governo. Jogadas a beira de estradas ou espalhadas ao longo do rio Paraná, nas duas margens (MS e PR), habitavam barracos de plásticos, capim ou sobras de madeira e passam muita fome.*²⁰⁷

Diante da fome e do desespero para garantir a sobrevivência de suas famílias, os lavradores brasileiros da região Sul justificavam seus levantes por comida. Por outro lado, criticavam o governo brasileiro que reprima os levantes com violência, mas sem oferecer alternativas satisfatórias: “*O governo nos deixando nessa situação (...), nos obriga a saquear para comer. (...) Depois vão nos prender e nos matar por termos feito isso*”²⁰⁸

A principal alternativa oferecida pelo governo federal para reassentar as famílias dispersas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu era a promessa de terras oferecidas na região Amazônica – mais especificamente no estado do Acre. O governo federal teria investido em forte propaganda para convencer os trabalhadores para aceitarem seguir com toda a sua família para as inóspitas florestas fechadas, mas que eram apresentadas como grande promessa de um paraíso produtivo. A saída de famílias inteiras da região Sul rumo à região amazônica se deu porque muitas delas foram:

atraídas pela propaganda do INCRA, projetadas em filmes bem feitos, mostrando estradas passando ao longo de cada lote, terras demarcadas (...) assistência médica, hospitais equipados com ambulância e a SUCAM combatendo eficazmente a malária na Região. 209

No entanto, a realidade vivida pelas cerca de 6 mil famílias – cerca de 44 mil pessoas - transferidas pelo governo federal para o estado do Acre revelou uma das maiores tragédias da fome experimentada pelas famílias brasileiras no ano de 1983. Assentadas em terras nas quais as constantes chuvas impediam qualquer possibilidade de plantio de alimentos, diversas famílias que passaram a viver na região amazônica acusaram o governo federal de abandoná-las completamente, uma vez que todos os serviços de assistência pública oferecidos nas propagandas oficiais, na realidade, eram inexistentes:

As famílias recebem lotes sem qualquer via de acesso ao local. Até mesmo as estradas principais ficam intransitáveis durante as chuvas. É comum assistir-se a cenas chocantes de doentes sendo arrastados em redes, 20, 30

²⁰⁷ Jornal Sem Terra, Setembro, 1983, p. 12.

²⁰⁸ Jornal Sem Terra, Setembro, 1983. P. 12.

²⁰⁹ Jornal Sem Terra, Novembro, 1983. P. 4.

*quilômetros dentro da mata, em busca de socorro médico. (...) Crianças que na maioria das vezes morrem à beira das estradas.*²¹⁰

Já as mobilizações dos trabalhadores que ousavam enfrentar a coerção estatal brasileira acabavam por se deparar com articulações políticas internacionais, ou seja, as estruturas repressoras organizadas pelas ditaduras do Cone Sul. Segundo o relato dos integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens:

*Dentro das Estatais do Setor Elétrico foram criadas as AESIs (Assessorias Especiais de Segurança e Informações), vinculadas à Divisão de Segurança e Informações (DSI) e subordinadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI). As AESIS eram responsáveis pela espionagem, repressão, delação e em prisões, sequestros e assassinatos de trabalhadores e sindicalistas do setor elétrico, e lideranças e atingidos por barragens brasileiras e de outros países, como no caso da AESI de Itaipu.*²¹¹

Ainda assim, tal situação dramática também foi denunciada pela Comissão Pastoral da Terra, em 1983, contribuindo para o surgimento do Movimento Justiça e Terra, integrado por membros do clero católico e da igreja Luterana, os quais lutaram junto aos trabalhadores expropriados para reverter as suas condições de penúria:

Os colonos estão completamente abandonados, sem o fornecimento de alimentos, que deveria ser feito pela COBAL, passando fome, adoentados, sem assistência médica e sem a mínima infra-estrutura que assegure sequer a sua sobrevivência na mata. ²¹²

Transportadas coercitivamente pelo governo brasileiro, muitas famílias de lavradores passaram a comer as próprias sementes para saciar a fome do dia:

A situação de desespero (...) chegou ao ponto de muitas famílias terem que comer as sementes para saciar a fome das crianças. ²¹³

²¹⁰ Jornal *Sem Terra*, Novembro, 1983. P. 4.

²¹¹ *A ditadura militar criou um modelo de violação nas barragens.* Ver: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ditadura-militar-criou-modelo-viola-nas-barragens>; Acesso em 30/10/2016; DA SILVA, Jussaramar. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1988)*; Dissertação/Mestrado. PUC, 2010.

²¹² Um exemplo de resistência dos colonos, contando com apoio do Movimento Justiça e Terra. Jornal *Sem Terra*, Novembro, 1983. P.5. Ver <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2011/05/desapropriadosshelena.jpg> Acesso em 30/10/2016

²¹³ Jornal *Sem Terra*, Novembro, 1983. P. 5.

Porém, nem mesmo nas regiões em que os trabalhadores conseguiam terras para plantar suas sementes, a sobrevivência familiar estava garantida. Um caso emblemático teria envolvido justamente uma das maiores empresas do governo Brasileiro, a estatal Vale do Rio Doce, acusada de dificultar a sobrevivência de famílias esfomeadas da região do município de Timóteo – MG. De acordo com a denúncia realizada pelos trabalhadores, a CVRD teria impedido famílias de desempregados de colherem alimentos plantados em terras ociosas da estatal. Após plantarem feijão, milho e arroz para *sobreviverem à crise*, as famílias de lavradores foram surpreendidas pela repressão por parte da empresa:

*Depois de germinadas as sementes, as plantas crescidas, o milho já formando suas espigas e a esperança aumentando no coração daquelas pobres famílias, a CVRD impiedosamente arranca tudo como se fosse qualquer planta daninha.*²¹⁴

Mas as denúncias não pararam por aí. O líder da CONTAG, José Francisco Silva, alertou na CPI da fome que também os donos das indústrias de reflorestamento recebiam um aporte coercitivo do Estado em projetos gravemente danosos aos trabalhadores, generalizando ainda mais os casos de fome no país.

*Devem ser ainda desapropriadas as áreas de concentração de parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos e que estão sendo substituídos pela grande produção voltada para o mercado externo e pela implantação de canaviais para a produção de álcool carburante ou pelas empresas de reflorestamento.*²¹⁵

Vejamos o caso das políticas de reflorestamento do oeste baiano, favoráveis a indústria de papel e celulose naquela região. De acordo com o jornal *O Posseiro*, em 1983, centenas de famílias produtoras de Correntina, Bahia, foram expulsas de suas terras pelo governo federal, o qual estaria demarcando áreas liberadas para as indústrias do reflorestamento:

*Técnicos do Governo do Estado que fizeram o planejamento, não deixaram sobrar nada para a lavoura e criatório, desconhecaram quase 2,650 (dois mil, seiscentos e cinquenta) cadastros feitos no INCRA de proprietários e posseiros.*²¹⁶

²¹⁴ *Boletim Pastoral Operária de Itabira – MG, Informe número 7, Dezembro de 1983.*

²¹⁵ SILVA, José Francisco da. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 99.

²¹⁶ *O Posseiro*, Santa Maria da Vitória, Bahia, Março, 1983.p.6.

As terras demarcadas para o reflorestamento estariam aptas para servirem como áreas de produção de alimentos: *“Existem áreas que poderiam ser apresentadas para o plantio de cereais, mas (...) tudo está indo para o reflorestamento”*²¹⁷

Além disso, as empresas que trabalhavam na indústria de reflorestamento baiano são um bom exemplo de como a franca expansão da fome servia como fator de rebaixamento do valor da mão de obra a níveis degradantes. De acordo com as denúncias do sindicato rural de Correntina - BA, as famílias esfomeadas eram presas fáceis nas mãos dos agenciadores de emprego, os chamados “gatos”: *“Trabalhadores e famílias como escravos são trazidos do Nordeste, castigados pela seca e entregues às firmas”*²¹⁸

As empresas se aproveitavam do desespero da população para pagar baixos salários em atividades temporárias, sem nenhum tipo de segurança social ou direitos trabalhistas: *“a maioria recebe apenas parte de seu salário. Quando reclamam, as firmas sempre alegam que já pagaram ao “gato”. Os salários são baixos e o serviço é temporário.”*²¹⁹

A situação de fome fazia os trabalhadores aceitarem situações humilhantes e degradantes em troca de baixos salários que garantissem, ao menos, a sua sobrevivência:

*Isolam em sua maioria sem registro, dormem em barracas de palha, muitas vezes pelo chão, é raro firma ter acomodação que preste. Geralmente, os acampamentos são verdadeiras favelas de palhas.*²²⁰

Obrigados a comprar nos barracões das firmas, os trabalhadores perdiam parte de seus salários com o alto preço dos alimentos vendidos pelos próprios patrões: *“Compram nos barracões das firmas ou dos gatos, não sabem os preços, sabem que nos seus pagamentos vêm os descontos.”*²²¹

Por outro lado, o avanço da indústria de reflorestamento estava sendo realizado a partir da expulsão de um número cada vez maior de pequenos produtores, obrigados a sair de suas terras, fazendo aumentar o número de expropriados:

O reflorestamento, feito basicamente por incentivos fiscais, expande-se assustadoramente sobre imensas áreas de terras, em detrimento a centenas de

²¹⁷ *O Posseiro*, Março, 1983.p.6.

²¹⁸ *O Posseiro*, Março, 1983, p.6.

²¹⁹ *O Posseiro*, Março, 1983.p.6.

²²⁰ *O Posseiro*, Março, 1983.p.6.

²²¹ *O Posseiro*, Março, 1983.p.6.

*posseiros e pequenos proprietários, que são expulsos violentamente de suas terras e transformados em bóias frias e favelados.*²²²

Neste sentido, o reflorestamento baiano, assim como no caso do pró Álcool capixaba, estava diretamente relacionado com os fatores que contribuem para a queda da produção de alimentos naquela região, visto que *faz diminuir cada vez mais o cultivo de produtos alimentares, aumenta a poluição ambiental no interior, e concentra ainda mais a terra na mão de uma minoria privilegiada.*²²³

Contando com forte apoio estatal, as empresas ligadas às indústrias de reflorestamento avançaram na mesma proporção em que crescia a pobreza e a fome no país, sobretudo durante o início da década de 1980. De acordo com a pesquisadora Márcia Pedreira,

A área nacional reflorestada com incentivos passa de 35 mil hectares, em 1967, para 5,58 milhões de hectares, em 1984 (incremento de 15.780%), alcançando 6,25 milhões de hectares, em 1986:

*O I PNPC – Programa Nacional Papel e Celulose (1974-1984) visava alcançar a auto-suficiência brasileira de papel e celulose e inserir o Brasil no mercado internacional de celulose, notadamente, a celulose de mercado. (...). Entre 1981 e 1984, o ganho de divisas advindo da exportação de celulose foi de 320%. A conquista do mercado externo fez com que o Brasil passasse, já no final da década de 1970, de importador a exportador.*²²⁴

²²² Denúncias realizadas durante o 1º encontro interestadual de reflorestamento que ocorreu entre 8 e 10 de Abril em Santa Maria da Vitória, Bahia, com a presença de representantes de diversos sindicatos rurais e representantes da Comissão Pastoral da Terra. *O Posseiro*, Maio, 1983.p.6.

²²³ Ferramenta. Boletim da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória- ES. OP. Cit.

²²⁴ PEDREIRA, Márcia da Silva. *O Complexo Florestal e o Sul da Bahia*. Universidade Rural do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2008, p. 54.

Reflorestamento com incentivos fiscais no Brasil (1967/1986)

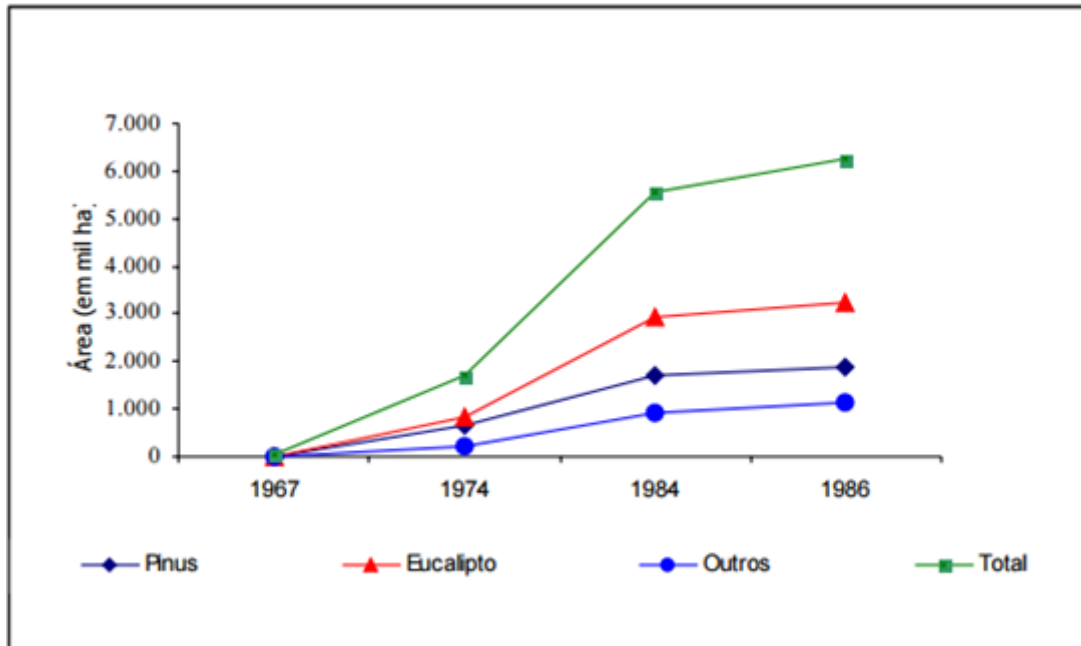


Gráfico 1.3 Citado por PEDREIRA, Márcia da Silva. *O Complexo Florestal e o Sul da Bahia*. Universidade Rural do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2008, pp. 54-55.

Podemos citar ainda mais um caso de expansão da fome devido às ações coercitivas implementadas através das instituições estatais. Mais precisamente situações ligadas à realidade dos trabalhadores do município de Riachão, no Estado do Maranhão, assediados pelos órgãos do governo para assumirem a tarefa de abandonar suas terras e extrair ouro na Região de Serra Pelada-PA.

Já em 15 de Janeiro de 1983 o sindicato rural daquela região produziu um documento oficial entregue às autoridades locais, contendo algumas exigências para superar as dificuldades impostas pela seca. De imediato foi reivindicado a distribuição de sementes, de arroz, milho e feijão, bem como verbas para que o lavrador pudesse sobreviver com suas famílias durante o tempo da plantação e da colheita. Também reivindicavam que a CIBRAZEM assegurasse arroz estocado para o povo e servisse para quem o produziu. Da mesma forma, exigiam a médio e longo prazo a garantia de irrigações e açudes. Todas estas exigências foram reforçadas em 22 de Janeiro, quando ocorreu uma assembléia com representantes da FETAEMA²²⁵, da CONTAG²²⁶ e diversos sindicatos de trabalhadores da região. Na ocasião, os trabalhadores aproveitaram também para exigir a anistia de suas dívidas com os Bancos que emprestavam dinheiro aos agricultores. A assembléia foi

²²⁵ Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão, fundada em 1972.

²²⁶ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, fundada em 1964.

concluída com o envio de cartas endereçadas para a prefeitura local, para o Governo do Estado, para o Ministério do interior e para o presidente João Figueiredo.²²⁷

Mas segundo os sindicalistas rurais de Riachão - MA, além de nenhuma providência substantiva ter sido tomada pelas diversas instâncias do governo para resolver a fome local, um outro processo estaria dificultando ainda mais a sobrevivência das famílias rurais maranhenses. Neste sentido, alegavam que a GETAT²²⁸ estaria fazendo grande propaganda para as oportunidades nas áreas de Garimpo, convencendo um enorme número de pequenos produtores a deixarem suas terras para obter uma chance de emprego nas áreas mineradoras da região. Assim, de acordo com os sindicalistas, latifundiários estavam aproveitando o momento de ausência dos chefes da família para avançarem sobre as terras dos trabalhadores, relegando um grande número de famílias para uma situação de fome e miséria. No curso do processo, muitas áreas de plantio foram transformadas em latifúndios improdutivos.²²⁹

Este fato de muitos trabalhadores maranhenses estarem largando suas terras para trás, em busca de oportunidades de emprego no garimpo, foi atestada em carta escrita ao jornal *Grito do Nordeste*. Segundo os sindicalistas, nas terras do Maranhão: “*A maior parte dos homens estão deixando a família e indo para os garimpos aonde muitos não voltam mais.*”²³⁰

Vale ressaltar, em 1983 a extração de ouro na região de Serra Pelada-PA continuava em aberto, com obtenção anual total de 14 toneladas de ouro. Desta forma, o Estado brasileiro enriquecia com a maior área mineradora do mundo, estimada em cerca de um bilhão de dólares, viabilizada por milhares de trabalhadores que, empurrados pelo latifúndio, seguiam migrando constantemente para a região. Certamente o governo incentivava estrategicamente a situação²³¹, visto que:

O garimpo poderia absorver as levas de lavradores nordestinos, principalmente maranhenses e piauienses, vitimados pela seca. Serviria

²²⁷ A Voz do Trabalhador Rural. *Informativo do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Riachão*, nº 5, 07 de junho de 1983. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/> Acesso em 30/10/2016

²²⁸ Grupo Executivo das Terras do Araguaia e do Tocantins. Órgão público responsável pela legalização das Terras na Região, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

²²⁹ A Voz do Trabalhador Rural. *Informativo do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Riachão* – Nº 5, 07 de junho de 1983. P. 5. Disponível em Pastoral Vergueiro, <http://www.cpvsp.org.br/> Acesso em 30/10/2016

²³⁰ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Maio / Junho, 1983. P.2.

²³¹ O documentário *Serra Pelada, A lenda da Montanha de Ouro*, embora sem ser incisivo, permite compreender como o governo brasileiro utilizou a mineração como forma de propaganda política naquele período. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=mSDh86t2nG0>; Acesso em 30/10/2016; Outras pesquisas revelam o tom animador dos discursos governistas, incentivando milhares de brasileiros miseráveis que necessitavam garantir sua sobrevivência em condições degradantes nas minas do Pará. Destacam-se, neste sentido, as mortes por acidentes de trabalho e doenças como malária, pneumonia e contaminação por mercúrio entre os mineradores. MIRANDA, Katiane. *Serra Pelada: análise dos discursos das lideranças que influenciaram o maior garimpo a céu aberto do mundo*. Editora Leya Portugal (edição digital). 2013; DE MOURA, Salvador Tavares. *Serra Pelada: experiências, memórias e disputas*. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, 2008.

também para aliviar a tensão resultante da luta pela terra travada entre grileiros e posseiros nos estados ao sul do Pará. Além disso, a região passou a ser alvo de migrações de contingentes provenientes do centro-sul do país, pois representava uma nova alternativa para a recessão que se seguiu ao "milagre econômico" da ditadura militar.²³²

Para além das incertezas vividas pela população que havia migrado para Serra Pelada, muitos sindicalistas chamaram a atenção para a situação crítica experimentada pelos trabalhadores que permaneciam no Maranhão, ressaltando que a seca nem sempre era o maior dos problemas:

Aqui no Maranhão a coisa está feia. É uma calamidade, o sofrimento do povo. Já se ouve falar que morreram crianças de fome, além da grilagem, espoliação, queima de casa, mau salário.²³³

Em outra carta, um maranhense do município de Santa Rita apontava o desemprego e o alto custo de vida como colaboradores da expansão da fome, resultando, sobretudo, na morte de crianças no Estado:

As coisas aqui no Maranhão estão cada vez mais caras, algumas crianças morrem de fome. Os pais sem terem emprego, imagine. O jeito é morrer. A gente fica penalizado por ver esta situação.²³⁴

Mas a 'modernização' da agricultura brasileira não apenas impôs ou estimulou migrações repentinas, acirrando monopólios sobre a terra, ao seduzir populações miseráveis sedentas por enriquecimento rápido nas minas de ouro. Além disso, também aumentou o controle de empresas sobre os mares e rios. A fome chegava, então, após grupos que atuavam junto aos rios e mares receberem aporte do Estado:

Na Amazônia, grandes empresas invadem os rios com navios pesqueiros equipados com frigoríficos. Desenvolvendo pesca predatória, leva à fome as populações ribeirinhas que completam sua dieta pobre com a pesca artesanal²³⁵

Ainda assim, o assessor Jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Daniel Rech, apontou a prevalência das estruturas latifundiárias como maior responsável pelas mortes por

²³² FILHO, Maurício Monteiro. Órfãos de Serra Pelada. *Repórter Brasil*. TV Brasil, 01 de junho de 2004. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2004/06/rfaos-de-serra-pelada/>

²³³ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Julho / Agosto, 1983. P 2.

²³⁴ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Novembro/Dezembro, 1983. P 2.

²³⁵ CNBB. *Igreja e Problemas da Terra*. Ed. Paulinas. 1980. P. 9.

desnutrição no país. Segundo suas informações, os latifundiários nordestinos aproveitavam apenas cerca de 10 % de suas terras para a produção de alimentos, abandonando à pura especulação uma área próxima a 60 % do total de suas terras, de acordo com os números oficiais apontados pelo INCRA e pela própria SUDENE:

Milhares de nordestinos tombaram junto a quilômetros e quilômetros de cercas que os mantinham fora de milhares de hectares de terras disponíveis para a subsistência. 236

A comprovação da prevalência do latifúndio na estrutura fundiária pode ser observada através dos dados fornecidos pelo INCRA, a respeito da região Nordeste, por exemplo. Dos 103.761.185,2 hectares cadastrados na região Nordeste, em 1983, constaria a seguinte distribuição:

- Minifúndios----- 14.231.327,1 hectares
- Empresa Rural-----3.048.345,0 hectares
- Latifúndio por exploração -----71.673.726,6 hectares
- Latifúndio por dimensão-----9.343.627,1 hectares
- Outros-----5.428.159,4 hectares²³⁷

Dados divulgados pelas lideranças dos trabalhadores rurais revelam um grande número de casos de conflitos por terra no país, verificados no início da década de 1980, ocasionando assassinatos e a expansão do número de famílias sem terras pelos mais diferentes estados do Brasil:

²³⁶ RECH, Daniel. IN: *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1986. P. 21-22.

²³⁷ *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1983. Pág. 21.

Realidade fundiária brasileira

	Conflitos pela terra		Desapropriações		Latifúndios por dimensão e outras propriedades de mais de 100.000 ha		Terras disponíveis (ha)		Famílias sem terra
	Nº de mu. nic./conflitos	nº de mortes	nº	área (ha)	nº	área (ha)	área com ocupação jurídica	área não explorada nas maiores propriedades	
RO	7	1	--		4	751.000	18.500.000	407.000	2.600
AC	8	3	8	290.331	23	4.300.000	2.180.000	1.200.000	10.180
AM	10	1	--		32	7.310.000	115.000.000	2.150.000	8.180
RR	1	--	--		1	112.000	17.800.000	90.000	1.500
PA	47	12	--		7	1.350.000	84.700.000	3.720.000	32.130
AP	2	--	--		2	521.000	1.170.000	225.000	350
MA	67	14	9	135.114	2	1.740.000	7.720.000	1.540.000	241.000
PI	10	--	--		6	557.000	8.410.000	2.220.000	10.300
CE	14	2	5	35.099	1	23.400	140.000	758.000	108.000
RN	19	--	1	986	3	63.600	---	424.000	14.800
PB	15	1	1	1.820	4	51.300	10.000	384.000	76.000
PE	28	2	--		8	116.000	1.830.000	713.000	113.000
AL	6	1	--		-	--	102.000	267.000	72.800
SE	6	--	1	1.401	-	--	36.000	173.000	24.100
BA	63	7	2	29.247	22	2.070.000	17.500.000	4.630.000	192.000
MG	28	2	--		8	427.000	2.950.000	4.040.000	286.000
ES	2	1	--		1	80.600	49.400	73.300	26.700
RJ	22	1	1	4.828	4	782.000	180.000	160.000	56.220
SP	81	3	6	11.295	32	751.000	1.600.000	1.600.000	243.000
PR	22	1	6	67.859	22	828.000	---	1.840.000	283.000
SC	24	--	8	19.223	--	--	63.000	401.000	44.600
RS	13	2	--		2	65.600	300.000	635.000	142.000
MS	12	2	--		25	1.660.000	2.320.000	5.030.000	74.300
MT	34	6	11	150.330	34	6.350.000	---	---	---
GO	45	7	--		21	2.570.000	2.070.000	3.990.000	93.800
DF	--	--	--		0	--	340.000	4.720	1.400
TOTAL	556	69	59	756.201	264	32.500.000	283.000.000	40.600.000	2.180.000
Região Sul	122		31		81	3.325.600		13.466.000	756.800

Fonte: INCRA, IBGE, ABRA, Diário Oficial da União - ORGANIZADOS PELA ABRA

Tabela 1.15 Fonte: Revista *Movimento dos Sem Terra*. Porto Alegre, Núm. 32, Setembro de 1983, p.10. ilegível

Os resultados históricos das ações violentas no campo garantiam a prevalência do latifúndio nas áreas rurais brasileiras, enquanto a população passava fome frente às cercas que protegiam as grandes propriedades:

*Em 1950, apenas 19,2% dos lavradores não eram proprietários dos seus estabelecimentos rurais. Em 1975, essa porcentagem tinha subido para 38,1%. Em 1950, para cada lavrador não proprietário havia 4,2 que eram proprietários. Em 1975, para cada lavrador que não era proprietário havia apenas 1,6 proprietários.*²³⁸

Na CPI de 1981, o líder da CONTAG, José Francisco Silva, relacionou o avanço da fome nacional aos casos de violência física promovidos exatamente por latifundiários contra os trabalhadores rurais, culminando não apenas nas expulsões forçadas da terra, mas também em perseguições, e, até mesmo, na intimidação coletiva por meio do assassinato das

²³⁸ CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Ed. Paulinas. 1980. P.6.

lideranças trabalhistas: *Nos anos de 1980 e 1981, nada menos que 7 dirigentes, 2 advogados e 18 trabalhadores rurais foram assassinados em decorrência de conflitos.*²³⁹

A violência promovida pelos latifundiários grileiros no país foi denunciada abertamente pelos líderes da CNBB, em 1984:

*De modo geral, envolve desde operações fraudulentas realizadas em cartórios, às vezes mesmo com a conivência da justiça, até a expulsão sumária de posseiros, através de bandos armados que realizam impunemente, verdadeiras operações para-militares. E a própria morte tem sido a herança dos que resistem (...).*²⁴⁰

Um dos casos de grande repercussão ocorreu na Paraíba e assim foi denunciado pelos sindicalistas rurais daquela localidade, em 1983:

*Aumenta a violência contra os camponeses da Fazenda Camucim, município de Pitimbu/PB, onde a Destilaria Tabu usa de todos os meios para expulsar os trabalhadores da área. Cenas de espancamento e ameaças de morte por grupos de capatazes da fazenda, destruição da escola, das casas dos trabalhadores e suas roças, voltaram a se repetir nos últimos meses.*²⁴¹

O Jornal *Alternativa* também denunciava fatos que revelam como a fome da população estava interligada com os abusos de poder implementados por parte dos grandes fazendeiros que exploravam os trabalhadores locais. Um caso que chama a atenção esteve ligado aos conflitos enfrentados pelos trabalhadores quebradores de coco, de Barra e Esperantina, no Piauí. Segundo a reportagem do Jornal *Alternativa*, fazendeiros estavam cobrando 80% de todos os cocos quebrados, enquanto a legislação obrigava a cobrança de apenas 10%. E quando os trabalhadores resolveram reclamar, alegando que não tinham outra forma de sustento, passaram a sofrer represálias:

*A polícia esta invadindo casas, abrindo baús e seqüestrando espingarda na busca do coco. Inúmeras são as ameaças de morte contra os lavradores e de tocar fogo em outras casas da comunidades.*²⁴²

²³⁹ SILVA, José Francisco da. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 98.

²⁴⁰ CNBB. Nordeste: *Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P.17

²⁴¹ Realidade Rural. *Grito do Nordeste*. Janeiro / Fevereiro, 1983. P.7.

²⁴² Jornal *Alternativa*, nº41, Junho, 1983.

Sendo que, em 1980, a CNBB já havia descrito em pormenores como a violência vinha se apoiando claramente nas estruturas dos poderes administrativos, jurídicos e repressores do Estado brasileiro:

Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais até forças policiais, oficiais de justiça e até juízes. 243

De fato, foram incontáveis as notas publicadas nos jornais populares que denunciaram o avanço dos casos de homicídio no meio rural, justamente no período em que a fome mais aguçou no país:

O posseiro Lourenço Cardoso da Silva foi assassinado por pistoleiros a mando do grileiro José Garcia, no dia 25 de abril, em Araguaçu - GO. 244

*No último dia 10 de março foi assassinado pelo fazendeiro Antônio Inácio, o trabalhador rural Tarcísio Sáttil de Medeiros. Solidarizamo-nos e queremos encorajar sua família e os seus companheiros de luta. (Itaberaí – GO).*245

*Com cinco tiros (...) foi assassinado o presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Capela (Alagoas). José Pedro dos Santos, Seu assassinato é, sem dúvida, obra dos grandes fazendeiros da região.*246

*Denunciamos (...) o bárbaro crime cometido pelo fazendeiro Tomaz Coelho da Purificação contra o lavrador Valdelino Gomes, no município de laçu – BA.*247

Dentre as centenas de trabalhadores assassinados somente durante o ano de 1983, chama ainda mais atenção os casos envolvendo líderes sindicais. Aqueles que lideravam as organizações populares contra o avanço da fome, da miséria e reclamavam direito a terra, bem como o respeito aos direitos trabalhistas, acabavam como alvo preferido dos chamados matadores de aluguel.

Na edição dos meses de Julho / Agosto de 1983, o *Grito do Nordeste* dedicou uma reportagem especial para tratar do assassinato da líder sindical *Margarida Alves*, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – Paraíba. De acordo com o editorial, o motivo do assassinato seria a forte participação da sindicalista na então *atual preparação da Campanha Salarial dos canavieiros da Paraíba*. Além disso, era de

²⁴³ CNBB. *Igreja e Problemas da Terra*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1980, p. 11.

²⁴⁴ Realidade Rural. *Grito do Nordeste*. Maio / Junho, 1983, p.7.

²⁴⁵ Notícias breves. *Grito do Nordeste*. Maio / Junho, 1983. P.7.

²⁴⁶ *Jornal Alternativa* (Teresina - Piauí). Edição especial 1º de Maio, 1983.

²⁴⁷ Criminoso impune. *Panorama Rural. O Grito da terra*, Novembro, 1983. P.5

conhecimento público *o espírito de luta com que Margarida vinha tendo na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.*²⁴⁸

Segundo os números fornecidos pela própria CUT, somente entre 1980 e 1985, foram assassinados mais de 40 trabalhadores no meio rural brasileiro, sendo 15 líderes sindicais, além dos casos que não foram possíveis ser comprovados ou que não chegaram ao conhecimento público. Destes líderes sindicais, três deles estavam ligados diretamente à direção nacional da CUT na década de 1980. Isto sem contar os demais casos ocorridos na segunda metade da década, quando mais cinco líderes sindicalistas rurais foram brutalmente assassinados. O caso mais famoso envolveu o assassinato de Chico Mendes, presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Xapuri, no estado do Acre.

Trabalhadores assassinados	
1980	
24. 4 - Pedrinho Marceneiro - MT	06. 05 - Ademir - RD
29. 5 - Raimundo Ferreira Lima - PA	07. 05 - Deli dos Reis e sua Companhia - RD
27. 7 - Wilson de Souza Pinheiro - AC	Junho - Carlos da Silva - SP
Julho - José Gentilino, Antonio Genesio, Napolcãõ Silva e Cicero Catarina - MA	26. 06 - José Alves do Nascimento - CE
15. 08 - José Francisco dos Santos - PE	18. 07 - Gabriel Sales Pimenta - PA
21. 10 - Joaquim Ferreira Abadia - GO	20. 07 - Marcus - ARAGUAIA
31. 12 - Francisco Sobreira Lima - CE	11. 08 - Guilherme A Carlos - GO
	12. 08 - Francisco Chagas Nascimento - CE
1981	
02. 01 - José Piau - PA	08. 09 - Henrique José Trindade - Araguaia
10. 01 - Sebastião Mearim - PA	09. 10 - Antonio Carvalho Neto - BA
16. 01 - José Bezerra - PE	19. 10 - Filinto Alves dos Santos - BA
18. 03 - Edson Cardoso de Farias - RJ	21. 11 - Elias José Costa Lima - MA
28. 03 - José dos Santos - AL	
10. 05 - Marcelo dos Santos - MA	1983
13. 07 - Manuel Alvino Nascimento - BA	Fevereiro - Cassiano Dionisio Lopes - BA
13. 07 - Manuel Alvino Nascimento - BA	06. 02 - Leopoldino Inacio Abadia - GO
26. 07 - Edson Rodrigues Moreira - MA	23. 02 - Aristides Teixeira dos Santos - MA
07. 10 - José Silvino Valdevino - PB	02. 03 - Ananias Oliveira da Silva - PE
12. 10 - José Duda da Silva e José Haroldo - PE	Março - Napolcãõ A. de Lima - BA
21. 10 - José Julio da Silva Neto - PE	Março - Jorge Candido dos Santos - BA
29. 10 - José Severino da Silva - PB	Abril - José Oleiro - BA
	23. 02 - Aristides Teixeira dos Santos - MA
1982	
Março - Avelino Ribeiro da Silva - PA	29. 06 - José Pereira - PA
	Agosto - Clemente F Oliveira - MS
	12. 08 - Margarida Maria Alves - PB

Tabela 1.16 Fonte: *Jornal Sem Terra*, Setembro, 1983, p. 5.

Por outro lado, os trabalhadores que continuavam vivos suportavam todo tipo de violência que permeava o avanço da fome nacional. Afinal, a crise famélica se agravava não apenas pela expulsão coercitiva da terra, mas também através da proliferação dos casos de “tráfico humano”, uma vez que a fome impelia os trabalhadores brasileiros a aceitarem as promessas de trabalho em áreas longínquas, oferecidas pelos chamados “gatos”, agenciadores de emprego locais que impulsionavam novas modalidades de escravidão mal disfarçada no país:

²⁴⁸ Líder Sindical assassinada. *Grito do Nordeste*. Julho / Agosto, 1983. Pág. 8.

Para atenuar as dificuldades (...) aceitam deslocar-se para grandes distâncias (...). Trabalhadores de São Paulo são encontrados, em certas épocas do ano, trabalhando no Paraná ou em Minas gerais. (...). A dívida é transferida do “gato” ao empreiteiro que, em nome dela, escraviza o peão enquanto dele necessitar. 249

Outra consequência desta violência imposta à grande parcela dos trabalhadores brasileiros seria o dismantelamento, em larga medida, dos direitos trabalhistas parcialmente conquistados no Brasil republicano:

Direitos conquistados penosa e legitimamente (...) como é o caso da garantia das garantias fundamentais da pessoa, a igualdade jurídica, a previdência social e as garantias trabalhistas – têm sido precariamente observados, sobretudo em relação aos bóias-frias, aos posseiros, arrendatários, parceiros, peões, seringueiros, pescadores, garimpeiros, carvoeiros²⁵⁰

O processo de modernização autoritária da economia em moldes latifundiários recriava, portanto, as condições necessárias para um novo impulso voltado para a formação de uma massa proletária, expropriada de bens, que necessariamente se apresentaria como mão de obra fácil e barata, sob o risco de morrer de fome nas grandes metrópoles ou nas áreas rurais brasileiras:

Os que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, não conseguem continuar como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores; transformam-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade²⁵¹

De forma estupefacente, o economista Antônio Lima Sobrinho ressaltava para os Deputados brasileiros que este avanço da produção nacional em moldes exportadores e violentos vinha sendo impulsionado por uma divisão produtiva internacional, na qual a pecuária dos países centrais – liderada pelos EUA – consumia a maior parte dos alimentos produzidos nos países chamados subdesenvolvidos. Contraditoriamente, enquanto a população brasileira passava fome, as terras brasileiras exportavam alimentos para engordar, sobretudo, o gado Norte Americano:

²⁴⁹ CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Ed. Paulinas. 1980. P. 19-20.

²⁵⁰ CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Ed. Paulinas. 1980. P. 21.

²⁵¹ CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Ed. Paulinas. 1980. P. 6.

Os seus rebanhos [EUA], por sua vez, consomem um quarto de todo o cereal produzido, ou seja, o equivalente ao consumo humano total da China e da Índia somados (1,3 bilhão de pessoas). Isto porque se necessita de 18kg de cereais para produzir 1 kg de carne de vaca; cerca de 7 kg para produzir 1 kg de carne de porco. Nos países subdesenvolvidos, no período de 1969/71, consumiram-se, aproximadamente, 230 kg de cereais por pessoa.²⁵²

Por outro lado, os EUA, apesar de importarem alimentos, estariam monopolizando a produção de cereais no mundo, concentrando maiores técnicas e capacidades produtivas, tornando os países do terceiro mundo dependentes da importação de alimentos Norte Americanos, vendidos por altos preços no mercado internacional:

A situação é de tal natureza que praticamente 50% de todo o trigo e milho, 80% da soja e 20% de todas as matérias primas de origem animal ou vegetal, vendidas no mercado internacional, provem dos EUA.²⁵³

Enquanto isso, o Brasil estaria assistindo a uma queda considerável na sua produção de alimentos de subsistência nacional, durante os fins da década de 1970. Os números apontados pelos depoentes da CPI da fome de 1981 ressaltavam que o país vinha diminuindo, de forma evidente, o ritmo da produção alimentícia voltada para o mercado interno, apesar da expansão da fome:

Aqui temos também, por exemplo, no jornal "Folha de S. Paulo", de 6 de dezembro de 1981, a notícia que diz o seguinte: a produção de alimentos cresce menos do que a população nacional. A comparação das safras agrícolas de 1977/81, com o crescimento populacional no período, revela a queda na produção por habitantes, sobretudo de arroz, feijão, batata (...)²⁵⁴

A forte tendência da queda na produção de certos alimentos no Brasil foi confirmada também no depoimento do economista Lima Sobrinho. A tabela apresentada aos deputados deixava claro o fato do país estar aumentando a produção de alimentos tradicionalmente exportáveis (café, soja, laranja), porém, reduzindo aqueles comumente consumidos pela população brasileira em sua alimentação diária (feijão, arroz, mandioca):²⁵⁵

²⁵² SOBRINHO, Antônio E. L. IN CPI da Fome, 1981, op. cit., p. 71.

²⁵³ SOBRINHO, Antônio E. L. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 70.

²⁵⁴ Informe proferido pelo Deputado Adhemar Santillo. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 204.

²⁵⁵ SOBRINHO, Antônio E. L. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 77.

Disponibilidade interna de alimentos / Brasil

Disponibilidade interna per capita (kilo)	1971	1979
Arroz	74,8	73
Feijão	25,7	18,4
Mandioca	317	213
Café	16,3	15,3
Trigo	36	59
Milho	145	156
Soja	17	94
Laranja	28	67
Cana de açúcar	800	1200

Tabela 1.17 Fonte: SOBRINHO, Antônio E. L. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Op. cit., p. 77.

As lideranças da CNBB chamaram a atenção para a contradição verificada no processo de modernização da agricultura brasileira. A participação do Estado como financiador das atividades rurais nem sempre implicava em benefícios diretos para a maioria da população, como por exemplo, no estímulo ao setor alimentício voltado para o consumo interno. Ao contrário, a modernização agrícola, muitas vezes, trazia condições que negligenciam as necessidades de sobrevivência das famílias brasileiras:

Esse processo, infelizmente, favoreceu a implantação de grandes empresas rurais voltadas, em grande parte, para a exploração pecuária, a produção do álcool, o reflorestamento, ou simplesmente a apropriação de imensas áreas mantidas como reserva de valor, com a conseqüente expulsão dos posseiros e pequenos proprietários. 256

Para a Coordenadora do Movimento Nacional Contra a Carestia, Jane Vasconcelos, o modelo econômico brasileiro baseado nas exportações e no endividamento estatal seria a raiz da expansão da fome brasileira, uma vez que tal sistema resultava em índices altíssimos de concentração de renda e expansão da miséria entre a população nacional:

A principal causa da fome no Brasil é o modelo econômico adotado por este Governo militar desde 1964 (...). Um governo que assegura a concentração da riqueza nas mãos de poucos, em grande parte de estrangeiros, em

²⁵⁶ CNBB. Nordeste: *Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 18.

detrimento de uma grande maioria que vive de perto a miséria. Modelo econômico baseado na concentração de terra, grandes latifúndios, na lavoura para exportação, desprezando as necessidades internas da população, gerando alto índice de inflação e carestia de vida. 257

Também o Presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, ressaltou o fato de que o modelo econômico agroexportador brasileiro desenvolvia em detrimento das condições de vida da maioria da população brasileira, beneficiando apenas os grandes produtores latifundiários, enquanto endividava altamente o estado brasileiro: *São políticas voltadas para beneficiar os grandes, visando a exportar para pagar um débito contraído pelo País, débito que não beneficiou a população brasileira.*²⁵⁸

A CNBB reconhecia esta forte tendência da modernização autoritária brasileira, caracterizada pela apropriação das estruturas estatais de poder por grupos minoritários, no sentido de garantir a defesa de seus próprios interesses econômicos e acumular riquezas para uma minoria privilegiada, em detrimento do bem estar do resto da população:

*A política oficial favoreceu o grande proprietário – latifundiário ou empresa rural – (...), privilegiada minoria. Esta, conseqüentemente, (...) assumiu como propriedade sua os recursos do estado e os aplica segundo os seus mais estreitos interesses.*²⁵⁹

Embora não fosse um especialista da área econômica, o professor de Biologia Warwick Kerr acreditava que a população brasileira deveria pressionar o estado no sentido do não pagamento da dívida externa, sendo mais um a reconhecer que o modelo econômico baseado no endividamento internacional trazia grandes prejuízos para o conjunto da população.

Creio que devemos inculcar na mentalidade de todos - inclusive isto é válido para fins de votação na próxima eleição que não devemos pagar essa dívida, pois ela nos está comendo por uma perna. Dizem que já está em torno de setenta bilhões de dólares, e só sua gerência é quase igual ao nosso produto de exportação. 260

²⁵⁷ VASCONCELOS, Jane. L. D. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 200.

²⁵⁸ SILVA, José. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 100.

²⁵⁹ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 21.

²⁶⁰ KERR, Warwick E. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 142.

Esta também era a percepção dos representantes da *Ação Operária Católica*, os quais apresentaram a dívida externa como um fator de grande relevância para as mortes por carestia, em matéria divulgada no *Jornal Construir*, em Novembro de 1983:

*Ninguém de nós está a fim de ver os filhos morrerem de fome! Ninguém de nós está disposto a morrer para pagar a dívida que os poderosos contraíram sem nosso conhecimento, e contra os nossos interesses!*²⁶¹

O líder da CONTAG, José Francisco da Silva lembrou aos Deputados que a queda da produção de alimentos se fazia diante de uma população cada vez mais miserável, sendo que o avanço de problemas como o desemprego e a favelização urbana vinham agravando o quadro famélico brasileiro: *Alem da queda na produção de alimentos básicos, temos agravado o problema do desemprego ou subemprego, da migração e das favelas nas periferias dos centros urbanos*²⁶²

Também insistiu neste ponto o estudo promovido pela CNBB. De acordo com a percepção das lideranças católicas, o crescimento urbano desordenado criava um ambiente propício para a instauração das condições trágicas da fome:

*Entre 1960 e 1980 (...) enquanto o número de habitantes da zona rural cresceu apenas 17%, o número de moradores nas cidades aumentou em 133%! Cidades como Fortaleza e Salvador praticamente triplicaram a sua população, e quase todas as demais capitais nordestinas viram mais do que duplicar o número de habitantes.*²⁶³

Alertavam os sindicalistas pernambucanos que, sem a criação de novos empregos na região nordestina, muitos chefes de famílias estavam migrando para outros estados, sobretudo São Paulo:

*Por este motivo os pais de famílias e os jovens estão saindo para outros Estados. (...) Estamos com muita saudade dos nossos irmãos da comunidade, que neste tempo de seca são forçados a ir para São Paulo a procura de outra vida porque aqui não tem ganho de nada.*²⁶⁴

Também os sindicalistas do município de Gurjão, na Paraíba, alegavam que, em tempos de fome, a falta de emprego era o principal motivo das migrações dos trabalhadores

²⁶¹ *Jornal Construir, voz dos trabalhadores*. Ação Operária Católica. Outubro / Novembro 1983. Nº 25 P.6

²⁶² SILVA, José. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 98.

²⁶³ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P.19.

²⁶⁴ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Janeiro / Fevereiro, 1983, p. 2.

para outras cidades: “*A situação está cada vez pior (...) No município não tem frente de trabalho e o povo está saindo para trabalhar em cidades vizinhas*”.²⁶⁵

Grande parte das famílias que passavam fome na região metropolitana do sudeste provinha exatamente da região nordeste. Uma reportagem do jornalista Luis Ávila para a *Folha de São Paulo* demonstrou como muitas das famílias nordestinas acossadas pela fome na região nordeste fugiam para as favelas de São Paulo. Perfazendo a tradicional migração campo – cidade, intensificada na década de 1980, os flagelados pegavam carona em caminhões para realizar uma viagem de seis dias pelas rodovias do país, até chegarem às grandes cidades do Sudeste.

*Todos os habitantes da favela têm história semelhante (...). São retirantes nordestinos que fugiram da seca e da fome em seus estados. Chegaram aqui pegando carona em caminhão.*²⁶⁶

Apesar de decrescente, a migração nordestina rumo a São Paulo, durante toda a década de 1980, ainda era intensa e superava os fluxos das demais regiões, como pode ser conferida no gráfico a seguir:

Residência Anterior	Período		
	1980/70	1981/91	1988/98
Nordeste	1.181.391	1.069.896	1.093.826
Minas Gerais	392.597	213.543	203.834
Paraná	379.720	110.169	124.917
Resto da Reg. Sul	38.469	28.572	45.970
Outros (*)	261.164	196.222	253.294
Total	2.253.342	1.618.402	1.721.841

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e PNAD 1988 (Tabulações especiais NEPO/UNICAMP)
 (*) Inclui “Brasil sem especificação” e “estrangeiros”.

Tabela 1.18 Imigração interestadual segundo local de residência anterior: Região Metropolitana de São Paulo. 1980-1991

Em suma, a relação econômica imposta pela modernização agrícola culminava em um processo de expropriação no qual a consequência última era a conformação de uma população miserável, apta a integrar e aumentar os índices trágicos da fome nacional:

*O desemprego, o subemprego, a fome, a mortalidade infantil, a marginalização, as favelas, os menores abandonados, o analfabetismo, a prostituição, a violência, a morte prematura são as consequências imediatas e visíveis desse processo que se origina no campo e culmina nos grandes centros urbanos.*²⁶⁷

²⁶⁵ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste*. Maio / Junho, 1983. P.2.

²⁶⁶ Flagelados chegam direto à Vila Mariana. *Folha de São Paulo*, 2 de Setembro, 1983, p.16.

²⁶⁷ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 20.

De fato, não é possível pensar o avanço da fome no país sem considerar os limites impostos pelo monopólio da terra, a manutenção do latifúndio e da violência sofrida pelos trabalhadores rurais. Não foi sem motivo que uma das principais campanhas lideradas pelos sindicatos rurais brasileiros no ano de 1983 foi a reforma agrária nacional. A Campanha nacional pela reforma agrária recebeu apoio de diversos movimentos sociais e entidades brasileiras, como por exemplo, CONTAG, IBASE, ABRA, CNBB, CPT e CIMI. Dentre as várias justificativas apresentadas pelas lideranças organizativas para legitimar o movimento, encontramos números, referentes ao ano de 1983, que explicam, em boa parte, o avanço da fome no país. De acordo com um panfleto distribuído pela campanha, em 1983:

- *Existem mais de 11 milhões de desempregados nas cidades e 12 milhões de camponeses sem terra.*
- *A produção de alimentos vem caindo nos últimos vinte anos*
- *8,7 milhões de assalariados rurais recebem menos de um salário mínimo*
- *Entre 1979 e 1983, 269 mil famílias de pequenos produtores enfrentaram conflitos pela posse das terras*
- *Cresceu para 24 milhões o número de pessoas que migraram para outros estados, entre 1970 e 1980.*²⁶⁸

1.5- AS OMISSÕES DO GOVERNO BRASILEIRO: FOME DE DEMOCRACIA

A conjuntura econômica internacional, no início da década de 1980, seria altamente desfavorável às políticas voltadas para a criação de novos empregos no Brasil. De fato, como ressaltou o Técnico em Saúde Pública e Alimentação do IPEA, Eduardo Kertesz, os institutos econômicos internacionais, dos quais o país era altamente dependente, requisitavam a contenção dos salários e a dispensa inevitável de um grande número de trabalhadores em função do equilíbrio econômico nacional. Tais medidas seriam necessárias para a garantia do pagamento da dívida externa e uma condição para aquisição de novos empréstimos frente às economias centrais:

As economias centrais, seguindo os ditos dos economistas da linha de Milton Friedmann (EUA e Inglaterra) estariam apontando a inflação, bem como as indevidas intromissões estatais, como principal causador da recessão e da crise econômica mundial. A

²⁶⁸ Panfleto da Campanha Nacional pela Reforma Agrária (1983). Produzido e distribuído por IBASE/CNBB/CPT e Outros. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/linha-do-tempo/> Acesso em 30/10/2016

*proposta seria abrir mão das expectativas de pleno emprego em função do equilíbrio econômico (política monetarista).*²⁶⁹

Na opinião do Técnico Eduardo Kertesz, a fome brasileira teria se agravado também devido à decisão do governo brasileiro em seguir a risca tal política de contenção salarial proposta pelos institutos internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial. Em síntese, a falta de qualquer perspectiva na elevação do número de empregos ou no aumento dos salários fazia inevitavelmente os trabalhadores brasileiros se tornarem reféns da fome e da miséria nacional: *Enquanto a elevação salarial for assumida como um problema para a inflação, teremos dificuldades em resolver a questão da alimentação brasileira.*²⁷⁰

Também a CNBB sinalizou a dívida externa como um dos mais importantes fatores de reprodução da miséria e da fome brasileira:

*Essa dívida, cuja existência e crescimento têm raiz na nossa dependência em relação às multinacionais, agrava poderosamente as condições de vida e de trabalho da população (...). Excedentes agrícolas têm sido extraídos à custa da redução das condições de vida dos trabalhadores.*²⁷¹

Diante do visível agravamento das condições de desnutrição e fome entre a população, o governo brasileiro abandonava as possibilidades de mudanças econômicas estruturais, insistindo em tomar medidas paliativas e ineficazes para a solução dos problemas famélicos. Vários depoentes da CPI da fome de 1981 alertaram aos Deputados brasileiros o fato de que as medidas paliativas governamentais seriam inócuas diante do gravíssimo grau de expansão da fome no país.

Um dos pontos mais ressaltados foi exatamente o reconhecimento unânime de que os recursos governamentais atingiam apenas uma parcela mínima do grande número de pessoas altamente desnutridas entre a população nacional:

*Se o contingente populacional fosse reduzido cerca de 10%, por exemplo - seria possível a cobertura da população alvo. No caso genérico dos países subdesenvolvidos, em que a população sob risco alcança até 60 ou 70% do universo de habitantes, torna-se impraticável um programa complementar capaz de atingir a todo o contingente hipoteticamente sob risco.*²⁷²

²⁶⁹ KERTESZ, Eduardo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 158.

²⁷⁰ KERTESZ, Eduardo. In: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág.165.

²⁷¹ CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Ed. Paulinas. 1980. P13-14.

²⁷² ARRUDA, Bertoldo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 190.

De acordo com o próprio presidente do Instituto Nacional de Alimentação (INAN), Bertoldo Arruda, as políticas emergenciais brasileiras tinham capacidade de atingir apenas 16% de um universo onde 67 % da população seriam considerados desnutridos:

*Claro que não estamos atingindo toda a população hipoteticamente sob risco. Como disse, isso seria impraticável, e nenhum país do mundo pode fazê-lo, tal o custo que representa. Mas, para aqueles 16% dessa população vulnerável que estamos atingindo, o benefício é palpável em termos da suplementação alimentar oferecida.*²⁷³

Reconhecendo que os dados oficiais apontavam um quadro de desnutrição que atingia 67 % da população, o Presidente do INAN concluía que 50 % dos brasileiros estariam passando fome, em algum grau, sem receber nenhum tipo de assistência por parte do Estado:

*Porque não temos capacidade de atender praticamente a 50% da população que necessita de um suplemento alimentar.*²⁷⁴

A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) denunciava que os limitados recursos voltados para atendimento das necessidades dos famintos no país estavam sofrendo uma redução ainda maior, durante o Governo João Figueiredo. Isso porque as verbas públicas voltadas para a área da saúde estavam sendo reduzidas em função de um aumento das verbas destinadas aos setores militares brasileiros:

*Em 1981, o Ministério da Previdência Social recebeu um aumento, na sua dotação orçamentária, de 3.441% sobre a do ano anterior. Os três Ministérios militares tiveram dotações maiores do que o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde ficou com três e pouco por cento do Orçamento Nacional.*²⁷⁵

O presidente do INAN confirmava, então, as informações da Deputada Cristina Tavares, ao indicar a defasagem no orçamento voltado para a Saúde Pública como mais um dos fatores que reduziavam as expectativas de ampliação do atendimento público aos famintos brasileiros:

²⁷³ ARRUDA, Bertoldo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 202.

²⁷⁴ ARRUDA, Bertoldo K. G. de. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 203.

²⁷⁵ TAVARES, Cristina. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 167.

*O custo crescente dos alimentos, agregado à defasagem do orçamento, em relação ao crescimento geral de preços, tem impossibilitado a ampliação da cobertura, mantendo-se o atendimento quase estacionário nos últimos três anos.*²⁷⁶

Vale ressaltar, no entanto, que nem toda verba emergencial financiava a distribuição gratuita de alimentos, sendo que parte do dinheiro público era aplicado apenas como subsídio, exigindo que a população faminta continuasse utilizando uma parte de sua renda na compra de alimentos:

Então, nós temos dois tipos de atuação: para aqueles que têm praticamente um poder aquisitivo quase nulo, a distribuição gratuita; para aqueles com pouco (...) a venda subsidiada de gêneros a preços mais acessíveis. ²⁷⁷

Estes dados ganham uma importância ainda maior quando atentamos para as informações apresentadas pela Presidente do Movimento Nacional Contra a Carestia. Segundo Jane Vasconcelos, institutos de pesquisa estariam evidenciando que os gastos com a alimentação pesavam consideravelmente no orçamento das famílias, em um contexto de rebaixamento total do valor real dos salários:

Em Setembro de 1981, quando foi instalada esta CPI, segundo cálculos do Instituto dos Economistas do Estado da Bahia – Núcleo de Estudos do Custo de Vida – seria necessário um salário mínimo de Cr\$ 29.298,67 para cobrir além de alimentação, despesas com habitação, transporte, saúde e educação (...). Ou seja 4,11 vezes o salário mínimo em vigor naquele período. ²⁷⁸

O técnico em Saúde Pública do IPEA, Eduardo Kertesz, também fez constatações importantes sobre as políticas emergenciais brasileiras no setor da alimentação. De acordo com suas ponderações, as políticas de atendimento emergencial estariam sendo formatadas de acordo com interesses de grandes empresas envolvidas no setor nutricional. Como consequência, ao invés de incentivar o consumo de alimentos tradicionais e mais baratos, o governo brasileiro estaria subsidiando alimentos mais caros, produzidos industrialmente:

²⁷⁶ ARRUDA, Bertoldo K. G. de. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 192.

²⁷⁷ ARRUDA, Bertoldo K. G. de. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 202.

²⁷⁸ VASCONCELOS, Jane. IN: CPI da Fome, 1981. Diário do Congresso Nacional. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 199.

*Nos últimos 5 anos, irromperam, nos 80 países do Terceiro Mundo, programas de nutrição com características assemelhadas. Todos são paternalistas e se utilizam de alimentos industrializados, enriquecidos com aminoácidos raros e caros, que lhes dão gosto, preço e nome de remédios. Por trás (...) estão grupos industriais poderosíssimos faturando em cima da fome do Terceiro Mundo.*²⁷⁹

Outra constatação teria sido o fato de que as políticas emergenciais, em longo prazo, trariam mais prejuízos do que benefícios para a população brasileira. Eduardo Kertesz citou, por exemplo, o caso dos subsídios de alimentos que acabavam por fazer falir os pequenos comerciantes das cidades, causando desemprego regional, bem como estimulando o aumento dos monopólios por parte dos supermercados brasileiros. Citou também, como segundo exemplo, a tentativa governamental de obrigar as grandes empresas a fornecerem alimentação para seus trabalhadores. Tal incentivo teria resultado no estímulo a distribuição de tickets pelas empresas, reduzindo as compras de alimentos no comércio local e aumentando o lucro dos restaurantes e supermercados locais envolvidos no programa. Em resumo:

Medidas paliativas não são capazes de resolver o problema, visto que não são permanentes e não haveria recursos suficientes no país para manter alimentada uma população sem renda e sem emprego por todo o tempo. ²⁸⁰

Para o Professor de Biologia da Universidade Federal do Maranhão, Warwick Kerr, o Estado brasileiro deveria apostar menos nas medidas paliativas e muito mais na educação alimentar da população. Para comprovar as vantagens da educação popular e seus efeitos positivos, citou exemplos concretos que teria experimentado com a população do Maranhão.

De acordo com o professor, sua equipe de pesquisa, organizada pela Universidade Federal do Maranhão, estaria distribuindo no Ceasa, localizado na capital São Luis, receitas voltadas para a preparação de alimentos fáceis de serem obtidos em roças caseiras. Um bom exemplo citado foi o chamado Feijão de Asa, trazido do Suriname. Este tipo de feijão seria um alimento rico em proteína, com diversas partes comestíveis (flor, folha, raiz), sendo que seis pés seriam capazes de alimentar cinco pessoas por três meses. Quando foram distribuídas, no Ceasa de São Luis, receitas com diversos modos de preparo do Feijão de Asa, a sua

²⁷⁹ Segundo informações do Deputado Ademar Santillo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 204.

²⁸⁰ KERTESZ, Eduardo. CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 165.

procura teria se tornado muito grande e sua venda um sucesso de aceitação pela população local.

Outros exemplos citados foram: a importância do aprendizado a respeito dos nutrientes encontrados na fruta Abiu, largamente consumida por tribos de índios da região Amazônica; Também as possibilidades de consumo do caroço de Jaca (cozido, assado, purê), alimento rico em proteínas e pouco conhecido pela população brasileira.

Segundo o professor Warwick Kerr, a população brasileira deveria conhecer melhor a respeito destes e de vários outros produtos naturais possíveis de serem adotados na alimentação diária familiar. No entanto, segundo o professor, a tendência estaria sendo exatamente contrária, uma vez que a população brasileira vinha abandonando tipos de alimentação tradicionais, substituídos por alimentos industrializados e importados de outros países, como por exemplo, o consumo do trigo e seus derivados, como o macarrão e o pão:

*O trigo é algo que não é produzido no País, que é caro, é importado. (...) Em Manaus, comia-se quase zero de macarrão em 1975, e, quatro anos depois (...) praticamente todas as famílias comiam macarrão. Em todo o Norte e Nordeste, onde antes se comia beiju, agora se come pão.*²⁸¹

Para Maria Galli, Chefe da Área de Alimentação do Sistema de Proteção ao Consumidor (PROCON), um dos motivos mais óbvios para a mudança dos hábitos alimentares entre a população brasileira seria o poder de propaganda apresentado pelas empresas e indústrias do setor de alimentos, sobretudo aquelas de grande porte, capazes de massificar informações entre uma população mal educada em matéria alimentar:

*Para finalizar, citarei ainda a influência da propaganda na alteração dos hábitos alimentares e a respectiva responsabilidade social da indústria. O efeito da propaganda atinge todas as classes indistintamente.*²⁸²

É preciso que se diga que o governo brasileiro, no início da década de 1980, omitia muito mais que somente educação alimentar para a população brasileira. Os depoentes da CPI da fome de 1981 denunciaram que representantes do governo vinham escondendo deliberadamente, da opinião pública, os números oficiais a respeito da fome no país.

²⁸¹ KERR, Warwick. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 144-146.

²⁸² GALLI, Maria. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 176.

Um bom exemplo de disfarce político sobre a existência da fome brasileira ocorreu durante a comemoração do dia da alimentação, em 16 de Outubro de 1981. Enquanto integrantes da ONU apresentaram denúncias contundentes sobre a existência da fome no Brasil, o governo militar impôs uma forte censura às campanhas nacionais que seriam divulgadas como forma de chamar a atenção para o problema frente à população e instituições do país. Ao contrário, o Governo militar produziu uma campanha substituta, na qual o Brasil era apresentado como um grande celeiro mundial, além de sugerir que os programas sociais, como o PRONAM e Merenda Escolar, já estariam efetivamente resolvendo o problema da fome no Brasil.²⁸³

Uma outra amarga constatação denunciada pelos depoentes e Deputados participantes da CPI da fome foi reconhecer o silêncio do governo sobre um importante estudo produzido pelos técnicos da SUDENE e entregue aos órgãos oficiais do governo João Figueiredo, mais especificamente ao Ministro do Interior, Mario Andreazza. Tal estudo havia sido realizado por solicitação de alguns governadores de estados nordestinos. No entanto, diante das graves evidências que expunha a respeito da expansão da fome no país, o relatório teria sido propositalmente “engavetado” e “esquecido” pela cúpula militar. O próprio Superintendente da SUDENE reconhecia que o relatório final havia chegado às mãos do Ministro Mário Andreazza e, posteriormente, teria sido entregue ao presidente João Figueiredo:

[Sobre o documento produzido pela SUDENE] *Minha convicção é de que o senhor ministro Mario Andreazza o tenha levado ao conhecimento de S. Excelência o presidente da República.*²⁸⁴

Além do documento produzido pela SUDENE, o governo brasileiro recebeu também relatórios produzidos pelas lideranças dos trabalhadores brasileiros. De acordo com o depoimento de José Francisco da Silva, lideranças da CONTAG entregaram documentos aos órgãos oficiais do governo brasileiro relatando as péssimas condições de vida a que estavam submetidos os trabalhadores, sobretudo no meio rural, comprovando as evidências de que grande parte da população brasileira estava passando fome no início da década de 1980.

O Governo sabe o que se está passando (...). As conclusões do III Congresso estão nas mãos do Presidente da Republica, nas mãos do Ministro da Casa

²⁸³ Campanha rejeitada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de Outubro de 1981, p. 8.

²⁸⁴ SOBRINHO, Antônio. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 120.

*Civil, nas mãos das lideranças deste Congresso, do Presidente e do líder do partido do Governo, nas mãos do INCRA.*²⁸⁵

Os Bispos da Igreja Católica atestaram a veracidade deste depoimento do líder da CONTAG, confirmando que, inclusive em anos posteriores, o governo continuou sendo informado a respeito das calamidades enfrentadas pelos trabalhadores rurais brasileiros:

*Em Agosto de 1983, a CONTAG e as Federações (...) entregaram ao Superintendente da SUDENE um documento em que denunciam os sofrimentos dos trabalhadores rurais, devido às injustiças, às irregularidades e aos descaminhos das frentes de trabalho.*²⁸⁶

Dentre as várias exigências apresentadas pelos trabalhadores, no entendimento dos líderes da CNBB, destaca-se a Reforma Agrária, uma vez que buscava romper com o domínio latifundiário e o monopólio da terra no país:

*Contudo, a grande e principal reivindicação dos trabalhadores rurais, no Nordeste, como de resto em todo país, tem sido sempre a Reforma Agrária – imediata, justa, ampla e com participação efetiva dos trabalhadores.*²⁸⁷

Porém, os Bispos do Brasil criticaram, não apenas a inércia do governo brasileiro em resolver as mazelas dos trabalhadores famintos, mas também o modo antidemocrático e autoritário como vinham sendo elaboradas as políticas voltadas para a superação da fome brasileira:

Os sindicatos dos trabalhadores rurais jamais foram convidados a participar de sua elaboração (...) até agora, restrita apenas ao próprio Banco Mundial, ao Governo Federal e, no máximo, aos Governos Estaduais. ²⁸⁸

Diante desta postura antidemocrática e autoritária do governo ditatorial brasileiro frente à gravidade da expansão da fome no país, muitos depoentes concluíram que as soluções para o problema famélico nacional teriam que, necessariamente, passar pela luta a favor da liberdade política. Dentro de um contexto nacional de lutas pela volta da democracia representativa e da reconquista de direitos sociais frente ao estado, os depoente da CPI da

²⁸⁵ SILVA, José. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 108.

²⁸⁶ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P.29.

²⁸⁷ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 29.

²⁸⁸ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 25.

fome de 1981 reclamavam maiores liberdades para os trabalhadores e a sociedade, em geral, no sentido da retomada de um quadro político no qual a luta contra a fome fosse assumida pela administração pública como uma questão prioritária e inadiável.

Apontava nesta direção o pronunciamento do Médico Mário M. Silveira, professor da Universidade do Rio de Janeiro. Em sua opinião, a solução para a fome exigiria uma organização livre dos trabalhadores, e novas possibilidades de reivindicações salariais mais abrangentes: *A primeira coisa a se fazer para atenuar essa situação é dar, ao trabalhador, liberdade para exigir melhoria de salário.*²⁸⁹

Também Flávio S. Valente, professor de medicina da Universidade Federal da Bahia, indicou que a solução para a crise famélica brasileira passava pela liberação do regime político, resultando em uma maior organização e participação política dos trabalhadores, mas também da sociedade como um todo:

*Temos que defender a liberdade de organização da classe trabalhadora, a liberdade de organização dos setores médios, dos setores profissionais, para que eles passam democraticamente participar do processo político. Necessariamente pela escolha direta do povo e democrática, com ampla possibilidade de discussão, de organização da população, para escolher seus Presidentes, seus representantes em todos os níveis.*²⁹⁰

O então Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano P. M. de Almeida, ressaltou em seu depoimento que, inclusive no âmbito internacional, havia uma consciência de que a fome teria solução pelo viés político:

*Em 30 de Setembro de 1981 – 50 premiados com o prêmio Nobel assinaram um documento sobre a fome. Em primeiro lugar, a tomada de posição desse documento e a de que o problema é político, isto é, e por uma falha política que hoje o mundo tem fome.*²⁹¹

Da mesma forma, concordava o Médico Eduardo Marcondes, diretor do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas de São Paulo. Em sua opinião, longe de ser um problema meramente nutricional, a fome necessitava de uma solução principalmente política no país:

²⁸⁹ SILVEIRA, Mario. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 10.

²⁹⁰ VALENTE, Flavio. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 26 – 30.

²⁹¹ ALMEIDA, Luciano. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 87.

*A solução do problema da desnutrição infantil é política, na acepção mais ampla, mais pura, mais abrangente que o termo "política" possa abarcar. O medico não tem o que fazer aí.*²⁹²

O líder dos trabalhadores rurais, José Francisco da Silva, reclamava o fim da Lei de Segurança Nacional como um caminho para um maior debate político a respeito das dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelas famílias trabalhadoras brasileiras:

A revogação da Lei de Segurança Nacional é condição exatamente para a implantação de uma democracia sadia, de uma democracia verdadeira neste país, como também para o desenvolvimento de uma ação sindical autentica.

293

O técnico do IPEA, Eduardo Kertesz, também concluía que a redemocratização do país era essencial para que os trabalhadores encontrassem mecanismos de participação na elaboração das políticas sociais e econômicas do país:

*É fundamental a estabilização de um processo democrático de governo (...) em que os trabalhadores tenham os mesmos direitos de serem ouvidos que os banqueiros.*²⁹⁴

Da mesma forma concluíram, em diálogo, os Deputados Adhemar Santillo (PMDB/GO) e a Deputada Jane Vasconcelos, líder nacional do Movimento Contra a Carestia. Ambos sinalizaram que a solução para a crise famélica passava por uma maior participação política popular no interior das instituições públicas brasileiras:

V. Senhoria entende que isso é possível somente através da redemocratização do País. Com a organização do povo, a mobilização popular, com o fim de todas as leis de exceção, para que o povo possa, então, ter poder de pressão através de todos os seus organismos. 295

²⁹² MARCONDES, Eduardo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 44.

²⁹³ SILVA, José. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 102.

²⁹⁴ KERTESZ, Eduardo. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 170.

²⁹⁵ SANTILLO, Adhemar. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 207.

Reiterando todas estas assertivas, também os Bispos do Brasil, através da CNBB, indicaram que os problemas relativos à fome e à miséria brasileira e, particularmente, a do Nordeste, deveriam ser discutidos no âmbito político, uma vez que:

*Não são resultados da fatalidade, do destino, da natureza, mas o resultado da ação ou omissão política dos homens (...). Neste sentido, o seco e pobre nordeste é, sobretudo, uma produção política.*²⁹⁶

Ainda assim, vale ressaltar, o professor Flávio S. Valente lembrava que a fome não constituía um tabu apenas para o governo brasileiro – mas o tema vinha sendo evitado por governos de todas as áreas do mundo. A existência deste tabu, diga-se de passagem, foi assinalada a todo o momento por Josué de Castro, um dos maiores pesquisadores do tema:

Este tabu foi o que levou, de certa forma, a fome a ser tratada com silêncio durante muitos anos, especialmente durante o início deste século. Apesar da Conferência mundial, realizada em 74, em Roma, com o patrocínio da FAO, o termo continua sendo um tabu. ²⁹⁷

Porém, o professor Flávio S. Valente alertava para os riscos iminentes assumidos pelo governo brasileiro, uma vez adiadas as soluções para o problema da fome no país:

Mas se não for achada uma resposta em médio prazo, existe a potencialidade do desencadeamento de um processo violento. (...) Quanto mais tempo passar e quanto mais for divulgado o fato de que não existe fome em outros lugares (...) cria-se um problema serio para nós (..) que seria um confronto mais violento para resolver o problema. ²⁹⁸

Profeticamente, portanto, foram previstos os distúrbios que, em 1983, iriam sacudir muitas cidades brasileiras, quando a população cobrou, com o uso da força, os alimentos que lhes haviam sido negados como direito de trabalho ou como direito à dignidade humana. A CPI da fome de 1981 terminava, assim, cumprindo seu papel político de dar visibilidade e legitimidade às denúncias das raízes históricas da fome brasileira, sinalizando claramente que outras piores conseqüências ainda estariam por vir num futuro próximo. Ainda assim, todos os alertas emitidos na CPI de 1981 foram incapazes de evitar que a fome continuasse

²⁹⁶ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984. P. 13.

²⁹⁷ VALENTE, Flavio. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. Pág. 71.

²⁹⁸ VALENTE, Flavio. IN: CPI da Fome, 1981. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII. Suplemento ao Num. 173. Câmara dos Deputados. Brasília. 4 de Dezembro de 1982. P. 34-37.

flagelando grande parte da população brasileira nos anos seguintes. E conseqüentemente, também não foram capazes de impedir a eclosão dos grandes conflitos e distúrbios sociais que sacudiriam o país em 1983.

1.6 - OS MOVIMENTOS CONTRA A CARESTIA 1978-1981

É bom que se diga que a CPI da fome de 1981 foi proposta em um período de intensificação das cobranças populares frente ao endurecimento das condições de sobrevivência no país. Antes que o Legislativo brasileiro iniciasse uma investigação oficial para reconhecer as causas da expansão da fome brasileira, as camadas populares já vinham denunciando abertamente o empobrecimento vertiginoso imposto a muitas famílias brasileiras, em tempos de crise do Milagre Brasileiro. Dentro de toda uma gama de mobilizações e ações populares contra o avanço da carestia, destacam-se as mobilizações assumidas pelo *Movimento Custo de Vida*, forjado inicialmente em São Paulo, mas que recebeu adesões em diversas outras partes do país.

Uma boa parte dos registros históricos a respeito das mobilizações articuladas pelo *Movimento Custo de Vida* encontra-se disponível nos acervos do Centro de Documentação e Memória da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo)²⁹⁹, sendo que tal movimento já foi amplamente estudado por Eder SADER³⁰⁰, autor que posicionou o movimento Custo de Vida no interior de uma gama de mobilizações realizadas pela população urbana paulistana no contexto da redemocratização brasileira.

De acordo com AZEVEDO e BARLETA³⁰¹, tal movimento teve as mulheres como sua liderança principal:

*Grupos de mulheres, geralmente ligados às comunidades católicas de atuação inspirada na Teologia da Libertação. Os clubes incentivavam a participação feminina na sociedade, refletindo com essas mulheres seu novo papel, as relações familiares e de trabalho, as dificuldades da vida na periferia.*³⁰²

²⁹⁹<http://www1.cedem.unesp.br/eventos.htm> Acesso em 30/10/2016

³⁰⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁰¹ AZEVEDO, Jô; BARLETA, Jarcy M. *O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)*. *Cadernos do Cedem*. v.2, n.2, 2011, pp. 133-146. <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/1647/1400>; Acesso em 30/10/2016 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁰² AZEVEDO, Jô; BARLETA, Jarcy M. *O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)*, p. 133.

Por outro lado, Eder Sader chamou a atenção para o caráter autônomo do movimento, articulado sob novas modalidades, em um período de grande desconfiança em relação às tradicionais formas de organização política, em tempos de fortes críticas ao Marxismo e ao Estruturalismo. Sem passar diretamente pela representação sindical ou partidária, o movimento *Custo de Vida* forjava um novo sujeito coletivo, constituído e embebido de experiências do cotidiano popular, fazendo emergir um novo cenário para as lutas de resistência políticas pela redemocratização nacional. Assim, verifica-se:

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação (...). Com isso acabaram alargando a própria noção de política, pois politizaram múltiplas esferas do cotidiano. 303

Tendo origem nos clubes formados pelas mães moradoras da zona sul paulista, em 1973, o *Movimento Custo de Vida* irradiou-se entre diversas paróquias e CEBS da região metropolitana de São Paulo, na medida em que o arrocho salarial imposto pela Ditadura Militar passou a dificultar a sobrevivência de muitos brasileiros.

O fato do movimento atuar no interior da Igreja Católica explica-se sobretudo por dois fatores: enquanto o clero católico, seguindo as linhas de atuação propostas pelo Concílio Vaticano II, estimulava a participação política dos fiéis para solucionar questões sociais, também a população encontrava na igreja um dos poucos lugares seguros para promover debates políticos, em tempos de cerceamento ditatorial.

*Eles iniciavam discutindo as questões de relacionamento entre casais, a saúde das crianças e, em seguida, passavam a perceber a relação existente entre o que ocorria no âmbito privado e os assuntos sociais e políticos, que diziam respeito à esfera pública: o salário baixo, a falta de equipamento de saúde no bairro, a água que não era encanada e a ausência de escolas e creches.*304

As mobilizações promovidas pelo *Movimento Custo de Vida*, desde o seu início, em 1973, assumiram a estratégia política de enviar cartas e abaixo-assinados para autoridades públicas, como forma de denunciar a piora das condições de vida da população, seja devido ao rebaixamento dos salários, seja pelo aumento do desemprego ou da inflação galopante:

A “Carta das Mães da Periferia” foi redigida e enviada à Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador Horácio Ortiz (MDB). Um trecho foi publicado

³⁰³ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 311-312.

³⁰⁴ AZEVEDO, Jô; BARLETA, Jarcy M. *O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)*. Pag. 137.

pelo jornal *O São Paulo*, em 27 de outubro de 1973, mas o resto perdeu-se no tempo. Algumas lideranças foram presas nessa ocasião e de seu dossiê “subversivo” constava a carta das mulheres.³⁰⁵

Para dar maior legitimidade às suas reivindicações, as lideranças do *Movimento Custo de Vida* passaram a elaborar pesquisas, a partir de dados colhidos através de questionários apresentados à população. Os resultados das pesquisas passaram a ser apresentados publicamente em reuniões e assembléias que chegaram a contar com milhares de pessoas, tendo participação de representantes de várias entidades estudantis, sindicais, eclesiais, comunitárias, etc. Tal mobilização fez com que o *Movimento Custo de Vida* passasse a ter suas atuações noticiadas pelos meios de comunicação de massa da grande imprensa brasileira, uma vez que o movimento foi recebendo adesão por parte de integrantes de diversas instituições, inclusive, ganhando adeptos em outros estados do Brasil.

Em 1978, o *Movimento Custo de Vida* realizou uma reunião no Colégio Arquidiocesano de São Paulo, contando com representantes de diversas entidades da Sociedade Civil, somando cerca de 7 mil pessoas no local. De acordo com um Boletim informativo produzido em Março de 1978, a mobilização foi amplamente divulgada em coberturas jornalísticas da grande imprensa brasileira:

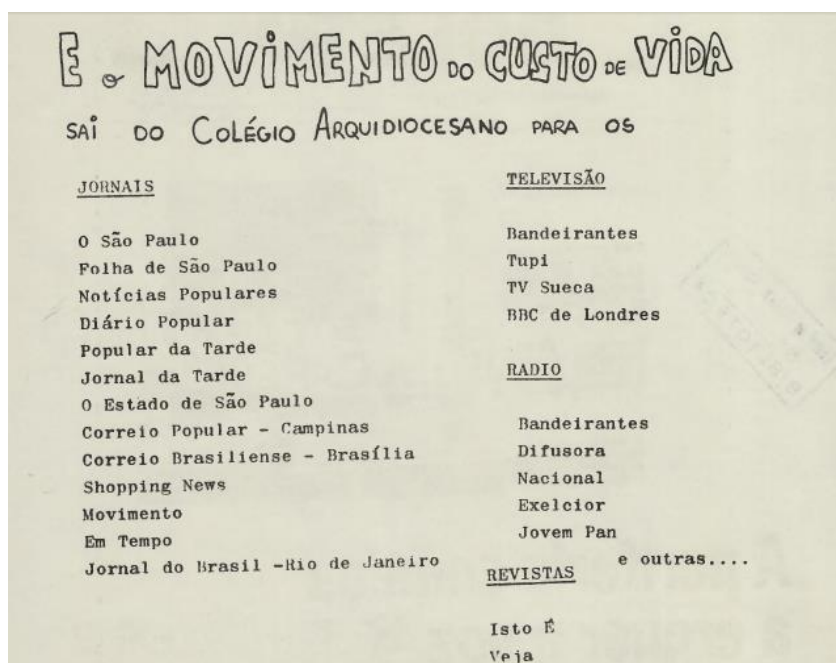


Imagem 1.2 Fonte: *Boletim Movimento Custo de Vida*, Março/Abril, 1978. Acervo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

³⁰⁵ AZEVEDO, Jô; BARLETA, Jarcy M. *O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)*. Cadernos do Cedem. V.2. N.2, 2011. Pag. 138.

A partir de então o *Movimento Custo de Vida* passou a atuar no interior de diversas instituições, criticando publicamente a expansão da fome no país. Houve, de fato, um avanço do movimento para o interior de sindicatos profissionais tradicionais, como por exemplo, a participação de membros do *Movimento Custo de Vida* na Greve dos professores estaduais de São Paulo e a adesão espontânea às manifestações contra a carestia por parte do sindicato dos Servidores Públicos do Hospital do Estado de São Paulo, em Agosto de 1978.³⁰⁶ Por outro lado, o fortalecimento do Movimento dava-se também na conquista de alianças com outras mobilizações populares que ocorriam em São Paulo, como por exemplo, aquelas promovidas pelos sindicatos metalúrgicos do ABC paulista:

Portanto, neste mês de maio, em que os operários do ABC se manifestam pacificamente pelo respeito aos seus legítimos direitos, e particularmente pelo aumento de seus salários, o Movimento do Custo de Vida vem dar a todos eles o seu total apoio e solidariedade 307

Nos primeiros meses daquele ano de 1978, as lideranças do *Movimento Custo de Vida* lançaram uma Campanha Nacional para colher um milhão de assinaturas e formatar um documento a ser entregue ao Presidente Ernesto Geisel, exigindo o congelamento de preços dos gêneros alimentícios de maior necessidade, abono salarial imediato e o aumento do Salário Mínimo acima da inflação. O intuito era promover um ato público na Praça da Sé (SP), em fins de Agosto, e oficializar a saída de uma comitiva que iria em direção à Brasília para entregar o documento contendo as assinaturas e as reivindicações diretamente às mãos do Presidente da República.

*Como todo mundo já está sabendo, a nossa meta principal até o mês de agosto é colher mais de 1 milhão de assinaturas para que o abaixo-assinado tenha mais força. Por isso mesmo, é muito importante que os grupos e as pessoas que participam do Movimento do Custo de Vida se reúnam cada vez mais para ver como melhorar os trabalhos e como aumentar a participação do povo na luta contra a carestia.*³⁰⁸

Os jornais e boletins produzidos pelo *Movimento do Custo de Vida* durante o ano de 1978 demonstram parte desta luta para mobilizar a população em torno de Campanhas contra

³⁰⁶Professores da Rede Pública decidem paralisar aula. *Folha de São Paulo*. 20 de Agosto de 1978, p. 15.; HC e Servidor fazem Plebiscito. *Folha de São Paulo* 24 de Agosto de 1978. P. 14.

³⁰⁷*Boletim Movimento Custo de Vida*, junho de 1978. Acervo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

³⁰⁸*Boletim Movimento Custo de Vida*, Junho 1978. Acervo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

a carestia, constituindo uma evidência do esforço deste movimento para chamar a atenção para o problema do avanço da fome no país. Em seus veículos comunicativos, como no *Boletim de Junho de 1978*, as lideranças denunciaram como aspectos econômicos e de interesses de classe geravam o aumento do custo de vida:

*Para comprarmos a mesma quantidade de mercadorias na feira, é preciso, a cada semana, levar uma quantidade de dinheiro maior (...) E, se hoje compramos menos produtos com os nossos salários, sabemos que o nosso dinheiro, que já anda curto, vai se concentrar em outras mãos.*³⁰⁹

Para comprovar o fato de que as condições de vida da população pioravam em função do aumento de lucros capitalistas no país, citavam exemplos concretos de ganhos extraordinários obtidos por empresas multinacionais que atuavam no Brasil:

*Enquanto, no país, milhões e milhões de brasileiros são obrigados a viver com um salário baixo, só a Volkswagen, em 1976, teve um lucro de 450 milhões de cruzeiros.*³¹⁰

O *Movimento Custo de Vida* também ressaltava a participação desigual da sociedade no acesso aos financiamentos promovidos pelo governo federal, indicando que a expansão da fome tinha relação com interesses latifundiários, vide os monopólios existentes sobre os recursos da administração pública nacional:

*Por exemplo, só o grupo do Jorge Atalla (dono da Coopersucar) recebeu cerca de 6 bilhões de cruzeiros para plantar café e cana-de-açúcar, que serão exportados. Enquanto isso ocorre, os pequenos produtores de feijão, milho, leite e outros produtos não recebem qualquer ajuda para aumentar sua produção. A produção de feijão, por exemplo, vem diminuindo a cada ano que passa, enquanto a produção da soja aumentou nos últimos 10 anos mais de 2.000%.*³¹¹

Da mesma forma, denunciava a especulação financeira promovida pelos atravessadores e intermediários de alimentos no Brasil, situação que agravava o aumento dos preços alimentícios. Para solucionar o problema, sugeriam a intervenção do Governo Federal nesta questão, propondo principalmente o congelamento de preços:

³⁰⁹ *Boletim Movimento Custo de Vida*, Junho 1978. Acervo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

³¹⁰ *Boletim Movimento Custo de Vida*, Junho 1978.

³¹¹ *Boletim Movimento Custo de Vida*, Junho 1978.

*A distribuição desses produtos deve ser organizada a fim de que os grandes atravessadores e intermediários não obtenham grandes lucros, explorando os lavradores e os consumidores.*³¹²

No dia 27 de Agosto de 1978, o *Movimento Custo de Vida* reuniu cerca de 20 mil pessoas em frente à Catedral da Sé (SP) para manifestar publicamente a conquista de cerca de um milhão e trezentas assinaturas colhidas entre a população para endossar um documento oficial a ser entregue ao presidente Ernesto Geisel. As reuniões públicas na Praça da Sé haviam sido proibidas pelo Governo de São Paulo, em medida assinada na semana anterior, para evitar justamente a ocorrência daquela manifestação já prevista e anunciada pelas lideranças populares.³¹³

O resultado foi um conflito aberto, uma vez que a polícia militar utilizou cães ferozes e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar a multidão, reunida dentro e fora da Catedral da Sé, como mostram as duas fotografias a seguir de autoria do fotógrafo Juca Martins:

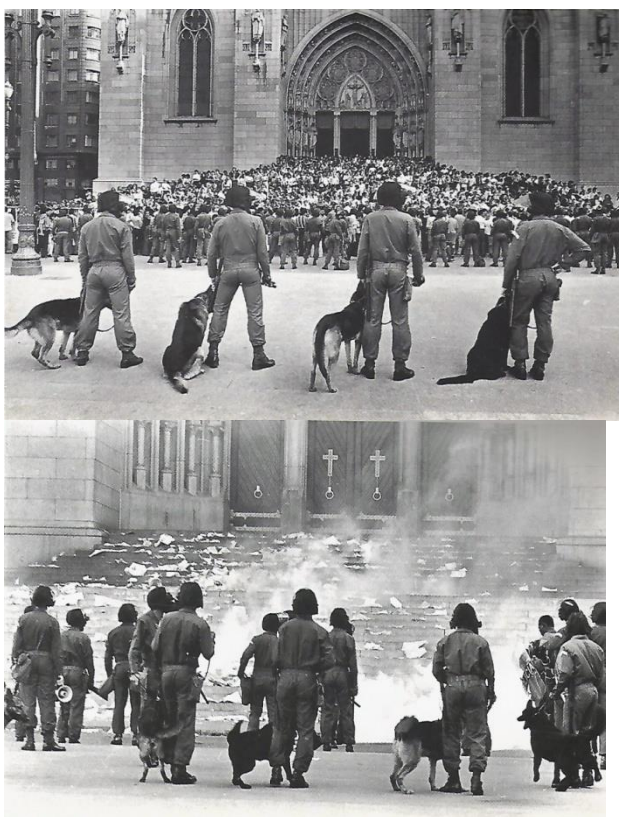


Imagem 1.3 Fonte: MARTINS, Juca. *Antologia Fotográfica*. Rio de Janeiro, Dazibao, 1990. Disponível em: <https://midicult.wordpress.com/>

³¹² *Boletim Movimento Custo de Vida*, Junho 1978.

³¹³ Secretaria de Segurança proíbe reuniões na Sé. *Folha de São Paulo*, 24 de Agosto de 1978, p. 17.

Em Boletim informativo de Setembro de 1978, as lideranças do *Movimento Custo de Vida* promoveram um balanço daqueles acontecimentos ocorridos na Praça da Sé em 27 de Agosto:

*(...) todos falaram contra o arrocho salarial, a alta do custo de vida, a falta de liberdade, a má distribuição das riquezas. Criticaram as autoridades do governo que, mesmo convidadas se recusaram a comparecer para conversar com o povo (...)*³¹⁴

Chamaram a atenção para as condições adversas enfrentadas pelo Movimento, devido à repressão promovida pelo *Governo e pela Arena*:

O governo colocou policiais com enormes cachorros que cercavam a Catedral (...). Proibiu a realização da nossa Assembléia na Praça da Sé, colocou mais de mil policiais no local, invadiu a Catedral, desviou ônibus, impedindo que outras milhares de pessoas conseguissem chegar à nossa manifestação (...).³¹⁵

Relataram também a adesão de outras organizações de base do *Movimento Custo de Vida* para além do Estado de São Paulo: *Outros estados estão se juntando a nós: Paraná, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás, Minas Gerais.*³¹⁶

E por fim, narraram a saga da comitiva das lideranças que, ao chegarem em Brasília, não obtiveram sucesso na tentativa de serem recebidos pelo Presidente Ernesto Geisel. Ao contrário, enquanto a comitiva era barrada na entrada do Palácio do Planalto, “*os guardas do Palácio ficavam ostensivamente marchando de um lado para outro como se estivessem esperando um ataque de um exército inimigo*”.³¹⁷

A solução foi se limitar a entregar os diversos abaixo assinados e voltar para São Paulo: *O que fizemos foi escolher 5 pessoas para entregar somente o abaixo-assinado e exigir um comprovante da entrega*³¹⁸

Embora o *Movimento Custo de Vida* tenha permanecido até o início da década de 1980 na luta contra o avanço da carestia no país, o movimento terminou por perder forças diante da pulverização das diversas frentes de lutas políticas verificadas a partir de 1979. Ainda assim, muitas mobilizações continuaram sendo realizadas em diversas partes do país para criticar a

³¹⁴ Boletim *Movimento Custo de Vida*, Setembro de 1978.

³¹⁵ Boletim *Movimento Custo de Vida*, Setembro de 1978.

³¹⁶ Boletim *Movimento Custo de Vida*, Setembro de 1978.

³¹⁷ Boletim *Movimento Custo de Vida*, Setembro de 1978.

³¹⁸ Boletim *Movimento Custo de Vida*, Setembro de 1978.

incisiva expansão da fome nacional. Para citar alguns exemplos históricos, basta atentarmos para alguns Boletins e Jornais produzidos entre 1979 e 1981 que atestam a continuidade destas mobilizações públicas contra o crescimento da crise famélica.

Neste ponto, uma das maiores dificuldades apontadas pelos integrantes do *Movimento Custo de Vida* foi a capacidade de manter *animado* o movimento após a consagração dos atos da Praça da Sé (SP) e a recusa do Presidente Geisel em receber as lideranças do movimento, em Agosto de 1978. O esfriamento das mobilizações foi uma das preocupações, por exemplo, das lideranças de Goiás:

*Foi falado na Assembléia que o Movimento esquentou muito no início e foram colhidas em um mês 19.500 assinaturas e que depois ele esfriou. Isso foi dito por quase todos os representantes (...) Foi falado também que esfriou porque só colher assinaturas não dá pra animar e que era bom outra coisa.*³¹⁹

Para *animar* os membros, líderes do Movimento goiano assinalaram novas formas de criticar a expansão da fome. Além das mobilizações por assinaturas públicas, pesquisas sobre a alimentação popular, redação de cartas reivindicatórias, os líderes goianos passaram a divulgar letras de músicas e diversas poesias em seus periódicos. Estas produções culturais revelam a tentativa da população de manter *animado* o movimento e de demonstrar sua insatisfação diante do aumento da fome entre suas famílias. Veja por exemplo, uma poesia escrita por um trabalhador de Britânia-GO, divulgada no Boletim do *Movimento Custo de Vida* goiano:³²⁰

³¹⁹ Boletim informativo do Movimento Custo de Vida – Goiás, Outubro 1978/Janeiro 1979. Acervo: Centro de Documentação Pastoral Vergueiro

³²⁰ Boletim informativo do Movimento Custo de Vida – Goiás, Outubro 1978/Janeiro 1979.

TEMOS PRESSA

*Temos pressa de trabalhar
Em prol do nosso bem estar
Com nosso **direito de comer**
Aquilo que precisar
Aquilo que nós gostamos*

*Temos pressa companheiro
De ver seus pensamentos
Se coincide com todos
Em matéria de alimentos
Se cada um de nós
Descobre seus sofrimentos*

*Temos pressa de ver
Livre **todos brasileiros**
Alimentados e sadios
Sem ser nenhum cativoiro
Que haja abundância de
alimento*

*Que o trabalhador tem valor
verdadeiro*

*Temos pressa senhor governador,
Senhor presidente da nação
Que atende nossos pedidos
E acha uma solução*

**Porque do jeito que está
É difícil ganhar o pão**

Estamos todos doentes e fracos

É prejuízo pra nação

Temos pressa que saibas

**Pra que serve o movimento do
custo de vida**

Não é subversão

É um direito de comida

E que todos temos pressa

De viver nossas vidas...

Outras vezes, a *animação* do Movimento e as críticas contra a expansão da fome continuaram a serem realizadas através da elaboração de desenhos, quadrinhos e caricaturas capazes de sintetizar tragédias famélicas experimentadas pelas famílias brasileiras em seu cotidiano:



Imagem 1.4 Boletim Informativo do Movimento Custo de Vida. Goiás, Outubro 1978/Janeiro 1979. Acervo: Centro de Documentação Pastoral Vergueiro

O *Movimento Custo de Vida* de São Paulo também já vinha se utilizando amplamente das imagens como forma de expressão e propagação de suas reivindicações. De forma bem humorada e irônica, algumas charges demonstraram os diversos interesses de classe que interferiam no aumento dos preços, enquanto outras indicavam as soluções propostas para tais problemas:³²¹



Imagem 1.5 Boletim Movimento Custo de Vida (SP), Junho, 1978.



Imagem 1.6 Boletim Movimento Custo de Vida (SP), Junho 1978. Acervo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

De fato, o *Movimento Custo de Vida* evidenciou um contexto de expansão das reivindicações populares nas organizações de bairro, gênero, religiosas, etc. que lutavam pela redemocratização e exigiam melhores condições de vida. Cito aqui apenas alguns exemplos destas mobilizações para melhor evidenciar como a luta contra a carestia esteve presente

³²¹ Podemos pensar tais charges enquanto formas populares de resistência e oposição a um poder midiático hegemônico, no qual *o mundo em imagens é formado de interesses daqueles que são proprietários de imprensa* (...). FREUND, Gisèle. citado por BARBOSA, Marta E. J. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura (e outros). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2006, p. 270.

também nestas organizações de âmbito local, sendo reforçadas pela sua interação com as organizações de cunho profissional, comunitárias, de gênero, partidárias, forjadas em âmbito estadual ou nacional. Aliás, algumas mobilizações de cunho bairrista também foram por demais criativas e não podem deixar de serem citadas.

Em matéria de criatividade, talvez poucos atos públicos possam ser comparados às ações promovidas pelos integrantes do Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu-RJ, por exemplo. Em uma passeata realizada em 4 de Outubro de 1980, este Movimento conseguiu sintetizar, de maneira surpreendente, a *experiência* popular e as suas lutas diárias para não morrer de fome. Saindo de Belfort Roxo em direção a um cemitério, a citada passeata carregava uma faixa convidando a população para, em ato público, promover o “*enterro da carestia*”. Cedo aqui a palavra aos próprios manifestantes para descrever o modo como a população resolveu *enterrar a carestia antes que fosse enterrada por ela*:

*À frente da passeata seguiu um caixão com um boneco que representava a carestia, atrás o povo seguia com faixas e cartazes - gritando palavras de ordem como: "enterrar a carestia para o povo é alegria", "prendam o ladrão que esconde o feijão". Velas começaram a ser acesas, mas logo foram apagadas porque os manifestantes protestaram, afirmando que o defunto não merecia nem uma vela (...).*³²²

O mais interessante é perceber que ritos e tradições, confirmando ciclos de experiências políticas e religiosas, também influenciaram nos atos de consumação daquele protesto³²³, pois os manifestantes desistiram de *enterrar* a carestia, uma vez que muitos afirmavam ironicamente que o defunto poderia *ressuscitar* – fazendo alusão à tradição cristã que prevê a ressurreição dos mortos, além de consagrar a fogueira como *performance popular de protesto*, chamando a atenção pública para o ato através da formação da fumaça e do inusitado social:

*O ato teria como ponto alto o sepultamento, mas este não se consumou, pois os participantes precisavam ficar convictos que "aquela maldita não ressuscitaria". Por isso, após uma surra de pau, queimaram o defunto numa grande fogueira.*³²⁴

³²² Órgão Informativo do Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu. Nº 23. Outubro, 1980. P.8.

³²³ O conceito de ciclo de protesto remete a “rápida difusão coletiva (...), combinação de formas de participação organizada e não organizada. (...) Produzem e transformam “símbolos, frames de significados e ideologia para justificar e dignificar ações coletivas e ajudar os movimentos a mobilizar os seguidores”. Conforme GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Editora Loyola, 1997, p. 97.

³²⁴ Órgão Informativo do Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu. Nº 23. Outubro, 1980. P.8.

Esta simbiose entre atos políticos, criatividade artística e tradições religiosas parece ter sido bem comum nestas mobilizações, uma vez que os movimentos populares, além de estarem interagindo, muitas vezes, com estruturas organizativas da religiosidade popular, sentiam a necessidade de manter os integrantes constantemente *em ação* para que as mobilizações contra a carestia não perdessem força.

Para citar mais um exemplo interessante, resalto aqui uma notícia veiculada pelo Jornal *Folha de São Paulo*, a respeito das adesões ocorridas ao *Movimento Custo de Vida* também entre os funcionários e professores da Universidade de São Paulo (USP). Para celebrar a chegada do Movimento no interior daquela Universidade, foram realizadas diversas apresentações de paródias musicais no Anfiteatro do Curso de História. A utilização das paródias pelo movimento deixava claro que as mobilizações populares se faziam valer da arte como meio de mobilização política, não abrindo mão também das suas experiências religiosas para impulsionar os protestos contra a fome no país. Não à toa, uma das paródias cantadas foi exatamente uma música de caráter religioso cristão, sucesso na voz do cantor Roberto Carlos, popularmente consagrado como rei. Uma vez impulsionados pelo refrão que consagrava a tradição cristã e a cultura musical popular³²⁵, era possível reconstruir os demais versos da música como forma de criticar a fome do povo:

*“Jesus Cristo, eu estou aqui... Olho na feira e vejo/ os preços estão todos aumentando/ olho no bolso e sinto que o dinheiro está faltando/como esta gente vai suportar toda esta carestia/ chego em casa e vejo que a panela está vazia...!”*³²⁶

Outra forma de mobilização popular contra o avanço da fome e da carestia foi a organização verificada a partir das Federações de Mulheres. Em meados do ano de 1981, em muitos estados do Brasil, milhares de mulheres passaram a reativar Federações, já existentes em tempos anteriores, para defender direitos sociais e políticos de interesses coletivos. Por exemplo, no *Boletim Informativo da Comissão Pró-Federação das Mulheres Paulistas*, ficaram registradas as lutas implementadas por estas organizações, consolidadas publicamente

³²⁵ Em meados da década de 1970, Roberto Carlos já tinha uma trajetória inigualável: acumulava discos de ouro, era o artista que mais vendia álbuns no Brasil, fazia sucesso em outros países, tinha músicas gravadas por diversos cantores e até Caetano Veloso o reverenciava (...). Revista digital *Veja.com*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/cronologia/roberto-carlos/arrasa-quarteirao.shtml> Acesso em 30/10/2016

³²⁶ Paródia da música “*Jesus Cristo, eu estou aqui*”, do cantor Roberto Carlos. Uma festa na USP para o movimento Custo de Vida. *Folha de São Paulo*. 11 de Agosto, 1978, p. 15. *Boletim Movimento Custo de Vida*, Março/Abril, 1978. In: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

no apoio dado às passeatas de *Panelas Vazias*³²⁷ que se espalhavam pelo país, também em 1981.

*Foi bastante significativo a realização em vários estados importantes de marchas da Panela Vazia, em manifestações contra a carestia e contra o aumento do preço do leite, em São Paulo, em Minas e Rio Grande do Sul.*³²⁸



Imagem 1.7 Cartaz convocando participação popular para a passeata Panela Vazia de São Paulo, realizada em 14 de Abril, de 1981. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em: http://renesilva.xpg.uol.com.br/index_arquivos/Page3397.htm Acessado em 30/10/2016

As Federações femininas passaram a promover manifestações também nas cidades do interior, pulverizando as mobilizações da *Panela Vazia* para além das grandes capitais:

*O ano de 1981 tem trazido grandes avanços para as mulheres do interior. Foram vários os encontros e congressos realizados em preparação ao III Congresso da Mulher Paulista e seus desdobramentos se estenderam a muitos municípios. Campinas, Assis e a Baixada Santista realizaram a Marcha da Panela Vazia em 14 de abril, a exemplo de São Paulo.*³²⁹

³²⁷ As experiências populares das passeatas de *Panela Vazia* remetem a ciclos de protestos já consolidados em décadas anteriores, como por exemplo, as passeatas ocorridas na cidade de São Paulo, no ano de 1953, que forçaram o aumento de 100 % do Salário Mínimo concedido pelo governo de Getúlio Vargas frente ao crescimento da inflação e do custo de vida.

Ver: http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=990. Acesso em 30/10/2016

³²⁸ Boletim informativo da Comissão Pró-Federação das Mulheres Paulistas. Outubro, 1981, p.2.

³²⁹ Boletim informativo da Comissão Pró-Federação das Mulheres Paulistas. Outubro, 1981. P.6.

O Movimento Amigos do Bairro (MAB) de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, também já vinha participando deste tipo de campanhas das *Panelas Vazias*. No Mês de Agosto de 1980, cerca de 300 pessoas percorreram as ruas daquele município, caminhando entre os bairros de Alto da Posse e Miguel Couto. O grito entoado pelos manifestantes podia ser lido na primeira faixa que os manifestantes mantinham aberta à frente de todos – “*Panela Vazia, Fruto da Carestia*”.



Imagem 1.8 Fonte: *Encontro*. Órgão Informativo do Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu. Nº 23. Outubro, 1980. P.8.

Estas mobilizações do tipo *Panela Vazia*, ocorridas em Nova Iguaçu-RJ, constituem um bom exemplo de como as organizações de âmbito local interagem com as organizações de cunho estadual ou nacional para criticar a expansão da fome. Isto é o que sugere o boletim informativo do MAB de Nova Iguaçu, indicando mobilizações contra a fome em que estiveram presentes representantes de diversos partidos políticos, em Setembro de 1980:

*No dia 31, foi realizado, na Praça do Patriarca, em Madureira, um ato público contra a carestia, organizado pelo MAB, FAFERJ, FAMERJ, UNIDADE SINDICAL e outras entidades. Cerca de mil pessoas estiveram presentes com faixas e cartazes. Representantes de várias entidades e partidos políticos de oposição (PMDB, PT e PDT) compareceram e denunciaram a alta do custo de vida e o desinteresse do Governo brasileiro de desenvolver uma política voltada para os interesses do povo brasileiro.*³³⁰

Também em Porto Alegre-RS, no dia 28 de Março de 1980, uma destas passeatas da *Panela Vazia* formou-se a partir da interação organizativa entre movimentos comunitários e

³³⁰ Órgão Informativo do Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu. Nº 23. Outubro, 1980. P.8.

membros de partidos políticos da oposição. Entre os líderes do movimento estavam representantes de diversas vilas comunitárias da região metropolitana de Porto Alegre, contando com apoio de representantes do PMDB, como a vereadora Jussara Gauto e o Deputado José Fogaça – que atuaram juntamente aos líderes comunitários na organização da passeata.

Naquele dia 28 de março, na Praça dos Açorianos, em Porto Alegre, cerca de mil pessoas protestavam gritando “*mais feijão, fora João*” e cantavam paródia com a melodia do cântico popular Peixe Vivo: “*como pode um povo viver com esta carestia/ como poderemos viver noite e dia, dia e noite, com a barriga vazia*”. Em determinado momento, homens jogaram de dentro de um carro, bombas de gás lacrimogêneo sobre os manifestantes, fazendo mulheres e crianças vomitar. Já em frente à prefeitura, os militares distribuíram cotoveladas, cassetadas e empurrões contra cerca de 40 manifestantes, prendendo um estudante e um professor. Enquanto isso, tropas militares impediam 14 ônibus lotados de manifestantes de prosseguirem para o centro da cidade, segundo informes do *Jornal do Brasil*.³³¹

De fato, as passeatas de Panela Vazia parecem ter sido vigiadas de perto pelas forças de segurança pública e pelos Serviços de inteligência dos órgãos ligados ao Regime Militar. Constam nos arquivos confidenciais da DOPS/Santos (SP), por exemplo, informações a respeito de investigações sobre ocorrências de Passeatas deste tipo, as quais teriam sido lideradas por membros ligados ao movimento estudantil e aos partidos de Oposição, como o caso de Marco Antônio T. Campanella³³², integrante da UNE e do PMDB:

*Abril / 1981 - Dia 14 do corrente, das 17 às 18,30 horas, foi realizada na Praça Mauá, nesta cidade, uma passeata denominada "Marcha da Panela Vazia", liderada por Marco Antônio Toffet Campanella, Roberto de Assis Tavares de Almeida, Nancy Solano Tavares de Almeida, Cecílio Antônio Rocha Mello e pelo nominado (Herbert Gomes Pizano). A passeata prosseguiu pela rua Gal. Câmara, com cerca de 50 pessoas portando faixas e cartazes, terminando nas escadarias do Paço Municipal, onde foi levado a efeito um rápido ato público.*³³³

³³¹ Brigada dissolve no Sul a Passeata da Panela Vazia e prende dois manifestantes. *Jornal do Brasil*. 29 de Março de 1980. P.24.

³³² Campanella participou da reconstituição da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE) e, pouco tempo depois, integrou a Comissão Nacional de Reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ligado ao MR-8, ao PMDB e aos movimentos sindicais, foi secretário parlamentar em 1990, no Gabinete de Tadeu Filippelli (PMDB), participando em 2011 da fundação do Partido Pátria Livre. <http://www.anteffa.org.br/index/noticia/destaque/1/id/1235/page/28> Acesso em 30/10/2016

³³³ Arquivo: Herbert Gomes Pizano. Prontuário número 11.345. Polícia Civil de São Paulo. DOPS (Santos – SP). Disponível em:

Além destas mobilizações nos centros metropolitanos, organizadas pelas bases comunitárias, sindicais e partidárias, devemos citar, ainda, outras mobilizações verificadas no Nordeste, onde as populações atingidas por uma grave seca, desde 1979, passaram também a protestar, exigindo comida *in natura* para saciar a fome do dia. De fato, foi bastante considerável o número de *flagelados* famintos que saíram do campo em direção às cidades nordestinas em busca de alimentos, logo nos primeiros anos da seca, entre os anos de 1980 e 1981. Tal situação levou Deputados e Senadores brasileiros a enviarem comissões partidárias para percorrerem o Nordeste em busca de informações que pudessem explicar melhor os motivos dos “distúrbios” ocorridos naquela região.³³⁴ O resultado foi a descoberta de uma grave realidade, marcada pela expansão da fome, evidenciada pelos inúmeros *saques* ocorrendo entre a população local:

*Centenas de milhares de flagelados, invasões, saques e violência, culturas dizimadas, fome e mortalidade, principalmente infantil: o dramático quadro da seca do nordeste e regiões próximas, que se repete periodicamente, volta agora com nova intensidade.*³³⁵

Foi exatamente diante desta nova expansão da fome nordestina que os deputados da oposição criaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o avanço da fome no país, em meados de 1981. Implementada sob a pressão de mobilizações populares contrárias ao avanço da carestia, a CPI seria destinada a apurar *as causas e conseqüências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda no Brasil*.

--

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P011345_01.pdf Acesso em 30/10/2016

³³⁴ Comissão vai investigar situação dos flagelados. *Folha de São Paulo*. 12 de Maio. 1980. p.4; A seca ainda sem solução. *Folha de São Paulo*. 13 de Julho de 1980. P.9; Sudene prepara plano de emergência contra a seca. *Folha de São Paulo*. 1º de Março de 1981. P.5.

³³⁵ A seca agrava-se e flagelados saqueiam mais duas cidades. *Folha de São Paulo*. 7 de Março de 1981. P. 5; Uma série de reportagens demonstra a gravidade da situação da fome nordestina em 1981: Seca força Andreazza a permanecer no país. *Folha de São Paulo*. 8 de Março de 1981. P.7. Mais duas cidades sofrem saques no interior do Ceará. *Folha de São Paulo*. 9 de Março de 1981. P.5. Flagelados invadem mais sete cidades. *Folha de São Paulo*. 10 de Março de 1981.. P.5. Flagelados ameaçam mais duas cidades. *Folha de São Paulo*. 12 de Março de 1981. P. 6.

CAPÍTULO II 1983 - AS NOVAS DIMENSÕES DA FOME BRASILEIRA: Os saques e a fome

O dia 4 de abril de 1983 pode ser considerado um marco importante para o alavancar dos debates a respeito da questão da fome no Brasil. Isso porque a data contempla uma série de mobilizações políticas, as quais abririam também espaços para o início de um ciclo *de saques* pelo país a fora, em um grau sem precedentes. De fato, a prática de se reivindicar alimentos ganharia força impressionante ao longo do ano de 1983. Neste sentido, é inegável que as experiências de lutas populares pela redemocratização, marcadas pelo aumento das passeatas e protestos em arenas públicas, acabaram por abrir maiores espaços para as ações de multidão nos grandes centros metropolitanos brasileiros, no início da década de 1980.³³⁶ Não será mera coincidência o fato de que as primeiras levadas de saques comecem em uma passeata contra o aumento do Custo de Vida em Santo Amaro (SP), da mesma forma que o quebra-quebra de ônibus em Salvador, em 1981, teria se iniciado após uma grande passeata realizada pelas lideranças deste mesmo movimento.³³⁷

Vale lembrar que as mobilizações promovidas por diversos segmentos da sociedade civil seguiam em direção à conquista, bem como à exigência de direitos políticos e sociais no país – a exemplo das Campanhas nacionais pela Anistia política, a retomada do Pluripartidarismo, as greves desencadeadas pelo Novo Sindicalismo e a proliferação de organizações sociais de cunho trabalhistas, bem como associativas de moradores, consumidores, etc. Assim, dentro de um contexto histórico de reivindicação de direitos, as lutas por comida e o avanço de conflitos que se espalham pelo país, desde abril de 1983, impõe que as autoridades políticas e as lideranças da sociedade civil brasileira passem a incorporar, cada vez mais, o problema da fome como questão de urgência, ainda que forçadamente.

³³⁶ Além de dar continuidade a experiências de quebra - quebras de transportes públicos em diversas regiões metropolitanas nacionais, o ano de 1983 ficou conhecido pelas mobilizações sindicais que levaram à primeira Greve Geral ocorrida durante a ditadura militar.

Ver: http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=919 / <http://www.cut.org.br/noticias/ha-30-anos-trabalhadores-as-desafiavam-a-repressao-militar-na-primeira-greve-ger-a9a6/> Acesso em 30/10/2016

³³⁷ FERREIRA, Edemir Brasil. *A multidão rouba a cena. Quebra-quebra em Salvador (1981)*. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado em História, 2008; Para um contexto mais geral do período histórico, ver: ALVES, Maria H. M. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Edusc. 2005.

Não obstante, seria importante compreender inicialmente os significados mais imediatos deste fenômeno social - os *saques* de 1983 - desvendando os diversos aspectos que caracterizam estes acontecimentos que vão marcar todo aquele ano.

Uma série de perguntas se coloca neste primeiro momento: quem eram os *saqueadores*? Como e por que *saqueavam*? Quais conflitos sociais se escondem – sob esta cortina de fumaça forjada pela grande imprensa nas coberturas jornalísticas a respeito dos atos dos *saqueadores*?

As respostas para estas questões iniciais permitiriam compreender melhor o fenômeno de como as lutas por comida foram impulsionadas em um contexto de luta contra o desemprego, de mobilizações sindicais operárias, de luta contra a indústria da seca nordestina, contando com a sensibilização da tradição religiosa popular e com a força do crescimento dos movimentos de oposição à ditadura.

Como veremos, a luta contra a fome intensifica-se a partir da radicalização das ações populares em forma de *saques*, embora seu maior alcance político tenha sido forjado na medida em que as lideranças dos movimentos e das instituições sociais também passaram a intensificar a luta para incorporar a fome enquanto uma causa legítima. Muitos grupos sociais, através de variadas instituições, garantiram uma maior visibilidade e ou credibilidade para as reivindicações populares pelo acesso à comida, ainda que muitas vezes de forma contraditória. Neste sentido, seria um equívoco menosprezar o papel dos sindicatos trabalhistas, de uma parte considerável da imprensa, dos canais abertos pelos governadores de oposição, dos movimentos religiosos, das denúncias promovidas por institutos de pesquisa, grupos de profissionais, etc. Por outro lado, os saques ocorrem dentro de um contexto de grave expansão da fome brasileira - sim, de fato, os grupos populares saqueiam comida in natura, ou seja, saqueiam para comer em um período de rebaixamento total de suas condições de vida -, mas é inegável que o fazem também dentro de um contexto histórico em que experimentam seus atos como legítimos. E, como se poderá evidenciar ao longo deste capítulo, diversos fatores contribuíam historicamente para conformar esta legitimidade popular (a *economia moral* popular já evocada pelo historiador E. Thompson): havia governos da oposição no poder em SP e no RJ, aumentando a crença popular de que “tinham o direito de cobrar melhoria de suas condições de vida”, já que ajudaram a eleger aqueles governantes; O aumento do número de passeatas e protestos ocorridos em vias públicas, contanto com participação de multidões, criava a certeza popular de que era legítimo “exigir direitos”; A alta inflacionária criava um clima de desconfiança popular sobre a honestidade dos

comerciantes que “aumentavam os preços dos alimentos, enquanto o povo passava fome”; Alguns bispos da igreja católica vinham defendendo publicamente a ideia de que “não era pecado roubar para não morrer por fome”; No Nordeste, a prática de “pegar comida sem pagar” em tempos de seca climática tornou-se uma tradição legítima, desde a década de 1950 e, naquele momento, a imprensa brasileira massificava os noticiários a respeito deste avanço da fome nordestina, aguçada pela seca iniciada em 1979; E, certamente, os inúmeros casos de atraso de pagamentos nas frentes de trabalho nordestinas, o desemprego crônico nas metrópoles do Sudeste e o constante aumento do custo de vida no país também foram fatores que aumentaram a certeza popular de que era correto e legítimo “fazer justiça” e “cobrar solução” perante o conjunto da sociedade.

Em suma, ao analisar mais de perto o fenômeno dos denominados *saques*, e suas conseqüências políticas, estaremos fazendo jus aos diversos grupos sociais que contribuíram – sob muitas contradições - para o fortalecimento da luta contra a fome na história mais recente do país. Voltemos, então, para observar com maior cuidado, como um grande ciclo de luta contra a fome recebeu um impulso inovador naquela manhã, nas ruas de Santo Amaro, na cidade de São Paulo, em 4 de Abril de 1983.

De acordo tal como as notícias foram veiculadas pela grande imprensa, os *saques* começaram como conseqüência de uma passeata convocada por sindicalistas e integrantes de partidos da oposição, como o PC do B (ainda na ilegalidade)³³⁸ e do Partido dos Trabalhadores. A idéia seria iniciar uma *Campanha contra o Desemprego e o Custo de vida*. A passeata deveria sair do Largo 13 de Maio e caminhar pelas ruas de Santo Amaro (SP). Ao que parece, houve uma intensa adesão popular em proporções inesperadas pelas próprias lideranças do movimento. Já pela manhã, havia cerca de 2.500 pessoas participando do ato e quando o trânsito foi interrompido pelos manifestantes, a polícia entrou em ação. A seqüência dos acontecimentos foi resumida em uma das manchetes da *Folha de São Paulo*:

*Manifestação de desempregados em Santo Amaro degenera em violência contra o comércio; muitos feridos; 70 presos*³³⁹

De acordo com o jornal, diante da repressão policial, os manifestantes partiram em direção aos supermercados e lojas da região, dando início à grande luta que se espalhou

³³⁸ SALES, Rodrigues Jean. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-90742007000200017&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 30/10/2016

³³⁹. Um dia de saque e pânico. *Folha de São Paulo*, 5 de Abril de 1983, primeira página.

por toda a Zona Sul. Mesmo após as 18 horas, ainda continuava a ocorrer diversos conflitos, como por exemplo, no bairro de Jardim São Luis:

Utilizando pedras e pedaços de pau, as portas foram arrombadas e os supermercados invadidos e saqueados. Nem mesmo os guardas de segurança que revidaram as agressões a tiros (para cima) conseguiram evitar as depredações.³⁴⁰

A presença de sindicalistas procurando organizar o movimento era clara. Após os distúrbios iniciais e o primeiro refluxo do movimento, ainda na parte da tarde, lideranças políticas tentam promover discursos no Largo 13 de Maio, frente à repressão policial. Um dos oradores é Aldo Rabelo, ex-presidente da UNE, que anuncia a presença de integrantes de comissões de desempregados de Tatuapé, oposição Metalúrgica de São Paulo e parlamentares de Oposição.³⁴¹ Também cerca de duzentos jovens integrantes do Movimento Rock Punk resolveram aderir ao movimento. Um outro grupo constituído por cerca de 300 pessoas resolveu caminhar até a Assembléia Legislativa e foi introduzido por parlamentares do PMDB no Plenarinho. Lá promoveram discursos para os deputados, exigindo emprego, água e comida, afirmando não terem sequer almoçado.³⁴²

No final do dia, o saldo era de mais de 100 feridos e casos de violência foram relatados para além dos muitos golpes de cassetetes desferidos pelos policiais sobre os manifestantes. Foram relatadas também agressões por parte de manifestantes contra alguns jornalistas que cobriam o evento. O caso mais grave de vítima da violência foi um senhor que morreu baleado na cabeça por comerciantes que reagiram para não terem que entregar alimentos de seus estabelecimentos nas ruas do Bairro Jardim São Luis.

Diante da intensidade e da ampliação geográfica dos conflitos pela cidade de São Paulo, nas áreas da Zona Sul e do Centro, os saques foram transformados em manchetes nas capas dos principais de jornais do País. As manchetes deixam muito claro a resistência da grande imprensa em apresentar aos leitores que os conflitos eram uma das conseqüências da fome enfrentada pela população. Ao comparar as manchetes dos jornais da grande imprensa, como *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* com o *Tribuna da Luta Operária*, de cunho sindical comunista³⁴³, fica evidente como a imprensa empresarial qualificou as ações dos manifestantes como *saques*, e explicando-os

³⁴⁰ À noite, mais saques e um popular baleado. *Folha de São Paulo*, 5 de Abril de 1983, p.13.

³⁴¹ Organizadores alegam descontrole. *Folha de São Paulo*, 5 de Abril de 1983. Pag. 11.

³⁴² Um dia de Saque e Pânico. *Folha de São Paulo*, 5 de Abril de 1983. Primeira página.

³⁴³ Para conhecer a história do Jornal *Tribuna da Luta Operária*, produzido por integrantes do PC do B, ver <http://tribunadalutaoperaria.blogspot.com.br/>

como atentados contra o direito de propriedade, impedindo que leitores compreendessem quem eram os manifestantes, quais as suas motivações, desqualificando e criminalizando a luta popular.

REBELIÃO DA FOME SACODE SÃO PAULO
(Manchete *Tribuna da Luta Operária* – 11-17 de Abril)

“UM DIA DE SAQUES E PÂNICO”
(Manchete *Folha de São Paulo*, 5 de Abril de 1983)

DEPREDAÇÃO E SAQUES EM SÃO PAULO
(Manchete *O Globo*, 5 de Abril de 1983)

SAQUES E DEPREDAÇÃO, A DEMOCRACIA DE MONTORO
(Manchete do *O Estado de São Paulo* – 5 de Abril de 1983)

Ao compararmos as manchetes percebemos que somente o Jornal *Tribuna da Luta Operária* apresentou abertamente o termo fome em sua capa, qualificando o movimento como resultado da agonia da população que estava privada do acesso à comida. Certamente que tal fato se explica pela *Tribuna da Luta Operária* ser uma produção jornalística direta das lideranças ligadas aos sindicatos operários, reivindicando a legitimidade de representação dos grupos populares, como o caso dos desempregados. Por outro lado, informações relevantes para a compreensão dessas ações foram sistematicamente omitidas aos leitores da imprensa empresarial – como o fato de que todas as propriedades “atacadas” eram mercearias e supermercados, tendo a população “radicalizado” apenas na busca por “alimentos” – de modo a construir a percepção de perigo associado não apenas ao povo na rua, mas também, à “democracia”.

No entanto, não seria exagero também reconhecer que a força da luta popular e a gravidade dos acontecimentos impuseram urgentemente que também os jornais da grande imprensa – e os grupos que através desta se organizam - falassem das agonias da população, ainda que a contragosto. Aos poucos, formatam-se discursos capazes de digerir as tensões sociais escancaradas à luz do dia, sob o risco de verem as exigências por comida se acirrareem na maior capital do país. Mas se a relação da grande imprensa com a luta da população faminta se faz inicialmente através do uso de adjetivos que visam a desqualificação de suas reivindicações – tal como “saqueadores”³⁴⁴ – é inegável

³⁴⁴ A partir daqui, investigo um caminho inverso ao de FERREIRA, CassianaBuso. *Representações de intolerância na imprensa escrita: Saques e Quebra-quebras em São Paulo*. Tese doutorado em História, São Paulo, USP, 2009. A autora preocupou-se em demonstrar o caráter conservador da imprensa na cobertura dos saques e quebra-quebras na cidade de São Paulo. Sem invalidar o ângulo de análise proposto por ela, buscaremos

que, contraditoriamente, será esta mesma grande imprensa um importante canal a dar visibilidade para os sinais de expansão da fome no país, sobretudo naquele ano de 1983 – ainda que a custo de muitas mortes por fome.

Recuperando historicamente os acontecimentos de Abril de 1983, percebemos que os líderes sindicalistas da *Campanha contra o Desemprego e o Custo de Vida* resolveram marcar para a manhã do dia seguinte aos acontecimentos de Santo Amaro uma passeata para seguir até o Palácio dos Bandeirantes e cobrar medidas urgentes do Governador Franco Montoro, recém empossado na administração da cidade há apenas 15 dias. Certamente, os líderes sindicais esperavam que Montoro, eleito pela oposição, pudesse amenizar a situação dos trabalhadores que sofriam com o desemprego crônico e a fome na cidade de São Paulo, considerando a aguda crise econômica que assolava o país no início dos anos 1980.

A passeata segue com certa ordenação até o Palácio dos Bandeirantes, embora um pequeno grupo tenha tentado obter comida à força em um supermercado, durante o percurso do caminho. Com a demora do Governador em se decidir por receber a comissão dos trabalhadores, estes acabam por forçar as grades e adentrar nos jardins do palácio, entrando em choque com a segurança local. Os ânimos foram acalmados e uma comissão subiu para conversar com o Governador. Porém, uma parte indignada dos trabalhadores resolve voltar para Santo Amaro exigir comida a qualquer custo. A polícia consegue conter as mobilizações inicialmente, mas uma leva de esfomeados passa a pegar comida à força em um número imenso de supermercados e lojas, sendo abertamente reprimidos pelos comerciantes e pelos policiais militares, tornando a região um “campo de Batalha”. O dia termina com cerca de 360 pessoas presas devido ao duelo de investidas e resistências ocorrido nas portas dos supermercados, lojas, padarias, mercearias e quitandas daquela área da cidade.³⁴⁵

O grau de violência presente nos conflitos faz com que o próprio Governador de São Paulo, Franco Montoro, faça um pronunciamento público em rede televisiva sobre os fatos ocorridos naquele dia 5 de Abril. Em rede, o Governador afirma em linhas gerais que manterá um diálogo aberto com a população e pede o retorno imediato da ordem e da paz na cidade de São Paulo. Logo em seguida, Franco Montoro divulga uma nota em

ressaltar que a imprensa, contraditoriamente, também se tornou um importante canal de visibilidade dos movimentos populares, inclusive dos levantes populares por comida, ocorridos em 1983.

³⁴⁵ Ver, por exemplo, Saques e quebra-quebras chegam ao centro. *Folha de São Paulo*, 6 de Abril, 1983, P.12; Os Desempregados que brigaram por comida. *Tribuna da Luta Operária*, 11 - 17 de Abril, 1983, p.7;

conjunto com os Governadores Leonel Brizola (RJ) e Tancredo Neves (MG) sobre a importância da defesa dos governos de oposição em tempos de redemocratização.

No dia 9 de Abril, a maior autoridade administrativa do país, o presidente João Figueiredo, discursa em rede nacional de TV e Rádio sobre os acontecimentos de São Paulo. Em tom solene, também convoca a população para manter a paz e a ordem interna, considerando que todo o país atravessava um momento de dificuldade econômica. Na semana seguinte, o presidente fala novamente sobre os confrontos em rede nacional, no programa “O povo e o presidente”, transmitido pela *Rede Globo* de Televisão.³⁴⁶

Da mesma forma, a questão dos conflitos sociais também se torna um imperativo para a imprensa de cunho empresarial. A revista *Veja* publica em sua edição número 762 uma reportagem completa sobre o tema, reforçando o termo pejorativo – *saques* – confirmando o modo como a grande imprensa vinha digerindo e formatando as lutas por comida na cidade. Na linha de avaliação da Revista *Veja*, os saques eram consequência de governos de tendências esquerdistas (Brizola no RJ e Montoro em SP), incapazes de conter as mobilizações populares “mais radicais” e, inclusive, aquelas de “cunho criminosos”, uma vez que os saques, muitas vezes, foram apresentados como sendo resultantes de grupos “oportunistas” e ou “vândalos sociais”. Em suma, o principal incentivador dos *saques* não seria a fome, mas sim, os grupos de esquerda, sobretudo comunistas, como o caso do PC do B.³⁴⁷

Além da grande imprensa³⁴⁸, outros Jornais e Revistas, de menor porte, geralmente produzidos diretamente pelos movimentos sociais, sindicatos e partidos de cunho sindical e trabalhista, também chamaram a atenção para as lutas dos famintos. O jornal *O posseiro*³⁴⁹, editado no município de Santa Maria da Vitória, Bahia, e produzido por um grupo de professores universitários ligados aos movimentos dos trabalhadores rurais daquela região, forneceu grande destaque para os levantes ocorridos em Abril, na grande capital São Paulo, apresentando o caso como símbolo do avanço da fome pelo país:

Como a paciência do povo tem limite, e a fome fala mais alto que o medo e a razão, nos dias 04 e 05 de abril, os Trabalhadores paulistas saíram

³⁴⁶ Figueiredo critica falta de firmeza em São Paulo. *Folha de São Paulo*. 18 de Abril, 1983. P.4.

³⁴⁷ Negros dias de Abril. Revista *Veja*, nº 762, de 13 de Abril de 1983, p. 26.

³⁴⁸ Segundo estudos de FERREIRA, entre os dias 5 e 10 de Abril foram publicadas 189 matérias sobre o tema na *Folha de SP* e o mesmo número no jornal *Estado de São Paulo*. FERREIRA, CassianaBuso. *Representações de intolerância na imprensa escrita: Saques e Quebra-quebras em São Paulo*, op. cit., p.1.

³⁴⁹ Para saber mais sobre as origens do jornal *O Posseiro*, ver: Joaquim Lisboa Neto. Texto adaptado da edição nº 161 de 18 a 24 de novembro de 2002 do NEAD. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3705068> acesso em 30/10/2016

às ruas (...) resolveram, levados pela fome e pelo descaso das autoridades, distribuir de fato a riqueza 350

O jornal *Grita Povo*³⁵¹, produzido pelo Centro de Comunicação e Educação Popular, no distrito metropolitano de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, também acompanhou de perto e deu grande destaque aos levantes insurgidos em várias áreas da cidade. Com uma manchete irônica - *Quebra-quebra* -, na edição de Abril de 1983, o jornal colocava em letras maiores “*Desemprego, fome e miséria*” seguido da afirmação: “*Os culpados ainda estão nas ruas*”. Ao invés de sugerir a prisão dos responsáveis pelos saques, os editores do jornal *Grita Povo* invertiam a lógica e os argumentos para denunciar e clamar pela prisão dos culpados pelo avanço do desemprego, fome e miséria entre a população brasileira:



Imagem 2.1 – Jornal Grita Povo. Abril, 1983.

Na reportagem fica claro para o leitor que os levantes em São Paulo começaram devido ao desespero de uma população esfomeada: “*Os desempregados sem salários, sem condições de levar comida para casa (...) acabaram explodindo com todas as insatisfações*”³⁵²

Além disso, os editores do *Grita Povo* confirmam que os saques paulistanos eram resultantes das ações “espontâneas” de uma população esfomeada: “*Os organizadores da*

³⁵⁰ São Paulo, A revolta da fome. *O Possieiro – Jornal Autogestionário*, Santa Maria da Vitória/BA, nº 38, Maio de 1983, p. 9.

³⁵¹ Para um contexto histórico social do Jornal Grita Povo. Ver GOMES, Pedro Gilberto. *O Jornalismo nas Comunidades Eclesiais de Base (Estudo de caso do Jornal Grito Povo)*. São Paulo, dissertação de Mestrado, USP, 1987.

³⁵² *Grita Povo*, Abril, 1983. P.3

passada não tiveram como controlar a situação e, de repente, ninguém conseguiu segurar a multidão”³⁵³

Não havia dúvida, portanto, sobre a fome ser o principal motivo dos levantes entre a população paulista, na Região de Santo Amaro e, menos ainda, sobre a falta de planejamento ou indução aos saques. Ao contrário da grande imprensa que qualificava como *desordem social* as ações populares, *Grita Povo* identificou a fome e o desemprego como os ingredientes que fizeram “explodir todas as insatisfações”:

O desespero, a fome e a insegurança levaram o povo a invadir os estabelecimentos comerciais e garantir o sustento de suas famílias, carregando sacos de arroz, feijão, enlatados, etc. 354

A certeza de que a fome era o motivo principal da generalização dos levantes por comida na capital paulista também ficou evidenciada na edição de Outubro de 1983, deste mesmo jornal: “*Quem, neste país, dotado de um mínimo de honestidade, duvidaria de que os responsáveis pelos saques é a FOME provocada pela incompetência do Governo na condução da economia?(...)*”³⁵⁵

Sete meses depois *Grita Povo* continuava denunciando o desemprego como “o problema social mais grave” naquela conjuntura porque “o desemprego gera a fome, a fome gera o desespero e o desespero acaba gerando violência”.³⁵⁶ A Revista SENHOR publicou algumas reportagens sobre o tema, como por exemplo, *A CRISE NA PERIFERIA*³⁵⁷ e o jornal LUTA SINDICAL relatou os fatos com a manchete *A EXPLOÇÃO DA MISÉRIA*, em edição de Abril de 1983.³⁵⁸ O jornal EM TEMPO destacou a manchete *OS IMPASSES DA ESPONTANEIDADE*³⁵⁹ e o boletim VOZ DA UNIDADE publicou a reportagem *DEFENDER A DEMOCRACIA E MUDAR A POLÍTICA ECONÔMICA*³⁶⁰.

³⁵³ *Grita Povo*, Abril, 1983. P.3

³⁵⁴ *Grita Povo*, Abril, 1983. P.3

³⁵⁵ *Grita Povo*, Outubro, 1983. P.3

³⁵⁶ *Grita Povo*, Jornal Mensal da Região de São Miguel, Ano 2, nº 15, de novembro de 1983, p.3

³⁵⁷ Revista SENHOR, 13 de Abril, 1983. *Resenha* Nº 42 Ano II, 18 de Abril, 1983. Disponível em acervo online da PASTORAL VERGUEIRO.

³⁵⁸ Jornal Sindical, Abril, 1983. *Resenha* Nº 42 Ano II, 18 de Abril, 1983. Disponível em acervo online da PASTORAL VERGUEIRO.

³⁵⁹ . EM TEMPO 7-20 de Abril, 1983. *Resenha* Nº 42 Ano II, 18 de Abril, 1983. Disponível em acervo online da PASTORAL VERGUEIRO.

³⁶⁰ . A Voz da Unidade 14 de Abril, 1983. *Resenha* Nº 42 Ano II, 18 de Abril, 1983. Disponível em acervo online da PASTORAL VERGUEIRO.

Tais reportagens mostram que os grupos sindicais organizados foram surpreendidos pela força da explosão popular e procuravam compreender os significados políticos das mobilizações populares mais “espontâneas”.

E embora tenham sido uma continuidade das lutas políticas travadas pelos grupos populares contra o autoritarismo militar e contra a limitação dos direitos sociais, há evidências de que a fome também seria um dos principais motivos dos “ataques” aos supermercados e estabelecimentos comerciais das cidades. Ainda assim, houve resistência de vários grupos em aceitar a legitimidade deste tipo de ação popular, considerada radical e perigosa para a garantia da manutenção da ordem pública e a permanência das negociações entre as classes.

Outras reportagens nos dão algumas pistas, neste sentido. Vejamos por exemplo a cobertura realizada pelo jornal *Tribuna da Luta Operária*, editado por membros do PC do B. Na reportagem *Os Desempregados que Brigaram por Comida*,³⁶¹ o repórter entrevista alguns dos participantes dos saques de 4 de Abril e verifica tratar-se de homens de profissões de baixa qualificação que estão desempregados há meses. São pedreiros, carpinteiros, metalúrgicos, operários químicos, etc, que justificam seus atos de obter comida à força nos supermercados pelo desespero da fome.

Após correr da Tropa de Choque policial, *Arnaldo de Araújo, Pedreiro pernambucano, sem serviço há quatro meses*, concedeu entrevista: “Faço uns bicos por aí, trabalhando até 10 horas para ganhar Cr\$ 800,00. Durmo num escritório abandonado e como o que encontro pela rua. É um desespero”³⁶²

Diante de um supermercado saqueado, outro participante dos levantes, sem fornecer seu nome, justifica ao repórter: “Estou desempregado há 16 meses. Tenho quatro filhos. Vou deixar que eles passem fome? A gente tem que tirar de quem tem.”³⁶³

A necessidade de alimentar a família torna-se urgente no tempo de desemprego, levando aos atos de radicalização: “Do jeito que está não tem outro jeito se não entrar nos grandes supermercados para Comer”³⁶⁴, afirmou José Francisco, Torneiro mecânico, desempregado há três meses, pai de 3 filhos.

Até mesmo a reportagem da Revista *Veja* reconhecia ser Santo Amaro um típico epicentro da miséria popular brasileira: *Santo Amaro tem hoje um milhão de habitantes*

³⁶¹ Os desempregados que brigaram por comida. *Tribuna da luta Operária* Edição 11 - 17 de Abril. 1983. P.7

³⁶² Os desempregados que brigaram por comida. *Tribuna da luta Operária* Edição 11 - 17 de Abril. 1983. P.7

³⁶³ Os desempregados que brigaram por comida. *Tribuna da luta Operária* Edição 11 - 17 de Abril. 1983. P.7

³⁶⁴ Os desempregados que brigaram por comida. *Tribuna da luta Operária* Edição 11 - 17 de Abril. 1983. P.7

(...) com 100.000 favelados e quase 80.000 desempregados, é um epicentro permanente de tensão social e onde agem as mais variadas correntes políticas.³⁶⁵

Ainda assim, não houve unanimidade. Nem mesmo as lideranças sindicais e partidárias concordaram na maneira como lidar com os atos “explosivos” e “descontrolados” da multidão. Na verdade, muitas lideranças sindicais temiam que o “descontrole” e a “desordem” justificassem a volta da repressão aberta às mobilizações dos trabalhadores. Já os grupos conservadores temiam que as lutas pela redemocratização servissem como legitimação para a radicalização das mobilizações populares, sobretudo aquelas que questionavam abertamente a ordem social e o patrimônio privado.

Por exemplo, vejamos como eram divergentes as visões das lideranças sindicais a respeito das lutas populares por comida. Basta observar algumas entrevistas concedidas logo após a ocorrência dos *saques* de 4 e 5 de Abril em São Paulo. Para Áureo Péres, Deputado Federal pelo PMDB-SP, um dos líderes da Campanha contra o Desemprego e o Custo de Vida, os saques foram “*uma explosão espontânea. Foi o grito da fome. Explodiu porque tinha de explodir. E não é nenhuma novidade.*”³⁶⁶ Luis Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores afirmou que o movimento era “intuitivo” e continuaria: “*Acontecerá intuitivamente em nível nacional. É uma reação intuitiva. Ao se juntar dois caras com o mesmo problema, acabam partindo para a agressão.*”³⁶⁷

Apesar de concordâncias deste tipo, posteriormente surgiram divergências: no dia 11 de Abril, em um debate no Sindicato dos Bancários (SP), Luis Inácio (Lula) e o célebre líder comunista Luis Carlos Prestes discursaram sobre os fatos ocorridos em Santo Amaro. Notadamente, ambos já haviam assimilado a experiência e o conceito de *saques* para definir as lutas populares por comida. Enquanto Luis Carlos Prestes lamentava profundamente a ocorrência dos *saques*, alegando que toda radicalização colocava em risco a administração do Governador Montoro em São Paulo, Lula deixava claro que os *saques* eram justificados pela fome, embora não apoiasse diretamente tal forma de luta. Enquanto Luis Carlos Prestes foi muito vaiado pela platéia, Lula foi aplaudido, sob gritos de “Lula, Lula”, após concluir: “*Talvez por covardia da minha parte, não defendo os saques. (...) Mas pergunto a vocês: o que fariam se vissem seus filhos passando fome? Não iriam saquear também?*”³⁶⁸

³⁶⁵ O Epicentro da Tensão Social. Revista VEJA – Nº 762 – 13 de Abril 1983. P.30.

³⁶⁶ Aurélio: o culpado é o governo Figueiredo. *Jornal Tribuna da Luta Operária*. 11-17 de Abril, 1983. Pág. 7.

³⁶⁷ Movimento tende a repetir-se, diz Lula. *Folha de São Paulo*, 5 de Abril de 1983. Pág. 12.

³⁶⁸ Revista SENHOR. 20 de Abril de 1983. Coluna de Alex Soluik. IN: *Resenha* Nº 42 Ano II, 18 – 04-1983. Disponível em acervo online da PASTORAL VERGUEIRO.

Outras lideranças sindicais desqualificaram as lutas populares por comida, alegando sua manipulação por grupos políticos extremistas e golpistas. Esta parece ter sido a opinião de Joaquim dos Santos Andrade, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comumente apontado como sindicalista *pelego*:

*Não tenho dúvidas que por trás da aflição e desespero dos desempregados, tem muita gente querendo afunilar a abertura, querendo desmoralizar os governos democraticamente eleitos, no sentido de justificar uma intervenção federal.*³⁶⁹

Embora algumas lideranças sindicais não reconhecessem abertamente o problema da fome, até mesmo algumas autoridades policiais que estiveram comandando a repressão aos denominados *saqueadores* assumiram que a fome estava entre as principais causas da desordem. De acordo com uma reportagem da Folha de São Paulo, o Tenente Brandão da polícia Militar de São Paulo atribuiu os *saques* à “*fome, miséria e desemprego*” e não às organizações interessadas na baderna.³⁷⁰

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que muitas lideranças sindicais trabalhistas procuraram forçar os empresários e as autoridades públicas a responder a questão dos *saques*, ao menos inicialmente, pela via da luta contra o desemprego. Tanto assim que os principais acordos realizados logo após os conflitos giravam em torno das propostas que possibilitassem a permanência dos trabalhadores em seus postos de trabalho e abertura de novas ofertas de serviço. Esta questão tornava-se muito importante para as lideranças dos trabalhadores, sobretudo porque as respostas emergenciais empresariais e governamentais, para tratar da questão da fome popular, estavam sendo tímidas ou inócuas. No entanto, os conflitos de Abril de 1983 tiveram o mérito de deixar bem claro que o problema da fome existia entre a população das grandes cidades brasileiras, embora muitas lideranças políticas tentassem tratá-lo enquanto uma decorrência de questões de outra ordem. No plano político, de forma evidente, os *saques* de Santo Amaro foram assimilados pelas autoridades e empresários, em grande medida, como resultados de uma radicalização imposta por supostas “lideranças golpistas”, sobretudo de esquerda, enquanto os líderes pelegos tenderam a apontá-los como sendo resultantes de mobilizações golpistas contrárias aos governos recém eleitos pela oposição. Já para as

³⁶⁹. Revista VEJA – Nº 762 – 13 de Abril 1983. P.3.

³⁷⁰ Comerciantes pensam em defender-se com armas. *Folha de São Paulo*, 6 de Abril, 1983. P.12.

lideranças sindicais mais combatentes, os *saques* foram interpretados como consequência direta do desemprego popular.

De fato, embora algumas medidas emergenciais tenham sido tomadas, no geral, estas acabaram desmoralizadas pela sua ineficácia ou incapacidade de atender uma volumosa população em situação de miséria e fome extrema. Um bom exemplo foi o caso da tentativa do Governo Estadual de São Paulo em distribuir leite ou cestas básicas para a população paulista, o que acabou gerando mais conflitos e transtornos uma vez que, além da demora para iniciar a sua distribuição, havia a dificuldade de organizar a entrega dos alimentos, sendo que estes nem sempre foram distribuídos em quantidades suficientes. Estas situações acabaram causando desconforto para as instituições, as quais já não queriam mais assumir a responsabilidade de distribuição dos alimentos, uma vez que temiam a violência da cobrança popular.

Para comprovar a debilidade das medidas emergenciais colocadas em prática basta a observação de algumas manchetes de jornal publicadas ainda no mês de abril de 1983:

*“Campanha ainda sem data para entregar alimentos”*³⁷¹

*“Filas por vales causa problemas”*³⁷²

*“Cestas de alimentos cria problemas a entidades”*³⁷³

*“Governos ainda não delinearam respostas às promessas que fizeram”*³⁷⁴

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que uma parte dos recursos públicos destinados à distribuição de alimentos foi entregue aos empresários paulistas que alegavam terem tomado prejuízo com as mobilizações populares. Com base na resolução 695, no Estado de São Paulo, os empresários paulistas que comprovassem terem sido atingidos pelos *saques* populares teriam direito a um bônus de crédito facilitado (a juros de 5 % ao mês) através do Banco BANESPA, sob a justificativa de se garantir um maior número de pessoas empregadas na região.³⁷⁵

A ineficácia de tais medidas paliativas diante da fome popular levaria o país a uma situação de conflitos generalizados nas grandes metrópoles, sobretudo nas grandes capitais do Nordeste e do Sudeste. Se a ordem social momentaneamente parecia ter

³⁷¹ Esta seria uma campanha de distribuição de alimentos pelo Governo do Estado de SP aos desempregados. *Folha de São Paulo*, 15 de Abril de 1983. P.13.

³⁷² Em 25 de Abril, cerca de mil pessoas se reuniram em frente à Secretaria de Trabalho de São Paulo exigindo vales para obtenção de comida. *Folha de São Paulo*, 26 de Abril de 1983. P.11.

³⁷³ *Folha de São Paulo* 25 de Maio de 1983. P.10.

³⁷⁴ *Folha de São Paulo* 26 de Junho de 1983. P.18.

³⁷⁵ Cr\$ bi no Banespa para empresa atingida. *Folha de São Paulo*, 8 de Abril.P.14.

retornado à maior capital do país, a fome nacional tinha raízes ainda mais profundas. Para compreender melhor a dimensão desta crise famélica brasileira, vamos acompanhar os crescentes ciclos de lutas populares por comida que sacudiram o Brasil no ano de 1983.

2.1 - BRASIL 1983: UMA POPULAÇÃO COM FOME

No dia 3 de Maio de 1983, portanto apenas um mês depois dos confrontos ocorridos no bairro de Santo Amaro em São Paulo, o Deputado Agenor Maria (PMDB – RN) discursou no Congresso Nacional chamando atenção para o grave problema da fome que atingia o Nordeste brasileiro, ressaltando a existência de uma intensa seca que atingia a região desde o ano de 1979. De acordo com o Deputado, trabalhadores das Frentes de Trabalho Federal da cidade de Currais Novos – RN estariam com salários atrasados e muitas crianças estariam morrendo de fome na região, visto que além de atrasados, os salários seriam irrisórios. Para comprovar sua fala, teria apresentado fotos de crianças desnutridas moradoras daquela cidade, supostamente a terceira em importância no Estado. O fato foi noticiado pelo Jornal *Folha de São Paulo* com a seguinte Manchete de reportagem: *Fome mata cinco crianças no Nordeste, afirma Deputado.*³⁷⁶

Eis uma parte do citado pronunciamento do Deputado Agenor Maria (PMDB/RN) no Congresso Brasileiro, explicando didaticamente os motivos do sofrimento dos flagelados nordestinos:

*Desde os idos de 1979, com a eclosão das secas verdes do Nordeste, o Governo Federal criou as frentes de emergência. As frentes de emergência representam levadas imensas, e ou contingentes inumeráveis de nordestinos, que, não encontrando outra ocupação por força da estiagem prolongada, são obrigados a se alistar nos serviços organizados pelo governo federal. A importância em Cruzeiros estipulada para pagamentos deste operário, (...) é tão miserável (...)*³⁷⁷

E segundo o discurso do Deputado Agenor Maria (PMDB- RN), não havia dúvida de que os novos ciclos de levantes populares no Nordeste ocorriam devido à fome experimentada pela população: *Agora, no Nordeste, novamente as levadas de desesperados*

³⁷⁶ *Folha de São Paulo*, 4 de maio de 1983.

³⁷⁷ Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 3 de Maio de 1983. P.2655.

*procuram as feiras para assaltá-las e assim conseguir o alimento necessário para mitigar a sua fome.*³⁷⁸

E se os conflitos ainda não estavam ocorrendo de forma aberta em Currais Novos-RN era simplesmente pela repressão policial que impedia os miseráveis nordestinos de atacarem a feira e obter seus alimentos pela força:

*Ontem recebi um telefonema dizendo que mais de 800 operários rurais das frentes de trabalho se encontravam naquela cidade, sem crédito, e já há mais de 4 semanas não recebem seus salários e sem condições de fazer a feira. Não iriam atacá-la porque a polícia, embalada, proibia que aqueles homens levassem para casa algum feijão, alguma farinha para mitigar a fome dos seus entes queridos.*³⁷⁹

Outro Deputado que naquele mesmo dia discursou sobre a fome no Nordeste foi o Deputado Milton Brandão (PDS- PI). De acordo com o seu pronunciamento, a região Nordeste estaria faminta e desprezada por todos: *O Nordeste está abandonado, sua população faminta, seus dias contados. O pior é que há indiferença total em relação a isso.*³⁸⁰

Em outra fala do Deputado, fica mais claro qual o significado político da declaração sobre este suposto abandono do Nordeste. O suposto abandono do Nordeste justificava as decisões tomadas via Governo Federal para incentivar famílias nordestinas inteiras – homens, mulheres e crianças – a trabalharem em troca dos salários irrisórios pagos nas Frentes de trabalho organizadas por meio de instituições do Poder Público nacional. Afinal, foram alguns parlamentares brasileiros que buscaram ampliar tal super exploração da mão de obra nas frentes de trabalho, sob a justificativa de suprir a fome dos sertanejos em período de grave seca:

Na Comissão do Interior, foi aprovada a requerimento nosso, por unanimidade, com emenda apresentada por ilustre colega, medida para o disciplinamento dessas frentes, e apelávamos ao Ministério do Interior no sentido de que as ampliasse, que não fosse somente um operário recrutado em cada família, mas que fossem mobilizados todos os

³⁷⁸ Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 3 de Maio de 1983.P.2655.

³⁷⁹Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 3 de Maio de 1983.P.2655.

³⁸⁰Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 3 de Maio de 1983. P.2641.

*trabalhadores, de ambos os sexos, e também as menores em condições de serviço*³⁸¹

De fato, as frentes de trabalho do governo federal constituíram uma das poucas alternativas para as populações nordestinas suprirem a fome de suas famílias durante o período da seca, entre 1979-1985. Estas Frentes não eram exatamente uma novidade histórica, visto que o Governo Brasileiro recorreu a este tipo de medida emergencial, por várias vezes, ao longo das décadas, desde os idos de 1930.³⁸² A forma desesperada tal como muitas famílias buscaram inserção nestas frentes de trabalho é mais uma forte evidência da intensificação da fome brasileira, durante aquele período histórico. Ainda mais se considerarmos que os pagamentos eram realizados em valores bastante irrisórios, sendo que o grau de esforço empreendido nos serviços era notadamente muito pesado.

Para se ter uma idéia do nível crescente da super exploração da mão de obra nordestina ao nível da fome, basta atentar para o fato de que em Setembro de 1983, o número de alistados nas Frentes de Trabalho do Governo Federal já era de 1,7 milhões de pessoas, em Novembro chegava a 2,3 milhões e em Março de 1984 alcançou 2,7 milhões de trabalhadores, entre os quais, 400 mil mulheres.³⁸³

Por outro lado o salário pago para cada trabalhador girava em torno de meio salário mínimo – certamente valor insuficiente para sanar a fome dos trabalhadores e de seus familiares, sobretudo em um contexto de inflação galopante.³⁸⁴

Desta realidade famélica, concluí-se que a fome constituiu um grave mecanismo de *inclusão forçada*³⁸⁵ da população nordestina, super explorada como mão de obra barata, durante o início da década de 1980. Como consequência, uma vez que as frentes de trabalho reproduziam a manutenção da fome na região, as lutas populares por comida passaram a fazer parte do cotidiano nordestino, sobretudo no ano de 1983.

Vejamos, então, alguns casos emblemáticos de lutas populares que evidenciam o gravíssimo grau de fome a que estava submetida grande parte da população brasileira no início da década de 1980.

³⁸¹ *Diário do Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados. 7 de Abril 1983. P.1301.

³⁸² Getúlio e a Seca: medidas emergenciais na Era Vargas. NEVES, Frederico de Castro. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 107-131. 2001

³⁸³ CNBB. Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil. Ed. Paulinas. 1984. P. 7-8.

³⁸⁴ O salário Mínimo não dá nem para comer. *Folha de São Paulo*, 4 de Outubro, 1983. P.11, baseada nos Dados DIEESE – Departamento Intersindical de estatísticas e estudos econômicos.

³⁸⁵ Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. FONTES, Virgínia. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.34-58, jun. 1997.

Em 16 de Maio, cerca de 500 pessoas desesperadas cercaram o palácio sede do governo do Piauí, em Teresina. Os gritos eram um coro em direção às autoridades públicas estaduais – “*estamos com fome*” e “*queremos trabalhar*”. Atraídas por notícias de emprego nas frentes de emergência, estariam desiludidos com uma resposta negativa por parte da administração pública. Como resposta, procuraram demonstrar a insatisfação por meio de um comício que acabou sendo dissolvido pelo pelotão policial do Estado. Além disso, muitos aproveitaram para protestar “*depredando depósitos de lixo da prefeitura e ameaçando saquear supermercados*”.³⁸⁶

Entre Maio e Junho de 1983, sindicalistas de Pernambuco escreveram uma carta em tom de desespero para a edição do *Grito do Nordeste*: “*Aqui a seca está acabando com toda lavoura. Existe uma grande quantidade de gente sem trabalho, com a família morrendo de fome.*”³⁸⁷

Explicavam que, diante da fome, a única opção de sobrevivência continuava sendo os grandes levantes coletivos por comida: “*Se a seca continuar vai haver grandes saques nas cidades ou nas casas dos ricos. A pobreza está desesperada e não agüenta mais tanta fome.*”³⁸⁸

Já na edição de Junho – 1983, o caso dos levantes por comida ocorridos no município de Pedro II – Piauí, recebeu destaque no *Alternativa*, jornal de bairros de Teresina. A capa do Jornal estampava um desenho da população faminta gritando em frente à prefeitura local – “*Temos fome*”! Foi destacada, inclusive, a tradicional repressão sofrida pelos integrantes dos levantes por comida:



³⁸⁶ Manifestantes cercam sede de Governo de Teresina. *Folha de São Paulo*, 17 de Maio, 1983. P.12.

³⁸⁷ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste* Maio /Junho, 1983. P. 2.

³⁸⁸ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste* Maio /Junho, 1983. P. 2.



Imagem 2.2 – Jornal de Bairros Teresina – PI. Junho, 1983.

Estes tipos de levantes populares promovidos pelas famílias nordestinas forçaram cada vez mais autoridades políticas a terem que retomar o tema da fome publicamente, ainda que sob um tom conformista ou fatalista. Querendo fazer crer que a fome seria resultado de causas naturais, em Julho de 1983, o então presidente do PDS, José Sarney, um dos mais tradicionais representantes políticos dos grupos elitistas do Nordeste, após passar uma semana no Estado do Maranhão, reconheceu: “*Voltei impressionado com a seca do Nordeste. (...) Há pessoas morrendo de fome em toda a região. (...)*”.³⁸⁹

Já outros Deputados, de maneira anônima, informaram a jornalistas da *Folha de S. Paulo* que todos os dias cerca de 200 flagelados nordestinos chegavam ao seu escritório eleitoral pedindo auxílio.³⁹⁰ E o presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana – BA, Dionísio Pereira, confirmara em entrevista ao jornal *O Grito da Terra* que muitos camponeses esfomeados realmente chegavam aos comitês de atendimento em busca de algum tipo de ajuda:

*O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Dionísio Pereira, vem enfrentando grandes dificuldades para garantir um atendimento diário, estimado em 70 camponeses, dos que procuram a entidade para resolver problemas que, na maioria das vezes, é a fome por falta de emprego.*³⁹¹

Mas os flagelados nordestinos não podiam esperar pela ação dos líderes sindicais ou pela lentidão dos políticos para superar os problemas da fome. Assim, tiveram mesmo que obrigar – até mesmo com o uso da violência - que as autoridades políticas reconhecessem publicamente a existência do problema da privação de comida.

³⁸⁹ Seca no Nordeste impressiona Sarney. *Folha de São Paulo* 28 de Julho, 1983.P.13.

³⁹⁰ Seca no Nordeste impressiona Sarney: *Folha de São Paulo* 28 de Julho, 1983.P.13.

³⁹¹ *O Grito da Terra*, Novembro, 1983. P. 4.

No dia 29 de Julho de 1983, em Recife - PE, um depósito público de alimentos sofreu uma investida de camponeses famintos e desempregados. Os populares usaram da força para arrombar as portas e quebrar os vitrais que protegiam a entrada do depósito, para depois obter uma grande quantidade de arroz, feijão e farinha. Logo após o ocorrido, o prefeito Clodoaldo Bezerra Jonatas reconhecia publicamente que já esperava pela reação destes flagelados, uma vez que a situação do município era dramática. E para conter o avanço de conflitos, afirmava o prefeito estar em contato com autoridades públicas no sentido de obter mais três mil vagas nas frentes de trabalho emergenciais do Governo Federal.³⁹²

Apenas algumas semanas depois, em meados de Agosto de 1983, duas mil pessoas famintas chegaram ao centro da cidade de Arcoverde-PE. Os famintos foram atraídos por notícias de que haveria uma distribuição de donativos pela prefeitura. A aglomeração de uma grande população faminta naquela localidade fez com que os comerciantes da cidade fechassem as portas de seus estabelecimentos temendo novas investidas. Diante das tensões inevitáveis, o Governador Roberto Magalhães autorizou o prefeito Rui Barros Correia a distribuir alimentos para as famílias com fome, as quais somente deixaram a cidade na parte da noite, após receberem os donativos oferecidos pela administração pública.³⁹³

Naquele mesmo dia 17 de agosto, no Estado do Ceará, outras três cidades haviam presenciado novas levas de lutas por comida.³⁹⁴ Em Crato-CE, mil mulheres ameaçaram entrar na Cooperativa dos Bancários e foram acalmadas pela gerente que resolveu distribuir alimentos entre elas. Isso porque o prefeito já havia enviado um caminhão com o objetivo de vender feijão a preço baixo para uma população que não possuía dinheiro algum. De acordo com informações fornecidas pelo Sindicato Rural local, haveria apenas 500 pessoas empregadas naquela cidade, enquanto o número de desempregados chegaria a nove mil, considerando somente as proximidades daquela região.

Já na cidade de Senador Pompeu-CE, cerca de 100 famintos foram contidos pela polícia na tentativa de obter alimento do armazém da Cibrazém (companhia ligada ao Ministério da Agricultura). Ainda assim, prometeram voltar no dia seguinte em maior número para promover uma nova tentativa e tentar sucesso.

³⁹² Fome e desemprego provocam mais uma invasão do Nordeste. *Folha de São Paulo*, 30 de Julho, 1983. P.21.

³⁹³ Informações falsas levam dois mil a Arcoverde. *Folha de São Paulo*, 17 de Agosto, 1983. P.17.

³⁹⁴ Aumentam tentativas de saques no Ceará. *Folha de São Paulo*, 17 de Agosto, 1983. P.17.

Em Quixeramobim- CE, 800 pessoas ameaçaram pegar comida à força de um armazém da Cobal (Companhia nacional de Abastecimento), fato que antes já teria ocorrido por três vezes. E apesar de sofrerem repressão policial, exigiram emprego e comida em um protesto em frente à prefeitura daquela cidade.

Este grande ciclo de levantes nas cidades do Ceará serviu de justificativa para o governador Gonzaga Mota anunciar, cinco dias depois, uma *Operação de Guerra* para suprir a fome das populações famintas. Diante da gravidade dos fatos, o governador promoveu uma reunião de emergência com batalhões de militares e empresários para elaborar um plano com o objetivo (sic) de atender as necessidades urgentes das populações famintas: “*Não quero um centavo para obras. Todo o dinheiro, venha de onde vier, será aplicado na salvação do cearense que está passando e até morrendo de fome.*”³⁹⁵

E também naquela mesma semana de Agosto de 1983, 22 prefeitos de cidades pernambucanas refugiaram-se na Secretaria de Agricultura em Recife e denunciaram que as populações das cidades por eles administradas estariam morrendo de fome. E considerando informações fornecidas pelo próprio prefeito, somente no município pernambucano de São José de Belmonte, de dez a 15 pessoas estariam morrendo de fome por mês, sobretudo crianças. Diante deste grave quadro, após ser informado do *limitado* número de cestas básicas – cerca de quinhentas mil – a serem fornecidas e vendidas a preço de custo pelo Governo Federal para as populações famintas, o prefeito José Carvalho Sobrinho indagou com medo: “*Eu quero ver quem vai ter a coragem de chegar na minha cidade e dizer que somente vai atender metade dos flagelados.*”³⁹⁶

Na primeira semana de Setembro, um grupo de Deputados do PMDB voltava de uma visita de seis dias percorrendo dez municípios de Pernambuco. As descrições das populações com fome eram por demais chocantes na visão da Deputada Federal PMDB-PE, Cristina Tavares Correia:

*Homens esqueléticos se queixam de passamentos (desmaios), mulheres de 20 anos aparentam 50, muito magras, seios murchos, são acompanhadas de filhos doentes, visivelmente desnutridos.*³⁹⁷

³⁹⁵ Anunciada Operação de Guerra no Ceará. *Folha de São Paulo*, 24 de Agosto, 1983. P.17.

³⁹⁶ Prefeito denuncia que crianças morrem de fome. *Folha de São Paulo*, 26 de Agosto, 1983. P.13.

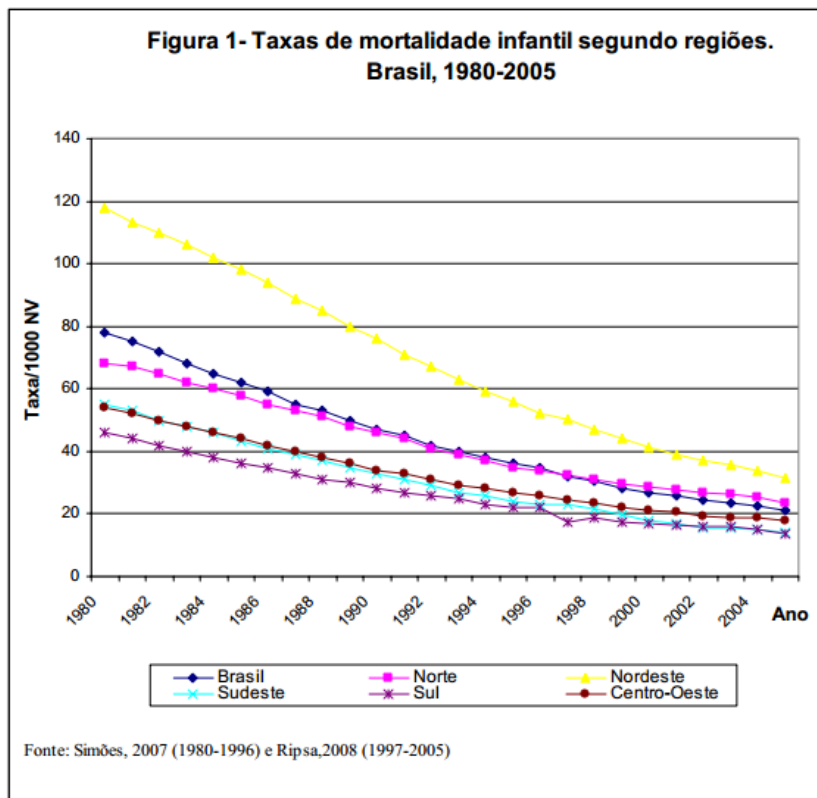
³⁹⁷ Deputados ficam pasmados com a situação da seca. *Folha de São Paulo*, 7 de Setembro, 1983. P.16.

Porém, na opinião da Deputada Cristina Tavares Correia, mais importante até do que denunciar a expansão da fome nordestina naquele momento seria atentar para o fato de que cerca de 90 % dos trabalhadores das frentes de trabalho visitadas estavam inseridos em obras nas terras particulares de vereadores e latifundiários locais. Além disso, trabalhadores estariam sendo descontados em dobro nos casos de falta em dias de trabalho nas frentes emergenciais. Isso sem contar que haveria denúncias de chefes do PDS trocando os cheques do governo federal por outros de valores mais baixos em prejuízo dos trabalhadores.

Além dos Deputados Federais do PMDB, outro grupo que veio ao público relatar as tragédias da fome nordestina foram os médicos e enfermeiras do hospital Albert Sabin de Fortaleza-CE. Denunciavam estes profissionais da saúde que dezenas de crianças chegaram para serem internadas naquele Hospital apresentando estado crítico de fome e desnutrição.

Tão grandes eram estas carências nutricionais das crianças do Ceará, que elas estariam morrendo quando submetidas a uma simples gripe. Segundo o médico secretário de Saúde do Ceará, Elias Salomão Boutalha, a mortalidade infantil no Estado do Ceará era de 25 % do total de nascimentos e constituía, então, um dos maiores do mundo.³⁹⁸

³⁹⁸ Gripe. *Jornal do Brasil* (RJ), 29 de Setembro de 1983. 1º caderno, pág. 7.



399

Gráfico 2.1 Mortalidade infantil brasileira. Fonte: FRANÇA, Elisabeth. LANSKY, Sônia. Mortalidade infantil neonatal no Brasil: situação, tendências e perspectivas. Texto apresentado no Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado pela ABEP/Unicamp, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1956.pdf. Acesso em: 28/10/2016.

Em 1983, um conjunto de dados de uma pesquisa realizada, entre os anos de 1974 e 1975, pelo Instituto UNICEF –ONU, revelava que 69 % das crianças nordestinas estariam em estado de desnutrição crônica, afetadas pela doença do nanismo. Além disso, 53 % das crianças brasileiras estariam sofrendo com algum grau de desnutrição. Dentre as conseqüências mais diretas da desnutrição, as crianças brasileiras já estariam gravemente prejudicadas pelo nanismo, a cegueira precoce e a redução da capacidade mental e cognitiva.⁴⁰⁰

Para verificar a situação mais de perto, a então técnica do Ministério da Saúde, Maria Clara Rillos correu em visita ao Hospital Albert Sabin, no dia 3 de Setembro de 1983. Tendo percorrido uma vasta região atingida pela fome, ela relatava aos médicos e jornalistas a situação em que viviam os familiares responsáveis por aquelas crianças:

³⁹⁹ Mortalidade infantil neonatal no Brasil: situação, tendências e perspectivas. FRANÇA, Elisabeth. LANSKY, Sônia. Unicamp. 2008.

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1956.pdf acesso em 30/10/2016

⁴⁰⁰ Crianças do Nordeste já tem nanismo irremediável. *Jornal do Brasil*, 11 de Setembro de 1983. P. 20.

*Fui a frente de serviços e vi homens esqueléticos, sem comer há quatro dias, serem obrigados a carregar em carrinhos de mão cheios de terra durante um dia de trabalho. Perguntei a eles e ao chefe deles como podiam suportar tanto sofrimento e eles responderam 'Deus nos Ajuda'*⁴⁰¹

E depois, a técnica do Governo Federal completava explicando seu sentimento de consternação diante da tragédia humana que havia presenciado ao ver como sobreviviam muitas famílias do Ceará:

Confesso que nunca vi isso (...) nem ao menos imaginava que poderia um dia ver isso no Brasil. Foi de cortar o coração ver criancinhas abandonadas em casa, enquanto suas mães passam o dia nas frentes de trabalho em busca de um salário miserável de Cr\$ 15.300.

Em sua conclusão, Maria Rillos constatou que as frentes de trabalho seriam nada mais, nada menos, do que um grande cativeiro humano: *“Aquilo é um cativeiro. O povo trabalhando para os fazendeiros e os proprietários de terras”*.

Os repórteres que cobriam este encontro oficial foram surpreendidos por trabalhadores que estavam em uma Frente de trabalho próxima à Capital (Fortaleza), na Lagoa do Parque Tabapuã, composta por 99 pessoas, sendo 50 mulheres. Debaixo de um sol de 40 graus, uma mulher de 58 anos pede ajuda à equipe de reportagem informando que está para desfalecer: *“Estou para dar uma agonia. Sinto dores na cabeça e nas pernas. Tenho que fazer uma operação urgente (...) e o Doutor mandou que eu fizesse pouco esforço.”*⁴⁰²

Ainda assim, a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará (coordenadora dos programas de emergência) exigia naquele dia que o governo federal enviasse mais verbas para o Estado aumentar as suas ofertas nas extenuantes Frentes de Trabalho, sugerindo também a permissão para a contratação de ao menos três membros de cada família, incluindo as mulheres. Nos 86 municípios regidos pela sua secretaria, havia uma população de 1.577.625 pessoas, das quais 385.173 inscritas nas Frentes de Trabalho, sendo cogitada a convocação de mais 278.176 pessoas para trabalhar nos *cativeiros humanos* do Ceará. Como justificativa para a urgência destas medidas, a Secretaria

⁴⁰¹ As crianças das secas definham e morrem nos hospitais do ceará. *Folha de São Paulo*, 4 de Setembro, 1983. P.23.

⁴⁰² As crianças das secas definham e morrem nos hospitais do ceará. *Folha de São Paulo*, 4 de Setembro, 1983. P.23.

Estadual alegava que a gravidade do problema levaria a conseqüências imprevisíveis, visto que já estariam ocorrendo atos de rebeldia no interior, além de *saques* a estabelecimentos do governo e de particulares.⁴⁰³

Nesta última constatação tinha-se realmente razão. Menos de duas semanas depois, no dia 12 de Setembro, cerca de mil pessoas desesperadas promoveram várias tentativas de entrar no prédio da Prefeitura de Fortaleza-CE em busca de alimentos. Outro grupo entrou em alguns supermercados da região, fazendo com que parte dos comerciantes fechasse as portas de seus estabelecimentos. Um grupo de vinte pessoas, mulheres e crianças, desmaiaram de fome em frente à prefeitura e foram socorridas, levadas para o Centro de Triagem do Serviço Social do Estado. Somente após receber a notícia de que mais de 300 mil flagelados famintos haviam chegado na cidade de Fortaleza, ocupando de forma desordenada as ruas da cidade, o Governador Gonzaga Mota concordou que a situação estaria chegando na *faixa do desespero e da calamidade total*.⁴⁰⁴

Detalhe amargo – o trem que transportava muitas destas famílias até a capital Fortaleza recebeu o apelido de *Trem da Fome*.⁴⁰⁵ O trem percorria cerca de 442 km de estrada de ferro interligando o sertão cearense – desde o município de Crateús – até o ponto final na estação da capital do Estado. Entre o sertão e a capital era comum subir nos vagões do trem centenas de famílias que seguiam para a chamada cidade grande, em busca de comida. Um destes passageiros do *trem da fome* concedeu entrevista e explicou o motivo da sua viagem: “*Nós tamo indo para Fortaleza buscar comida. Não sei de que jeito a gente vai conseguir, mas temos que ir. Estamos passando necessidade.*”

Sendo um agricultor de 71 anos, Pedro A. Pereira demonstrou indignação diante do modo como as campanhas do governo Federal apresentavam as famílias flageladas nordestinas: “*Do jeito que tão fazendo, a gente, que é agricultor da seca, fica humilhado, porque estas campanhas de assistência mostra a gente como se fosse bicho faminto. Nós somos gente também*”.

Um dramático diálogo, ocorrido entre um casal de migrantes que acabara de chegar na estação de Fortaleza, relatado pela reportagem do Jornal do Brasil, “revelou” o drama destas famílias que buscavam comida nas capitais do Nordeste:

- *Chegamos, né?*

⁴⁰³ As crianças das secas definham e morrem nos hospitais do Ceará. *Folha de São Paulo*, 4 de Setembro, 1983. P.23.

⁴⁰⁴ “*Segundo fundação do serviço social do Estado, cerca de 3000 mil flagelados já estão dentro de Fortaleza (...) tentando invadir casas que vendem comida*”. Quase invadida a prefeitura de Fortaleza. *Folha de São Paulo*, 13 de Setembro, 1983.p.15.

⁴⁰⁵ Trem da fome deixa flagelados em Fortaleza. *Jornal do Brasil*, 11 de Setembro, 1983. P.20.

- *E para onde é que se vai agora?*

- *Sei não, vamos andar por aí...*

Vamos atrás dos ricos que agora é a vez deles ajudarem o pobre.

Também pensaram desta forma cerca de 50 pessoas com fome que percorreram, no dia 15 de Setembro, o bairro de Aldeota, onde mora a população mais rica de Fortaleza. E apesar de escoltados por quatro patrulhas policiais, o grupo insinuou entrar em vários supermercados da região, alegando não ter como pagar por comida. Na tentativa de contornar a situação o gerente de um dos supermercados pediu que os famintos fizessem uma fila para receber os alimentos que foram distribuídos para acalmá-los.⁴⁰⁶

Muitos dos flagelados preferiam seguir em direção às rodovias federais. Por várias vezes, centenas de famílias foram vistas prostradas de joelhos – incluindo idosos e crianças - nas beiras das estradas próximas à Fortaleza, na BR 020. Com mãos estendidas e sacos plásticos vazios, clamavam alimentos ou dinheiro para os motoristas que passavam pela região. Diante desta cena dramática, a maior parte dos motoristas acelerava. Afinal, havia mesmo uma multidão que, no desespero da fome, se debruçava contra os carros nas estradas próximas à região de Inhuporanga, no município de *Caridade* - CE.⁴⁰⁷

Em Sergipe, uma população faminta chegou no dia 9 de Setembro de 1983 ao município de Glória, a 110 Km da Capital Aracajú. Mais de mil trabalhadores, entre homens e mulheres, aguardavam o pagamento de salários atrasados pelos serviços prestados nas Frentes de Trabalho da região. Quando foi confirmado que não haveria pagamento algum, a população esfomeada passou a investir contra o supermercado local. Alguns chegaram a desmaiar somente por ver comida, conseqüentemente caindo em cima das prateleiras. Outros conseguiram sair levando alimentos. Diante do drama social, o sargento da polícia confessou aos jornalistas porque não entrou em confronto com os populares: *“A questão aqui é de fome e não de pancadas”*. Uma mulher, chorando, confessa ao repórter o drama de quem não recebe pagamentos prometidos pelo governo: *“estou passando fome junto com meus filhos”*.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ Flagelados tentam saque em Fortaleza. *Jornal do Brasil*, 16 de Setembro, 1983. P.19.

⁴⁰⁷ Flagelado ocupa estrada pedindo comida no Ceará. *Jornal do Brasil* (RJ), 10 de Setembro, 1983. P.4. Uma reportagem televisiva do Programa Gente na TV, da TV Jangadeiro /Fortaleza demonstrou a permanência, em 2012, desta realidade na Br 020 / Ceará.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=83DErA4Eo5U> acesso em 30/10/2016

⁴⁰⁸ As invasões chegam a Sergipe. *Jornal Tribuna da Luta Operária*. 19 – 26 de Setembro, 1983. P.8.

Três dias depois foi a vez da cidade de Poço Redondo - SE. Diante da chegada de cerca de 500 famintos em busca de comida no município, o prefeito resolveu distribuir merenda escolar para as famílias flageladas, uma vez que teria recebido um ultimato dos populares – *ou comida ou saque*.⁴⁰⁹

Em meados do mês de Setembro, duas mil mulheres famintas chegaram à cidade de São Miguel-RN, a 520 km da capital Natal. Diante da fome, exigiam desesperadamente o direito de também serem inseridas nas Frentes de Trabalho realizadas naquela região. Diziam-se discriminadas por terem maridos, visto que somente as mães solteiras e viúvas tinham direito ao alistamento. Alegavam que o valor pago para cada homem trabalhador não era suficiente para alimentar suas famílias que, muitas vezes, contava com um grande número de crianças. Em contrapartida, após passar a noite em vigília na cidade, entraram na cooperativa agropecuária local, levando cerca de 10 mil quilos de mercadorias. Para acalmá-las as autoridades locais resolveram distribuir mais de 3 mil quilos de feijão que estavam estocados para serem vendidos aos alistados nas fatigantes Frentes de Trabalho.⁴¹⁰ No dia 29 de setembro de 1983, o *Jornal do Brasil* noticiava que diversas cidades do Nordeste estavam sofrendo múltiplos conflitos por comida, denunciando a expansão incessante da fome.

No Rio Grande do Norte, sete municípios haviam experimentado conflitos, somente no dia anterior:

*Ontem foi a vez dos municípios de Jucurutu (250 km da capital), São Rafael (200 km), Itaú (400km), Messias Targino (420 km) e Martins (450 km da capital). Em todas estas cidades, homens e, principalmente, mulheres invadiram o comércio à cata de alimentos sendo contidos a muito custo pelas prefeituras (...). Calcula-se que 30 toneladas de alimentos tenham sido distribuídos.*⁴¹¹

Em Irecê, Bahia, mil mulheres acamparam nas portas de um estádio de futebol, esperando por uma possível distribuição de alimentos pela prefeitura. De acordo com o prefeito do município, a cena estaria se repetindo todos os dias, embora a cidade não tivesse ainda recebido nenhuma ajuda prometida pelas campanhas nacionais de ajuda ao Nordeste.

⁴⁰⁹ As invasões chegam a Sergipe. *Jornal Tribuna da Luta Operária*. 19 – 26 de Setembro, 1983. P.8.

⁴¹⁰ Duas mil mulheres fazem saques. *Folha de São Paulo*, 21 de Setembro, 1983. P.16.

⁴¹¹ Mais cinco cidades são invadidas e saqueadas no Rio Grande do Norte. *Jornal do Brasil* (RJ), 29 de Setembro, 1983. Pág. 7.

Já em Pernambuco, no município de Tabira, mil e quinhentas pessoas chegaram ao centro da cidade carregando sacolas vazias clamando por comida. Após investirem contra as barracas das feiras locais, foram dispersados pela polícia. Na porta da prefeitura, *sob clima de confusão e nervosismo*, receberam feijão, farinha, macarrão e maizena, comprados de última hora, no comércio local, pelo vice-prefeito atordoado com a gritaria ensurdecedora dos famintos.

Importante ressaltar que as pesquisas históricas vêm confirmando estas experiências sociais enquanto práticas de longa data na sociedade brasileira. A saída de levadas de famintos do campo em direção às cidades em busca de comida parece ter alcançado, ao longo do século XX, um *status* de tradição socialmente legitimada no Nordeste. Uma espécie de rito social forjado historicamente e experimentado, de tempos em tempos, como forma de garantir a sobrevivência de uma larga população *empobrecida no campo*.

*Desde a grande seca de 1877, essas multidões de retirantes invadem cidades, ameaçam populações e saqueiam mercados, armazéns, lojas de alimentos e instituições públicas em busca da superação da fome. (...) anunciando uma forma de ação – o saque e a invasão das cidades – e um sujeito coletivo – a multidão – que se generalizariam a partir da década de 1950, instituindo uma tradição legitimada socialmente.*⁴¹²

Verifica-se, por exemplo, que durante a seca de 1970⁴¹³, um número imenso de famílias não inscritas nas Frentes de Emergências nordestinas passou a migrar para os centros urbanos locais, exigindo alimentos a qualquer custo e saqueando armazéns públicos ou casas comerciais, contando, inclusive muitas vezes, com o consentimento dos proprietários e das autoridades públicas da região. Em que medida podemos supor que as populações nordestinas, que migraram rumo ao Sudeste, entre 1970 e 1980, carregaram consigo tais experiências e tradições sociais? Seria possível considerar que a população acostumada a *saquear* no Nordeste recriaria, nos tempos de forte carestia dos anos 1980, estas práticas também nos centros urbanos do Sudeste? Em outras palavras, até que ponto

⁴¹² Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na Era Vargas. NEVES, Frederico de Castro. *Revist. Bras. Hist.* Vol. 21 No. 40 São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006 acesso em 30/10/2016

⁴¹³ A seca do ano de 1970 continuou consagrando a saída de levadas de flagelados nordestinos em direção às cidades, dando continuidade aos *saques* socialmente legitimados. Muitas reportagens dão conta de centenas de desmaios e mortes por fome, de crianças e adultos nordestinos, naquele período. Ver: Flagelados invadem cidades do Nordeste em Busca de alimentos. *Folha de São Paulo*, 12 de Abril de 1970. P.4. Seca: continua grave a situação do Nordeste apesar de algumas chuvas. *Folha de São Paulo*. 15 de Abril de 1970. P.5.

é possível pensar, a partir das questões formuladas pelo historiador Eric Hobsbawm sobre outros tempos e situações, em um processo de *invenção de uma nova tradição* popular, compartilhada e ampliada no ano de 1983, com bastante força nas grandes metrópoles brasileiras?⁴¹⁴

Ao que parece, esta histórica trajetória das lutas populares nordestinas lançam luz sobre a ocorrência dos distúrbios verificados em São Paulo, durante o mês de Abril de 1983, como também sobre outras experiências que vão se espalhar pelo país, de maneira muito similar, como foi o caso das mobilizações ocorridas na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em geral, reproduzindo experiências já legitimadas na região nordestina nos períodos de seca, os populares se mobilizavam em levadas de 80 a 100 pessoas, sendo na maioria das vezes mulheres e crianças. Entravam nos supermercados, levando basicamente alimentos, não tocando no dinheiro dos caixas.⁴¹⁵

De fato, enquanto os saques ocorriam abertamente em várias cidades do Nordeste, as lutas por comida se tornaram motivos de intensos confrontos também em diversas áreas metropolitanas paulistanas e cariocas. De acordo com os números indicados pela reportagem da *Folha de São Paulo*⁴¹⁶, cerca de 85 estabelecimentos foram atacados na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, em apenas 10 dias do mês de setembro de 1983.

Reconstituindo esse movimento a partir dos jornais é possível localizar inicialmente, 300 pessoas moradoras da favela do Vintém que promoveram uma grande investida contra o supermercado *Guanabara* no bairro de Realengo, no dia 3 de Setembro. E isso às 15:30 horas da tarde, quando todo o comércio estava em pleno funcionamento, fazendo inúmeros clientes correrem ou buscarem refúgio no interior dos estabelecimentos comerciais. Depois de forçarem as portas com pontapés e pauladas, a multidão correu em direção às prateleiras do supermercado *Guanabara* em busca, sobretudo, de alimentos. Teriam sido levados 10 milhões de cruzeiros em mercadorias – como frango, carnes, feijão, arroz, enlatados e até uísques - embora ninguém tenha levado

⁴¹⁴ A tradição aqui é entendida enquanto ações reiteradas, práticas socialmente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, ligadas a certos valores e normas de comportamento, recriadas a partir de elementos já existentes no passado. HOBBSAWN, Eric. *A Invenção das Tradições*. Rio e Janeiro, Paz e Terra, 2008. Para uma breve análise do conceito, ver:

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50086/invencao-das-tradicoes#ixzz48Hvm5fkv> acesso em 30/10/2016

⁴¹⁵ Está livre a mulher que roubou alimentos. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro. 1983 P. 15.

⁴¹⁶ No Rio, PM mantém prontidão e presos começam a ser interrogados. *Folha de São Paulo*, 13 de Setembro de 1983. P.4.

nenhum dinheiro dos caixas.⁴¹⁷ Segundo a reportagem da Revista Veja, ao entrar no Supermercado Guanabara, os populares teriam avisado ao gerente: “*Não queremos nada de ninguém. Só estamos com fome*”.⁴¹⁸

Já o Jornal *Tribuna da Luta Operária* publicou na sua edição do dia 12 de Setembro uma entrevista com populares que, supostamente, teriam participado desta mobilização em busca de comida no supermercado Guanabara:

T. Operária - *Como é que surgiu entre vocês a idéia da invasão?*

Popular, morador da favela do Vintém- RJ - (...) *O camarada chegou em casa com um pão para dividir para toda a família. (...) a fome tava apertando o geral. (...) a gente achou isso uma injustiça. (...) Aí pintou a idéia de entrar no Supermercado Guanabara e sair sem pagar.*⁴¹⁹

O entrevistado chegou a citar os confrontos ocorridos em São Paulo como inspiração para as mobilizações realizadas no Rio de Janeiro, confirmando que as experiências populares de luta contra a fome podem ser “aprendidas”, compartilhadas e (re) atualizadas em novos contextos e espaços sociais: - *Teve até um que falou que no Rio o pessoal não é de nada e São Paulo é que é bom porque lá o pessoal tava com fome e entrava nos supermercados para pegar.*⁴²⁰

Três dias depois, os moradores da Vila Vintém entraram no *Supermercado Superchefão*, em Padre Miguel, levando mercadorias no valor de 15 milhões de cruzeiro.⁴²¹ A partir de então, ocorreu uma série de investidas populares contra estabelecimentos comerciais na periferia do Rio de Janeiro. Diante dos conflitos, o governador Leonel Brizola discursou por 4 minutos em rede televisiva acalmando os comerciantes e criticando os *saques* a supermercados da cidade. Já no dia 7 de Setembro, havia uma considerável proteção policial em diversos bairros para conter possíveis levantes populares em busca de comida. Além de diversos batalhões da tropa de choque da polícia

⁴¹⁷ Supermercado em Realengo é saqueado por favelados. *Jornal do Brasil*. 4 de Setembro, 1983. 1º Caderno. Pág. 17.

⁴¹⁸ *Setembro Quente no Rio*. IN: Revista Veja. Edição 784. P. 39.

⁴¹⁹ Rio: quem fez os saques. *Tribuna da Luta Operária*. Ano IV n. 136, 19 a 26 de setembro de 1983. P.8.

⁴²⁰ Rio: quem fez os saques. *Tribuna da Luta Operária*. Ano IV n. 136, 19 a 26 de setembro de 1983. P.8.

⁴²¹ *Setembro Quente no Rio*. Revista Veja. Edição 784. P. 39.

militar, a repressão contou com a mobilização investigativa do Centro de Informações do Exército (CIE), da Marinha (Cenimar) e da Aeronáutica (Cisa).⁴²²

Ainda assim, as investidas contra supermercados, padarias e mercearias foram inúmeras. Até mesmo a reportagem do *Jornal do Brasil* (RJ), em sua edição de 07 de Setembro, mostrou evidências de que a fome estava entre os motivos das investidas contra estabelecimentos comerciais.

Um grupo de populares se aproximou de um carro de reportagem e gritou: “queremos feijão, queremos feijão”. Uma outra moradora da Vila Vintém reclama em entrevista: *o que vamos fazer? Ver os filhos passarem fome? Acho que o governo já quer que o pobre nasça morto de fome*. Outra mulher justifica: “A maioria dos moradores da Vila é pedreiro que não encontra mais serviço. Os que tem emprego ganham salário mínimo que não dá pra nada. Se para um não dá, imagina para uma família”. Da mesma forma, centenas de pessoas foram contidas pela polícia tentando investir, de uma única vez, contra três supermercados em Senador Camará – RJ, aos gritos de “estamos com fome, estamos com fome”.

A reportagem do dia 8 de Setembro do *Jornal do Brasil* também revela uma população esfomeada que necessita enfrentar a polícia para ter acesso à comida:

*Tiros para o ar, bombas de gás e xingamentos. Foi mais uma etapa nos distúrbios dos últimos dias que vem ocorrendo em Bangu, entre quase mil pessoas e a tropa de choque (...). À noite a população invadiu um aviário (...) roubando galinhas e ovos (...) com os slogans “estamos com fome” e “queremos comida.”*⁴²³

Na mesma semana, uma séria de levantes por comida ocorreu pelas periferias da cidade. Somente no dia 11 de Setembro, a reportagem do jornal *Última Hora* reuniu informações sobre as seguintes investidas populares:

- Duzentas pessoas invadiram o *Supermercado Rio* no Jardim América;
- Em Acari, 300 pessoas - moradoras dos Morros da Lagartixa e da Pedreira, junto com os da Favela Final Feliz – entraram na *Mercearia Santos Ltda*, levando todo o estoque.
- Na madrugada, quatro moradores do Morro do Alemão foram presos pela polícia tentando entrar em outra mercearia da região.
- Na Pavuna, 300 pessoas investiram contra o *Bar e Mercearia Estrela da Pavuna*, levando grande estoque de feijão, arroz e outras mercadorias.

⁴²² Revista Veja, Edição 784, 14 de Setembro, 1983. P. 40 e *Jornal do Brasil* (RJ), 10 de Setembro de 1983, pág. 5.

⁴²³ PM e multidão se enfrentam. *Jornal do Brasil*, 8 de Setembro, 1983. P.20.

- Em Vigário Geral, 100 pessoas atacaram a *Casa Ramos*. Após prender algumas pessoas, a polícia recuperou mercadorias como sucos e garrafas de vinho.
- Em Parada de Lucas, uma loja da *Casas da Banha* recebeu investida de mais de 100 pessoas que levaram comida, roupa e até relógios.
- Em Ramos, a mercearia *Manoel A. Santos* teve a porta arrombada e foi levada grande quantidade de arroz, feijão, óleo e enlatados.
- Em Cordovil, um número de 30 pessoas levou leite, açúcar, pão, pó de café e outros mantimentos da *Padaria e Confeitaria Paz Armada*.
- Na estrada do Barro Vermelho, em Rocha Miranda, mais de 100 pessoas tentaram entrar no *Supermercado Paraná*, mas foram contidos pela Polícia Militar.⁴²⁴

Saques no Rio de Janeiro / Setembro 1983.

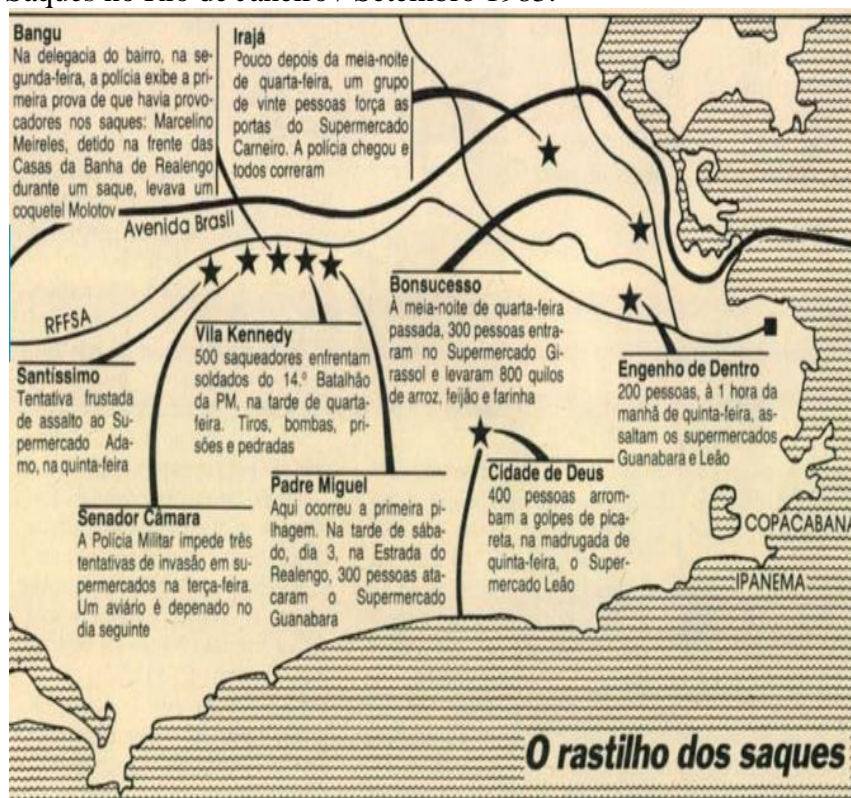


Imagem 2.3 Revista *Veja*, Edição 784, Setembro de 1983, p.42

Em muitos destes casos ocorreram graves confrontos com a polícia, levando a muitas prisões. Em outras investidas chegou a ocorrer também repressão à bala de fogo contra os populares. Inegavelmente, um clima de conflitos estava instaurado em uma das maiores capitais do país e, de forma imediata, começaram as especulações sobre as possíveis causas destes diversos levantes populares em busca de alimentos. Enquanto o Governador Brizola classificava os levantes populares como uma espécie de complô político incitado por grupos da Direita, os empresários cariocas acusavam o governo

⁴²⁴ Jornal *Última Hora*, 12 de Setembro, 1983. Primeira Página.

estadual de incapacidade administrativa para manter a ordem pública. Ainda assim, editores da Revista *Veja* renderam-se às evidências: “*Nada impede que com o tempo (...) se descubra que os saques ocorreram pelo singelo motivo de que no Rio há pessoas sem dinheiro para comprar comida.*”⁴²⁵

Em nota oficial, os integrantes da bancada estadual do PMDB também concluíram: “*É o quadro de miséria, fome e desemprego que impulsiona as ondas de saques em todo o país*”.⁴²⁶

No dia 17 de Setembro após afrouxar a repressão, a polícia carioca ainda verificou a ocorrência de mais duas investidas populares. Uma realizada contra um supermercado e outra contra um caminhão de frutas da Cobal (Companhia Brasileira de Abastecimento). O total de investidas populares no Rio chegava então a 112 saques consumados, tendo sido presas 194 pessoas (25 menores e 169 adultas).⁴²⁷

Naquele mesmo período de Setembro recomeçava um novo ciclo de levantes populares por comida, agora na capital de São Paulo.⁴²⁸ E no dia 28 de Setembro, os casos de ataques à supermercados paulistas começaram a ganhar novamente as manchetes dos principais jornais do país, sobretudo por ter ocorrido um assassinato em decorrência dos levantes, quando foi baleado e morto o pedreiro desempregado José Francisco Ferreira Couteiro, de 22 anos. O tiro fora disparado por um dono de supermercado do bairro Rio Pequeno, no momento em que populares – incluindo o pedreiro José Francisco - investiam contra o seu estabelecimento.⁴²⁹

No dia 29 de Setembro – mesmo dia em que os conflitos por comida intensificam-se em toda a região nordestina – a polícia paulista divulgava o saldo de 32 investidas consumadas contra supermercados da capital, em menos de uma semana. O Brasil conhecia, então, o auge dos conflitos famélicos: nos mais diversos estados do país, consideráveis parcelas da população brasileira saíam às ruas para obter à força os alimentos necessários para a sua sobrevivência.

Diante dos novos levantes contra supermercados em São Paulo, o então secretário estadual de segurança, Miguel Reale Júnior concluiu:

⁴²⁵ Voto dos Favelados. Revista *Veja*, Edição 784, 14 de Setembro, 1983. Pág. 42.

⁴²⁶ No Rio, PM mantém prontidão e presos começam a ser interrogados. *Folha de São Paulo*, 13 de Setembro de 1983. P.4.

⁴²⁷ Ataques no Rio ainda não acabam. *Folha de São Paulo*, 18 de Setembro, 1983. P.21.

⁴²⁸ Outro mercadinho saqueado na Zona Leste. *Folha de São Paulo*, 22 de Setembro. 1983. P.17.

⁴²⁹ Pedreiro morre ao tentar saque. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro, 1983. Pág. 14

*“O problema que os saques revelam é o retrato trágico da situação nacional. (...) Mas existe a outra ponta da corda, que é o problema da fome”*⁴³⁰

Também o delegado geral da polícia civil de São Paulo, Maurício Henrique Guimarães, descartou a possibilidade de qualquer tipo de organização política por trás das mobilizações populares. Assim, resumiu ser a questão: *“A ação de uma população desempregada e com fome.”*⁴³¹

Quanto à procedência dos populares presos por investir contra supermercados, o delegado afirmou tratar-se de *favelados e desempregados, moradores de bairros distantes.*⁴³²

O próprio governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, ao receber naquela semana a visita do presidente João Figueiredo, promoveu um breve relato dos fatos ocorridos e garantiu para o presidente da república: *“O saques não são uma questão de segurança nacional. É o povo com fome que está saqueando.”*⁴³³

O governador garantiu ao presidente que colocaria a polícia paulista de prontidão, mas fez a ressalva de que inicialmente todas as pessoas detidas pelos saques foram liberadas *porque eram necessitadas, famintas.*⁴³⁴

De fato, uma das mulheres presas por tentar obter comida sem pagar foi Marinalva de Jesus, 24 anos, mãe de quatro filhos pequenos. Aos prantos na delegacia, informou ao delegado porque pegou leite e óleo do supermercado Boló, em Santo Amaro, arrombado por cerca de 200 pessoas: *“Poxa, eu estava com fome, nunca roubei nada de ninguém. Só ia pegar comida para os meus filhos.”*⁴³⁵

Outra mulher presa, a empregada doméstica Janizete dos Santos Barros, 18 anos, mãe de um filho de 4 meses explicou ao delegado de Cidade Leonor (SP), o motivo pelo qual o gerente do supermercado nem reagiu quando a viu pegar comida junto com outras centenas de pessoas: *“O gerente não tomou nenhuma atitude. Acho até que ele sabia que a gente tava passando fome e tinha ido até lá para pegar comida.”*⁴³⁶

⁴³⁰No Segundo exército, situação é analisada. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro, 1983. Pág. 14.

⁴³¹Op. cit. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro, 1983. Pág. 14

⁴³²Op. cit. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro, 1983. Pág. 14.

⁴³³Montoro garante à Figueiredo que os saques não são políticos. *Jornal do Brasil* (RJ), 29 de Setembro de 1983, pág. 7.

⁴³⁴Op.cit. *Jornal do Brasil* (RJ), 29 de Setembro de 1983, pág. 7.

⁴³⁵Moça diz que padre mandou. *Folha de São Paulo*, 29 de Setembro, 1983. Pag. 23.

⁴³⁶Marinalva Conta como foi ataque. *Folha de São Paulo*, 29 de Setembro, 1983. Pag. 23

Também na delegacia, a esposa de um dos homens presos por retirar alimentos, sem pagar, de um supermercado em Santo Amaro, argumentou em prantos: “*Ontem nós fomos dormir sem jantar, pois não havia dinheiro para comprar comida.*”⁴³⁷

Diante dos levantes populares, muitos comerciantes da região sul paulistana decidiram assumir por eles próprios o ônus de conter os saques, utilizando abertamente armas de fogo contra a população faminta. Por exemplo, veja o que afirmava uma reportagem do *Jornal do Brasil* em 29 de Setembro:

*Bertilin Moreira, do alto da marquise, está defendendo a sua panificadora com uma carabina de cano duplo, enquanto o proprietário da rede de Supermercados Kofu, Iwakura, entregou um rifle winchester 44 a um de seus funcionários, que faz a guarda local de cima de uma das caixas*⁴³⁸

Já outros comerciantes preferiram distribuir comida entre os favelados da região onde possuíam estabelecimentos. Por exemplo, em Capão Redondo, o gerente da Padaria Mass resolveu fazer uma coleta entre os comerciantes da região e distribuiu, de barraco em barraco, 260 quilos de arroz, feijão, açúcar, farinha, e latas de óleo.⁴³⁹

Ainda assim, muitos comerciantes insistiram em contar mesmo com a força das armas. A polícia bem que tentava conter as investidas contra os estabelecimentos em São Paulo, colocando inúmeros soldados militares nas ruas, utilizando inclusive helicópteros para rastrear possíveis focos de conflito. No entanto, muitos comerciantes utilizaram de suas próprias armas de fogo para intimidar as famílias que tentavam entrar em seus estabelecimentos para pegar comida. Alguns mantiveram firme a decisão de disparar contra as mulheres que teimavam em pegar comida à força: “*Na tentativa de saque a um pequeno empório de Diadema (SP), Vanda Soares Manduco, 26 anos e Rosalina Ramos Antero, 20 anos, foram baleadas por disparos feitos provavelmente do interior comercial*”⁴⁴⁰

Apesar deste agressivo aumento da repressão estatal e privada, os conflitos por comida continuaram intensos em diversas áreas do país, o que demonstra o altíssimo grau de desespero famélico ao qual estava submetida boa parte da população brasileira, sobretudo naquele ano de 1983. Em apenas 17 dias, o número de investidas populares contra

⁴³⁷ Mais três casas comerciais são saqueadas. *Folha de São Paulo*, 27 de Setembro, 1983. P.19.

⁴³⁸ Comerciantes recorrem às armas. *Jornal do Brasil* (RJ), 29 de Setembro de 1983, p. 7.

⁴³⁹ Comerciantes recorrem às armas. *Jornal do Brasil* (RJ), 29 de Setembro de 1983, P.7.

⁴⁴⁰ Tiros contêm tentativa de invasão a pequeno empório. *Folha de São Paulo*, 4 de Outubro, 1983. P.18.

estabelecimentos atingia o elevado número de 70 ataques consumados, somente na região metropolitana de São Paulo.⁴⁴¹

E antes que o ano terminasse, em Novembro de 1983, mais um caso dramático da fome brasileira viria a ser relatado publicamente. O pedreiro José Itamar dos S., 34 anos, em Novembro de 1983, em Carapicuíba (SP), diante da necessidade de alimentar seus filhos, resolveu entrar no estabelecimento de um comerciante vizinho e pegar, a força, 8 quilos de arroz, ainda que para tanto tivesse que esfaquear um dos filhos do dono do estabelecimento. Em represália, o comerciante resolveu vingar-se de forma trágica:

À noite, sua casa – um único cômodo de seis metros quadrados – foi invadida por mais de quarenta homens (...) e José de Itamar foi linchado, apunhalado e morto na frente dos filhos e da mulher (...). 442

Estas lutas famélicas ocorridas em todo país contribuíram para amadurecer a conscientização social sobre a expansão da fome brasileira. De fato, os conflitos sociais latentes e as situações dramáticas impostas pela fome fizeram com que muitas reportagens jornalísticas, finalmente, dessem maior visibilidade aos casos mais graves e chocantes de famílias inteiras que não tinham absolutamente nada para comer.

2.2 PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALAMOS DA FOME

Certamente que a grande imprensa também teve um papel fundamental em tornar público o drama vivido por diversas famílias da população brasileira que estavam submetidas à fome, sobretudo no contexto dos conflitos sociais, ocorridos em 1983. Ainda que muitas vezes a contragosto e de maneira “lenta, gradual e controlada”, os editores da grande imprensa viram-se obrigados a ter que lidar com esta trágica questão em 1983.

Em 18 de Junho de 1983 foi ao ar, no Jornal Nacional da Rede Globo, a primeira das três reportagens sobre a fome no nordeste “seco”.⁴⁴³ O repórter introduz, então, a

⁴⁴¹ Policiais detêm invasores em mais 3 saques. *Folha de São Paulo*, 7 de Outubro, 1983. p.19.

⁴⁴² Revista *Veja*, edição 793, 16 de Novembro, 1983. Pág. 46.

⁴⁴³ Segundo informações da emissora, as reportagens foram exibidas no Jornal Nacional de 18/06/1983, 30/07/1983 e 8-9/08/1983. *Memória Globo*.

Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/seca-no-nordeste/um-retrato-da-seca.htm>.

“Cinco anos de flagelos causados pela falta de chuvas levaram o Nordeste a índices críticos de pobreza e miséria. Em 1983, cerca de 1.200 municípios, 90% da região, haviam declarado estado de emergência. A vida média do nordestino era inferior em dez anos à dos outros brasileiros, e a mortalidade infantil na região ultrapassava em

matéria afirmando que, segundo dados da SUDENE haveria 20 milhões de pessoas vivendo na área da seca nordestina. No interior de uma casa de taipa, o repórter localiza o telespectador – “*estamos na Zona rural, distrito de Socorro, a 700 quilômetros de Recife – PE*”. Em seguida, faz um convite aos telespectadores para acompanharem a rotina de uma das famílias que convivem com a seca, reconhecendo suas dificuldades e a luta pela sobrevivência.

Desde o seu início, a reportagem expressa uma tensão permanente e será sempre a partir da construção de uma *performance* da seca nordestina que o repórter da Rede Globo vai *aceitar* introduzir o telespectador em múltiplos fragmentos do cotidiano que conformam a miséria social e a fome naquela região.⁴⁴⁴ Como afirma Barbosa, *a coreografia plástica do noticiário constrói um corpo de mensagens que recorre a montagens sucessivas e repetitivas.*⁴⁴⁵

A primeira informação apresentada pelo repórter é o horário de saída para o trabalho de uma mulher moradora daquela localidade – a câmera acompanha, às três horas da manhã, Maria Iraci da C. deixar seus dez filhos sozinhos em casa para seguir em direção a uma frente de trabalho do governo federal. A condição de moradia também é dramaticamente narrada – “*a casa é de taipa, divida em quatro paredes com um chão de barro*”. As imagens mostram que não há camas na casa, mas apenas redes penduradas nas paredes de taipa. O repórter então faz a primeira pergunta à mulher, que aparenta envelhecimento precoce e traz no rosto sinais de desnutrição:

- *A senhora vai preparar um café, para a senhora, antes de sair para o trabalho?*
- *Vou não senhor, que não tem hoje.*
- *A senhora vai sem comer?*
- *Vou... sem comer e sem tomar o café.*
- *E a senhora suporta passar o dia inteiro trabalhando sem comer?*
- *Que jeito a fazer? O jeito é suportar, enquanto não esmoerecer...*

Em seguida, vê-se Dona Maria Iraci atravessando a passos largos o sertão pernambucano, na escuridão da madrugada. O repórter então narra a saga da mulher, que deveria andar distantes dez quilômetros – duas a três horas a pé – para chegar ao trabalho:

150% a do Centro-Sul do país.” 30 anos depois, Globo reafirma no texto acima, no seu site Memória Globo, as razões para aquelas reportagens. Depois disso, as reportagens são organizadas por assunto/temas.

⁴⁴⁴ Como afirmou Laura Maciel “(...) é preciso destacar a necessidade de desvendar os processos e meios de produção de uma memória dominante em seu duplo movimento de visibilidade e ocultação (...)”, sobretudo aquelas que “(...) silenciam ou minimizam uma memória popular”. IN: MACIEL, Laura (e outros). *Outras Histórias: memórias e linguagem*, op. cit., p. 285.

⁴⁴⁵ Sobre história: imprensa e memória. BARBOSA, Maria E. J. IN: MACIEL, Laura (e outros). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. Op. Cit., p. 269.

“Agora começa a parte mais árdua em dia de rotina de Dona Iraci. (...) de Segunda à Sexta feira são dez quilômetros de percurso que ela tem que fazer a pé. (...) ela carrega no semblante a preocupação de quem deixou em casa dez filhos menores...”

Mais adiante, Dona Iraci é mostrada já em uma frente de trabalho do Governo Federal, cavando o chão duro com uma enxada e, posteriormente, empurrando um carrinho cheio de areia. A narrativa jornalística explica ao telespectador:

“Ela é apenas uma, entre mais de um milhão de pessoas que estão trabalhando na construção de açudes pelos sertões nordestinos. O salário é de 15.300 cruzeiros por mês, para um expediente de cinco horas de trabalho.”

Depois de deixar a câmera percorrer a frente de trabalho demonstrando um número imenso de mulheres trabalhando ao mesmo tempo, o repórter comenta: *“Ela não é um caso isolado. Todas estas mulheres (...) tem problemas sociais muito graves”*

Em seguida, uma senhora de 63 anos, que também cavava o chão duro com uma enxada, é entrevistada:

- *A senhora não se cansa muito fazendo este trabalho?*
- *Me canso muito (...) sou aleijada de uma perna (...) tô passando fome, sede, tudo (...).*

E na conclusão da reportagem, novamente na casa de Dona Maria Iraci o repórter destampa uma panela, na qual ela cozinha uma cabeça de boi para o jantar, sendo esta a única refeição do dia para toda a família. No diálogo que acompanha esta cena o repórter esclarece:

- *Não tem nenhum tempero aí?*
- *Não senhor... só tem sal.*
- *É água, sal e um pedaço de cabeça de boi?*
- *É... água, sal e um pedaço de cabeça de boi.*⁴⁴⁶

⁴⁴⁶ Reportagem do Jornal do Brasil narrou outros exemplos que confirmam a generalização da exploração da mão de obra ao nível da fome nas Frentes de Trabalho do Governo Federal, citando o caso do município de Salgueiro em PE: “Às quatro da manhã os homens começam a se levantar (...) caminhar até 18 quilômetros, onde ficam as obras (...). Muitos não tomam mais que um café, outros um gole d água, e assim ficarão até as 13 horas”. E um trabalhador testemunha: “Faz 16 dias que o dinheiro acabou e, lá em casa, só se come água e farinha.” Já no Município de Serrita-PE, um Médico afirmava: “Das 40 pessoas que atendo diariamente, 20 só sofrem de fome, e outra 20 em consequência dela”. Seca que castiga adultos maltrata mais as crianças. *Jornal do Brasil*.18 de Setembro, 1983. P.26

Trinta anos depois dessa série de reportagens sobre o “drama das famílias nordestinas esfomeadas”, a Rede Globo organizou e divulgou suas memórias daqueles acontecimentos apoiada em parte nas lembranças do repórter Francisco José em depoimentos gravados em agosto de 2008. Segundo o jornalista, muitos trabalhos nas frentes de emergência eram desmoralizantes pela sua inutilidade social:

“Qual era o trabalho de dona Iraci na frente de serviço? Pegar um carro de mão e passar cinco horas levando pedras de um lugar para o outro. Havia lá as pessoas quebrando pedras que ela carregava. Aquelas pedras eram colocadas em forma de barragem - as chamadas barragens de sorrisal-, porque não tinham estrutura nenhuma, quando a água chegava, todo o trabalho era desfeito. Nós denunciávamos que aquilo não adiantava nada (...) mas era uma forma de Dona Iraci ganhar dinheiro.”⁴⁴⁷

Neste sentido, é inegável que nas reportagens realizadas pela Rede Globo há consideráveis contradições. Ainda que a emissora e as reportagens associem, no passado e no presente, a crise famélica à seca, imagens e diálogos exibidos em seu noticiário acabam por atestar publicamente a grave dimensão assumida pela fome no nordeste brasileiro. Dentro desta perspectiva, é preciso sempre lembrar, como alerta Barbosa, que: *A palavra impressa, a palavra falada, as imagens, compõe um horizonte de práticas que define visões de mundo, produz opiniões, divulga projetos, constituiu memórias.*⁴⁴⁸

Por exemplo, vejamos a narrativa que introduz uma reportagem produzida para o programa Fantástico, também da Globo, em 1983⁴⁴⁹ sobre outro “drama” da seca. Enquanto a câmera mostra apenas um chão de barro rachado e a secura enfrentada pela parca vegetação local, o repórter João Batista Olivi narra e contextualiza as cenas:

Esta é maior seca de todos os tempos no Nordeste. A estiagem já atingiu 1.200 municípios. Uma população de 24 milhões de pessoas (...). Destas,

⁴⁴⁷ Repórter Francisco José, Rede Globo. Disponível em:

<http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/seca-no-nordeste/um-retrato-da-seca.htm>

⁴⁴⁸ Sobre história: imprensa e memória. BARBOSA, Maria E. J. IN: MACIEL, Laura (e outros). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. op.cit., . P.269.

⁴⁴⁹ Viúvas da Seca. Programa Fantástico, Rede Globo, 1983. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=PFz1FHffO7w> acesso em 30/10/2016

10 milhões são flagelados (...). Gente que tem sede, está doente, morre de fome.

A partir de então, a reportagem acompanha o desespero de uma população do Distrito de Boa Viagem, interior do estado do Ceará. A câmera revela as tradicionais imagens de pessoas trabalhando nas frentes de trabalho do governo federal. Logo em seguida, aparece uma multidão desesperada se aglomerando nas filas para conseguir uma vaga nestas frentes de emergência da região. O repórter revela, então, os dramas de uma população que não tem acesso à comida. Mulheres que desfalecem, caindo de fome: *“Aqui existem 200 vagas para mulheres (...) mas existem mais de 500 mulheres que chegaram às seis horas da manhã. Agora são três horas da tarde e pelo menos, oito delas, já desmaiaram de fome”*

Em entrevista, uma mulher conta suas angústias:

- *A senhora não comeu ainda?*
- *Nada. Nem merendar eu merendei porque não tinha.*
- *E seus filhos?*
- *Comprei um litro de leite (...) deixei lá e vim pra cá. Ver se conseguia me alistar, meu esposo está desempregado e meus filhos morrendo de fome.*

O repórter e a reportagem seguem em frente. Tanto as cenas como as entrevistas dos alistados nas frentes de trabalho conformam um caráter trágico para a realidade vivida por muitas famílias nordestinas. Uma senhora de 73 anos reconhece que não suportaria o trabalho, mas também quer alistar-se pela necessidade de sobrevivência. Uma mulher grávida, com barriga já bastante saliente, cava o chão duro com enxada. Um menino que aparenta ter apenas uns 12 anos de idade também trabalha e afirma estar no lugar de uma irmã que está doente, reconhecendo para o repórter: *“todos vivem doente lá em casa”*. Outra trabalhadora confirma: *“nós estamos passando é muita necessidade... é fome! E os 15.300 cruzeiros não dá para alimentar uma família”*. Da mesma forma, outra mulher denuncia: *“se adoecer (...) não tem direito de procurar um médico. Nossa situação é triste”*.

Diante de todos estes dramas, o repórter explica o que acontece quando estas mulheres chegam ao limite da sua sobrevivência:

As mulheres que não conseguem emprego juntam-se aos homens nos saques a casas comerciais e feiras ou na fuga para as cidades. Outras, a

grande maioria, aquelas que os maridos foram para São Paulo, vivem da caridade de parentes e vizinhos

A partir de então, a justificativa da seca alcança um novo patamar na narrativa jornalística sobre a fome. O repórter prepara-se para entrar na casa de uma mulher que não tem comida, classificando-a como uma *viúva da seca*. Trata-se de Dona Maria da R., mãe de seis filhos, moradora do município de Uraci - CE, abandonada pelo marido e frustrada por não obter uma vaga nas frentes de trabalho do governo federal. A única renda da família vinha do seu filho de 13 anos que trabalhava em uma fazenda produtora de cana. Iniciada a entrevista, o repórter pergunta de forma direta:

- A senhora tem passado fome Dona Maria?

- tenho passado fome, às vezes. Além de passar mal, às vezes chega dias de a gente passar fome com as crianças. Não é moleza a gente amanhecer o dia sem ter um bocado para botar na boca de um filho.

E para reforçar o argumento da fome causada pela seca, a reportagem segue entrevistando mulheres que não conseguem plantar por falta de água e homens que tentam desesperadamente cavar poços no interior do sertão para encontrar água, utilizando inclusive pequenas dinamites.

Mas será na segunda parte da reportagem que a tragédia cearense será mostrada na sua dimensão mais dura – a morte dos recém nascidos. A cena é gravada em um cemitério improvisado, onde os pais enterravam seus filhos mortos de fome. E o repórter explica a dimensão da tragédia, atribuída, mais uma vez, aos efeitos da seca:

No Ceará, milhares de crianças não chegam a ser batizadas, morrem antes. (...) Os índices de mortalidade infantil estão entre os maiores do mundo. (...) Nos bolsões da seca, de cada dez crianças que nascem, três morrem antes de completar 1 ano de vida. Das sete que restam, duas não completam 17 anos.

Na sequência, muitas mulheres afirmam em entrevista não terem como alimentar seus filhos recém nascidos. São mulheres que não possuem leite para dar de amamentar devido à desnutrição. Outras afirmam que seus filhos são alimentados apenas por gomas e farinha. Neste sentido, a reportagem denunciava que mesmo as crianças sobreviventes da fome eram ainda causa de preocupação, com médicos chamando a atenção para as consequências de uma geração que crescia sob a égide da desnutrição crônica:

(...) vão engrossar uma população de nânicos – física, psicológica e intelectualmente, segundo a Associação Piauiense de Medicina. Os médicos acreditam que a desnutrição e as doenças provocadas pela fome estão criando uma sub-raça nordestina.

Claro que não sendo a fome um problema novo no Brasil, causou um pouco de desconfiança a “redescoberta” da fome como tema sensível nas reportagens dos grandes jornais, revistas e televisões, no início da década de 1980. Quando a quando a Rede Globo realizou essa série de reportagens e campanhas sobre a seca nordestina⁴⁵⁰ – ressaltando, sobretudo, os casos de fome – líderes do PMDB, como Teotônio Vilela, vice presidente do partido – desconfiaram e acusaram a poderosa emissora de tentar desviar a atenção da população durante os debates sobre a sucessão presidencial: “*A Rede Globo descobriu uma fonte de renda para ela. A fome agora é chamariz, palavra carinhosa, motivo para fazer diversionismo*”.⁴⁵¹

Mas não foi apenas a Rede Globo. A fome experimentada pelas famílias brasileiras esteve presente em um considerável número de reportagens jornalísticas nacionais no ano de 1983, sendo denunciada de forma ainda mais contundente pelos jornais de cunho popular. Não obstante, podemos deduzir, ainda que de maneira mais genérica, os motivos que explicam a grande imprensa brasileira também retomar o tema da fome com uma maior atenção no ano de 1983.

Vale destacar que as lutas por comida, como já foi exposto até aqui, avançavam visivelmente nas cidades do país. Seria praticamente impossível omitir os fatos ou não abordá-los. Havia o risco da imprensa empresarial perder a obtenção de consensos e o controle dos discursos sobre os conflitos sociais latentes ocorridos em boa parte do território nacional. Na brecha aberta pelas abordagens jornalísticas que tratavam dos conflitos escancarados à luz do dia, seria muito difícil que a questão da fome ficasse oculta por muito tempo. Tanto no Sudeste como no Nordeste, o número de levantes populares por comida aumentara consideravelmente ao longo do ano, tendo justamente o mês de Setembro como auge, uma vez que centenas de investidas contra estabelecimentos

⁴⁵⁰ Durante um mês a campanha encampada pela Rede Globo, Nordeste Urgente, mobilizou a população brasileira. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) coordenou o recebimento das doações em 540 postos e a distribuição dos alimentos não perecíveis e dos donativos em dinheiro, feitos por telefone. Em São Paulo, a campanha arrecadou cerca de meio milhão de toneladas de alimentos em seu dia de abertura, que foi encerrado com um show de artistas de música popular no Parque do Anhembi. IN: <http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/seca-no-nordeste/nordeste-urgente.htm>

⁴⁵¹ Ulisses Irá a TV falar da seca. *Folha de São Paulo*, 16 de Setembro, 1983. P.5.

comerciais e postos do governo geraram imensos distúrbios somente naquele mês, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, em diversas cidades nordestinas e, moderadamente, em outras partes do Brasil.

Esta contradição é uma das mais interessantes pois – enquanto negam o direito das populações famintas de lutarem por alimentos, desqualificando em seus editoriais as mobilizações populares por comida –, a grande imprensa vê-se obrigada, ao menos, a ter que abordar a questão da fome em seus discursos jornalísticos. Tais abordagens permitiram que alguns repórteres apresentassem abertamente a existência da fome no país, ainda que o tom mais geral das suas reportagens explicasse a fome ou em função das crises climáticas naturais ou de questões econômicas momentâneas, obscurecendo, em parte, as contradições e conflitos sociais que constituiriam motivos da expansão da fome em todo o país e não apenas no Nordeste.

Visto pelo ângulo inverso, diríamos que, mesmo mantendo um certo limite discursivo, algumas reportagens veiculadas pela grande imprensa tiveram papel fundamental na visibilidade e politização do problema, uma vez que alguns profissionais da imprensa aceitaram avançar um pouco mais nas suas abordagens, denunciando situações críticas de fome existente no Brasil.⁴⁵² Quanto a este ponto, não se poderia de maneira alguma desconsiderar que alguns repórteres, por conta própria, dentro de contextos específicos, podem ter rompido barreiras discursivas, ampliando os limites impostos pelas linhas editoriais das empresas jornalísticas onde atuavam : (...) *uma redação é um embate [...] de visões do mundo. São relações de poder e não apenas imposições (...) A definição do que é notícia é uma escolha histórica, é uma escolha cultural, é uma escolha política e é uma escolha econômica.*⁴⁵³

É preciso, portanto, analisar as reportagens da grande imprensa reconhecendo que estavam em jogo disputas pela obtenção de consenso político sobre a questão da fome no país, considerando que em suas narrativas:

⁴⁵² “Pode-se dizer que a imagem dá uma forma e uma materialidade, uma outra visibilidade às experiências vividas”. BARBOSA, Maria E. J. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura (e outros). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo, Ed. Olho d’água, 2006, p. 270. Neste ponto, a proliferação dos aparelhos de televisão e a expansão da imprensa jornalística no Brasil tiveram papel fundamental na politização do problema da fome, uma vez que permitiram sensibilizar a população através de informações detalhadas, divulgando imagens de pessoas sofrendo e morrendo pela não obtenção de alimentos. Em 1970, 27 % dos domicílios brasileiros já possuíam aparelho de Televisão. Em 1980, esta porcentagem aumenta para 55 %, de um total de 26, 5 milhões de residências. Ver: <http://www.tudosobretv.com.br/histortv/tv80.htm>. acesso em 30/10/2016

⁴⁵³ BRUM, Eliana, ex- repórter da Revista Época e escritora. Citado por MAROCCO, B. A. Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 30, p.80, dez. 2015.

*Palavras, cores, gestos, traços, modulações, ritmos, podem nos fazer apreciar uma contínua e sutil homogeneização dos diversos textos que alimentem a memória, cristalizam os tempo, esvaziam de sentido políticos as experiências vividas pelos diferentes sujeitos sociais no campo de luta onde a história se forja.*⁴⁵⁴

Há quem justifique os limites de abordagem televisiva da realidade devido à permanência da censura sobre os meios de comunicação, considerando que aqueles ainda eram os tempos de Ditadura Militar. Isso é o que sugere o jornalista da Rede Globo, Francisco José, responsável por diversas reportagens sobre a fome no nordeste brasileiro naquele ano de 1983. Segundo o jornalista, até mesmo utilizar a palavra “fome” nas reportagens estava proibido⁴⁵⁵ pelos militares governistas:

*No início, eu não podia falar a palavra fome, era uma palavra proibida pela censura, não pelas emissoras de televisão, e sim pelos censores. Então, eu não falava a palavra fome, mas abria a tampa da panela de barro e mostrava que estava vazia, o muito que tinha era uma cabeça de bode. Em algumas casas aconteceu isso, aquilo era o alimento, a única refeição do dia para oito, nove pessoas. Era muito mais forte do que usar a palavra fome.*⁴⁵⁶

Segundo as memórias do repórter Francisco José, apesar da censura, o jornalismo televisivo nacional também teria cumprido a missão de denunciar que o processo de desenvolvimento brasileiro gerava miséria entre a população nordestina:

O governo militar falava muito da ponte Rio-Niteroi, da Transamazônica, da ocupação do Centro-Oeste, seguindo a linha do Juscelino. Mas a seca do Nordeste era um atestado de falência. (...) Então, quando a gente dava uma matéria da seca, da miséria, destruía

⁴⁵⁴ BARBOSA, Maria E. J. *Sobre história: imprensa e memória*, op. cit., p. 271.

⁴⁵⁵ Certas pesquisas revelam que, em muitos casos, a censura realmente continuou existindo no Brasil, apesar de ter sido extinto o AI-5, em 1979 e o fim da censura prévia oficialmente em 1982. Ver, OCTAVIANO, Vera Lúcia (e outros). *Informação e censura no Brasil: da formação do Estado à Era do Real. Transinformação*, vol.12, no.1, Campinas Jan./June 2000.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862000000100006 acesso em 30/10/2016

⁴⁵⁶ Depoimentos concedidos ao *Memória Globo* por Francisco José em 04/08/2008 e que constitui uma das “fontes” identificadas pela emissora para lembrar as reportagens exibidas em junho de 1983. Fontes. *Memória Globo*.

Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/seca-no-nordeste/fontes.htm>. Para acessar o conteúdo do depoimento, ver “Seca no Nordeste”. *Memória Globo*. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/seca-no-nordeste/panela-vazia.htm>

*toda a propaganda maciça do desenvolvimento. Era como se fosse um martelo batendo. Eu tinha consciência perfeita daquilo.*⁴⁵⁷

De fato, muitas das reportagens realizadas pelo repórter Francisco José em 1983 mostraram, em horário nobre e em rede nacional, as condições trágicas vividas por muitas famílias nordestinas. Vale ressaltar, no entanto, que a fome era retratada como consequência direta da seca, deixando em segundo plano um debate mais aprofundado sobre os conflitos de classe e os mecanismos sociais que geravam a expansão da fome no país.

Inúmeros periódicos, produzidos por lideranças organicamente ligadas a grupos populares, revelaram suas discordâncias políticas sobre esta forma de abordagem do problema da fome brasileira.⁴⁵⁸ O editorial do *Grito do Nordeste*, por exemplo, discordava completamente desta visão criada por grande parte da grande imprensa, a qual tendeu a apontar a fome como consequência da seca. Argumentava que a seca seria um problema secundário frente a permanência do latifúndio no país:

*Na região da Mata, onde sempre chove, vemos que a miséria dos trabalhadores rurais é igual a dos sertanejos. Isso deixa claro que o principal problema não é a falta de chuva, e sim a injusta organização política que mantém os grandes latifúndios.*⁴⁵⁹

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, integrada por membros de diversas igrejas cristãs, criticou igualmente a visão imposta pela grande imprensa sobre os casos de fome no Nordeste:

*A fome não é causada pela seca: o governo e os meios de comunicação vêm se empenhando em demonstrar que a fome e a miséria que reinam hoje no Nordeste são causadas pela seca. O que não é verdadeiro. A fome e a miséria são causadas por uma estrutura social injusta e não aparecem apenas no Nordeste.*⁴⁶⁰

⁴⁵⁷ Seca no Nordeste. Junho 1983. *Memória Globo*. Op. cit.,

⁴⁵⁸ Busca-se aqui “dar visibilidade a sujeitos geralmente ocultos por uma história presidida pela idéia da unidade cultural da Nação, em que o Estado ou grupos socialmente hegemônicos são tomados, quase sempre, como únicos agentes da História” IN: MACIEL, Laura. De “o povo não saber ler” a uma história dos trabalhadores da palavras. In: MACIEL, Laura (e outros). *Outras Histórias: memórias e linguagens*, op. cit., p. 293.

⁴⁵⁹ Os aproveitadores da seca. *Grito do Nordeste*. Recife-PE Setembro / Outubro. 1983. P.8.

⁴⁶⁰ CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço). IN: *O Grito da Terra*. Nº 18. Outubro, 1983. P. 9.

Esta mesma indignação foi demonstrada pelos editores do *Jornal Grito do Nordeste* em relação às campanhas de ajuda humanitária promovidas pela Rede Globo e LBA:

*As campanhas que eles fazem em favor dos flagelados é para se pensar que o problema pode ser resolvido com a simples doação de alimentos. Com esmola para o pobre sertanejo e que devemos abrir o coração para eles. Exemplo disso é a Campanha Nordeste Urgente da Rede Globo e LBA.*⁴⁶¹

O *Jornal O Grito da Terra*, de Feira de Santana – Bahia, também dedicou uma reportagem inteira para criticar as formas e intenções das reportagens promovidas pela Rede Globo:

Os meios de comunicação social, especialmente alguns canais de televisão, nos vêm apresentando a seca como sendo a causa da fome dos nordestinos (...) será essa de fato uma realidade? ⁴⁶²

É nesse contexto que podemos compreender a série de reportagens sobre a fome nordestina publicadas pela revista *Veja*, entre 1981 e 1983. Um exemplo do tipo de narrativa produzida pela revista marcou a edição número 780, publicada em 17 de Agosto de 1983. Também aqui a manchete dá o tom da interpretação sobre a fome nordestina – “A TORTURA DA SECA”. Imediatamente o leitor é informado sobre a extensão da seca nordestina e o número de pessoas que habitam a região atingida pela falta de chuva: 24 milhões de pessoas, sendo que ao menos, 10 milhões de pessoas podem ser consideradas “flageladas” ou famintas. O número de trabalhadores empregados nas frentes de trabalho também são anunciados: 1,3 milhões de trabalhadores, sendo que o governo federal já teria gasto cerca de 390 bilhões de cruzeiros, sem contar um possível reforço anunciado de 131 milhões de cruzeiro somente para o ano de 1983.

A seguir, somos informados sobre diversos casos de famílias que convivem com a fome extrema no Nordeste. Um destes casos “típicos” de fome foi relatado através da reportagem sobre a família de João Honorato e Zenaide, oriundos da cidade de Iguatu - CE. No desespero para salvar os filhos da fome, contam que deixaram uma filha de 15 anos para ser empregada doméstica na cidade natal, enquanto outra filha foi entregue para uma família de amigos. Sendo que o casal já havia perdido dois filhos mortos pela fome.

⁴⁶¹ Os aproveitadores da seca. *Grito do Nordeste*. Recife-PE, Setembro / Outubro. 1983. P.8.

⁴⁶² *O Grito da terra*. Nº 18. Outubro, 1983. P. 2.

Se este relato revela como a fome vinha destruindo as famílias brasileiras, não apenas pela morte de seus membros, mas também pela incapacidade dos adultos de manterem seus filhos sob sua guarda, uma vez que já não poderiam garantir, nem mesmo, a sobrevivência de sua prole, ele também expressa o tipo de registro produzido pela imprensa empresarial. Abusando de palavras como dor, sofrimento, drama e “tortura” as reportagens dramatizam as experiências reais de trabalhadores famintos e procuram sensibilizar os leitores para as “vítimas da seca”, ao mesmo tempo que procuram circunscrever geograficamente a fome ao Nordeste.

Ressaltando a seca nordestina, reportagem da Revista Veja relatava sobre trabalhadores que sequer comiam e somente por puro milagre continuavam de pé. Por exemplo, José Nascimento C. explicou como conseguia trabalhar mesmo sem comer ao longo de dias, no município de São João de Piauí – PI, localizado há 380 km da capital Teresina:

A fome aperta ao meio dia e a gente acha que não vai agüentar. De repente esquece um pouco e vai até o fim do dia, sem muito incômodo. Daí, se conseguir dormir, a fome não volta senão no outro dia e a gente só se lembra dela quando começa a desmaiar.

Também Severino Caboclo B., 36 anos, morador de São Raimundo Nonato – PI, contou em entrevista que costumava trabalhar o dia inteiro nas frentes de trabalho sem colocar absolutamente nada no estômago, afirmando que sua família chegou a ficar até três dias sem comer.

Mas nem sempre os milagres aconteciam para manter de pé os que nada ingeriam enquanto trabalhavam. Segundo reportagem do jornal *Construir*, a situação de fome extrema levava grande parte da população nordestina – sobretudo os trabalhadores das frentes de emergência – a sofrer com tonteadas e desmaios ao longo do dia. De fato, muitos trabalhadores confirmaram ao *Grito do Nordeste* que era comum haver desmaios por desnutrição nas Frentes de Trabalho do governo federal: “*A grande fome, motivo pelo qual muitos trabalhadores não conseguem trabalhar. Alguns chegam a desmaiar no caminho da obra, tendo que chegar ao local de trabalho numa carroça manual.*”⁴⁶³ Daí que tenha sido forjado um ditado popular, segundo o qual *o nordeste é o país das tonteadas*.

⁴⁶³ O quarto ano da seca. *Grito do Nordeste*. Janeiro/Fevereiro, 1983, p. 8.

O jornalismo popular procurava trazer também evidências que revelassem as tristes conseqüências sociais da fome no seio das famílias, apoiado na voz e experiências de entrevistados, porém construindo uma narrativa diferenciada, superando os limites do discurso sobre a seca nordestina. O jornal *Construir*, da Ação Católica Operária de Recife-PE⁴⁶⁴, por exemplo, publicou reportagens com os relatos de um operário desempregado, dando visibilidade à fome que desagregava as famílias inclusive nas grandes cidades, separando os homens das esposas e de seus filhos:

*“a comida faltando e emprego que é bom não tem. A mulher termina indo com os meninos pra casa da sogra. Aí fica o camarada desesperado. Lá pelo menos os meninos tão comendo. (...) O desempregado tem a esposa somente no nome.”*⁴⁶⁵

Relatos de situações extremas também podem ser encontrados nas páginas da Revista *Veja*, evidenciando que a população apelava para a sombria criatividade na hora de manter a sobrevivência familiar. Uma senhora identificada como Margarida, moradora de uma região próxima à Santa Quitéria - CE, narrou que a família não tinha o que comer e para se alimentar dependia de prender, com armadilhas improvisadas, mamíferos como preás ou rabudos, pegos nas matas.⁴⁶⁶

O repórter Egídio Serpa e o fotógrafo Delfim Vieira testemunharam casos semelhantes no Ceará. A reportagem mereceu destaque e foto de capa no *Jornal do Brasil*, na edição publicada em 23 de Agosto de 1983, chocando os leitores por confirmar que parte da população do Ceará se alimentava de ratos e calangos.

⁴⁶⁴ Para uma compreensão histórica da Ação Operária Católica, ver: *Ação Operária Católica – Coleções/Contextualização*. São Paulo, CEDIC/PUC/SP. Disponível em: http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/acao_catolica.html; acesso em 30/10/2016 e BENEDITO, Reginaldo. Da esquerda católica à esquerda revolucionária. A Ação Popular na história do catolicismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Dossiê Identidades Religiosas e História. Maringá, Ano I, vol. 1, no. 1, maio/2008, pp. 166-197. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/17%20Reginaldo%20Benedito%20Dias.pdf> acesso em 30/10/2016

⁴⁶⁵ *Jornal Construir, voz dos trabalhadores*. Ação Operária Católica. Recife, nº 23, Maio/Junho de 1983, p.8.

⁴⁶⁶ *A tortura da Seca*. Revista *Veja*. 17 de Agosto, 1983. P.61-65



Imagem 2.4 Cearenses comem lagarto para não morrer de fome. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1983, p. 1.

No corpo da reportagem, ressalta-se que o Instituto de Planejamento do Governo do Estado do Ceará informava oficialmente:

*os trabalhadores rurais e seus dependentes encontram-se em nível de nutrição incompatível com a sobrevivência humana (...), caminhando de modo inexorável para a extinção.*⁴⁶⁷

Na edição de 19 de Agosto, os leitores do *Jornal do Brasil* já haviam sido informados que parte da população Cearense, no município de Irauçuba, estava se alimentando de ratos (silvestres) há pelo menos três anos.⁴⁶⁸

Já o Governador da Paraíba levou um ofício, entregue em mãos, ao presidente João Figueiredo, para relatar que ratos (punarés) estariam sendo vendidos em mercado paralelo no interior daquele Estado, para sanar a fome das famílias locais, a ponto de levar os roedores à extinção em alguns municípios.⁴⁶⁹

Vinte e sete anos depois dessas reportagens, o repórter Egídio Serpa avalia que elas foram importantes por divulgar as notícias da fome brasileira, inclusive, para o mundo inteiro:

⁴⁶⁷ Cearenses comem lagarto para não morrer de fome. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1983, p. 1

⁴⁶⁸ Agricultores do Ceará comem ratos do mato há três anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1983, p.4.

⁴⁶⁹ *Ratos no Paralelo*. *Jornal do Brasil*. 18 de Setembro de 1983.

A história do calango mobilizou a solidariedade nacional. E internacional. Uma igreja Batista holandesa despachou de Rotterdam para Fortaleza 20 contêineres cheios de roupas. E depois mandou uma equipe de tevê que passou uma semana a documentar, nos sertões de Canindé, a entrega de tudo. A BBC também veio e cumpriu praticamente o mesmo roteiro. A seca estava, então, globalizada. 470

E de alguma forma, este tipo de reportagem também fazia com que diversos grupos sociais fossem obrigados a discursar e reconhecer publicamente os dramas da fome nacional. De acordo com as memórias do repórter Egídio Serpa, muitos empresários e organizações sociais passaram a buscar formas de ajuda para as famílias famélicas brasileiras:

No Brasil, coordenado por José Antônio do Nascimento Brito, vice-presidente do Jornal do Brasil, um grupo de empresários passou a transferir, mensalmente, uma ajuda financeira que socorreu 649 famílias cearenses. Cada empresário apadrinhou uma família. E cada família, algumas com até 15 filhos, posou para uma foto enviada a seu padrinho.”⁴⁷¹

Já o fotógrafo Delfim Vieira, deixou registradas suas memórias daqueles dias em que, segundo ele próprio, testemunhou cenas inesquecíveis. Em seus registros, ficam confirmados os casos de atrasos nos pagamentos nas Frentes de Emergência e os grandes levantes por comida ocorridos nas cidades do Nordeste, naquele ano de 1983:

A primeira [cena inesquecível] foi uma leva de homens famintos atravessando um grande açude, absolutamente seco, em direção ao povoado conhecido, ironicamente, como Lagoa do Juvenal. Iam receber os Cr\$15 mil prometidos na frente de trabalho. Não conseguiram, e, nesse dia, quatro cidades foram invadidas e saqueadas.⁴⁷²

⁴⁷⁰ SERPA, Egídio. A Seca: do sabido ao Sábio. *Brasileiros*, 30 de junho de 2010. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2010/06/a-seca-do-sabido-ao-sabio/>

⁴⁷¹ SERPA, Egídio. A Seca: do sabido ao Sábio. *Brasileiros*, op. cit.

⁴⁷² MOREIRA, Delfim. Pra aqueles que têm memória curtíssima. *Blog Umas Verdades*, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://umas-verdades.blogspot.com.br/2010/12/pra-aqueles-que-tem-memoria-curtissima.html>; Originalmente as fotografias comentadas mereceram destaque em reportagem de capa do *Jornal do Brasil*, de 18 de Agosto de 1983.

Para o fotógrafo Delfim Vieira, um dos momentos mais difíceis foi testemunhar a veracidade das informações de que milhares de crianças do Ceará morriam por desnutrição aguda:

Acho que, em toda minha vida, não vou jamais esquecer aquela mulher grávida, rodeada de crianças com olhos saltados pela desnutrição, dizendo esperar pela morte dos filhos. E eu também era expectador, só que sem entender como a fome e o desespero podiam transformar-se e traduzir-se em conformadas palavras.⁴⁷³

E por fim, o fotógrafo também confirmou em suas memórias o fato de que grandes levadas de esfomeados migravam constantemente para a Capital Fortaleza em busca de comida, ameaçando promover levantes famélicos:

Do sertão tinham vindo aquelas centenas de pessoas em busca de algo para comer e beber. Não foi preciso pedir. Sua chegada teve imediata reação de comerciantes amedrontados, temerosos de saques; rápida e prontamente, começaram a distribuir alimentos em frente às escadarias da catedral de Fortaleza. Quando parti, aquela gente devia estar comendo pela primeira vez em muitos dias, sei lá quantos.⁴⁷⁴

Já outro caso extremo de necessidade de sobrevivência narrado pela Revista *Veja*⁴⁷⁵ foi vivenciado pela família de José Domingos dos S., morador de Porto da Folha – Sergipe. Sua família estaria se alimentando de palma – um tipo de cacto que tradicionalmente serve como comida para o gado. Frente a esta situação extrema, estaria recebendo ajuda de vizinhos que demonstraram solidariedade.

Apesar das resistências dos conglomerados de mídia, alguns repórteres conseguiram abordar mais profundamente casos de fome urbana e revelaram fatos tão dramáticos quanto aqueles encontrados no Nordeste. Um exemplo é o repórter Ricardo Kotscho, então na *Folha de S. Paulo*, que entrevistou diversos operários da construção civil na região metropolitana de São Paulo, sendo a matéria publicada na edição de 21 de Setembro. A reportagem demonstrava que os trabalhadores paulistas – em geral, migrantes de estados nordestinos – estavam trabalhando sem ter o que comer ou fazendo refeições pela metade. Diante de um número grande de operários, que trabalhavam em

⁴⁷³ MOREIRA, Delfim. Pra aqueles que têm memória curtíssima. *Blog Umás Verdades*, op. cit.

⁴⁷⁴ MOREIRA, Delfim. Pra aqueles que têm memória curtíssima. *Blog Umás Verdades*, op. cit.

⁴⁷⁵ *Tortura da Seca*. Revista *Veja*. OP. Cit.

média 10 horas por dia, com marmitas que continham praticamente apenas arroz, meio ovo e, raramente, um pouco de feijão, o repórter pergunta:

- *É todo dia assim?*

- *Todo dia não, moço. Às vezes tem esta marmita, às vezes não tem nada.*⁴⁷⁶

Os trabalhadores explicam então ao repórter que muitas vezes comem apenas um pão na hora do almoço, por não terem dinheiro para pagar pelo preço de uma refeição. E quando a fome aperta demais começam as tonteiras e as agonias de fome:

- *Tem dias que dá uma tonteira na gente que não dá nem para assentar tijolo*”- *explica um operário.*

- *E como é que faz pra trabalhar sem comer?* – *indaga o repórter.*

- *Tem que trabalhar. Se não trabalhar é pior. Roubar a gente não vai, porque roubar a gente tem medo.*

Um dos operários, José de Assis, migrante de Diamantina – MG, chegou a afirmar que já estaria a meses em situação alimentar crítica: *“Estou a uns cinco meses nessa brincadeira de só comer uma vez por dia.”*

Outra reportagem que denunciou a expansão da fome, inclusive nos centros urbanos produtores de alimentos, foi produzida e televisionada pela equipe da EPTV – Ribeirão Preto, afiliada da Rede Globo em São Paulo. A reportagem chegou a receber menção honrosa no prêmio Wladimir Herzog em 1983. O tema central era a fome que afligia muitas famílias das favelas de Ribeirão Preto.⁴⁷⁷

A matéria inicia com uma consideração impressionante sobre a importância da Região de Ribeirão Preto para a produção de alimentos – simplesmente 45 % de toda produção alimentícia de São Paulo, considerada a principal área na produção de alimentos do país. E apesar de toda esta fartura e riqueza, a fome também estaria se expandindo nesta região de São Paulo.

Em entrevista, Dutra de Oliveira, médico nutricionista da Faculdade de Ribeirão Preto, afirma que várias pessoas, principalmente crianças, estariam morrendo vítimas de fome naquela região, pois quando contraíam doenças, tais como pneumonia ou sarampo, não conseguiam resistir devido ao alto grau de desnutrição que possuíam.

⁴⁷⁶ A fome dos que trabalham duro. *Folha de São Paulo*, 21 de Setembro de 1983, p.16.

⁴⁷⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TExD94Q2iZU> acesso em 30/10/206

Em seguida, uma mulher aparece explicando o motivo do falecimento de uma criança que já estaria para ser enterrada em uma favela de Ribeirão Preto. A moça justifica a tragédia: *“A desnutrição da criança, da mãe, tudo. Desnutrição total aqui”*

A imagem de crianças desnutridas andando por uma favela de Ribeirão Preto acompanha a voz do então iniciante repórter Luis Datena: *“Em Ribeirão Preto, são cerca de 6 mil favelados vivendo em praticamente estado de fome absoluta”*.

O repórter entra no barraco onde mora uma mulher – Elza Gomes - com três crianças. E depois pergunta:

- Não tem nada para comer?

- Não senhor. Não tem nada. Nem café da manhã as crianças tomou (sic).

Era hora do almoço, então a câmera focava na panela sobre o fogão:

- O que a senhora tem aí?

- Isso aqui foi o osso de uma janta que eu fiz ontem. Sobraram só os ossos e eu vou esquentar pra dar pra eles.

Em seguida, o repórter pergunta a duas crianças:

- o que você sente?

- sinto minha barriga doer...

E a outra também confessa as conseqüências da fome:

- sinto negócio de tontura...

A reportagem termina com o Médico Dutra de Oliveira explicando que a expansão da fome iria criar em São Paulo uma espécie de sub raça, ou seja, pessoas com considerável diminuição de sua capacidade física e intelectual. Concluía, portanto, o mesmo prognóstico apresentado pela revista *Veja* como parte do drama do nordeste seco. A conclusão da reportagem da revista *Veja* demonstrava justamente que famílias moradoras do povoado de Olho d' Água, em Tauá-CE, já estariam vendo suas crianças crescerem com deformidade física e atraso cognitivo. Uma das crianças de 4 anos de idade ainda não teria aprendido sequer a andar e outras duas estariam com os braços e as pernas desproporcionais ao resto do corpo. Sem contar aquelas que apresentavam barrigas salientes devidos à presença de verme.

2.3 SAQUES: LEGITIMIDADE OU ILEGITIMIDADE DAS MOBILIZAÇÕES POPULARES CONTRA A FOME?

No auge destas denúncias, alguns segmentos sociais se posicionaram e assumiram opiniões publicamente, diante das calamidades e dos embates sociais impostos pela fome. De fato, o avanço da tragédia famélica pelo país, suas consequências sociais e os conflitos delas emergentes contribuíram para o avanço de debates públicos a respeito do tema da fome entre diversas instituições nacionais e ou personalidades públicas.

Por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil manteve de plantão, em São Paulo, tanto a sua Comissão de Direitos Humanos, como a Subcomissão do Menor. O objetivo seria dar assistência ao grande número de homens e mulheres que estavam sendo presos pela polícia, além de apoiar juridicamente as crianças cujos pais foram presos por “atacar” estabelecimentos comerciais na Capital. Certamente, como a maior parte das pessoas presas pertencia às profissões de baixa remuneração ou estavam desempregadas há um bom tempo, seria praticamente impossível pagar por um advogado que as defendesse nos casos de prisão.⁴⁷⁸

Tal como fizeram os dirigentes da OAB, algumas personalidades públicas e grupos políticos também manifestaram certa sensibilidade diante das populações famintas.

O colunista Tarso de Castro, em sua coluna na *Folha de São Paulo*, criticou abertamente o tratamento violento dado aos levantes dos famintos. Alertava o jornalista que constituía “*somente um absurdo, nada mais do que isto, achar que a força ou a segurança poderia controlar a fome.*”⁴⁷⁹

Em novembro de 1983, o economista Celso Furtado, ex-ministro do planejamento na década de 1960, declarava em entrevista ao Jornal francês, *Le Monde*: “*Não podemos continuar a pagar a dívida externa brasileira com a fome dos nossos concidadãos. Os bancos que nos emprestaram já ganharam dinheiro suficiente.*”⁴⁸⁰

Celso Furtado estabelecia, então, uma relação direta entre os saques, a fome e as condições estruturais de reprodução da sociedade brasileira, tal como o mecanismo de crescimento econômico baseado na dívida externa: “*A sociedade brasileira não pode*

⁴⁷⁸ Está livre a mulher que roubou alimentos. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro de 1983, p. 15.

⁴⁷⁹ CASTRO, Tarso de. Segurança – Algumas Palavras. *Folha de São Paulo*, 18 de Outubro, 1983, p.22.

⁴⁸⁰ Dívida não deve ser paga com a fome, diz Furtado. *Folha de São Paulo*, 2 de Novembro de 1983, p.6. Reportagem por Cláudio Abramo, de Paris.

sustentar tais sacrifícios sem ruptura. Já se vêem nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, motins da fome, saques.”⁴⁸¹

A Federação Nacional dos Engenheiros também emitiu uma nota oficial reivindicando melhorias de condições de trabalho no país. Em certa parte do documento, a fome foi apontada como um dos elementos impulsionadores dos conflitos: “*A fome, o desemprego e o desespero abatem-se sobre a população, refletindo nos saques a supermercados (...)*”⁴⁸²

No entanto, alguns tiveram que pagar um certo preço por denunciar a expansão da fome pelo país. O jornalista e editor de economia, George Vidor, por exemplo, foi demitido de seu cargo no jornal *O Globo* após assinar uma matéria na qual denunciava as diferenças gritantes entre dois cardápios para o jantar – enquanto trabalhadores nordestinos se alimentavam de calangos e até mesmo ratos, o ministro Antônio Delfim Neto estaria comendo ótimas refeições em restaurantes franceses a custos oficiais do governo.⁴⁸³

Alguns cartunistas procuraram ressaltar, em charges, as ironias daqueles que apontavam os *saques* como sendo resultado de forças golpistas. Indicavam a participação das mulheres nas mobilizações populares como uma evidência do avanço da fome entre as famílias brasileiras, inclusive entre as famílias da classe média.



Imagem 2.5 Charge de Gê na *Folha de São Paulo*, 7 de Abril, 1983, p.2

⁴⁸¹ Dívida não deve ser paga com a fome, diz Furtado. *Folha de São Paulo*, op. cit.,

⁴⁸² Federação Nacional dos Engenheiros. *Folha de São Paulo*, 6 de Novembro. P.4.

⁴⁸³ Ver SUPPLICY, Eduardo. Distorcer informação não enche panela. *Folha de São Paulo*, 28 de Agosto de 1983, p.2.

Visto que alguns setores da igreja católica também denunciavam abertamente a existência da fome entre as famílias brasileiras⁴⁸⁴, muitos padres sofreram acusações de estimular as investidas populares⁴⁸⁵ contra estabelecimentos comerciais. Saindo em defesa do clero, o presidente da regional paulista da CNBB, Dom Angélico Sândalo Bernardino, também apontou a fome como a causa dos conflitos em 1983: “*Os saques são um fenômeno a evidenciar certas válvulas de escape no barril de pólvora em que estamos sentados. A melhor forma de evitá-los é banir a fome*”.⁴⁸⁶

Vale ressaltar que a própria CNBB viria a assumir a fome nordestina como motivo para lançamento de um vigoroso documento, publicado em 1984, que denunciava o avanço da fome no Brasil. O documento intitulado *Nordeste: desafio à Missão da Igreja no Brasil*⁴⁸⁷ revela como a cúpula da igreja católica interpretou como legítima as mobilizações realizadas em torno da fome nos primeiros anos da década de 1980⁴⁸⁸. Já no ano de 1985, a CNBB lançaria a sua anual e tradicional Campanha da Fraternidade utilizando o lema “*Pão para quem tem fome*”, convidando os fiéis católicos a refletirem sobre a existência da fome e as graves conseqüências sociais para todo o país.

Nesta mesma linha de denúncias contra a intensificação da fome nacional mobilizaram-se o IBASE, CPT e CEPAC com a organização de um documento intitulado *Genocídio do Nordeste*.⁴⁸⁹ Embora publicado somente em 1986, o objetivo do estudo dos pesquisadores foi denunciar o avanço da fome no país, entre 1979-1983, reservando grande parte das suas análises para o fenômeno das mobilizações populares por comida, ocorridas no ano de 1983.

Outro grupo que divulgou publicamente nota de repúdio à fome brasileira foram as mulheres paulistas do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) – também apelidado de Marchadeiras pela sua franca participação na *Marcha da Família com Deus Pela Liberdade*, ocorrido em São Paulo, às vésperas do Golpe de 1964. As mulheres do MAF divulgaram em setembro de 1983 uma nota oficial, enviada para os jornais paulistas, demonstrando *preocupação* com a expansão da fome no país, sobretudo entre as crianças da região do Nordeste. Em outubro, chegaram a enviar cartas ao presidente

⁴⁸⁴ Ver, por exemplo: Igreja denuncia. *Folha de São Paulo*, 2 de maio de 1983, p.12. Em Carta aberta, a pastoral do Trabalhador da Arquidiocese do Rio de Janeiro denunciava: “Hoje são milhões que passam fome por não encontrarem emprego.”

⁴⁸⁵ Moça diz que padre mandou. *Folha de São Paulo*, 29 de Setembro de 1983, p. 23.

⁴⁸⁶ Montoro tem medo do povo, diz D. Angélico. *Folha de São Paulo*, 17 de Outubro de 1983, p.4.

⁴⁸⁷ CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. São Paulo, Ed. Paulinas. 1984.

⁴⁸⁸ Tal posicionamento ficou registrado no texto base da Campanha da Fraternidade promovida pela CNBB em 1985. Ver: CNBB fará campanha da Fraternidade contra a fome. *Folha de São Paulo*, 2 de Outubro de 1984, p.6.

⁴⁸⁹ CPT – CEPAC – IBASE. *Genocídio do Nordeste*. São Paulo, Ed. Hucitec.1986.

João Figueiredo, que posteriormente as recebeu em encontro oficial para debater sobre temas da política social brasileira, incluindo a fome.⁴⁹⁰

Também em São Paulo, no auge dos levantes populares por alimentos, em Agosto de 1983, o Departamento de Economia da PUC-SP, promoveu uma semana de debates sobre a fome brasileira, em homenagem a memória de Josué de Castro⁴⁹¹ – sob o título de “Semana Josué de Castro”.⁴⁹² Os debates contaram com a participação de representantes de diversos outros institutos, como a Associação Brasileira de Reforma Agrária e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). As conclusões estabelecidas neste encontro científico ficaram registradas no livro *Raízes da Fome*, editado e publicado ainda naquele ano de 1983.

O acúmulo de tragédias ligadas à restrição do acesso à comida fez a fome brasileira superar os debates nacionais e chegar aos jornais internacionais. Em outubro de 1983 a televisão francesa lançou uma campanha nacional pedindo ajuda humanitária para o Brasil. As cenas televisionadas de crianças disputando comida com urubus nos lixões das cidades brasileiras conclamavam o povo francês a doarem dinheiro para as campanhas lideradas pelo Centro Católico Contra a Fome, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nos rádios, nas revistas e nos meios de comunicação de Paris, *o quente era a fome e os saques no Brasil*.⁴⁹³

Também os jornais da Suíça divulgaram matéria sobre a situação crítica de fome experimentada por milhares de famílias brasileiras. O jornalista Wilson Renganelli escreveu em um jornal de Berna, na Suíça:

*Crianças esqueléticas abandonadas em hospitais. Famílias inteiras disputando com urubus um pouco de comida podre nos lixões de Brasília ou do Rio de Janeiro. A fome reina no país e mata centenas de brasileiros. Segundo a ONU, a cada 20 minutos morre uma criança de fome no Brasil.*⁴⁹⁴

⁴⁹⁰ Marchadeiras alertam Figueiredo. *Folha de São Paulo*, 17 de Outubro de 1983, p.4.

⁴⁹¹ Sobre o célebre defensor da luta contra a fome no país. Ver: MAGNO, Tânia Elias (org). *Josué de Castro*. Fundação Miguel de Cervantes, Rio de Janeiro, 2012.

⁴⁹² Encontro registrado pela reportagem: Sem dados atualizados, Brasil ignora tamanho de sua fome. *Folha de São Paulo*, 4 de Setembro, 1983, p. 23. A conclusão destes debates gerou um livro publicado: MINAYO, Maria C. S. (org) *Raízes da Fome*. São Paulo, Vozes/FASE, 1986, 2ª Ed..

⁴⁹³ Café Paris. *Folha de São Paulo*, 16 de Outubro de 1983. Caderno Mulher, pág. 2.

⁴⁹⁴ Suíços não perdoam. *Folha de São Paulo*, 15 de Setembro, 1983. P.10.

Diante desta massiva divulgação da fome brasileira no exterior, o jornalista Claudio Abramo denunciava publicamente os limites da ajuda humanitária dirigida aos brasileiros:

*[as ajudas são positivas] Embora esses famintos e famélicos se espalhem por todo o país, e existam em grande número nas grandes metrópoles, como o atestam os saques (...)*⁴⁹⁵

Na opinião do citado jornalista, os brasileiros deveriam sentir vergonha da existência da calamidade famélica no país:

*“Depois desta campanha, espero que cada brasileiro que venha a Europa se muna de um capuz (...) para viajar por aqui sem ser reconhecido, ou melhor, para não mostrar a face que deveria estar ruborizada – mas certamente não estará.”*⁴⁹⁶

Considerando o número e a frequência dos levantes por comida, Claudio Abramo apontava que a fome fazia o país experimentar conflitos típicos de uma guerra civil:

*O estado que se criou nas grandes cidades brasileiras e eventualmente no Nordeste é o estado de guerra civil (...). Esses homens, mulheres e crianças que praticam seus saques defendem hoje seu direito à comida (...)*⁴⁹⁷

Outra figura pública que comparou a questão da fome brasileira a uma situação de guerra foi o então cardeal arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider. Informado sobre as estatísticas oficiais que previam que cerca de três milhões de pessoas morreriam de fome no Brasil até o ano de 1984, o arcebispo denunciou: *“Nem a guerra do Irã-iraque, considerada uma das mais sangrentas do momento, apresenta este quadro dramático.”*⁴⁹⁸

Foi exatamente naquele contexto de intensas guerras por comida que, em fins do ano de 1983, também o líder do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, afirmou sua trágica previsão para o ano seguinte:

⁴⁹⁵ ABRAMO, Claudio. A França olha nossa fome. *Folha de São Paulo*, 15 de Outubro de 1983, p.35.

⁴⁹⁶ ABRAMO, Claudio. A França olha nossa fome, op. cit.

⁴⁹⁷ ABRAMO, Claudio. A França olha nossa fome, op. cit.

⁴⁹⁸ Igreja prevê morte de três milhões de flagelados até o final de 1984. *Folha de São Paulo*, 24 de Novembro de 1983, p.22.

*Se não fizermos algo rapidamente, em 1984 os saques a supermercados serão uma rotina e não haverá contingente policial suficiente para opor-se à grande massa de desempregados desesperados com a fome de seus familiares.*⁴⁹⁹

O temor apresentado pelo sindicalista e presidente do Partido dos Trabalhadores fora também sinalizado pelos políticos do PDS, em sua bancada carioca, embora com interesse político diverso. O então presidente da seção fluminense do PDS, Moreira Franco, entregou nas mãos do presidente nacional da República, João Figueiredo, um documento intitulado “*Análise da conjuntura social e a previsível redução da oferta de alimentos*”, em 26 de Setembro de 1983.⁵⁰⁰ De acordo com o documento de 10 páginas, os membros do PDS carioca previam uma explosão de violência de “bases anárquicas” para o país, caso fosse confirmada uma redução drástica na produção de alimentos entre os fins do ano de 1983 e ao longo de 1984.

Alertavam os integrantes do PDS que a queda da produtividade nacional de alimentos estava ocorrendo paralelamente a uma nova concentração de renda no país, a qual estaria retomando níveis anteriores ao Milagre Econômico, com os 60% mais pobres da população recebendo apenas 23% da renda, enquanto os 5% mais ricos abocanhavam 35% das riquezas e o 1% mais rico ficava com 15%.

Na previsão do PDS carioca, permanecendo tais condições sociais e econômicas, uma explosão social estava para acontecer a qualquer momento no Brasil, sendo previstos os seguintes fenômenos de descontrole da ordem pública e de oportunismo político:

- a) *Massas famintas invadem armazéns de alimentos e satisfazem suas necessidades, numa escala insusceptível de ser controlada pelas forças das ordens; indivíduos desesperados cometem crimes;*
- b) *Grupos extremistas, de esquerda ou de direita, aproveitam-se das condições sociais propícias para mobilizar multidões ou grupos e desfechar ações de saques em uma escala insusceptível de ser controlada pelas forças das ordens;*⁵⁰¹

⁴⁹⁹ Saques serão rotina em 84, adverte Lula. *Folha de São Paulo*, 3 de Dezembro de 1983. Capa e p.14.

⁵⁰⁰ PDS do Rio diz que há risco de convulsão social. *Jornal do Brasil*, 29 de Setembro de 1983, p. 4.

⁵⁰¹ PDS do Rio diz que há risco de convulsão social. *Jornal do Brasil*, op. cit.,

Diversos outros grupos organizados demonstraram a mesma preocupação com a manutenção da ordem pública, como por exemplo, associações de empresários comerciais de São Paulo. Diante da intensificação das lutas populares por comida, grande parte do empresariado preferiu ressaltar a necessidade da defesa da propriedade privada, em detrimento de estabelecer um debate franco sobre a existência da fome popular:

*A diretoria da Associação Comercial de São Paulo sente-se no dever de alertar às autoridades para o risco que corre a autonomia do Estado de São Paulo se não se conseguir encontrar modos e fórmulas (...) para defender a propriedade e manter a ordem pública.*⁵⁰²

Os editoriais da grande imprensa – os mesmos que denunciavam a existência de grupos famélicos – confirmaram as resistências de setores mais abastados que não aceitavam aprofundar os debates sobre a fome no país. Vide, por exemplo, a posição do editorial do *Jornal do Brasil* em relação ao aumento das investidas populares em busca de alimentos, no Rio de Janeiro, em setembro de 1983:

*A restauração da ordem deve ser feita com energia (...) A proteção da propriedade privada constitui, assim, dever primordial do poder público. Através da polícia (...), o poder do Estado deve punir exemplarmente os responsáveis por estas manifestações.*⁵⁰³

Também *O Globo* relegou para segundo plano os debates sobre as razões da fome popular e a ação política em torno de como lidar com os saques, preferindo o imperativo da defesa da propriedade privada:

*“Ouvir-se (...) justificar os saques a estabelecimentos comerciais com a alegação de que os saqueadores têm fome dá bem a medida do quanto podem a demagogia (...) concorrer para agravar o quadro de tensões. (...) Os saques são atos de apropriação violenta e indébita de terceiros (...). A propriedade tem que ser garantida. (...) Os delinqüentes tem que ser punidos (...).”*⁵⁰⁴

O contraste das opiniões sobre a legitimidade ou ilegitimidade das lutas populares por comida. Ao contrário dos editoriais do *Jornal do Brasil* e do *O Globo*, o Bispo Dom

⁵⁰² *Diário do Congresso Nacional*. Sessão II. Senado Federal. 6 de Abril de 1983, p.718.

⁵⁰³ Ordem ameaçada. *Jornal do Brasil* (RJ). 9 de Setembro, de 1983. 1º caderno. P. 8.

⁵⁰⁴ Editorial. *O Globo*, 30 de Setembro de 1983. Citado por *Folha de São Paulo*. 2 de Outubro, 1983. P.5.

Aloísio Lorscheider já havia realizado declaração pública, através das emissoras de rádios de Fortaleza, afirmando que as populações famélicas tinham o direito de pegar à força, nos armazéns públicos e privados, os alimentos necessários para a sua sobrevivência. Na opinião do Bispo, os chamados *saques* estariam bem longe de ferir o 7º mandamento divino – não roubarás:

*Encontrando-se a pessoa em extrema necessidade ela pode licitamente apropriar-se da quantidade de bens materiais que os outros seriam obrigados a lhe dar por dever de caridade.*⁵⁰⁵

Como era de se esperar, o próprio Presidente da República, João Figueiredo, em seu discurso, realizado em função do aumento das investidas populares em São Paulo, também demonstrou preferência pelas palavras a favor da manutenção da ordem pública:

Os atos de vandalismo, que alarmaram a Nação, atentam, antes de tudo, contra a ordem democrática que nos cumpre preservar. (...) Não tolerarei, contudo, que reivindicações, a qualquer pretexto, se traduzam em atos de violência ou perturbação da ordem e da tranqüilidade pública. 506

Ressalta-se, no entanto, que tais pronunciamentos proferidos pelo empresariado brasileiro e pelas autoridades públicas nacionais demonstram que a luta imposta pelos grupos famélicos abriram maiores espaços para os debates em torno da fome no Brasil – ainda que a contragosto e sofrendo a resistência dos grupos mais abastados. Foi a partir dos conflitos por comida que, em contrapartida, a legitimidade da luta contra a fome pode ser assumida publicamente, como uma causa a ser apoiada, por aqueles que se colocavam politicamente contra o problema.

Certo é que, enquanto alguns resistiam a aceitar a existência da fome, outros aproveitaram a oportunidade para denunciar a crise famélica brasileira, como por exemplo, também foi caso dos Senadores que faziam oposição ao PDS no Congresso Nacional. Os senadores de oposição passaram a usar a questão famélica em seus discursos para criticar o governo ditatorial e suas políticas econômicas.

Veja por exemplo o discurso do Senador Humberto Lucena (PMDB/PB), em defesa da legitimidade das lutas por comida ocorridas em São Paulo: *Sem dúvida alguma, é a onda de*

⁵⁰⁵ D. Aloísio considera legítimo saque atual. *Folha de São Paulo*, 10 de Março de 1981, p.5.

⁵⁰⁶ Discurso de 14 de Março de 1983. Discursos do Presidente João Figueiredo. *Biblioteca da Presidência da República*. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/Discursos%20v5%201983.pdf>

*desemprego, de fome, que vem na esteira da recessão, que causa tudo isto, não só em São Paulo, como em outras cidades brasileiras.*⁵⁰⁷

Já o Senador Pedro Simon (PMDB/RS) aproveitou o ensejo dos debates a respeito do não pagamento da dívida externa para legitimar a insurreição popular diante da fome: *Está aqui o PMDB a defender a moratória, e o Sr. Dr. Delfim Netto, no alto da sua pirâmide, a dizer que pagará até o último centavo aos bancos internacionais, ainda que morram de fome milhões de brasileiros, ainda que a insurreição possa acontecer neste País.*⁵⁰⁸

Outros Senadores, como Hélio Gueiros (PMDB-PA), se utilizaram da fome para questionar o princípio da Lei de Segurança Nacional, ainda vigente no Brasil de regime autoritário militar:

*Caso de segurança nacional, o Sr. Chefe da Casa Militar, deveria saber, é a situação que foi levada sábado na televisão pela TV Globo, quando ela mostrou criancinhas chorando, numa cidade distante apenas 71 quilômetros da cidade de Fortaleza. Essas criancinhas choravam, gritavam, berravam, e a repórter perguntava à mãe delas por que elas estavam chorando e ela dizia que estavam chorando porque estavam com fome, não tinham o que comer.*⁵⁰⁹

Como podemos perceber, somente após ameaçar a ordem pública, gerando conflitos e tragédias nacionais, a fome começara a ser exposta francamente nas mesas de negociação política do país, ainda que continuasse a ser apresentada como uma opção de um cardápio muito amargo. A força com que os famintos nacionais reivindicavam acesso à comida deixava claro que não havia mais espaço para a aceitação das velhas desculpas – a seca do Nordeste ou o desemprego do Sudeste, por exemplo – muito embora alguns discursos tenham insistido no vazio deste tipo de argumento político. Como até aqui foi exposto - a ameaça real imposta pelos *levantes* populares levaria muitas autoridades políticas e representantes de diversos segmentos sociais a terem que *se posicionar* abertamente sobre os milhares de casos de restrição ao acesso à comida no Brasil. Seguindo o curso deste processo, podemos dizer, sem exagero algum, que em fins do ano de 1983, a questão da fome já estava incluída na pauta das discussões políticas mais latentes incorporadas pela sociedade brasileira, dentro do contexto mais amplo das lutas

⁵⁰⁷ *Diário do Congresso Nacional*. Sessão II. Senado Federal. 6 de Abril de 1983, P. 720

⁵⁰⁸ *Diário do Congresso Nacional*. Sessão II. Senado Federal. 12 de Agosto. 1983. P. 3338.

⁵⁰⁹ *Diário do Congresso Nacional*. Sessão II. Senado Federal. 16 de Agosto. 1983. P. 3379.

políticas pela redemocratização – sobretudo, como veremos a seguir, entre os grupos organicamente ligados às próprias populações famélicas do país.

2.4 – ORGANIZANDO PARA ENFRENTAR FOME

Durante o ano de 1983, para além dos levantes contra supermercados, armazéns públicos, etc., muitas outras estratégias foram encontradas pelos grupos populares brasileiros para superar a condição da fome. Embora nem sempre tenham causado o mesmo alarde público, tais mobilizações, por meio de ações coletivas organizadas, também denunciaram a persistência das condições de penúria, revelando outros meios de superá-los.

Com já se afirmou, em Setembro de 1983, os jornais noticiavam que o salário mínimo não dava nem para comer, de acordo com os dados fornecidos pela pesquisa do DIEESE, realizada naquele ano. Diante desta grave realidade, alguns movimentos sociais passaram a incorporar debates sobre questão do avanço da fome no país. De fato, em um país no qual a fome tradicionalmente foi um problema velado e ocultado, chama a atenção o esforço promovido por algumas organizações populares para enfrentar a generalização das condições famélicas entre milhares de famílias brasileiras, naquele ano de 1983.

Tanto no meio rural como no meio urbano, organizações como a CUT, CNBB, ACO, CONTAG, Sindicatos, Partidos políticos, CEBs, Associações de bairros, Pastorais, etc, atuaram conjuntamente, muitas vezes, na formatação de uma maior consciência política entre os moradores do campo e das cidades:

*Foi a partir de 1982, (...) que trabalhadores rurais, líderes sindicais, agentes de pastoral, representantes diversos do movimento popular, bispos e assessores começaram a reunir-se para discutir (...)*⁵¹⁰

É dentro deste contexto de crescimento da aproximação orgânica entre lideranças dos mais diferentes movimentos da sociedade civil e trabalhadores que podemos compreender as mobilizações políticas organizadas a partir da *imprensa alternativa*, tanto nas cidades como no meio rural, denunciando o avanço da fome brasileira, principalmente durante todo o ano de 1983. Através destes periódicos, as populações famintas também expressaram muitas de suas experiências, contribuindo cada vez mais para a politização do problema da fome no país.

⁵¹⁰ *Genocídio do Nordeste*. CPT – CEPAC – IBASE. Ed. Hucitec.1983. P. 7.

Dentre os vários jornais *organicamente populares* que denunciaram abertamente a existência da fome em 1983, podemos identificar, entre outros: Jornal *Disparada* (RN); Jornal *O Posseiro*, Santa Maria da Vitória, Bahia; Jornal *Grita Povo*, Região de São Miguel (SP); *Jornal Alternativa*, Teresina-PI; *O Noticiário* – Boletim informativo da Pastoral Operária de Fortaleza; Jornal *O Grito da Terra*, de Feira de Santana, Bahia; *Jornal O Grito do Nordeste* da Pastoral Cristã Rural, de Recife, PE; Jornal *Construir, voz dos trabalhadores*, de Recife, Pernambuco; *Ferramenta* – Boletim da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória- ES; Jornal *SEM TERRA* – Editado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em Porto Alegre/RS; Boletim *Pastoral Operária de Itabira* – MG; *A Voz do Trabalhador Rural*–Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão (MA); *Boletim da Associação dos Moradores da Zona Norte de São Paulo*; Jornal *Favelão*– Favela do Vidigal, Rio de Janeiro; Jornal *O mensageiro do Vidigal*, RJ; Boletins do *Movimento Custo de Vida*, editados em São Paulo e Goiás; Órgão Informativo do *Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu*.

Diversas foram as estratégias criadas ou reelaboradas para fazer desta *imprensa alternativa* um canal capaz de dar maior visibilidade para a fome brasileira. Neste sentido, foi possível observar, com muita clareza, as seguintes estratégias nas matérias produzidas por estes periódicos: a divulgação dos atos de protesto e levantes por comida, ocorridos em âmbito nacional; a elaboração e publicação de quadros comparativos que acompanhavam a diferença entre o valor dos salários e o preço dos gêneros alimentícios e do custo de vida, em geral; o envio e a publicação de cartas de trabalhadores, relatando as péssimas condições de sobrevivência da população; a elaboração e a publicação de entrevistas com pessoas que conviviam com a fome; a realização de encontros coletivos para debater o tema da fome e do custo de vida; a elaboração e divulgação de manifestos públicos; a denúncia das condições estruturais econômicas e políticas que contribuía para a manutenção e expansão da fome no país.

Importante dizer, o ambiente histórico no qual tais denúncias contra a fome foram produzidas esteve claramente caracterizado pelas lutas populares em busca da redemocratização brasileira. As lutas e denúncias contra a fome foram realizadas em conjunto com a reivindicação de diversos outros direitos sociais e políticos em tempos de ditadura militar. A fome aparece aqui, portanto, como uma questão social atrelada às lutas contra a falta de liberdade política, os desmandos latifundiários, os assassinatos das lideranças trabalhistas, a luta pela reforma agrária e pela elevação dos salários dos trabalhadores, etc. Representa, na verdade, uma parcela das grandes lutas encampadas por

segmentos da população brasileira que vinham se posicionando a favor da redemocratização política, como por exemplo, através da luta pela Anistia, pelo Pluripartidarismo, fim da censura, bem como pelo retorno às eleições livres e diretas no país, sem dissociar de movimentos pela ampliação dos direitos sociais básicos.

Um resultado objetivo destas mobilizações, sobretudo no meio rural, pode ser avaliado através do aumento do número de trabalhadores sindicalizados no período: *Com efeito, a taxa de sindicalização dos trabalhadores rurais, no Nordeste, subiu de 20,7, em 1970, para 67,3%, em 1979, superando a taxa do Sudeste que, nesse mesmo ano, não passou de 60%.*⁵¹¹

De fato, as mobilizações coletivas contra a fome demandaram grandes ações de solidariedade social, atos públicos e muitos protestos políticos organizados no meio rural e também em grandes centros urbanos, no interior dos quais forjaram a compreensão de novos direitos e encaminharam publicamente a reivindicação dos mesmos. Algumas destas reivindicações de cunho coletivo, organizadas pelos movimentos sociais, sindicais, religiosos, partidários, etc, merecem ser lembrados.

Durante o 3º Congresso de Jovens trabalhadores, realizado por diversas Pastorais Operárias Católicas, entre 20 de Abril e 20 de maio de 1983, os trabalhadores denunciaram que estavam passando muitas necessidades, exigindo: “*Salário mínimo unificado para todas as regiões, e que seja suficiente para o trabalhador sustentar sua família de acordo com as suas necessidades básicas.*”⁵¹²

Alguns meses depois, a Associação dos Moradores da Zona Norte de São Paulo organizou-se para debater a expansão da carestia no seio das famílias nos bairros da periferia. Neste sentido, foi realizada uma passeata pelas ruas da cidade, culminando em um encontro na Igreja do Sítio de Piqueri - SP, para discutir a situação dos trabalhadores operários urbanos. Em carta aberta, repudiaram a política econômica do governo federal que trazia como conseqüência os baixos salários e a fome para grande parte da população brasileira.⁵¹³

Por volta do mesmo período, no Rio de Janeiro, uma das opções encontradas pela população mais pobre para superar a fome e o alto preço dos alimentos foi, muitas vezes, a tentativa de produzir algum tipo de horta nas áreas adjacentes aos barracos construídos nas favelas e periferias da cidade. Na sua edição de Agosto de 1983, *O Favelão* trouxe

⁵¹¹ Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil. CNBB. Ed. Paulinas. 1984. P. 28.

⁵¹² 3º Congresso dos Jovens Trabalhadores. *Boletim Nacional das Pastorais Operárias Católicas*, nº 8 abr/maio de 1983.

⁵¹³ *Boletim da Associação dos Moradores da Zona Norte de São Paulo*. Outubro, 1983.

uma entrevista com o senhor Carlos Souza, então presidente do Centro Comunitário da favela Parque Alvorada: *"Se tudo correr bem, ainda neste ano, nós pretendemos fazer uma horta comunitária"*.⁵¹⁴

Um dos moradores daquela favela, localizada no bairro de Inhaúma, confirmava que a produção de hortas constituía uma possibilidade real para a garantia da sobrevivência popular. Além disso, ressaltava a necessidade dos laços de solidariedade coletiva no momento da fome: *"Lá em casa a gente planta com prazer, mas o que se colhe dá para o consumo da família e de alguns vizinhos que pedem. E a gente dá, não vende."*⁵¹⁵

No entanto, o próprio crescimento das favelas tornava-se, muitas vezes, um empecilho para a prática da horta comunitária. Um morador reclamou exatamente da destruição de sua horta particular devido ao crescimento do número de casas construídas nas favelas de Inhaúma. E de acordo com o morador, sua horta era destinada justamente para a produção de alimentos a serem vendidos a preços baixos naquela região.⁵¹⁶

Outra opção experimentada pela população carioca para driblar a alta dos preços foi o estabelecimento de cooperativas, voltadas para a compra coletiva de alimentos diretamente no CEASA. Os jornais comunitários editados no ano de 1982 já relatavam a prática entre os moradores da favela do Vidigal:

*A cooperativa está na atividade. Quando os alimentos chegam, vamos para a Associação dividir entre as pessoas que participaram. Vem batata comum e doce, cenoura, cebola, tomate, chuchu, aipim, vagem, alface, pimentão, laranja, bananas, melancia, abacaxi, mamão e limão*⁵¹⁷

Podemos perceber, por exemplo, que a associação de moradores procurou estimular as famílias a se organizarem para realizar as compras, demonstrando as possibilidades de se comprar alimentos mais baratos:

Nossa cooperativa de alimentos continua sendo realizada todas as semanas e para participar basta procurar sua associação de moradores. Com a colaboração de apenas 1.200,00 para receber sua cesta cheia de frutas, legumes e verduras variados. Um frango e uma dúzia de ovos. (...) quanto mais

⁵¹⁴Favelão, Centro Comunitário da Favela do Vidigal, Rio de Janeiro, agosto de 1983, p.3.

⁵¹⁵Favelão, Agosto, 1983. P.3

⁵¹⁶Favelão, Agosto, 1983. P.11.

⁵¹⁷O mensageiro do Vidigal, Fevereiro, 1982.

*participantes melhor. A cesta ficará mais variada e poderemos incluir arroz, feijão, carne, etc.*⁵¹⁸

A antecipação aos atravessadores e aos revendedores dos produtos alimentícios era uma necessidade estratégica em tempos de altíssima inflação. Os moradores do Bairro do Guará, em Brasília, também reclamavam exatamente da alta dos preços das feiras locais devido ao grande número de atravessadores: *O fato é que (...) o mais importante fator de elevação dos hortigranjeiros parece ser o atravessador. (...) pelo menos é no atravessador que o varejista põe a culpa.*⁵¹⁹

A constatação da alta dos preços dos produtos hortigranjeiros causava revolta em um período em que os salários estavam ficando cada vez mais defasados diante da inflação ascendente: *“Afim são poucos os que suportam um aumento de 100 cruzeiros para 400 no quilo da batatinha e de 150 para 600 cruzeiros no quilo da cenoura. Na hora de passar pelo caixa vale o bolso e não o gosto.”*⁵²⁰

O resultado da diferença entre o crescimento dos preços alimentícios e a decadência dos salários era uma população que se tornava mal alimentada: *“E o consumidor se vê cada vez mais privado dos alimentos que o organismo necessita (...) a ponto de forçar uma mudança nos hábitos e dietas no brasileiro.”*⁵²¹

Uma outra saída imaginada pela população para garantir uma alimentação mais adequada foi a luta pelo tabelamento de preços. Em Setembro de 1983, representantes das Associações das Donas de Casas do bairro do Guará, em Brasília, juntaram-se a outras representantes vindas de São Paulo para pressionar o então Secretário Especial de Abastecimento e Preço, Milton Dalari, no sentido de fazer o governo aplicar um tabelamento no preço de 100 produtos considerados essenciais para as famílias do país.⁵²² Esta seria a culminância de um movimento já iniciado no mês anterior, quando as donas de casa de São Paulo voltaram a sair às ruas, batendo pratos e panelas de alumínio, para criticar o aumento do custo de vida e a carestia. Organizadas em torno da Pastoral Operária do Bairro Ipiranga, as donas de casa gritavam em cima de caminhões em coro: *“Já chega de pobreza, comida em nossa mesa.”*⁵²³

⁵¹⁸ *O mensageiro do Vidigal*, Março / Abril, 1982.

⁵¹⁹ *Jornal do Guará, Maio*, 1983. P.10.

⁵²⁰ *Jornal do Guará, Maio*, 1983. P.10

⁵²¹ *Jornal do Guará, Maio*, 1983. P.10

⁵²² *Jornal do Guará*, Setembro, 1983, P.4. Ver também: *Jornal Folha de São Paulo*, 24 de Setembro, 1983. P.11.

⁵²³ Donas de casa protestam em São Paulo contra a carestia. *Jornal do Brasil*, 21 de Agosto de 1983. P.9.

De fato, a iniciativa de proprietários de supermercados em aderir ao tabelamento de preços reivindicado pela população foi um precioso chamariz utilizado por empresários para atrair uma população desesperada com o aumento do custo dos alimentos mais básicos. Por exemplo, o Supermercado Baratão no bairro do Guará, em Brasília, promoveu uma grande oferta oferecendo aos consumidores a possibilidade de comprar qualquer alimento hortigranjeiro ao preço de 100,00 cruzeiros o quilo, valor que equivalia ao preço da verdura mais barata. A procura passou a ser tão intensa que acelerou consideravelmente o tempo de circulação entre a chegada e a saída das mercadorias. Isso significava então que, ao oferecer preços mais baratos, o supermercado passou a vender mais e, ainda, ter um menor desperdício de mercadorias. Mas para que houvesse o tabelamento e a redução dos preços foram necessárias algumas perdas coletivas, como o não oferecimento de sacolas para os consumidores e a aceitação de que as margens de lucros estariam bastante reduzidas.⁵²⁴

A rede de supermercado Carrefour também se utilizou da tática de tabelamento de preços para atrair uma população sedenta de alimentos a preços baixos. Com a promoção intitulada de “Os intocáveis”, foram tabelados os preços de 67 produtos, inclusive de alimentos e bebidas. A corrida frenética dos consumidores ao estabelecimento fez o Carrefour alcançar o primeiro lugar no *ranking* de vendas entre os supermercados de todo o país. E de acordo com o gerente da rede de supermercados, a única forma possível de se obter tal garantia ao consumidor foi aceitando diminuir consideravelmente a margem de lucro sobre estes produtos.⁵²⁵ Ainda assim, vale ressaltar, o próprio presidente da ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), João Carlos Paes Mendonça, reconhecia que os supermercados brasileiros já abocanhavam naquela altura 55 % do mercado de abastecimento de alimentos no país, possuindo faturamento conjunto na casa de 1,5 trilhões de cruzeiros anuais.⁵²⁶

Obviamente, que nem sempre os comerciantes rebaixaram os preços e aceitaram diminuir seus lucros por vontade própria. Pesou no cálculo, provavelmente, a existência de uma população faminta investindo e ameaçando estabelecimentos comerciais em várias partes do país. E isto, certamente, poderia obrigar – vez ou outra – o rebaixamento forçado dos preços, nos casos em que os proprietários se sentissem ameaçados ou indefesos frente aos levantes populares por comida.

Em outras situações, foram os atravessadores que lucraram e especularam com a fome da população, generalizando as péssimas condições de sobrevivência que beiravam a

⁵²⁴ *Jornal do Guará*, Setembro, 1983. P.11.

⁵²⁵ *Jornal do Guará*, Setembro, 1983. P.11.

⁵²⁶ CPI da Fome, 1981, Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXXVII, Suplemento ao Número 173. Sábado, 4 de Dezembro, 1982. Pág. 63.

calamidade pública. Essa era a constatação a que chegaram muitos colonos produtores do Acre, para quem grande parte da produção de milho, arroz e feijão daquela região estaria paralisada nas mãos dos produtores, uma vez que os atravessadores “preferem importar o produto de Rondônia que lhes oferece lucros astronômicos” (...). Por essa razão, eles concluíram que os atravessadores eram os “responsáveis diretos pela alta desenfreada do custo de vida.”⁵²⁷

Os produtores de alimentos do estado do Acre alegavam estar diante de uma bancarrota total. Não conseguiam saldar suas dívidas contraídas com os bancos, uma vez que eram boicotados pelos atravessadores e não tinham como vender os alimentos produzidos com dinheiro adquirido por meio de empréstimos e financiamentos bancários.

Enquanto os atravessadores obtinham altíssimos lucros, a população da capital Rio Branco passava fome: “Em entrevista com a população dos nossos bairros periféricos, constatou-se a situação dramática das famílias que há muito tempo sobrevivem á custa de apenas uma refeição por dia.”⁵²⁸

A insuficiência alimentar atingia não apenas a população periférica, mas também a classe média das capitais brasileiras,⁵²⁹ inclusive em Rio Branco/AC: “O consumo de frutas e legumes (...) que há tempo sumiu do cardápio do consumidor da classe baixa, diminuiu sensivelmente no consumo diário da classe média, restringindo-se ao cardápio do fim de semana.”⁵³⁰

De fato, algumas entrevistas de donas de casa confirmavam a situação desesperadora de muitas famílias de Rio Branco, diante do alto custo de vida: “A gente não morreu de fome porque é teimoso e confia muito em Deus. Mas do jeito que o custo de vida está, vai ser duro sobreviver”⁵³¹

Para se ter uma idéia do tamanho da especulação inflacionária impostas à população esfomeada de Rio Branco, basta observar uma comparação com os preços dos alimentos vendidos em São Paulo, de acordo com o Serviço Nacional de Informação de Mercado Agrícola (SIMA):

⁵²⁷ Agricultores em desespero querem vender produção. *Diário do Acre*, 20 de Janeiro de 1983. Capa.

⁵²⁸ Custo de Vida: Massacre do Consumidor. *Diário do Acre*, 19 de Janeiro de 1983. P.4.

⁵²⁹ Sobre a crise enfrentada pela classe média nas grandes capitais brasileiras, ver: Classe média sai do paraíso para enfrentar inflação. *Jornal do Brasil*, 14 de Agosto de 1983. P.25

⁵³⁰ Custo de Vida: Massacre do Consumidor. *Diário do Acre*, 19 de Janeiro de 1983. P.4.

⁵³¹ Custo de Vida: um golpe mortal no estômago do consumidor. *Diário do Acre*, 22 de Junho, 1984. P.4.

Produtos	R.Branco	S.Paulo
Tomate	Cr\$-500,00	Cr\$- 48,0C
Cebola	" 450,00	" 75,0C
Cenoura	" 500,00	" 40,0C
Batata	" 500,00	" 17,0C
Beterraba	" 600,00	" 100,0C

Tabela 2.1 Fonte: *Diário do Acre*, Rio Branco, 19 de Janeiro de 1983, p.4.

Diante de tamanha especulação com os preços dos alimentos, uma moradora do bairro de Triângulo Novo, típico bolsão de miséria da capital acreana, alegava que o salário ganho pelo marido, um pedreiro autônomo, já não sustentava a alimentação da família há algum tempo: *“Como é que eu vou poder dar leite, verduras e frutas com o salário que meu marido ganha? A gente há muito tempo não vê essas coisas por aqui.”*⁵³²

A situação das famílias desempregadas era ainda pior. Diante da falta de emprego, um ex-seringueiro que foi tentar uma vida melhor na capital questionava: *“Como posso dar de comer à mulher e aos filhos ganhando apenas uns biscates de 5 mil cruzeiros por semana?”*⁵³³

Questionado se seria melhor voltar para os seringais, o ex-seringueiro afirmava que no campo a concentração de terras somente favorecia a exploração de sua família pelos ricos: *“fome por fome eu fico aqui na cidade.”*

Enquanto o trabalhador não conseguia emprego fixo, o pouco dinheiro ganho com os biscates garantia apenas uma única pobre alimentação no dia, resultando em anemia e desnutrição de toda a família: *“Com isso a gente come lá em casa uma vez por dia e olhe lá. É um arrozinho cozido com uma lata de sardinha acompanhada de um pouco de farinha. A meninada tá todinha anêmica por falta de bóia boa.”*⁵³⁴

Em entrevista, Iraci Dantas, uma mulher pernambucana de 33 anos, migrante recém chegada do município de Souza-PE, explica por que prefere morar em um barraco sob um viaduto na Vila Maria, na capital paulista, a permanecer no Nordeste: *“No trânsito, as crianças sempre conseguem alguma coisa.”*⁵³⁵

Passando a morar em barracos sob os viadutos da cidade, os migrantes nordestinos explicam ao repórter a diferença entre duas realidades: no nordeste era *“fome braba”* e *“São Paulo? São Paulo é o céu!”* De acordo com os entrevistados, oportunidades de sobrevivência apareciam na metrópole, ainda que sob imprevisto, e em precárias condições, os homens catavam papelão e as crianças pediam dinheiro no trânsito. Neste

⁵³² Custo de Vida: um golpe mortal no estômago do consumidor. *Diário do Acre*, 22 de Junho, 1984. P.4.

⁵³³ A crise e a difícil arte de sobreviver. *Diário do Acre*, 15 de Novembro, 1983. P.4

⁵³⁴ A crise e a difícil arte de sobreviver. *Diário do Acre*, 15 de Novembro, 1983.P.4.

⁵³⁵ Flagelados chegam direto às favelas da Vila Maria. *Folha de São Paulo*, 2 de Setembro, 1983.p.16.

sentido, algumas famílias nordestinas conseguiram encontrar soluções de emergência para fugir da fome, após chegar às grandes cidades.

É bom que se diga que estas saídas de emergência tornaram-se cada vez mais necessárias para a sobrevivência de muitas famílias nas metrópoles brasileiras, no início da década de 1980. Isso porque o desemprego alcançava índices altíssimos no início do ano de 1983 e as chances de um chefe de família encontrar algum emprego formal nas metrópoles do sudeste era bastante remota. Ainda mais quando se tratava de um migrante nordestino recém chegado, geralmente semi alfabetizado ou completamente analfabeto e sem outra experiência de trabalho além da agricultura de subsistência.

As ofertas de emprego que surgiam esporadicamente nos centros urbanos eram disputadas, de forma feroz e desesperadora, por todos os milhares de desempregados. A revista *Veja* ressaltou em uma de suas reportagens o que acontecia quando alguma oferta de emprego era oferecida em cidades como o Rio de Janeiro ou em São Paulo, no ano de 1983:

*3000 desempregados marcharam sob o numero 435 da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Dentro do prédio, centenas de pessoas tentavam alcançar o escritório (...) que ofertara emprego. Frustrada, a multidão promoveu um quebra-quebra (...). Em São Paulo, na mesma manhã, 3000 desempregados convergiram para o Departamento de seleção e treinamento da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (...)*⁵³⁶

A situação destes chefes de famílias desempregados, que não tinham como alimentar seus filhos levava, muitas vezes, ao desespero completo. Por isso, em alguns casos a solução foi voltar imediatamente para a cidade natal, contando com a solidariedade de amigos e familiares. Por exemplo, no município de Arara, na Paraíba, mais de 60 trabalhadores se reuniram para produzir no roçado de um companheiro que estava para voltar de São Paulo com toda a sua família, uma vez que na grande metrópole o migrante estaria *muito aperriado* com um salário de apenas 35 mil cruzeiros por mês para sustentar esposa e três filhos.⁵³⁷

Mas também nas cidades, grupos familiares lançaram mão de estratégias de sobrevivência baseadas na solidariedade. Uma das formas de sobrevivência encontrada pelas famílias desempregadas paulistas foi catar restos e sobras de alimentos vendidos nas feiras da cidade. Organizando refeições comunitárias realizadas em baixo de viadutos da metrópole, os

⁵³⁶ Revista *Veja*, edição 763, 20 de Abril, 1983.

⁵³⁷ Os amigos escrevem. *Grito do Nordeste* Março / Abril, 1983. P. 2.

chamados “sofredores de rua” passaram a fazer sopas destes restos de alimentos desprezados pelos feirantes, distribuído-as gratuitamente para as famílias que não tinham condições de fazer suas próprias refeições por falta de dinheiro. Em geral, estes “sofredores de rua” sobreviviam trabalhando como catadores de papelão, morando em barracos de madeira construídos debaixo dos viadutos da capital. Contando inicialmente apenas com o apoio de alguns grupos de religiosos, voltados para a prática filantrópica, os “sofredores de rua” organizaram-se para promover encontros comunitários, nos quais debatiam suas condições de vida e criaram soluções práticas capazes de solucionar suas dificuldades diárias.⁵³⁸

No dia 7 de Setembro de 1983, dia nacional da Independência, os “sofredores de rua” saíram debaixo dos viadutos em passeata pelas ruas da capital paulista, cantando músicas e carregando cartazes, exigindo entre outras coisas, direito ao salário desemprego, moradia e alimentação digna:

*“A maioria dos participantes da passeata tinha o rosto contraído, aparentavam estar subnutridos (...). Carregavam faixas feitas com pedaços de papelão, pregados em pedaços de madeira, com dizeres referentes aos seus principais problemas.”*⁵³⁹

Outro movimento que chamou bastante atenção durante todo o mês de Setembro, na capital paulista, foi o Acampamento dos Desempregados, no Parque do Ibirapuera, propositalmente alocado em frente à sede da Assembléia Legislativa e do SINE (Sistema Nacional de Empregos). Durante aproximadamente 35 dias, cerca de 411 desempregados paulistas – com apoio do PT, diversos sindicatos, grupos religiosos, etc – decidiram permanecer acampados no parque público reivindicando serem incluídos em alguma oportunidade de emprego oferecida pelo poder público estadual ou federal. Muitos alegavam estar passando fome e não ter condições de alimentar a sua família diante do alto custo de vida. Durante o acampamento, foi comum os acampados receberem doações de alimentos obtidos por vários grupos políticos, religiosos e associações de bairros. Já em meados do mês de Setembro, o movimento chegou a arrecadar cerca de duas toneladas de alimentos, estocados no diretório do PT, no bairro Jardim América. De acordo com os líderes do movimento, a origem dos alimentos seria doações principalmente realizadas: *“pela igreja, sindicatos, empregados da Pirelli, partidos políticos, além do PT, PMDB e PTB.”*⁵⁴⁰

⁵³⁸ Sofredores organizam-se nas sopas sob viadutos. *Folha de São Paulo*, 26 de Agosto, 1983. P.13.

⁵³⁹ 500 sofredores de rua fazem passeata no centro. *Folha de São Paulo*, 8 de Setembro, 1983. P. 13.

⁵⁴⁰ PT estoca em Pinheiros alimentos dos acampados. *Folha de São Paulo*. 28 de Setembro, 1983. P.15.

A distribuição diária gratuita de alimentos fez com que muitos membros das famílias desempregadas comparecessem ao acampamento com o objetivo de conseguir fazer as refeições do dia. Assim, uma dona de casa, Emília R. J. Bispo, justificava o envio de seus filhos e do marido diariamente para o acampamento do Ibirapuera: *“Lá pelo menos tomam café, almoço, jantar e lanche e aqui sobra uma coisinha para os outros.”*⁵⁴¹

Segundo o próprio cozinheiro do acampamento, eram fornecidas diariamente, em praça pública, para as famílias cadastradas, cerca de 400 refeições, contendo: *“Arroz, feijão, frango cozido, maionese, macarrão, além de verduras. E no jantar, sopa, feijão e arroz.”*⁵⁴²

Para se compreender o que significava esta farta distribuição de alimentos diante do desespero de muitas destas famílias esfomeadas acampadas no Ibirapuera, basta dizer que o marido de Dona Emília sofreu um enfarte fulminante, no exato momento em que recebeu a carta de oferta de emprego oferecida pelo SINE, sendo internado em uma UTI, permanecendo em estado gravíssimo. Desempregado por mais de um ano, o pedreiro R. Bispo esteve acampado por 15 dias no Ibirapuera, junto com seus dois filhos mais velhos. Já havia, inclusive, vendido uma televisão para obter dinheiro para comprar arroz e feijão, além de poder pagar as passagens da condução de casa para o acampamento. Em termos de sobrevivência, a situação de sua família já estava no limite. Sua esposa obtinha parte da alimentação familiar pedindo pão velho na padaria local. E quando soube da oferta de emprego: *“Foi a aflição, a emoção que matou ele.”*⁵⁴³

Mas a oferta de alimentos disponíveis no acampamento sofreu uma redução crítica na fase final das mobilizações. E nos períodos em que os alimentos não chegavam, viu-se a fome trazer fortes desentendimentos e conflitos entre os acampados. Para sanar o problema, algumas campanhas de doações de alimentos foram estimuladas pelos líderes do acampamento: *“A campanha será feita (...) solicitando de casa em casa um quilo de qualquer tipo de gênero alimentício. Quando os alimentos começarem a chegar, as coisas se normalizarão e ânimo do pessoal voltará a ser o mesmo.”*⁵⁴⁴

⁵⁴¹ Desempregado tem enfarte após receber oferta de trabalho. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro, 1983. P.15.

⁵⁴² Com a chuva, acampados dormem em casa. *Folha de São Paulo*, 19 de Setembro de 1983. P.10.

⁵⁴³ Desempregado tem enfarte após receber oferta de trabalho. *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro, 1983. P.15.

⁵⁴⁴ Clima passa de cordial a tenso entre os acampados. *Folha de São Paulo*, 4 de Outubro, de 1983. P.17.



Imagem 2.6 Fonte: Revista Senhor, 28 de Setembro, 1983. IN: Resenha, Nº 54, 03 de Outubro de 1983. P.8.

Quando as barracas foram desmontadas, após a promessa da inclusão de mais de 100 trabalhadores no programa do SINE, as famílias ainda desempregadas passaram a ser alimentadas com o dinheiro vindo da solidariedade alheia. Grupos religiosos – católicos, israelitas, espíritas e evangélicos – comprometeram-se a criar um esquema de associação voltada para a partilha comunitária – semelhante ao sistema implementado na paróquia do Parque Santa Madalena, onde famílias empregadas ficavam responsáveis pela alimentação das famílias desempregadas.⁵⁴⁵

De fato, desde junho de 1983, no bairro paulistano Parque Santa Madalena, a organização e a criação de estratégias de solidariedade tornaram-se dinâmicas essenciais para garantir a alimentação da população desempregada. A fome enfrentada por muitas famílias levou os paroquianos a organizarem um sistema de ajuda mútua – *cinco por dois* - que chegou a envolver 100 famílias e, no total, cerca de 500 pessoas. No sistema implementado pela CEB do Parque Santa Madalena, cinco famílias empregadas forneciam mensalmente a duas famílias desempregadas uma cesta básica contendo arroz, feijão, óleo e ovos.⁵⁴⁶

Um dos participantes do sistema de solidariedade da paróquia do Parque Santa Madalena justificou sua participação no movimento: "*Sabemos que não vamos resolver a falta de trabalho, isto é responsabilidade do governo, mas não podemos deixar as pessoas de barriga vazia se abater pelo desânimo. O trabalhador e sua família alimentados têm mais força para lutar e descobrir os caminhos.*"⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ Tensão, tumulto e agressão marcam a desmontagem das barracas. *Folha de São Paulo*, 10 de Outubro, 1983. P.8.

⁵⁴⁶ Cem famílias estão no plano de adoção dos desempregados. *Folha de São Paulo*, 23 de Agosto, 1983. P.17.

⁵⁴⁷ Projeto 5 por 2: a prática da partilha e da conscientização. *Grita Povo*, Novembro, 1983. P.8.

Também no bairro da Vila Rio Branco, os desempregados estabeleceram um plano de ajuda mútua, em abril de 1983. Após realização de uma assembléia com os desempregados da região, ficou estabelecida, entre outras prioridades, *a organização de grupo de apoio para arrecadar alimentos para os desempregados mais necessitados*.⁵⁴⁸

Essas assembléias organizadas através das associações de bairros, paróquias, etc, era uma forma das famílias urbanas desempregadas trocarem experiências, além de buscar maneiras de reivindicar empregos e alimentos. Em geral, essas reuniões acabavam ocorrendo quando a situação familiar já estava em situação crítica. A descrição de uma destas reuniões, organizada na Igreja de Santo Antônio da Vila Ré, em São Paulo, no dia 15 de outubro de 1983 permite conhecer quem eram os participantes e suas expectativas:

*“Tinha poucos homens; a maioria era mulheres, quase todas com um filho no braço e uma sacola na mão. E que esperavam que ali fossem distribuídos alimentos. O rosto dessas pessoas refletia bem a situação de fome em que estão vivendo: homens com sono, mulheres sem muita força para falar e as crianças amareladas.*⁵⁴⁹

Porém, apesar desta evidente expansão da fome por toda a região metropolitana de São Paulo, a principal pauta de reivindicação dos líderes que estavam à frente das famílias desempregadas tendeu mesmo para a obtenção de emprego, sendo nítida a cautela em propor para o governo formas de ajuda que historicamente eram associadas às práticas assistencialistas. Uma das principais reivindicações dos acampados do Ibirapuera, por exemplo, foi justamente fazer com que o governo transformasse a questão do desemprego em problema número um a ser resolvido pelo poder público.⁵⁵⁰ Neste sentido, acompanhavam a tendência do novo sindicalismo paulista – impulsionado, sobretudo, pela recente formação da CUT.

2.5 A MULTIDÃO FAMINTA E OS SINDICATOS

Um dos aspectos cruciais das mobilizações populares de 1983 foi a dificuldade enfrentada pelas lideranças sindicais – responsáveis pela convocação e organização de atos contra o desemprego que “resultaram” aos primeiros conflitos – para incorporar e direcionar

⁵⁴⁸ Desempregados realizam assembléia na Vila Rio Branco. *Grita Povo*, maio, 1983. P.7.

⁵⁴⁹ Frente de Luta contra o Desemprego. *Grita Povo*, Novembro, 1983. P.3.

⁵⁵⁰ Setenta acampados ficam no parque. *Folha de São Paulo*. 9 de Outubro, 1983, p. 20.

as lutas *explosivas* e “espontâneas” das populações famintas.⁵⁵¹ Na tentativa de dirigir as mobilizações populares em conflito aberto com o capital, as lideranças sindicais procuraram estabelecer pautas coletivas de lutas, como forma de evitar conflitos sociais violentos que gerassem questionamento da legitimidade e repressão, tanto aos movimentos sociais que ressurgiam no país, como aos governos de oposição recém empossados, como Franco Montoro, em São Paulo, e Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

Neste sentido, representantes do PCB temeram que os levantes “espontâneos” da população esfomeada fossem apropriados pelas forças repressoras e terroristas de direita que ainda atuavam no país:

*infiltrando-se e tentando capitalizar os quebra-quebras de São Paulo, criando ondas de boatos e tensão no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Ceará e no Amazonas. todas estas iniciativas representam a linha de continuidade dos atentados às bancas de jornais, à OAB e à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, do Riocentro, enfim, de todas as iniciativas terroristas da direita antidemocracia e anti-abertura.*⁵⁵²

Para outras lideranças operárias o esforço era rever sua própria compreensão e enfoque sobre a fome – de uma situação familiar, individualizada – para incorporá-la à luta coletiva dos trabalhadores. Inicialmente, no entanto, resistiram e desconfiaram das ações promovidas pelas multidões famintas que investiam abertamente contra a propriedade privada em busca de alimentos, considerando perigosas as conseqüências deste tipo de luta no contexto da redemocratização, em momento de abertura e conquista de espaços para negociações nas diversas esferas do poder legislativo e executivo do país. Para algumas lideranças sindicais atuantes na luta contra o desemprego e o arrocho salarial, as soluções para a fome viriam necessariamente das negociações consensuais com as forças do capital – visando a criação de novas oportunidades de emprego e de aumento de salários –, e com os executivos – estaduais e federal – para obtenção de congelamento de preços, criação do Seguro Desemprego para sustentar os desempregados, implementação da reforma agrária, rompimento do governo brasileiro com as imposições do FMI e o não pagamento da dívida externa. Estas eram as

⁵⁵¹ Eder Sader, a partir de estudos sobre diversos movimentos sociais em São Paulo durante a década de 1980, ressaltou que eles tenderam para a construção de uma organização mais horizontal e autônoma independentes do controle sindical, partidário e estatal. Ver: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1988.

⁵⁵² Defender a democracia e mudar a política econômica. *Voz da Unidade*, 14 de Abril, 1983. IN: *Resenha*, No 42. 18 de Abril, 1983. P. 14.

pautas de lutas que, uma vez que garantissem novos e antigos direitos, deveriam minimizar ou extinguir os problemas da fome no país.

Avaliando a posição assumida pela CUT, por sindicalistas e partidos de cunho operário frente aos rompantes populares “espontâneos”, percebemos como o problema da fome foi percebido enquanto uma decorrência do desemprego, do arrocho salarial e da alta do custo de vida naquela conjuntura histórica e, portanto, sua solução passava pela luta coletiva e pelo enfrentamento a estas questões estruturais. Os movimentos ligados ao sindicalismo operário consideravam, em sua maior parte, a obtenção de emprego como pauta principal a ser apresentada nas negociações com o poder público e o setor empresarial. A busca de uma solução direta para a fome – nos moldes historicamente definidos até aquele momento – eram repudiadas em função de seu caráter assistencialista, clientelista e assistemático.

Em nota pública, o movimento intersindical do ABC paulista, representando 18 sindicatos, repudiou a distribuição de cestas básicas de alimentos, promovida pela prefeitura, logo após os incidentes de abril de 1983: “*A promessa de distribuição de alimentos em nada vai resolver o problema da classe trabalhadora.*”⁵⁵³

A recusa ao assistencialismo transparece também entre os editores do jornal popular *Grita Povo*, produzido pelas Comunidades Eclesiais de Base de São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo:

*a gente sabe que essas cestas de alimentos não vão resolver a situação de ninguém, pois acabando a comida o problema vai voltar novamente. É preciso que o trabalhador tenha emprego e não dependa de cestas de alimentos e da boa vontade do governo para sobreviver.*⁵⁵⁴

A resistência em incorporar abertamente a questão da fome tinha também outros motivos, ligados à compreensão sobre a emergência histórica de “novos sujeitos” sociais e coletivos e a natureza das demandas e lutas das massas populares pelos partidos e sindicatos oficializados. Um dos focos dessas tensões advém de que os levantes populares por comida eram arrojadamente “espontâneos”, colocando em risco a legitimidade construída por sindicatos e partidos para negociar com o poder público e privado. Além disso, é notório que os levantes populares por comida subvertiam o aparato de controle social estabelecido pelo *satus quo* – uma vez que o imperativo da fome lançava as massas na contramão da ordem e do

⁵⁵³ Para sindicatos, cesta é paliativo. *Folha de São Paulo*, 13 de Abril de 1983, p. 13.

⁵⁵⁴ Frente de Luta contra o Desemprego. *Grita Povo*, Novembro, 1983, p.3.

direito sagrado de acumular bens a despeito dos milhares de famintos espalhados pelo território nacional.

Por exemplo, houve concordância entre as lideranças dos Comitês dos Desempregados e os movimentos sindicalistas em condenar os desesperados ataques aos estabelecimentos comerciais, logo nos primeiros levantes por comida ocorridos em São Paulo. Em uma reunião com o Secretário do Trabalho da cidade de São Paulo, realizada em 6 de Abril, logo após os distúrbios ocasionados pela fome, o tom sindical era de conciliação: *“houve unanimidade entre os sindicalistas e a comissão [de desempregados] em dois pontos: em condenar os saques e pedir a retirada da força policial das ruas.”*

Portanto, uma das maiores preocupações de algumas lideranças sindicais foi exatamente organizar ou aliar-se aos movimentos dos desempregados, oferecendo apoio e ou infiltração em seus comitês, associações, etc. Diante das mobilizações “espontâneas” por comida, os sindicatos temiam perder sua legitimidade e o controle das ações populares. Esta era opinião do então presidente do Dieese e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias urbanas no Estado de São Paulo, Hugo Perez: *“O movimento sindical corre o risco de ser atropelado de vez, de ver o trabalhador passar por cima do sindicato e o movimento de protesto desembocar em explosão anárquica, de imprevisíveis conseqüências.”*⁵⁵⁵

Para evitar os riscos de dispersão impostos pelas mobilizações “espontâneas” entre a população, representantes da comissão pró – CUT ponderaram sobre os levantes por comida ocorridos na capital paulista. Uma das medidas tomadas para evitar a ocorrência de novas ações “explosivas” foi exatamente estimular a criação de novos comitês de desempregados a serem organizados pelos bairros da capital e do interior paulista.⁵⁵⁶

Certamente que uma das maiores conseqüências desta ação organizativa foi o estabelecimento do Acampamento no Parque do Ibirapuera – expressão última dos desempregados organizados no formato idealizado pelas forças sindicais. Amplamente noticiado pela grande imprensa, visitado por celebridades, e com apoio público de personalidades diversas, o Acampamento do Ibirapuera rendeu aos sindicalistas e seus representantes políticos diretos – PT, CUT, etc – um reconhecimento inegável na sua capacidade em organizar as massas.

Por outro lado, membros do PCB, diante da conquista de governos estaduais pelos partidos de oposição à ditadura, clamavam pela manutenção da ordem pública, preferindo-se a colaboração com o governo estadual de Franco Montoro:

⁵⁵⁵ Saques alertam sindicatos. *Folha de São Paulo*, 17 de Abril, 1983. P.5

⁵⁵⁶ Pró-Cut quer comitês contra desemprego. *Folha de São Paulo*, 13 de Abril de 1983, p. 13.

*a força policial dos governos democráticos deve servir à manutenção da ordem pública, à segurança dos cidadãos. Qualquer devaneio neste sentido pode abrir espaço para que esta bandeira, anseio popular, caia nas mãos da direita, servindo para minar a democracia*⁵⁵⁷

Nesta mesma linha, a Comissão Executiva do Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo apelava para a necessidade de maior cautela política:

Os comunistas conclamam os trabalhadores, o povo e todos os democratas a apoiarem o governo de Franco Montoro, a manterem a tranqüilidade pública e a reforçarem a organização e a unidade dos sindicatos, dos partidos políticos e das demais entidades da sociedade civil (...). 558

Quanto ao Partido dos Trabalhadores, em abril de 1983, durante os primeiros levantes por comida ocorridos em São Paulo, expressou em uma nota certo tom de preocupação diante dos riscos políticos assumidos pelos manifestantes e, também, quanto às interpretações hegemônicas produzidas pela imprensa empresarial: *“No essencial trata-se de um movimento de desempregados, desorganizados e sem direção, desesperados com a situação vivida por eles e por suas famílias.”*⁵⁵⁹

A *Folha de S. Paulo* “divulgou” a refutação categórica dos líderes do PT de terem incentivado ou apoiado as investidas contra os estabelecimentos comerciais paulistas: *“O partido dos trabalhadores não estimulou e nem estimulará “quebra-quebras” e saques (...)”*.⁵⁶⁰

O próprio presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, considerava que os levantes de abril eram negativos por colocar em risco a imagem dos sindicatos que lutavam pela volta da legalidade e democracia nacional, embora fossem positivos por clamar por soluções públicas para o problema do desemprego, considerado ponto central para negociações com o governo: *São negativas por jogar parcela da população contra os trabalhadores (...) mas são positivas ao provocar um estardalhaço e chamar a atenção para o problema dos desempregados.*⁵⁶¹

⁵⁵⁷ Defender a democracia e mudar a política econômica. *Voz da Unidade*, 14 de Abril, 1983. In: *Resenha*, No 42. 18 de Abril, 1983. P. 14.

⁵⁵⁸ Reforçar a unidade pela democracia e por uma nova política econômica. Nota publicada Comissão Executiva do Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo em *Voz da Unidade*, 14 de Abril, 1983. IN: *Resenha*, No 42. 18 de Abril, 1983. P. 18.

⁵⁵⁹ Partido explica onde esteve. *Folha de São Paulo*, 9 de Abril de 1983, p.11.

⁵⁶⁰ Partido explica onde esteve. *Folha de São Paulo*, 9 de Abril de 1983, p.11.

⁵⁶¹ PT faz crítica à ação de Montoro. *Folha de São Paulo*. 9 de Abril. 1983. P.11.

A previsão de Lula para o ano de 1984 continha mesmo um certo temor de que os levantes populares por comida continuassem a desafiar a legitimidade dos sindicatos e partidos, uma vez que o governo não solucionava a questão da crise do desemprego que se aguçava no país:

Se não fizermos algo rapidamente, em 1984 os saques a supermercados serão uma rotina e não haverá contingente policial suficiente para opor-se à grande massa de desempregados desesperados com a fome de seus familiares 562

A Oposição Sindical paulista divulgou em seu jornal periódico *Luta Sindical* uma análise da conjuntura da fome, legitimando, até certo ponto, as investidas aos estabelecimentos comerciais, apontando a fome enquanto uma questão dos trabalhadores e dos desempregados:

No Brasil a classe operária está na miséria. A fome, a fome mesmo está batendo nas portas de milhões de casas de trabalhadores. (...) De que esse pessoal vive? De nada: vive de fome. 563

Para os sindicalistas da Oposição Sindical paulista, os levantes ocorridos em São Paulo faziam parte não apenas de um problema regional, mas sim de um contexto nacional de fome:

Foi a explosão da miséria: trabalhadores com fome, desempregados há vários meses, com família passando necessidade, entraram em supermercados e padarias á procura do que comer. o que acontece sempre no Nordeste! no Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia. Uma massa perdida, sem esperança e sem direção, que explode e se vira. 564

Também o Partido Comunista do Brasil discutiu abertamente as questões relativas à generalização da fome brasileira, assumindo a fome como a condição mais marcante dos desempregados brasileiros. Através do periódico *Tribuna da Luta Operária*, diversas matérias foram publicadas – inclusive coberturas completas sobre os levantes ocorridos no Nordeste, em SP e RJ - demonstrando a expansão do problema da fome em âmbito nacional.

⁵⁶² LULA, Luis Inácio. OP. Cit. *Folha de São Paulo*, 3 de Dezembro 1983. Primeira página.

⁵⁶³ A explosão da miséria. *Luta Sindical*, Abril, 1983. IN: *Resenha*. No 42. 18 de Abril, 1983. P. 14. Disponível em site Pastoral Vergueiro.

⁵⁶⁴ A explosão da miséria. *Luta Sindical*, Abril, 1983. IN: *Resenha*. No 42. 18 de Abril, 1983. P. 14. Disponível em site Pastoral Vergueiro.

Na edição Nº 113, de Abril de 1983, o *Tribuna da Luta Operária* destacou amplamente a fome como a principal causa dos distúrbios ocorridos em Santo Amaro - SP. As reportagens realizadas a partir da manchete “*Rebelião da fome sacode São Paulo*” deixam claro para o leitor as condições famélicas em que se encontravam as famílias paulistas no período dos levantes por comida.

Da mesma forma, na edição Nº 136, de Setembro de 1983, o *Tribuna da Luta Operária* cobriu amplamente os levantes ocorridos no Rio de Janeiro, com diversas reportagens a partir da manchete: “*Favelados do Vintém: Por que saqueamos os Supermercados*”.

Foram inúmeras as reportagens publicadas pelo jornal *Tribuna da Luta Operária*, durante o ano de 1983, dando cobertura a tantas outras mobilizações populares em torno da fome, seja no Nordeste ou no Sudeste.

A título de exemplo, em uma das reportagens mais impressionantes realizadas pelo *Tribuna da Luta Operária*, um representante do jornal entrevistou famílias moradoras da favela paulista Jardim Robru e que haviam investido contra supermercados daquela região, em Setembro de 1983. Diante do tom das denúncias, ficava claro para o leitor a posição do editorial em ressaltar as condições famélicas suportadas pelas famílias desempregadas. Vejamos, um pequeno trecho da reportagem:

Desempregado e fome é o que mais se vê na favela. E todos fazem questão de mostrar o produto dos ataques: arroz, feijão, latas de óleo, leite em pó. Uma mãe de sete filhos explica: "Estávamos passando fome. Não tinha dinheiro para comprar leite. Fazia chá de erva cidreira para dar para as crianças". Seu marido, ao lado, diz que "dava vontade de chorar quando as crianças pediam comida e eu não podia dar 565

Como se pode perceber, a força *explosiva* dos levantes por comida, ocorridos em 1983, terminou por inserir a questão da fome de maneira mais aberta em setores da base operária e popular, fazendo as *mobilizações “explosivas”* dos famintos serem – *finalmente* – reconhecidas e incorporadas às lutas encampadas por forças sindicalistas de expressão nacional. De fato, inicialmente os atos populares *explosivos* foram vistos com desconfiança, pelos riscos políticos que impunham aos movimentos sociais, sindicais e partidários, no momento em que se buscava a garantia das condições necessárias para consolidar a transição democrática nacional. No entanto, as lutas “radicais” das multidões famintas acabaram pela

⁵⁶⁵Falam os saqueadores. *Tribuna da Luta Operária*, 10 a 17 de Outubro de 1983. P.8.

sua força por legitimar o problema da fome enquanto uma questão social a ser enfrentada de frente pelas lideranças políticas brasileiras, sobretudo nas suas bases populares.

Em fins de 1983, já havia sintomas de um novo tempo para a questão da fome no país. Os sindicalistas participantes do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), promovido pela CUT, terminaram por reconhecer publicamente que os levantes por comida eram um legítimo atestado político de que a fome angustiava gravemente o povo brasileiro, abrindo maiores espaços para os debates políticos, a partir de então, sobre a existência de milhares de famintos no Brasil. Dentre as várias linhas escritas pela CONCLAT, em carta enviada ao presidente João Figueiredo, algumas delas registram um dos maiores dramas vividos historicamente pela população nacional. Enfim, formatava-se o reconhecimento histórico e político da grave crise famélica ocorrida em 1983.

SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA, este DOCUMENTO que a CUT apresenta neste momento é fruto de uma decisão do CONCLAT (CONGRESSO NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS), realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, e representa os anseios, as angústias, os temores e o abandono dos trabalhadores da cidade e do campo. Exemplos destas angústias e abandono:

(...)

– é a fome que assola de Norte a Sul o País forçando os trabalhadores, pela necessidade de continuar a sua sobrevivência, a buscar alimentos nos supermercados, lojas etc;

(...)

**SANTO ANDRÉ, 11 de setembro de 1983.
PELA DIREÇÃO NACIONAL DA CUT
JAIR A. MENEGUELLI-COORDENADOR
PAULO RENATO PAIM-SECRETÁRIO**

Carta ao Presidente. *Jornal Central Única dos Trabalhadores (CUT)*. Setembro, 1983. P.15

Desta forma, finalmente, também uma parte importante da representação nacional da classe operária assumia claramente a posição de conceder legitimidade política aos *saques* populares de 1983 – símbolos de uma das maiores angústias famélicas já impostas à população brasileira em tempos recentes. Em conseqüência, foram sendo abertas novas frentes de luta de oposição ao regime militar brasileiro, uma vez que o problema da fome foi se consolidando, também entre as lideranças dos trabalhadores do país, como mais uma questão a ser enfrentada durante o processo de redemocratização nacional.

2.6 – LEVANTAMENTO: REPORTAGENS SOBRE SAQUES EM BUSCA DE ALIMENTOS (1981/1983)

Local	Número de pessoas envolvidas na mobilização	Estabelecimento saqueado	Reação das autoridades ou proprietários	FONTE	Data	Título da Matéria
Senador Pompeu - Ceará	400 flagelados	Posto de abastecimento da Cobal		FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 5	07/03/1981	A seca agrava-se e flagelados saqueiam mais duas cidades
Mombaça - Ceará		Armazém público				
Russas - Ceará	300 flagelados	não houve saque	Policiais impediram o saque e a prefeitura distribuiu feijão, farinha e rapadura.			
Quixadá - Ceará	500 flagelados	não houve saque	Policiais dispersaram os flagelados que marchavam para o Armazém da Cobal			
Santa Quitéria - Ceará	1200 flagelados	não houve saque	Prefeito pediu ajuda ao Governador			
Trindade - Pernambuco	Centenas de flagelados		Autoridades locais distribuíram cem sacas de feijão e farinha de mandioca			
Teresina - Piauí	250 flagelados	não houve saque	Prefeito pediu ajuda ao Governador			
Farias Brito - Ceará	800 flagelados	Comércios em geral	Comerciantes locais distribuíram meio quilo de feijão; meio quilo de farinha de mandioca; um pacote de			

			macarrão e uma rapadura.			
Nova Russas e Parambu - Ceará	600 flagelados	Comércios em geral	Distribuição de alimentos			
Cratéus - Ceará	3000 mil flagelados		Prefeitura distribuiu alimentos para 500 pessoas, como arroz, feijão, óleo, macarrão e um diário de CR\$ 100 a CR\$ 120 de acordo com o tamanho da família.			
Uruburetama - Ceará	400 flagelados	Mercados	Prefeitura concedeu diárias para cada um de CR\$100 e CR\$150			
Monsenhor Tabosa - Ceará	400 pessoas	Comércio	Não conseguiram impedir que uma grande quantidade de alimentos fosse roubada.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 5	09/03/1981	Mais duas cidades sofrem saques no interior do Ceará
Independência - Ceará	Centenas de flagelados	Comércios em geral	Distribuição de alimentos pela prefeitura e comerciantes			
Uruburetama - Ceará	não foi informado	Feira	Distribuição de óleo, farinha e feijão pela Prefeitura			
Itapipoca - Ceará	1200 flagelados					
Senador Pompeu - Ceará		Armazém da Cobal	Policiais atiraram para o alto	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 5	10/03/1981	Situação no Ceará é mais dramática
Crato - Ceará	300 famílias	não houve saque	Prefeitura deu água e comida			Flagelados invadem mais sete cidades

Campos Sales - Ceará	1000 homens	não houve saque	Prefeitura informou que não tem recurso para ajudar			
Assaré - Ceará	500 flagelados		Prefeitura informou que não tem recurso para ajudar			
Acopiara - Ceará	300 flagelados		Prefeitura deu uma diária de 150 cruzeiros para cada um			
Piquet carneiro - Ceará	2000 flagelados		Prefeitura informou que não tem recurso para ajudar			
Farias Brito - Ceará	400 flagelados	Armazéns	Contenção feita por policiais ; Distribuição de alimentos de arroz, macarrão e rapadura feita pela Prefeitura.			
Bonito de Santa Fé - Paraíba	5000 flagelados			JORNAL DO BRASIL, 11.3.81 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979-1983" p.94		
Morada Nova - Vale Jaguaribano - Ceará	600 homens	Mercado Público	Soldados da vizinhança de Russa expulsaram alguns flagelados.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 6	12/03/1981	Andreazza amplia ajuda aos atingidos pela seca
Acopiara - Ceará	1000 trabalhadores	não houve saque	Prefeito pediu ajuda ao Governador			Flagelados ameaçam mais duas cidades

Piquet carneiro Ceará	200 famintos	não houve saque	Prefeitura informou que não tem recurso para ajudar			
Acopiara - Ceará	450 flagelados	não houve saque	Prefeitura distribuiu 150 cruzeiros para cada um	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 5	29/07/ 1981	Centenas de Flagelados tentam saquear cidades
Mauriti - Ceará	2000 flagelados	Armazéns, mercado central, cooperativa agrícola		DIÁRIO DE PERNAMB UCO 02.07.82 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979- 1983" p.94		
Solonópole - Ceará	3000 flagelados	Depósito da Secretaria da Agricultura	Por determinação do governo, caberá ao Exército administrar o programa de ações dos chamados "bolsões da seca"	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 7	14/07/ 1982	Senador prevê ataques de flagelados famintos
Icó - Ceará		Centro Comunitário com alimentos da Cobal				
Belmonte - Pernambuco	Centenas de famintos		Comerciante locais distribuíram alimentos com reforço policial			

São José do Belmonte - Pernambuco	900 flagelados	armazém de alimentos		DIÁRIO DE PERNAMBUCO 21.07.82 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979-1983" p.94		
Araçoiaba - Pernambuco	300 flagelados	Mercado de frutas, verduras, carne	A polícia só chegou depois do saque, e prendeu somente um jovem, que foi liberto logo depois.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 5	26/01/1983	Flagelados da seca realizam novo saque
Santo Amaro - SP		Lojas de roupas	Polícia reprimiram os manifestantes			Saques e quebra-quebra chegam ao Centro
"jardins" São Luís, Santo Antonio, Angela, Piraporinha, Chácara Santana, Vaz de Lima, Ibirapuera, Figueira Grande - São Paulo		Supermercados, lojas, padarias, quitandas, mercearias	Policiamento ostensivo	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 12	06/04/1983	Na periferia, o segundo dia de caos
Vigário Geral - Rio de Janeiro	80 pessoas	supermercado	Policiamento ostensivo	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 13	12/04/1983	Oitenta saqueiam um supermercado
Rio de Janeiro	60 pessoas	não houve saque	Os comerciantes fecharam as portas e chamaram a polícia	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 13	13/04/1983	Frustrado saque ao supermercado
Vila São Joaquim - Salvador - Bahia	200 moradores	Supermercado	Polícia agiram	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro	25/05/1983	Supermercado saqueado na Bahia

				Caderno - pág. 12		
Águas Belas - Recife	Campones- ses famintos e desempregados	Depósito de alimentos de uma maternidade	A polícia agiu com violência	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 21	30/07/ 1983	Fome e Desemprego provocam mais uma invasão no Nordeste
Canindé - Ceará	8000 flagelados	Armazém da Cobal	A polícia, contando apenas com 15 soldados, tentou impedir o saque.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 16	16/08/ 1983	Oito mil flagelados saqueiam um armazém
Crato - Ceará	1000 flagelados	Cooperativa dos Bancários	Houve distribuição de alimentos feita pelo Gerente da Cooperativa	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 17	17/08/ 1983	Aumentam tentativas de saques no Ceará - Flagelados invadiram mais três municípios
Senador Pompeu - Ceará		Armazém da Cibrazem	Foram dispersados pela Polícia			
Quixeramobim - Ceará	800 flagelados	Tentativa de saque no armazém da Cobal	Foram contidos pela polícia			
Irecê - Bahia	500 pessoas	cooperativa de alimentos		A TARDE, 30.08.83 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979- 1983" p.94		
Bangu, Padre Miguel, Senador Camará, Realengo, Vila Kennedy, Cidade de Deus, Santíssimo - Rio de Janeiro		Supermercados, lojas, padarias, lanchonetes	Policiamento ostensivo	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 15	09/09/ 1983	Mais nove ataques de saqueadores no Rio - em seis dias já se registraram 42 casos

Nossa Senhora da Glória - Sergipe		saques no comércio da cidade		O GLOBO 12.09.83 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979-1983" p.94		
Engenho de Dentro - Rio de Janeiro	100 pessoas	Supermercado Guanabara	Policiamento ostensivo			Brizola faz relato sobre saques a Figueiredo e reafirma denúncias - No Rio, PM mantém prontidão e presos começam a ser interrogados
Zona norte e rural do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Nilópolis e Nova Iguaçu - Rio de Janeiro		Casas comerciais	Policiamento ostensivo	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 4	13/09/1983	
	300 flagelados	saques de alimentos (sem definição de local)		O GLOBO 15.09.83 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979-1983" p.94		Gonçalves Dias - Maranhão
Fortaleza	50 flagelados	Não houve saque	Tentativa de saque a três supermercados. Houve distribuição de alimentos pelo gerentes dos supermercados e policiamento.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 19	16/09/1983	Flagelados tentam saque em Fortaleza

Rio de Janeiro		Supermercado e caminhão de frutas da Cobal	Policiamento ostensivo	FOLHA DE SÃO PAULO - Geral Terceiro Caderno - pág. 21	18/09/1983	Ataques no Rio ainda não acabam
São Miguel - Natal	2000 mulheres	Cooperativa agropecuária local	Distribuição de mais de 3 quilos de feijão pertencentes ao Governo do Estado e que estavam estocadas para cestas alimentares vendidas aos trabalhadores.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 16	21/09/1983	Duas mil mulheres fazem saque
Kemel - São Paulo	50 pessoas	Mercadinho - Supertrikemel	A polícia foi chamada, mas não compareceu	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 17	22/09/1983	Outro mercadinho saqueado na Zona Leste - Prejuízos são calculados em CR \$ 500 mil pelo proprietário
Jardim das Oliveiras - São Paulo	70 pessoas	Mercadinho Araújo	não foi informado			Casas comerciais do rio atacadas de novo
Bangu, Irajá, Cidade de Deus - Rio de Janeiro		Casas comerciais	Policiamento ostensivo			
São Paulo	30 pessoas	Supermercado	Proprietário reagiu com tiros	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 14	28/09/1983	Pedreiro morre ao tentar saque - Em 24 horas mais de dez casas comerciais foram invadidas na periferia
Itaquaquecetuba - São Paulo	100 pessoas. Maioria mulheres e crianças	Empório Santa Teresinha	Policiamento ostensivo			
Capão Redondo - São Paulo	100 pessoas	Supermercado Minibox				
Leonor - São Paulo	20 pessoas. Maioria mulheres e crianças	Mercearia Miranda				
Vila Grimaldi - São Paulo	2 homens	Supermercado Rede Melita				
Itaim Paulista	20 pessoas	Mercadinho local				

- São Paulo						
Itaim Paulista - São Paulo	70 pessoas	Mercadinho local	Proprietário reagiu e foi ferido			
Itaim Paulista - São Paulo	80 pessoas	Mercadinho local				
Parque Jabaquara - Campo Belo	80 pessoas	Supermercado Morita	Uma pessoa foi detida pela polícia			
Jardim das Piranhas - Rio grande do Norte	1000 agricultores	depósito de alimentos		JORNAL DO BRASIL 28.09.83 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979-1983" p.94		
Periferia da capital - São Paulo	Grupo de pessoas. Maioria mulheres e crianças	12 Supermercados	Policimento ostensivo	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 23	29/09/1983	Chegam a 32 os saques aos minimercados. Os ataques se intensificam e comerciantes propõem à polícia um esquema de alerta.
Zona Sul- São Paulo	50 pessoas	Mercearia	Polícia chegou depois do ocorrido			Dono decide se armar e defender mercearia
Região de Santo Amaro- São Paulo	200 pessoas	Supermercado	Policimento ostensivo			Marinalva conta como foi ataque
Zona Norte - São Paulo	50 pessoas	Mercado		FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 17	30/09/1983	Saques continuam e aumenta a tensão na periferia. Uma creche e uma escola são invadidas
Sapopemba - São Paulo		Mercado				
Itaim Paulista - São Paulo		Dois Mercados				

Zona Leste de São Paulo		Mercado				à noite; com o ataque a mais seis casas comerciais, número de ocorrências sobe a 41.
Zona Sul- São Paulo	Mulheres e crianças	Creche				
Itaim Paulista - São Paulo		Escola				
Zona Leste de São Paulo		Tentativa de saque no Mercadinho na rua Manoel Barros e Supermercado Mil				Comerciantes se armam e semicerram as portas
Itaquera - São Paulo	40- 50 pessoas	não houve saque - Supermercado Savoi	Resistência dos proprietários			
Vila Bandeirante - São Paulo	não foi informado	Mercado				Nos rádios de viaturas, uma chamada atrás da outra
Avenida Líder - São Paulo	50 - 70 pessoas	Mercado				
Jardim Vila Carrão - São Paulo	50 pessoas	Mercado				
Diadema - São Paulo		três Minimercados				
São Miguel Paulista		Mercado				
Capão Redondo - São Paulo		Creche				
Jardim Ipiranga - São Paulo		Mercado				
Itaquera - São Paulo		3 Mercados	Policiamento ostensivo			
Diadema - São Paulo	60 pessoas	3 Estabelecimentos comerciais	Os policiais, apesar de chegarem à área em menos de 20 minutos, não conseguiram deter os líderes da ação.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 15	01/10/1983	Saques continuam e já são 55 na grande São Paulo
						Em dez minutos, três ocorrências em Diadema

Diadema - São Paulo	100 pessoas	Mercado	Policiamento ostensivo	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 11	03/10/1983	Três pessoas são detidas após ataque a mercado em Diadema
Diadema - São Paulo	200 pessoas	Empório	Contenção das pessoas feita por disparos vindo do próprio estabelecimento e também duas horas depois com a chegada da polícia.	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 01, 18	04/10/1983	Tentativa de saque, 2 jovens baleadas. Saques recomeçam na Capital e jovens são feridas em Diadema
São Paulo Capital	50 pessoas	Mercado Barateiro	Policiamento ostensivo			
São Paulo Capital	40 pessoas	Mercearia Bandeirantes	Policiamento ostensivo			
São Paulo Capital	40 pessoas	Mercadinho Leonel	Policiamento ostensivo			
São Paulo Capital	100 pessoas	Não houve saque - Minimercado Berto Araújo	Proprietário e policiais conseguiram impedir o saque	FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 19	07/10/1983	Policiais detêm invasores em mais três saques
Zona Sul - São Paulo	100 pessoas	Supermercado Ponderosa				
Diadema - São Paulo	50 pessoas. Maioria mulheres e crianças	Armazém	Policiamento ostensivo			
Santo André - São Paulo	50 pessoas	Supermercado	Policiamento ostensivo			
Guaianazes - São Paulo	30 pessoas	Bar e Empórios Tavares		FOLHA DE SÃO PAULO - Primeiro Caderno - pág. 19	19/10/1983	No saque, pessoas armadas de facas
Itaquera - São Paulo	30 pessoas	Mercado Bandeirantes	policiais fizeram ronda após o saque			

Itaueira - Piauí	500 flagelados	armazém de alimentos		ESTADO DE SÃO PAULO 22.10.83 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979-1983" p.94		
Arapiraca - Alagoas	3000 flagelados	saques de alimentos (sem definição de local)		DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09.03.84 citado por CPT. CEPAC.IB ASE - "O Genocídio do Nordeste 1979-1983" p.94		

CAPÍTULO III: MOBILIZAÇÕES CONTRA A FOME NA “NOVA REPÚBLICA”

Como foi exposto até aqui, o ano de 1983 pode ser considerado um marco histórico, quando o *constrangimento social* da fome brasileira atinge um ápice, expresso sobretudo, pela série de levantes populares desesperadores, através dos quais uma parte considerável da população sai em busca de comida *a qualquer custo*. Certamente, também chama a atenção naquele período o aumento da capacidade organizativa dos movimentos sociais, não apenas para denunciar a existência da fome, mas inclusive para introduzir o combate à fome enquanto uma pauta de luta necessária ao processo de redemocratização – vide o exemplo dos sindicatos trabalhistas que resistiram algum tempo até assumirem as mobilizações “explosivas” dos famintos como legítimas e incorporadas pelo conjunto das forças sociais e políticas a favor da redemocratização brasileira.

Cabe também ressaltar o avanço das análises de cunho técnico científico que resultaram na realização e organização de estatísticas, seminários, teses e livros, os quais acabaram por registrar as características gerais da fome brasileira e dar visibilidade política à sua expansão, nos primeiros anos da década de 1980. Além disso, vale destacar também a abertura verificada na imprensa nacional para debater e denunciar, ainda que parcialmente, diversos aspectos sociais, econômicos e políticos que envolviam a expansão da fome – tal como ficou evidenciado principalmente na atuação de muitos jornalistas, seja em jornais, revistas ou nas redes de tv do país, durante as mobilizações de 1983. Tais coberturas da imprensa acabaram por dar contornos mais nítidos para a existência da fome, ampliando a circulação das imagens de crianças, homens e mulheres desnutridos definhando pelos mais diversos cantos do Brasil.

É preciso questionar, portanto, até que ponto, este conjunto de mobilizações políticas contra a expansão da carestia nacional – intensificados entre 1978 e 1983 – foi capaz de garantir a permanência dos debates sobre a fome brasileira no processo de consolidação da redemocratização nacional, mais precisamente durante as mobilizações políticas verificadas no período entre os anos de 1984-1988. Em outras palavras, é preciso verificar se, após as mobilizações que culminam em 1983, os debates sobre a fome brasileira tornam-se mais consistentes e mais abertos nos anos seguintes. E em que medida teria sido criado, de certa maneira, um consenso político, entre muitos movimentos sociais, instituições e partidos, sobre a necessidade de inclusão do problema da fome nos discursos voltados para as conquistas de direitos individuais e coletivos.

Ao que parece, o advento da “Nova República” constituiu uma oportunidade para que setores da sociedade brasileira pressionassem o governo em direção à luta contra a fome, assumindo a questão enquanto uma causa coletiva necessária. Se por um lado governos anteriores já haviam criado uma série de programas e campanhas para tratar do problema da fome no país, ainda que de maneira setorial e descontínua, é possível considerar que o Governo advindo da Aliança Democrática foi forçado a encarar o problema da fome de maneira mais aberta, ao menos em plano discursivo. De fato, foi bastante considerável a influência que o drama da fome passou a cumprir nos discursos e ações políticas dos movimentos sociais, partidários, bem como das instituições civis brasileiras, em meados da década de 1980. **Todas estas instituições, aproveitando a oportunidade histórica da redemocratização, passam a pressionar o poder executivo e o legislativo, no sentido de forçar a implementação de políticas públicas e a construção de uma base legislativa que vinculasse a luta contra a fome à garantia de direitos individuais e coletivos, inclusive apresentando a existência da fome enquanto uma prova indelével da necessidade da universalização dos direitos sociais no país.**

Este novo patamar que a questão da fome alcança no país durante a Nova República fica evidente não apenas no momento da apresentação do Primeiro Plano anunciado publicamente por Tancredo Neves- *Subsídios para a Ação Imediata Contra a Fome e o Desemprego (Fevereiro,1985)*, mas também em outras duas oportunidades de fortes mobilizações civis nas quais os debates sobre a fome alcançaram uma maior consistência nas arenas políticas de envergadura nacional: trata-se da Campanha da Fraternidade implementada pela CNBB (1985), com o lema “Pão para quem tem fome” e, de maneira muito emblemática, a mobilização de diversos setores da sociedade civil, partidos políticos, e mesmo de setores ou instituições públicas, durante a organização da Constituinte, em 1987, consolidando os trabalhos de elaboração da Constituição de 1988. Naquelas duas oportunidades o problema da fome foi amplamente denunciado, abrindo espaços para novas possibilidades de intervenção – não apenas no plano discursivo, mas também em ações concretas – frente ao cenário de redefinição das lutas políticas, em tempos marcados pela *abertura nacional*.

De fato, em Dezembro de 1984, Tancredo Neves autorizou a reunião da COPAG (Comissão do Plano de Ação do Governo). Esta comissão foi organizada a partir da reunião de economistas brasileiros – inclusive contando com a participação de José Serra e Celso Furtado –, os quais assumiram o objetivo de criar um plano econômico capaz de dar vazão à participação de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. E já em Fevereiro de 1985, a COPAG

anunciava, de maneira até certo ponto inédita, que no plano social e econômico, o combate à fome seria um sério compromisso do Governo de Tancredo Neves, nos moldes propostos pelo programa *Subsídios para a Ação Imediata Contra a Fome e o Desemprego*.

Inclusive, houve uma antecipação do anúncio deste plano de governo para satisfazer as pressões, reforçadas pela CNBB, a qual já havia divulgado o lema da Campanha da Fraternidade de 1985 – “Pão para quem tem fome”, fazendo esquentar ainda mais os debates sobre a fome brasileira nos mais diversos canais de comunicação do país, já nos primeiros meses de 1985. Em matéria de Capa datada de 25 de Fevereiro, o Jornal *Folha de São Paulo* anunciava a manchete – “Plano de Tancredo é resposta à Igreja”.

E ao longo da matéria jornalística, ocultava-se o histórico da pressão popular escancarada em todas as mobilizações – populares e institucionais – ocorridas nos anos anteriores, fazendo menção apenas à força política da CNBB:

A divulgação do documento Copag (Comissão para o Plano de Ação do Governo) relativo à aplicação de Cr\$ 15 trilhões de Cruzeiros em dois programas de emergência para o país, destinados a combater a fome e o desemprego, foi autorizada pelo próprio presidente eleito, Tancredo Neves (...) como uma resposta política ao lançamento da Campanha anual da Fraternidade pela CNBB, sob o tema “fome.”⁵⁶⁶

Impossível desconsiderar aqui o fato de que, para além das pressões exercidas de forma consistente pela CNBB, o então presidente Tancredo Neves estava diante de uma pressão histórica considerável – e inegável do ponto de vista político da *luta de classes* - que o levaria a assumir o problema da fome como “porta de entrada” de seu mandato presidencial. Vinha certamente pesando todo o contexto das severas mobilizações promovidas pelos grupos populares, denunciando o tamanho e a gravidade da fome brasileira, de maneira mais intensa entre 1978-1983, articulando a sociedade civil: parcelas da imprensa, órgãos públicos, sindicatos, associações, movimentos sociais, institutos de pesquisa científica, etc, os quais contribuíram para consolidar a percepção de que era *obrigação de governante* tomar alguma medida para combater a fome no país.

⁵⁶⁶ Programa emergencial é resposta de Tancredo à Igreja. *Folha de São Paulo*, 25 de Fevereiro, 1985, p.6.

A COPAG foi organizada em dezembro de 1984. Integrada por José Serra (coordenador), Luciano Coutinho, Celso Furtado, Sérgio Quintela, Hélio Beltrão, Sérgio de Freitas e Sebastião Marcos Vital, com objetivo de estabelecer as orientações mais gerais de política econômica da “Aliança Democrática”. Ver SARDENBERG, Carlos Alberto. *Aventura e Agonia. Nos Bastidores do Plano Cruzado*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987, pp. 74-97.

Foi dentro deste novo contexto que o plano *Subsídios para a Ação Imediata Contra a Fome e o Desemprego* terminou por influenciar as Diretrizes do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, implementada através da lei 7.486 de 6 de Junho de 1986. De fato, a fatídica morte de Tancredo Neves relegara à José Sarney a tarefa de implementar um novo “combate à pobreza”, durante a consolidação da abertura política brasileira. Se por um lado o caráter emergencial do plano revela um aspecto de continuidade histórica, por outro lado é inegável que o governo brasileiro vinha sendo forçado a assumir a luta contra a fome enquanto uma prioridade política, rompendo velhos tabus:

*Diversas políticas e programas objetivarão erradicar a fome. Para as camadas mais pobres, cuja renda não permite acesso a alimentos essenciais a preços de mercado, serão fortalecidos e ampliados os programas de distribuição gratuita (...) Nas periferias dos grandes centros urbanos e alguns municípios do interior, o governo garantirá à rede de varejo o suprimento de gêneros básicos a preços reduzidos.*⁵⁶⁷

Surgiam, assim, maiores espaços para uma percepção política do problema, superando programas que tratavam da questão enquanto um aspecto medicinal ou biológico, subjacente na prevalência, até então, do uso dos termos *desnutrição ou ausência de alimentação*. Abria-se as portas para a introdução da fome enquanto um problema *de política*, uma vez que a fome, historicamente, fora considerada como um problema de saúde pública (restrito aos grupos de trabalhadores incluídos nos projetos populistas) ou tratada enquanto um ponto apenas *marginal* nos programas e discursos de governo anteriores.

Por exemplo, no famoso plano Salte, em 1948, o Governo Federal até reconhecia haver uma fome crônica no Brasil. No entanto, o Governo Gaspar Dutra preferiu tratar a questão pelo seu avesso – a alimentação –, abordando a fome apenas de maneira pontual no seu programa de governo.⁵⁶⁸ É bastante considerável, neste sentido, o fato de que o primeiro governo da “Nova República” tenha reconhecido abertamente a existência do problema, anunciando, logo de início, uma busca pela *erradicação da fome*. Tancredo Neves

⁵⁶⁷ I Plano nacional de Desenvolvimento da Nova República - 1986-89. Apresentação. In: Lei 7. 486 de 6 de junho de 1986. Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências.

⁵⁶⁸ DUTRA, Gaspar. *O Plano SALTE*. Mensagem N. 196 de 10 de Maio de 1948. Departamento Administrativo do Serviço público. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1950. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BF731B3037EE40B9B57C52771388CF11.proposicoesWeb2?codteor=1222374&filename=Dossie+-PL+1106/1950 acesso em 30/10/206

(1984/1985) utilizou o anúncio do combate à fome para consagrar uma Campanha de candidatura vitoriosa, enquanto José Sarney manteve e promulgou tais medidas de combate à fome justamente em um ano eleitoral decisivo e estratégico, às vésperas das eleições para a Constituinte. É sintomático, portanto, que durante o correr do processo da redemocratização brasileira o *combate à fome* tenha se tornado uma questão *central* da campanha política para o principal cargo do Poder Executivo nacional.

Josué de Castro demarcou a década de 1960 como o período histórico em que o combate à fome, de maneira surpreendente, passou a fazer parte dos discursos políticos dos presidentes Norte Americanos, seja durante as suas campanhas ou mesmo durante seus governos:

A época da negação e da camuflagem acabou (...). O presidente Kennedy pronunciou, em 1963, um célebre discurso no qual declarava que “cada noite mais de 10 milhões de americanos deitam-se sem ter comido”. Em 1967, seu sucessor, o Presidente Johnson, assinalava o fato de que nove milhões de crianças americanas de menos de seis anos, pertencem a famílias sem meios suficientes para alimentá-las e alojá-las. (...) O presidente Nixon (...) confessou que os Estados Unidos “devem ainda percorrer um longo caminho até resolver o problema da fome no país. 569

E tal como ocorreu com a sociedade brasileira entre 1978-1983, a sociedade Norte Americana também experimentara na década de 1960 uma forte mobilização popular que denunciara a existência da fome. Enquanto no Brasil, em fins da década de 1970, a luta pela fome teria se confundido com a luta pela redemocratização, no caso Norte Americano, durante a década de 1960, a luta contra a fome esteve inserida no bojo dos movimentos pelos direitos civis dos negros:

O fenômeno da contestação – que teve dupla origem, parte produto dos slums ou ghettos negros e outra parte produto dos campi universitários – conseguiu tomar de assalto o castelo, abalando todo o establishment e, hoje, ninguém na América pode ignorar o aspecto trágico da fome do povo norte-americano.570

⁵⁶⁹ CASTRO, Josué de. A miséria na Abundância: a fome nos Estados Unidos da América. *Le Monde*, Paris, Janeiro de 1971, pp.17-18. Apud: CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro*. Civilização Brasileira, 2003, p. 91-92.

⁵⁷⁰ CASTRO, Josué de. A miséria na Abundância: a fome nos Estados Unidos da América. *Le Monde*, Paris, Janeiro de 1971, pp.17-18. Apud: CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro*. Civilização Brasileira, 2003, p. 87.

Por outro lado, chama mesmo a atenção o fato de que, no exemplo oferecido por Josué de Castro, o termo *fome* apenas tenha sido assumido diretamente por Richard Nixon, já que Kennedy e Johnson preferiram usar publicamente termos como “*sem ter comido*” ou “*sem ter como alimentá-las*”. Neste sentido, a década de 1970 parece ter sido a época histórica em que se rompeu, com maior clareza, o tabu ligado ao uso do termo *fome* – confirmando assim as indicações de Josué de Castro, o qual assinalava ser a *fome* um termo proibido, até então, na maior parte dos discursos políticos das sociedades ocidentais.⁵⁷¹

Certamente, vários fatores históricos contribuíram para a superação deste tabu que cerceava o reconhecimento público da existência da fome mundial. Dentre os principais fatores, poderíamos indicar de maneira bem genérica: as consequências drásticas do pós Segunda Guerra Mundial na Europa, levando a questão para o interior da ONU; Os debates ligados às condições de vida das populações dos países em processo de independência, no pós 1945, na África e na Ásia; As críticas em relação à permanência do *subdesenvolvimento* nas áreas periféricas do capitalismo mundial; Os discursos de *Contracultura* ligados aos movimentos sociais de 1968, os quais questionam o capitalismo e suas consequências danosas para a coletividade social.

Aliás, a comparação entre dois documentos elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em épocas distintas, seria uma boa referência para se perceber as mudanças verificadas neste percurso histórico, no qual os debates sobre a fome vão se tornando cada vez mais abertos.

Na ***Declaração Universal dos Direitos Humanos*** (1948), a ONU apresenta a questão famélica enquanto um direito individual, a partir da garantia ao *direito à alimentação*, de acordo com o vigésimo quinto artigo deste documento. Já em 1974, a abordagem do problema ocorre de maneira bem mais ampla e aberta, quando verificou-se a elaboração da ***Declaração Univeral Sobre a Erradicação da Fome e Má Nutrição***. Além de avaliar a questão por diferentes ângulos, neste documento a análise sobre o problema famélico alcança novos patamares, superando uma visão meramente individualista, abrindo espaços para a percepção dos diversos conflitos econômicos e políticos, inclusive internacionais, que envolviam as raízes da fome mundial:

A situação dos povos afetados pela fome e má nutrição resulta das suas circunstâncias históricas, em especial desigualdades sociais, nomeadamente e

⁵⁷¹ CASTRO, Josué de. A miséria na Abundância: a fome nos Estados Unidos da América. *Le Monde*, Paris, Janeiro de 1971, pp.17-18. Apud: CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido*, op. cit., p. 91-92.

*em muitos casos domínio estrangeiro e colonial, ocupação estrangeira, discriminação racial, segregação racial e neo-colonialismo sob todas as suas formas, que continuam a ser alguns dos maiores obstáculos à plena emancipação e ao progresso dos países em vias de desenvolvimento e de todos os povos envolvidos.*⁵⁷²

De certa maneira, poderíamos dizer que aqui no Brasil, o reconhecimento público da existência do problema da fome, por parte dos presidentes da República, não era exatamente uma novidade histórica. Veja, por exemplo, este trecho do discurso de Getúlio Vargas em 1º de Maio de 1951, diante de centenas de trabalhadores no Estádio de São Januário (RJ):

*Queiram ou não queiram ouvir-me os inimigos do povo, continuarei proclamando em voz alta que não é possível manter a sociedade dividida (...) em que uns padecem a fome e outros especulam com a fome. É justo que o trabalhador tenha um salário razoável, adequado ao seu padrão de vida, e que dê para sustentar a família, educar os filhos, pagar a casa e tratar-se nas doenças sem precisar de favores nem da caridade pública.*⁵⁷³

Já o presidente Garrastazu Médici, após visitar as áreas atingidas por uma forte seca em 1970, discursou abertamente sobre a fome prevalecente no Nordeste brasileiro. Em tom retórico, convocou as instituições nacionais a noticiarem amplamente o problema da fome no país, apesar de manter rígido, através do AI-5, o controle e a censura sobre os meios de comunicação: *Exijo a austeridade de todos os homens responsáveis, para que não haja indiferença ao sofrimento e à fome. Exijo que se diga e que se mostre sempre a verdade, por mais que ela nos doa.*⁵⁷⁴

Ora, por outro lado, ninguém poderia negar que, ao longo da história brasileira, muitos políticos preferiram manter silêncios estratégicos diante do problema da fome no país.⁵⁷⁵

⁵⁷² *Declaração Univeral Sobre a Erradicação da Fome e Má Nutrição*. Adotada em 16 de Novembro de 1974 pela Conferência Mundial sobre a Alimentação convocada nos termos da resolução 3180 (XXVIII) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1973. Endossada pela resolução 3348 (XXIX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1974

⁵⁷³ Trecho do discurso do presidente Getúlio Vargas, ocorrido em 1º de Maio de 1951, no Estádio de São Januário, RJ. Ver: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.) *Getúlio Vargas*. Perfis Parlamentares. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, 2011, p.679. Disponível em: [file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/getulio_vargas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/getulio_vargas%20(1).pdf)

⁵⁷⁴ Discurso oficial, 6 de Junho de 1970. Biblioteca da Presidência da República.

⁵⁷⁵ É interessante verificar que, apesar de suas raízes varguistas, em nenhum momento o presidente João Goulart evocou a luta contra a fome brasileira em seu discurso mais radical, proferido na Central do Brasil, em 1964. O silêncio parece ter sido um reconhecimento tácito de que seus adversários acabariam por utilizar o velho tabu

Nota-se, neste sentido, que durante os conflitos famélicos de 1983, o Presidente João Figueiredo resistiu a todo custo a utilizar o termo *fome*, substituído por eufemismos de todo o tipo em seus discursos, como por exemplo, *sacrifícios sem precedentes* ou *condições incompatíveis com a dignidade humana*, como se verifica a seguir, em duas oportunidades nas quais o presidente militar se dirigiu à nação brasileira: *Ninguém desconhece que o desequilíbrio reinante impõe sacrifícios sem precedentes.*⁵⁷⁶ Ou ainda: *O País atravessa verdadeiro estado de necessidade quando no seu seio se encontram multidões inumeráveis que vivem, pelo seu nível de pobreza, em condições incompatíveis com a dignidade humana.*⁵⁷⁷

Porém, inegavelmente, durante o Governo da Nova República, os discursos sobre a fome já vinham assumindo outra ênfase no Brasil. Isso tornou-se visível não apenas nos pronunciamentos presidenciais, mas também no interior dos discursos e propostas políticas apresentadas por diversas instituições da sociedade civil, bem como por organizações de caráter público e partidárias, muitas das quais tiveram um importante papel no processo de consolidação da redemocratização nacional.

3.1- CNBB: PÃO PARA QUEM TEM FOME

Quando a CNBB lançou a sua Campanha “Pão para quem tem fome” terminava por virar uma nova página na história dos *discursos* sobre a fome brasileira. A partir de então, a fome brasileira passaria a ser assumida mais abertamente – inclusive por setores da classe dirigente – enquanto um problema de raízes *políticas* no interior do conflito de classes. Neste sentido, o próprio cartaz de lançamento da Campanha da Fraternidade (1985) é muito didático:

sobre a fome como mais um argumento para acusá-lo de comunista, considerando que Mao TséTung e Fidel Castro vinham anunciando grandes planos de combate à fome, na China e em Cuba, respectivamente.

⁵⁷⁶ Discurso oficial, em 9 de Abril de 1983. Biblioteca da Presidência da República.

⁵⁷⁷ Discurso oficial, 29 de Dezembro de 1983. Biblioteca da Presidência da República.



Imagem 3.1 CNBB. Cartaz oficial da Campanha da Fraternidade 1985. Autor: Reis Ribeiro Neri. CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.5.

Longe de assumir a fome em seu aspecto meramente nutricional, o próprio cartaz da Campanha da Fraternidade de 1985 ressaltava os aspectos políticos da fome, destacando os arames farpados do latifúndio brasileiro e o descaso público diante das milhares de mortes de crianças por fome que ocorriam anualmente no Brasil.

Há elementos fortes no desenho do cartaz (...). A cerca de arame farpado recorda a triste realidade das injustiças no uso da terra (...). A mãe com o filho nos braços, a beira da morte (...). A generosidade do pobre que partilha (...) no menino que reparte o último pedaço de pão.⁵⁷⁸

A CNBB, em seu texto de lançamento da Campanha, reconhecia estar dando continuidade política às diversas matrizes de pressões sociais que vinham mobilizando os debates a respeito da fome no país. Ressaltava, assim, todo o conjunto de imagens e notícias veiculadas pela imprensa nacional durante o auge das mobilizações populares por comida, ocorridas em 1983: *“A nação ficou estarrecida com as imagens, na televisão, de crianças, velhos, adultos, caçando ratos e camaleões para saciar a fome, de mães mostrando panelas vazias sem ter o que dar de comer aos seus filhos.”⁵⁷⁹*

⁵⁷⁸ CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.5.

⁵⁷⁹ CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.14.

A CNBB denunciava claramente que a fome era resultado de uma realidade política brasileira caracterizada por graves fatores, dentre estes: a manutenção da *Indústria da Seca* nordestina; as desigualdades no acesso ao consumo; a desmedida ambição do lucro; a prevalência dos interesses de mercado em detrimento das necessidades coletivas; o alto grau de exploração da mão de obra, verificado no rebaixamento drástico do valor dos salários brasileiros; o abuso dos juros internacionais que elevavam a dívida externa nacional; a predominância do setor de exportação e desvalorização do mercado interno.⁵⁸⁰

Esta percepção da fome enquanto um aspecto político tem explicação, em boa medida, nas transformações ocorridas no interior do próprio pensamento católico, a partir da década de 1960. Foi no Concílio Vaticano II (1962-1965) que a igreja passou a enfatizar

*sua missão social (...) declarou a importância do leigo na evangelização (...) e defendeu a proposta de abraçarem a causa dos pobres, ou melhor, da libertação do oprimido em qualquer situação (...) Muito embora na América Latina e no Brasil, a pobreza e a ausência de cidadania já haviam despertado setores da Igreja católica para as novas formas de evangelização, desde os anos 50.*⁵⁸¹

Esta multiplicação de ações voltadas para a questão social no interior da igreja católica foi ainda mais aprofundada com a visão apresentada pelos bispos católicos na II Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano – CGELA, em Medellín, Colômbia, realizado em 1968. Na década seguinte, reunidos em Puebla, México, na III Conferência Episcopal Latinoamericana, em 1979, parte considerável do Clero confirmou *esta opção pelos pobres* no interior da Igreja Católica.

No Brasil, a chamada *opção pelos pobres* também se confundiu com a luta pela redemocratização do país, durante os últimos anos da ditadura militar. Verifica-se, portanto, que no próprio processo de abertura política a CNBB conduziu uma reviravolta histórica no posicionamento da Igreja Católica em relação ao governo militar brasileiro. Tendo, em sua maior parte, apoiado o golpe militar em 1964 – sob a alegação de tendências supostamente comunistas do governo J. Goulart –, consideráveis alas da igreja católica passaram, desde a década de 1970, a encampar a luta pela redemocratização do país. Para M. LÖWY, o que explica tal reviravolta são algumas transformações ocorridas no interior da Igreja como um

⁵⁸⁰ CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, pp. 1-14.

⁵⁸¹ ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres leigas na igreja de Cristo*. São Paulo, Edusc, 2001, pp. 41-42.

todo – o papel político assumido por dom Paulo Evaristo Arns e dom Ivo Lorscheider à frente dos Bispos brasileiros e da CNBB, o crescimento acirrado das CEBs pelo Brasil e o fortalecimento da chamada Teologia da Libertação na América Latina. Além disso, vale lembrar que o governo militar *perseguiu, prendeu, torturou e assassinou também membros do clero e das ordens católicas*, impulsionando a luta pela democracia no interior da igreja perseguida.⁵⁸²

Bem verdade, a Campanha da Fraternidade daquele ano de 1985 dava mesmo sequência à série de campanhas de forte cunho social apresentadas em anos anteriores, recebendo continuidade até 1988, abordando os seguintes temas: Trabalho (1978), Migrações (1980), Saúde (1981), Violência (1983), Fome (1985), latifúndio (1986), menor abandonado (1987) e preconceito racial (1988).⁵⁸³

Podemos reconhecer, portanto, que ao assumir a luta pela redemocratização, a CNBB incluiu a fome como pauta de reivindicações na busca por consensos que garantissem o processo de abertura nacional. Mas há um outro viés, menos político, e mais corporativo, que também poderia explicar o aparecimento da luta contra a fome nos discursos da CNBB. Afinal, aquele era um momento histórico em que a população brasileira havia sido despertada de maneira um tanto dramática para a existência do problema. Apoiar a luta contra fome, portanto, significaria efetivamente aumentar as possibilidades de recursos financeiros voltados para as obras de caridade das igrejas nacionais – certamente, favorecendo as campanhas da CNBB – em um momento de grande comoção pública diante da fome brasileira.

Seja como for, dentro das várias frentes de lutas já existentes, é interessante notar que a CNBB escolheu o caminho da luta pela reforma agrária como uma possibilidade concreta de se alterar o grave quadro econômico e social advindo da ditadura militar. Daí que a luta contra a fome confundiu-se, naquele momento, com a própria luta pela Reforma Agrária. Historicamente, impossível não reconhecer, este é um dos pontos mais intrigantes ou contraditórios, uma vez que justamente as polêmicas lutas em torno da questão da reforma agrária haviam contribuído para a derrubada do Governo João Goulart, em um contexto histórico no qual diversos membros do clero católico, utilizando argumentos anticomunistas, apoiaram o golpe de 1964.

⁵⁸² LÖWY, Michel. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo, Ed. Cortez, 1991.

⁵⁸³ As Campanhas da Fraternidade começaram como resultado das influências ideológicas e pastorais advindas do Concílio Vaticano II, tendo ocorrido inicialmente no Rio Grande do Norte, em 1962, com apoio direto de D. Eugênio Salles de Araújo, administrador apostólico de Natal-RN e presidente da Cáritas Brasileira.

Certo é que foi justamente para encampar a luta pela reforma agrária que 96 Bispos da CNBB assinaram um documento e entregaram nas mãos do Presidente José Sarney, por ocasião do 11º Encontro Eucarístico em Aparecida do Norte (SP), em 21 de Julho de 1985.⁵⁸⁴ O documento exigia que o presidente desse início a um programa de Reforma Agrária capaz de superar a *vergonhosa* fome brasileira:

*Reafirmamos a necessidade e urgência de uma Reforma Agrária, justa, ampla, pacífica e corajosa, conforme os documentos da CNBB – “Igreja e Problemas da Terra” e “Nordeste: desafio à ação pastoral da Igreja no Brasil”. (...) Acreditamos que a Reforma Agrária acompanhada de política agrícola (...) será também excelente saída (...) para a fome vergonhosa que padece a maioria de nossa gente. Pois (...) firmará a democracia. Aumentará a produtividade e a oferta de alimentos para o consumo interno, baixando a inflação e o custo de vida.*⁵⁸⁵

Na verdade, a própria Campanha da Fraternidade de 1985 já previa a reunião, em Julho, do 11º Encontro Eucarístico em Aparecida do Norte (SP), o qual seria celebrado naquele ano através do lema “Pão para quem tem fome”. Naquela ocasião, os bispos da CNBB, representados por D. Angélico Bernardino, aproveitaram a presença dos repórteres que cobriam o evento para denunciar exatamente o caráter político da fome brasileira.⁵⁸⁶

As causas da desnutrição de nosso povo não se encontram nem na vontade de Deus, nem nos fenômenos incoercíveis da natureza, mas no sistema sócio, econômico e político que esmaga o nosso povo, fazendo com que minorias prosperem, à custa da miséria das multidões. A campanha pretende ser uma resposta da Igreja à um problema sério que esmaga o povo brasileiro (...). Fome de terra, trabalho, saúde, justiça, paz, liberdade e fraternidade. (...) Na

⁵⁸⁴ Os Congressos Eucarísticos começaram sob a forma de romaria aos lugares com fama de algum milagre com o Santíssimo Sacramento (Hóstia consagrada). O primeiro deles foi realizado em 1874, na cidade Francesa de Avignon. Essa Romaria foi tornando-se uma reflexão organizada (...) realizado com este nome em Lille, França, em 1881. O primeiro Congresso Eucarístico no Brasil foi promovido em Salvador, em 1933. As romarias estão nas origens do encontro. *Folha de São Paulo*, 17 de Julho, 1985, p.7.

⁵⁸⁵ *Boletim Semanal da CNBB*. Brasília, n. 30, de 25 de Julho de 1985.

⁵⁸⁶ O Congresso revelou uma disputa interna entre os conservadores, representados por D. Helder Câmara, e os progressistas, representados por Dom Eugênio Salles. Embora o tema do Congresso fosse progressista, os ritos tenderam para uma forte hierarquização entre o lugar ocupado pelo clero (concentrado no centro, nas proximidades do altar) e o lugar ocupado pelo povo (na parte de baixo, em lugar mais afastado). Ver: *Folha de São Paulo*, 22 de Julho de 1985, p.5.

Grande São Paulo há bolsões de miséria maiores do que os existentes no Nordeste, sobretudo em favelas e cortiços. 587

Os pronunciamentos dos Bispos da CNBB implicavam em incentivar respostas por parte dos outros setores da sociedade. Chama à atenção, neste sentido, a franca entrada dos economistas brasileiros no interior dos debates a respeito da fome existente no país, naquele ano de 1985. Por exemplo, o economista Bresser Pereira sentiu a necessidade de responder ao Bispo dom Luciano Mendes de Almeida, membro da CNBB, que havia questionado publicamente se a fome seria caso de *falta de justiça* ou *falta de comida*. Em resposta, Bresser concluiu:

A fome é falta de justiça, dom Luciano, porque embora o Brasil seja um país subdesenvolvido, não há falta de capacidade de produzir alimentos. (...) A produção de alimentos tem caído em termos absolutos (...) por falta da capacidade de comprar do povo – do povo que tem fome. O salário dos trabalhadores já era baixo e nos últimos anos baixou em termos reais 25 %. Perdeu um quarto do seu poder aquisitivo. 588

A própria imprensa vinha abrindo espaços para os economistas se posicionarem diante da Campanha da Fraternidade da CNBB, revelando que os debates sobre a expansão da fome recebiam também cada vez mais enfoques ligados às questões da política econômica. Já alguns economistas aproveitaram a oportunidade para ressaltar que o período 1975/1984 havia intensificado a miséria e a fome popular, agravando ainda mais a situação que já era trágica desde 1974/1975:

Edgard Luiz Alvez, economista do DIEESE afirmava que 75% da população brasileira seria potencialmente desnutrida, compondo um quadro de grave fome no país, considerando, inclusive, que os dados do IBGE, elaborados em 1975, estariam defasados em relação ao período entre 1975-1984, exatamente o momento histórico em que os efeitos da crise do Milagre Econômico foram sentidos com maior sofrimento pela população.589

⁵⁸⁷ D. Paulo Evaristo lança Quarta-Feira campanha da Fraternidade contra a fome. *Folha de São Paulo*, 18 de Fevereiro de 1985, p.5.

⁵⁸⁸ BRESSER, Luiz Carlos. Falta de comida ou falta de Justiça? *Folha de São Paulo*, 26 de Fevereiro de 1985, p.2.

⁵⁸⁹ Considerando que não há dados oficiais sobre a nutrição da população brasileira para o ano de 1983, a afirmação do economista do Dieese reforça a tese de que a carestia popular havia se intensificado gravemente em

Desta maneira, a Campanha da Fraternidade (1985) da CNBB estimulou a tomada de posicionamento político por parte de muitos representantes de institutos econômicos brasileiros, indicando que o problema da fome vinha deixando de ser assunto pertinente apenas aos médicos, no campo da saúde pública, para tornar-se cada vez mais também um problema ligado às decisões da política econômica:

Para Fernando Homem de Mello, professor titular do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a solução para o problema da fome seria aumentar salários, mas também rever o sistema econômico brasileiro que prioriza exportação, em detrimento do mercado externo e da criação de condições favoráveis aos produtores de alimentos básicos voltados para o preenchimento da cesta básica do trabalhador brasileiro.⁵⁹⁰

Mas não apenas os economistas foram obrigados a se posicionar politicamente sobre a fome, diante dos debates públicos gerados pela Campanha da Fraternidade de 1985. O próprio Presidente José Sarney também foi convidado a discursar abertamente sobre a existência da fome nacional, no grande evento de encerramento do 11º Encontro Eucarístico em Aparecida do Norte (SP). Este discurso do presidente José Sarney, posteriormente, receberia destaque em manchetes de jornais de grande circulação no território nacional:

O tema deste Congresso Eucarístico é o tema da fome. (...) A fome é uma agressão à liberdade e é uma agressão à vida. É uma agressão à liberdade, porque a nossa liberdade não se esgota na liberdade política nem nos nossos direitos individuais, mas ela vai além, para ser a liberdade contra a fome, a liberdade contra as doenças, a liberdade contra a miséria. Liberdade que é a própria vida; vida que deve ser feliz e quem tem fome jamais pode ser feliz.⁵⁹¹

Aqui vale uma nota de observação histórica: é preciso reconhecer que, a partir da Campanha da Fraternidade (1985), o problema da fome recebeu um novo peso político no país. Para se ter uma ideia do processo histórico em questão, basta lembrar o esforço (heróico) assumido pelas forças populares entre 1978-1983 para dar visibilidade política à questão da

1983. Causas da grande queda na produção de alimentos. Caderno Economia, *Folha de São Paulo*, 7 de Abril de 1985, p.1.

⁵⁹⁰ Causas da grande queda na produção de alimentos. Caderno Economia, *Folha de São Paulo*, 7 de Abril de 1985, p.1.

⁵⁹¹ Pronunciamento do Presidente José Sarney, por ocasião do Décimo-Primeiro Congresso Eucarístico, em 21 de julho de 1985, na Basílica Nossa Senhora Aparecida SP. Biblioteca da Presidência da República.

crise famélica brasileira. Nunca é demais lembrar, foram necessárias grandes mobilizações populares para que as autoridades políticas nacionais viessem a público tratar do problema da fome. Ainda assim, o Movimento Custo de Vida viu fracassar a sua comitiva nacional na tentativa de entregar uma *carta denúncia* ao presidente João Figueiredo, em 1979. Por outro lado, o presidente João Figueiredo somente decidiu levar mais a sério as massas famintas – principalmente, para reprimi-las – quando uma multidão *descontrolada* passou a pegar comida à força nos mais diversos estabelecimentos do país, caracterizando o ano de 1983 como um período de graves distúrbios sociais.

Diante do exposto acima, podemos destacar que a CNBB em 1985 foi capaz de mobilizar diversos setores da sociedade, além de convocar o próprio presidente da Nova República para um ato público contra a fome, com toda a sua comitiva. De fato, o presidente José Sarney discursou em um altar *sagrado* (transfigurado em *político*), sendo obrigado a reconhecer a existência da fome nacional e a comprometer-se em agir contra as suas causas, e isto diante de uma população romeira – cerca de 80 mil pessoas – convocada nacionalmente através do lema “Pão para quem tem fome”. Percebe-se, portanto, o tamanho da força política incorporada pela CNBB, ao garantir continuidade às mobilizações populares ocorridas entre 1978 e 1983. De certo, a CNBB dispunha a seu favor, não apenas da legitimidade histórica já obtida pelos movimentos populares, mas também do lugar estratégico que seus integrantes ocupavam entre as camadas dirigentes do país. Isto ficou bem visível no modo particularizado pelo qual os Bispos da CNBB puderam entregar ao Presidente um documento em favor da Reforma Agrária, na luta contra a fome nacional:

Sarney recebeu o documento da CNBB em apoio à reforma agrária logo após à missa de encerramento do Congresso Eucarístico, quando participou de um reservado almoço com os Bispos e a sua comitiva presidencial, no seminário ao lado da igreja de Aparecida.⁵⁹² O documento chegava às mãos do presidente exatamente na mesma semana em que este convocava, em cadeia nacional, todos os brasileiros rumo a um Pacto Social, na tentativa de deter a crise econômica que assolava o país através da recessão produtiva, do desemprego crônico e da hiperinflação.⁵⁹³

A Campanha da Fraternidade de 1985 estava sendo impulsionada por múltiplos fatores políticos e sociais. Afinal, além do impulso popular e histórico que a luta contra a fome vinha

⁵⁹² Para Sarney, fome é agressão à liberdade. *Folha de São Paulo*, 22 de Julho de 1985, p.5.

⁵⁹³ Discurso presidencial convocará ao pacto. *Folha de São Paulo*, 22 de Julho de 1985, p.5.

recebendo no país, havia influências inclusive das calamidades que ocorriam no exterior – sobretudo em áreas africanas – gerando um aumento considerável da sensibilização popular diante do problema da fome. De fato, em 1984, ficaram internacionalmente famosas as imagens de crianças da Etiópia que agonizavam nos braços de seus pais por falta de comida. As cenas sensibilizaram diversos setores e organizações sociais de várias partes do planeta, tendo inicialmente um destaque maior nas campanhas artísticas lideradas pelo músico britânico Bob Geldof que organizou a BAND AID, com cerca de 40 músicos famosos do Reino Unido, para lançar a música *Do They Know it's Christmans*, arrecadando fundos para o combate à fome na Etiópia. A música tornou-se o jingle mais tocado na Inglaterra até 1997. Devido ao sucesso, foi criado o *Live Aid*, um evento ocorrido em julho de 1985, transmitido para o mundo inteiro:

Em 13 de julho de 1985, Bob Geldof organizou o Live Aid, um show simultâneo em Londres, na Inglaterra, e na Filadélfia, nos Estados Unidos. O objetivo principal era o fim da fome na Etiópia. O evento chamou a atenção por contar com a presença de muitos artistas famosos na época. Entre os participantes, estavam The Who, Status Quo, Led Zeppelin, Dire Straits, Madonna, Queen, Joan Baez, David Bowie, BB King, Mick Jagger, Sting, Scorpions, U2, Paul McCartney, Phil Collins (que tocou nos dois lugares), Eric Clapton e Black Sabbath. Os shows foram transmitidos ao vivo pela BBC para diversos países e abriram os olhos do mundo para a miséria no continente africano.⁵⁹⁴

No Brasil, ficou ainda mais famoso o movimento liderado pelo artista norte americano Michael Jackson, o *USA for ÁFRICA*, que dava seqüência à campanha mundial de combate à fome no terceiro mundo. A música “*We are the World*”, cantada por diversos artistas norte-americanos, foi a mais tocada nas rádios brasileiras durante o ano de 1985.⁵⁹⁵

Neste clima internacional de reunião de artistas em prol de campanhas contra a fome, diversos cantores brasileiros também foram convidados a produzir coletivamente um *Álbum* voltado para arrecadar fundos em socorro das famílias carentes da região nordestina. A campanha ficou conhecida como *Nordeste já* e reuniu diversos cantores e músicos famosos do país. Para os editores da revista *Veja*, foi de extrema importância a reunião dos artistas

⁵⁹⁴ “13 de Julho, 1985: Começa o “Live Aid”. *Rádio SBN* (online). 13 de Julho, 2013. Disponível em: <http://radiosbn.com.br/novoradio/?p=9230>

⁵⁹⁵ Veja dez músicas que fizeram sucesso em 1985, ano do primeiro Rock in Rio. *Extra* (online). 14 de Setembro de 2015. Disponível em: <http://extra.globo.com/tv-e-lazer/musica/veja-10-musicas-que-fizeram-sucesso-em-1985-ano-do-primeiro-rock-in-rio-15017431.html>

brasileiros em prol do Nordeste, tal como se verifica em matéria publicada na edição do dia 5 de junho de 1985:

Os 155 músicos que se reuniram no Rio de Janeiro, no início de maio, para gravar um disco em benefício da população carente do Nordeste finalmente divulgaram na semana passada, o resultado de seu mutirão. A partir da segunda-feira, dia 27, 3000 emissoras de rádio do País incluíram em sua programação regular o lado 1 do compacto 'NORDESTE JÁ', a canção Chega de Mágoa, uma combinação de marcha-rancho e reggae jamaicano. (...) os músicos brasileiros seguem os passos de seus colegas americanos, que transformaram num grande êxito o elepê We Are The World, em benefício das vítimas da fome que assola a Etiópia. Como no disco americano, nenhum dos artistas receberá um tostão por seu trabalho.⁵⁹⁶

Em uma reunião solene, o presidente José Sarney recebeu oficialmente dos artistas brasileiros o Álbum *Nordeste Já*, em Junho de 1985. Sua resposta declarava que o governo Brasileiro estaria atento às necessidades *das populações mais humildes deste país*:

Esta é uma ideia generosa. Generosa em si mesma, porque os nossos artistas, trabalhando com o barro da humanidade, oferecem um pouco de seu talento, através de seus direitos autorais, em favor da nossa sofrida região do Nordeste Brasileiro. (...) E absolutamente sintonizados com esta diretriz, juntamo-nos para procurar fazer em todos os setores, no máximo e no mínimo, tudo o que for possível, em favor das populações mais humildes deste país.⁵⁹⁷

Todo este clima de mobilizações artísticas contra a fome e a miséria humana, verificado tanto fora como dentro do Brasil, fortalecia ainda mais a percepção de que a crise famélica era um grave problema mundial. Certamente, tais mobilizações artísticas contribuíram também para alavancar definitivamente uma Campanha da Fraternidade que se sustentava sob o lema “Pão para quem tem fome”.

E para sensibilizar a população, a CNBB buscava formas de divulgar amplamente sua Campanha entre a sociedade. Nesta empreitada, ocorreu uma organização prévia e a

⁵⁹⁶ Coro de sucesso. *Veja*, 5 de Junho de 1985, p. 125.

⁵⁹⁷ Discurso oficial, 12 de Junho de 1985. Biblioteca Presidência da República.

elaboração de estratégias capazes de divulgar a campanha nacionalmente. Além do texto base e dos cartazes, houve também a produção de discos contendo as músicas da campanha, filmes curtos para a televisão e discos com mensagens para as emissoras de rádio.⁵⁹⁸ Extrapolando as práticas religiosas, a CNBB estimulava movimentos e ações de cunho político social. Desta maneira, a partir das direções contidas no texto base da Campanha da Fraternidade (1985), a CNBB recomendava aos fiéis católicos:

Recortar, nos jornais e revistas, notícias sobre o problema da fome e colocá-las em lugares visíveis; Organizar uma biblioteca com livros que tratassem sobre a fome; entrevistar e registrar experiências de pessoas que passaram fome; identificar e apoiar movimentos de combate às causas da fome; Discutir o caráter hierárquico e opressor de movimentos apenas assistencialistas; Criação de grupos de orientação alimentar; incorporação dos movimentos sociais (sindicais, bairristas, etc) nas lutas contra a fome; 599

Além disso, a CNBB formatou e divulgou para os paroquianos, através do texto base, uma série de recomendações de orações. Essas orações – recheadas com argumentos sobre as causas e as graves consequências da fome brasileira – revelam o caráter político da Campanha da Fraternidade, sendo um meio de despertar entre a população uma nova conscientização a respeito do problema.

Além de serem inseridas nos eventos de porte nacional, as orações e os cânticos deveriam servir de base também para a atuação da igreja em âmbito local, a serem utilizadas nos encontros das famílias integrantes de cada paróquia:

“As 59 paróquias que integram a região centro da Arquidiocese de São Paulo promoverão cinco encontros sobre o problema da fome, durante os quarenta dias da Quaresma (...) de acordo com o Bispo da Sé, dom Dércio Pereira.”⁶⁰⁰

E até mesmo nestes encontros de âmbito local, a CNBB estimulava o caráter político da Campanha, convocando as famílias a levarem “panelas vazias” como sinal de quem conhece a realidade famélica brasileira. Recuperava-se assim, a memória das experiências populares das Campanhas da Panela Vazia, ocorridas nos anos anteriores: “Os encontros

⁵⁹⁸ CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.9.

⁵⁹⁹ CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, pp.49-54.

⁶⁰⁰ CNBB propõe uma versão do Pai Nosso que denuncia a fome. *Folha de São Paulo*, 23 de Fevereiro de 1985, p.4.

serão realizados em casas de família (...). *A Igreja está pedindo que cada pessoa leve, para o primeiro encontro, uma panela vazia, símbolo da fome do povo*”⁶⁰¹

Os Bispos da CNBB também convidavam a comunidade paroquial e familiar, durante as reuniões locais, a refletir politicamente a respeito da expansão da fome brasileira, estimulando a partilha comunitária sobre suas experiências cotidianas de luta contra a fome:

Vamos refletir

Para ter uma idéia melhor do aumento dos preços dos alimentos, quem quiser pode dizer:

1. Como estava o preço do arroz, do feijão, do leite, da carne, do pão no final do ano passado e como está agora?
2. Parou de comprar algum alimento por causa do preço?
3. Deixou de comprar alguma outra coisa de necessidade para poder comprar mantimento?
4. Teve de vender alguma coisa para poder comer? Conhece alguém que faz isso?

Fonte: CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.133.

Mas certamente, nenhum outro local seria tão privilegiado como o altar da missa dominical. No intuito de politizar a campanha contra a fome, a CNBB faz o altar sagrado revestir-se também de lugar político. Por exemplo, a letra da música de entrada, cantada nas missas a partir de Fevereiro de 1985, mês de lançamento da Campanha, ressaltava o caráter doloroso e penoso da fome (*que sacrifica o povo humilde*):

The musical score is written on four staves. The first staff begins with a treble clef, a key signature of one sharp (F#), and a 4/4 time signature. The melody is simple and rhythmic. The lyrics are written below the notes. The second staff continues the melody and lyrics. The third and fourth staves complete the phrase. The score includes various chord markings such as D, E7, G, A, A7, and F#7.

2. Insegurança e fome
são fruto do desamor
que sacrifica o povo humilde
a viver na dor.

3. Deus é a favor dos pobres
com eles caminhará
e das correntes do egoísmo
vai nos libertar.

CNBB.

Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.57.

⁶⁰¹ CNBB propõe uma versão do Pai Nosso que denuncia a fome. *Folha de São Paulo*, 23 de Fevereiro de 1985, p.4.

Já na letra da música a ser cantada durante as missas, no momento do Ofertório, percebe-se a denúncia da desigualdade entre o pobre (*sem pão, sem comida*) e o rico (*que só pensa em ter*):

2. Unidos fazemos
os dons que trazemos
o vinho e o pão.
Quem colhe, quem planta,
quem faz e quem canta,
é tudo oração.

3. Falou-nos Maria
"Es Pai que sacia
famintos de ser.
E deixas de lado
o rico enfarado
que só pensa em ter".

4. Bem. vêa, nesta mesa:
Deus quer, com certeza,
a todos saciar.
- "Ninguém vá na vida
sem pão, sem comida!"
Proclama este altar.

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.59.

E de certa forma, dramaticamente, não deixa de ser emblemático o fato de que justamente as músicas da Campanha da Fraternidade de 1985 (*Pão para quem tem fome*) tenham sido aquelas entoadas nas diversas missas celebradas em favor da recuperação do Presidente eleito Tancredo Neves, no Instituto do Coração (SP), durante sua internação hospitalar, entre os fins de Março e os primeiros dias de Abril de 1985.⁶⁰²

Mas não apenas através da arte musical, como também da oratória, a CNBB seguiu propondo a conscientização popular nas missas, dando muitas sugestões aos padres a respeito das suas pregações diante dos fiéis. Pedia-se, por exemplo, que na homilia para o 3º Domingo da Quaresma do ano de 1985, o sacerdote ressaltasse que os Dez Mandamentos eram claramente descumpridos dentro da realidade econômica e social brasileira. Destacava-se então a corrupção, a exploração sobre os trabalhadores, as mortes por fome, o lucro desenfreado, etc. Fazia assim, uma aproximação entre os aspectos míticos religiosos e a realidade nacional, para denunciar as raízes da fome no país:

⁶⁰² Dona Risoleta acena e a multidão se emociona *Folha de São Paulo*, 3 de Abril de 1985, p.7.

A primeira leitura nos apresenta os Dez Mandamentos, a Lei da Aliança, que deve assegurar a liberdade de todo o povo de Deus, liberto da escravidão do Egito. Será que nós estamos seguindo esta Lei? Há tanta gente adorando o deus “Lucro”, o deus “Capital”... Não será este o principal “deus”, ao qual está sujeito toda a nossa vida em sociedade? — “Não matarás”. Em nome deste “deus”, quantas vidas estão sendo sacrificadas pela fome? — “Não roubarás.” Em que porcentagem o trabalhador está sendo roubado no seu salário? — “No sétimo dia, descansarás...” Quanta gente é obrigada a trabalhar dez, doze ou mais horas por dia, sem descanso, sem férias... para aumentar a produção? — “Não cobiçarás...” Não será a cobiça dos ricos e poderosos uma das causas da fome?...

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.65.

E contrastando com o egoísmo do capitalismo brasileiro, apresentava-se, em seguida, a imagem simbólica do povo partilhando o pão entre os mais pobres, como forma de estimular a reflexão sobre a necessidade da solidariedade na partilha dos alimentos:



Imagem 3.2 CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.66.

Uma outra estratégia da CNBB durante a Campanha da Fraternidade (1985) foi estimular a dramatização da realidade vivenciada pela população faminta brasileira – seja nas missas, nos encontros familiares, nos eventos de cunho nacional, etc . Por exemplo, o texto

base da Campanha sugeria a organização de peças teatrais entre os fiéis, com o intuito de ressaltar aspectos da desigualdade social brasileira: *Dramatização: um pequeno grupo de pessoas vivendo no luxo e promovendo as mais altas tecnologias, ao lado de um grupo muito maior de pessoas pobres e miseráveis, trabalhando como empregados do primeiro grupo.*

Em seguida, apresentava-se o alimento nacional, simbolizado pelo pão, enquanto resultado do trabalho coletivo e que, portanto, deveria ser dividido e partilhado, sendo um direito inquestionável. Por outro lado, a imagem despertava o olhar popular para o fato de que a produção de alimentos era realizada através do esforço do trabalhador brasileiro:



SUGESTÃO:

- Salientar o sinal do pão. Produzido com o esforço de todos (desde o lavrador até o padeiro), símbolo do trabalho de todos, ele deve servir para alimentar a todos: deve ser repartido e distribuído entre todos, mesmo com aqueles que não têm condições de produzir. O pão eucarístico é uma constante acusação contra os próprios cristãos que não se importam com a desigualdade e a fome dos irmãos;

Imagem 3.3 CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.67.

Também chamam muita atenção as sugestões de orações apresentadas pela CNBB para serem utilizadas nos momentos de reunião da comunidade na chamada Hora Eucarística, caracterizada por uma oração mais espontânea, porém profunda e reflexiva, diante do altar consagrado. As orações indicadas são apresentadas como resultado do método Ver, Julgar e Agir, anunciado na Encíclica *Mater Et Magistra* pelo Papa João XXIII, no ano de 1961.⁶⁰³ Através das falas ritualísticas a serem proclamadas pela comunidade, surge a conscientização do caráter político da fome brasileira. Algumas orações chegam a ser chocantes ao revelar aspectos muito graves vivenciados pela população brasileira diante da fome cotidiana. Ocorreu, inclusive, a tentativa de sensibilizar a comunidade através da

⁶⁰³ Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: "ver, julgar e agir". IN: João XXIII. *Encíclica Mater Et Magistra*. Roma, Vaticano, 1961.

identificação do próprio Jesus Cristo, mártir religioso, com os grupos martirizados pela fome brasileira.

Com — Milhões de homens vivem em estado de fome sem chegar a ser plenamente homens, morrendo muito cedo. São homens enfraquecidos, mal alimentados, são homens que se alimentam com sobras, incapazes de competir com aqueles que têm tudo em abundância. E é o que há de mais escandaloso na fome do mundo: enquanto uns poucos têm todo tipo de alimento em abundância, e até mesmo o esbanjam, irmãos seus, que moram talvez na mesma rua, não possuem nem sequer com o que matar a fome.

Canto: Seu nome é Jesus Cristo: é operário
Sem voz nem vez e mal remunerado,
dificultado para organizar-se
e sem defesa justa ao seu direito.

Seu nome è Jesus Cristo: está vivendo
lá no aglomerado suburbano,
curtindo fome e sede, mais miséria,
de cara com riqueza e com esbanjo.

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.77.

Em outras orações, a comunidade era convidada a pedir perdão a Deus pela sua indiferença diante da miséria de grande parte do povo brasileiro que sofria com a fome:

D — Perdão, Senhor, por aquela multidão silenciosa que, com o trabalho, não consegue ganhar o suficiente para matar a fome da mulher e dos filhos!

T — Senhor, tende piedade de nós!

D — Perdão, Senhor, pelos muitos trabalhadores sem carteira assinada, os bóias-frias, os mendigos que disputam os restos nas latas de lixo!

T — Senhor, tende piedade de nós!

D — Perdão, Senhor, pelas inúmeras crianças desnutridas e raquíticas, que não têm condições de se desenvolverem normalmente!

T — Senhor, tende piedade de nós!

Orações espontâneas...

Canto: Seu nome é Jesus Cristo, é condenado
ao desemprego ou ao sub-emprego,
vítima do desenvolvimento,
pelo cálculo econômico esmagado...

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.77.

De maneira muito comovente, algumas orações lembravam ao povo a crueldade – em semelhança ao sofrimento do Cristo – do imenso número de crianças que morriam diariamente por fome no país. O momento mais forte da oração culminava com o povo que reconhecia – *Está entre nós e nós desprezamos...*

Seu nome é Jesus Cristo, é uma criança
golpeada pela fome sem piedade,
faminta, deturpada, abandonada,
sem casa, sem família, sem cidade.
Seu nome é Jesus Cristo: é um velho,
doente, inútil, triste e desprezado,
de produzir é incapacitado
e pela sociedade rejeitado.

Refrão: Entre nós está e não o conhecemos.
Entre nós está e nós o desprezamos

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985. P.78.

Outra maneira encontrada pela CNBB para conscientizar a população foi ritualizar e dramatizar, nas orações, os casos verídicos de populações famintas e que haviam se tornado dramas de conhecimento público. Por exemplo, a CNBB incorporou em suas orações um caso testemunhado, na Região Amazônica, pelo médico Daniel Barato, professor da Universidade de Brasília.⁶⁰⁴

LIÇÃO DA VIDA

- L — Dr. Daniel descia o rio Purús quando na margem, alguém acenando com um pano amarrado à ponta da vara, o chama desesperadamente. O grande barco encosta! Antes de saltar em terra já lhe é transmitido o motivo do apelo: uma mulher com dores de parto, uma mulher com dificuldades de dar à luz. O médico entra no barraco onde no chão a mulher se contorce... Examina-a: Não é gravidez; a barriga está inchada, mas é de fome. As dores e os gritos são dores de fome, gritos de fome!
- D — A fome é uma realidade!
- T — Enquanto fazemos este encontro e participamos desta Campanha, ela continua fazendo suas vítimas, milhares, cruelmente.
- D — Gritos de fome, dores de fome!
- T — Gritos de alguém num barraco que não lhe pertence. Fome... porque a terra onde vive lhe é negada para cultivar.

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.83.

Em outra oportunidade, a oração comunitária ressaltava as gritantes desigualdades sociais que estariam permeando as raízes da fome brasileira:

⁶⁰⁴ Esta narrativa seria confirmada pelo próprio Daniel Barato, Médico do Movimento Pró-vida e Professor da Universidade de Brasília. IN: Assembléia Nacional Constituinte. Brasília-DF, 1987, Ata da Subcomissão da Família do Menor e do Idoso, p.95.

L — E nós o que vemos?

De um lado aviões particulares, carros luxuosos.

Do outro lado, homens de pé no chão, de carros de boi, sem transportes ou transportados como animais.

De um lado ricas e luxuosas construções, palacetes.

Do outro lado, barracos imundos, cortiços e acampamentos onde os homens se amontoam.

De um lado madames mimando cachorros, tratando-os como príncipes.

Do outro lado irmãos não tendo sequer restos de lixo para matar a fome!

T — Somos culpados! Grande é o nosso pecado! Grande é a nossa omissão! Perdão Senhor!

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.90.

E para superar estas contradições sociais gritantes, a CNBB propôs a realização dos chamados Gestos Concretos para superação da fome. Um dos principais Gestos Concretos da Campanha da Fraternidade (1985) seria dar continuidade a um programa de Inter ajuda, iniciado em 1984, entre as paróquias de São Paulo e as paróquias Nordestinas:

As regiões episcopais da Sé, Lapa, Osasco, Santo Amaro são responsáveis desde 1984 pelo programa de inter-ajuda São Paulo – Fortaleza. Já as demais regiões assumiram projetos noutras dioceses nordestinas: Livramento (BA) ficará com a região da Lapa; Itapipoca (CE) com o Ipiranga; Maceió (AL) com Santana; Brejo (MA) com Itapeçerica da Serra; Afogados da Ingazeira (PE) com São Miguel Paulista.⁶⁰⁵

Este programa de Inter ajuda consistia no envio de dinheiro que iria financiar diversos programas – *assistência social, compromisso social e compromisso com o próximo (...)* ações de indivíduos, instituições e comunidades⁶⁰⁶ – voltados para a promoção das áreas nordestinas que conviviam com a miséria e a fome. Entre estes programas estavam previstos *a construção de açudes, irrigação, abertura de poços, compras de sementes e remédios.*⁶⁰⁷ E realmente foi bastante significativo o montante enviado para as áreas nordestinas, bem como as realizações de obras ligadas à projetos de Ajuda às comunidades: *“O programa de Inter – ajuda representou em 1984, o encaminhamento de CR\$101,8 milhões dos católicos paulistanos para estas dioceses nordestinas.”*⁶⁰⁸

⁶⁰⁵ Arquidiocese de São Paulo apoiará projetos de emergência no Nordeste. *Folha de São Paulo*, 22 de Fevereiro, 1985, p.4.

⁶⁰⁶ CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.8.

⁶⁰⁷ Para CNBB, milhões são martirizados. *Folha de São Paulo*, 18 de Fevereiro de 1985, p.5.

⁶⁰⁸ Arquidiocese de São Paulo apoiará projetos de emergência no Nordeste. *Folha de São Paulo*, 22 de Fevereiro, 1985, p.4.

RELAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS EM 1984 – REGIONAL NE II			PROJETOS ALTERNATIVOS FINANCIADOS EM 1985 NO REGIONAL NORDESTE II – CNBB		
PAS	OBJETIVOS	Nº PESSOAS	Pas	Objetivos	Nº Pessoas
42	Poços	16.120	17	Hortas + roças	3.834
17	Açudes	3.080	03	Trabalhos de Educação de Base	485
19	Cisternas + tanques	2.317	03	Olaria Comunitária	294
18	Barreiros	4.763	02	Cisterna	300
30	Horta	4.442	06	Barreiros	1.774
28	Sementes + silos	36.323	16	Caprino cultura	1.975
06	Cacimbão	3.334	02	Apicultura	155
08	Barragens	2.702	01	Criação de porco	300
16	Roça	1.618	04	Salão comunitário	4.000
03	Casas de farinha	70	04	Poço + lavanderia	310
02	Coop. mixta de consumo	–	01	Carpintaria	28
01	Posto de saúde	–	02	Avicultura	268
02	Produção Brita	310	02	Clube de mões	80
04	Const. casas - olaria	287	03	Plantação coletiva	27
02	Clubes de mões	2.325		Bananeira-coqueiro, etc	
02	Apoio-Artesão - Setor Rural	84	01	Açude	137
06	Alimentos	4.470	01	Cacimbão	194
03	Pontes	–	01	Serralheria	222
01	Const. Forno + Galpão	55	03	Alimentação	157
03	Artesanatos	298	04	Casa de farinha	614
01	Agricultura	119	08	Atividades artesanais	207
05	Caprinocultura	732	07	Sementes	742
01	Ajuda a doentes	–	01	Compra caminhão	60
01	Compra 23 depósitos	119	01	Canalização	200
01	Creche	101	02	Programa Rádio	–
01	Irrigação	51	01	Costura	–
01	Carpintaria	28	02	Melhoria de casas	–
01	Tambor	–	01	Compra de terreno	265
01	Higienização	200	02	Captação de água	470
02	Compra de produção - safra	1.050	01	Armazenamento (silos)	151
01	FORAGEIRA	–	01	Oficina	450
01	Debulhadeira	–	01	Produção de vassouras	–
01	Farmácia	450	01	Compra de engenho	–
01	Porco	93	01	Consumo/Inturno	–
01	Artes doméstica	133	01	Travessão	–
01	Feira Comunitária	550	01	Acampamento	688
			01	Moto para acompanhar o PAS	–
			01	Oposição sindical	–
			01	Alfabetização	–
			01	Congresso dos Trabalhadores Rurais	–
			01	Reforma Barragem	200
			01	Irrigação	34
			01	Luta pela terra	45
234		86.224	115		18.686

Tabela 3. 1 Grito da Seca. CNBB Regional NE II. Abril/1985, Ano II, n. 6, p. 3 e Grito da Seca. CNBB Regional NE II, Junho/ 1985, Ano II, n. 7, p. 3.

Para o ano de 1984, chama a atenção o grande número de investimento no setor de distribuição de sementes e alimentos – o que nos faz pensar na importância destas campanhas de ajudas emergenciais para suprir a fome da população nordestina naquele período de grave avanço da carestia. Já para o ano de 1985 – contando com a ajuda da Campanha da Fraternidade – a CNBB conseguiu recursos que chegaram a ultrapassar mais de um bilhão de Cruzeiros. Vale ressaltar que a volta da chuva em 1985 fez diminuir um pouco a necessidade do investimento voltado para a alimentação imediata.

Um recente levantamento dos Projetos Alternativos no nosso Regional mostra que mais de 25 mil pessoas foram beneficiadas diretamente pelos projetos, no período de 1985 a início deste ano. Um total de 153 projetos espalhados por 20 dioceses, utilizaram recursos na ordem de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, apontando a importância deste trabalho, realizado principalmente

*graças a solidariedade cristã de várias partes do mundo e de diversas regiões do Brasil para com o Nordeste.*⁶⁰⁹

NOTA:
Alguns projetos atingiram grande número de famílias e pessoas, beneficiando várias comunidades, como o travessão, o pequeno engenho de rapadura, alfabetização, programa de rádio, congressos de trabalhadores e outros.

OBS.: Além desses foram financiados 54 projetos de Apoio as organizações dos trabalhadores, sobretudo organização sindical, luta pela Reforma Agrária, acampamentos, etc. dando um total de Cr\$ 300.281.706. Foram também financiados 18 Projetos de Enchentes que ajudaram as comunidades a reconstruírem suas casas dando um total de Cr\$ 242.975.200.

115 Projetos Alternativos	Cr\$ 786.100.225
54 Projetos de Apoio - Organização	Cr\$ 300.281.706
18 Projetos Pendentes	Cr\$ 242.975.200
TOTAL	Cr\$ 1.329.357.131

Tabela 3.1 (complemento) Grito da Seca. CNBB Regional NE II. Jan / Fev 1986, Ano III, n. 10, p. 5.

Desta forma, foi possível alavancar projetos voltados para a estrutura organizativa, como rádios comunitárias e construção de salões comunitários, contribuindo para melhor organização das comunidades das áreas atingidas pela miséria e pela fome, embora algumas famílias ainda continuassem necessitando de ajuda através da distribuição de alimentos:

Passada a estiagem, os Projetos tornaram possíveis as aplicações e o desenvolvimento de técnicas alternativas, tanto à nível agrícola como da criação de pequenos animais. Não perdemos de vista, em momento algum, o apoio aos trabalhos de evangelização e educação de base, de incentivo a pequenas atividades produtivas (agricultura comunitária, artesanato, artes domésticas, etc), visando amenizar as péssimas condições de vida e trabalho de populações nordestinas. Em alguns casos, as famílias tiveram que ser beneficiadas diretamente com alimentos. 610

Vale destacar que os projetos em favor da região nordestina vinham sendo coordenados pela Equipe de Projetos Alternativos da CNBB. E uma das preocupações políticas foi destacar o caráter emergencial da ajuda, a qual não deveria significar um rebaixamento dos investimentos governamentais na região. Outra preocupação foi incentivar, em todos os momentos, a organização política por parte dos trabalhadores nordestinos:

as comunidades descubrem o valor dos projetos, que eles não podem substituir de maneira alguma a ação governamental em busca de soluções,

⁶⁰⁹ Grito da Seca. CNBB Regional NE II. Jan / Fev 1986, Ano III, n. 10, p. 5.

⁶¹⁰ Grito da Seca. CNBB Regional NE II. Jan / Fev 1986, Ano III, n. 10, p. 5.

*como também que a ajuda financeira deve animar o trabalhador a se organizar e a continuar firme na luta.*⁶¹¹

Desta maneira, os trabalhadores foram sendo incentivados a encampar as grandes bandeiras das lutas sindicais em tempos de redemocratização, tal como a luta pela Reforma Agrária e pela Livre organização sindical, entendidas como ponto de partida para superação das condições de miséria em que vivia grande parte da população brasileira:

*Estamos presentes também, através dos Projetos de Apoio as Organizações dos Trabalhadores, em várias dioceses do Regional, Projetos que agora se multiplicam à medida que cresce a consciência e a vontade de lutar dos trabalhadores. Lutar pela Reforma Agrária, por Sindicatos livres e autênticos, por condições de vida e trabalho justas e dignas de seres humanos - companheiros e irmãos.*⁶¹²

Neste sentido, é possível afirmar que a Campanha da Fraternidade (1985) consolidou ainda mais a conscientização nacional a respeito do problema da fome, contribuindo de maneira significativa para que a questão fosse introduzida nas pautas da luta pela redemocratização brasileira enquanto um problema de natureza política. Desta maneira, confirmava a chegada de novos tempos nas lutas e campanhas contra a fome no país. E isto ficaria ainda mais claro quando diferentes entidades e forças sociais iniciaram um novo movimento político em torno da convocação e organização da Assembléia Nacional Constituinte.

3.2 - CONSTITUINTES DE UM PAÍS QUE TEM FOME

A luta pela Constituinte também proporcionou uma oportunidade histórica para aumentar a conscientização da população brasileira em relação aos vários aspectos que envolviam a existência da fome no país. As denúncias sobre a existência da fome e as tentativas de frear o seu avanço ficaram muito visíveis, durante o processo constituinte, tanto nos debates e pronunciamentos públicos, como nas propostas legislativas encaminhadas pelas instituições civis e representantes de partidos políticos.⁶¹³

⁶¹¹ *O Grito da Seca*. CNBB Regional NE II. Abril / 1985, Ano II, n. 6, p. 3.

⁶¹² *Idem*. P.3.

⁶¹³ A recuperação do contexto histórico e das lutas sociais que envolveram os debates da constituinte pode ser realizada com base em: *Constituição 20 anos: Estado, Democracia e participação popular (Seminário)*. Comissão de Legislação Participativa. 2009. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2442>

De fato, a leitura das Atas do Plenário do Congresso Nacional, bem como das Comissões e Subcomissões, nas quais ocorreram francos debates públicos durante a elaboração da constituição de 1988, demonstram como os representantes constituintes e membros de diversas organizações da sociedade civil expressaram suas percepções políticas a respeito da fome brasileira. Às vezes suas denúncias se pautavam nas estatísticas oficiais divulgadas por institutos de pesquisas ou informações divulgadas pela imprensa. Outras vezes, suas denúncias partiram de suas próprias experiências profissionais, como por exemplo, enquanto membros da área da saúde ou da administração pública. Outros denunciaram a fome a partir de suas experiências como líderes comunitários ou enquanto participantes dos mais diversos tipos de institutos ou associações no setor público ou privado, revelando experiências bem particularizadas sobre o problema famélico.

Essas denúncias marcaram os diversos debates políticos durante a Constituinte e expressaram o *campo de luta* no qual foi ampliada a percepção política do problema da fome.⁶¹⁴ Neste processo, foram apresentadas várias sugestões a respeito da criação de leis constitucionais que pudessem sanar as causas e os efeitos drásticos inerentes a esta questão. Isso significa dizer também que a questão famélica apareceu imbricada com as diversas outras pautas de lutas travadas pelos grupos e classes da sociedade brasileira, no interior do processo constituinte. Assim, a luta contra a fome esteve sempre vinculada à luta pela redemocratização, servindo de argumento político para a implementação de leis favoráveis à ampliação do poder do Estado Democrático, visando garantir: a universalização dos direitos sociais e garantias individuais, tais como, direito de repartição da terra através da reforma agrária, direito de acesso à saúde pública, garantia da proteção à criança e ao adolescente, regulamentação econômica sobre as especulações financeiras e produtivas, controle dos gastos públicos, regulamentação dos preços, pela garantia de um salário mínimo unificado, garantia de estabilidade de emprego, direito da mulher, etc.

A percepção de que a luta contra a fome deveria passar necessariamente pela conquista e consolidação de direitos sociais e garantias democráticas não era resultado apenas do contexto histórico de mobilizações políticas contrárias à permanência de um governo ditatorial. Neste ponto, as próprias experiências populares vinham indicando o caminho a seguir, uma vez que a convivência com a fome mantinha-se ao longo de muitos anos. Basta

⁶¹⁴ A título de exemplo de testemunho das lutas políticas ocorridas na Constituinte, cito palavras do Deputado Adão Preto (PT): *Os sindicatos, os movimentos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja, as universidades se mobilizaram. Eram feitos abaixo-assinados para apresentação de emendas populares. As pessoas coletavam dinheiro e faziam vaquinha para vir a Brasília reivindicar aos Constituintes a aprovação das emendas populares apresentadas pela sociedade.* In: *Constituição 20 anos: Estado, Democracia e participação popular (Seminário)*. Op. Cit., p.17.

observar que, enquanto ocorriam os debates no Plenário do Congresso Nacional, em 1987, a imprensa brasileira noticiava que uma nova leva de *saques* populares por fome ocorria em diversas partes do país, incentivados, sobretudo, pela retomada da Indústria da Seca nordestina.⁶¹⁵ E diversos participantes do processo Constituinte denunciaram essa retomada da expansão da fome brasileira, em tempos de elaboração da nossa Constituição Democrática.

Por exemplo, integrantes do Movimento em prol da criação do Estado de São Francisco relataram a expansão da fome na região do Estado de Minas Gerais;⁶¹⁶ Deputados constituintes denunciavam a expansão da fome nordestina, recriando as condições de super exploração da mão de obra nas Frentes de Trabalho do Governo Federal e reproduzindo, inclusive, velhas práticas de não pagamento aos trabalhadores nos municípios da Paraíba⁶¹⁷; Também a imprensa noticiava o crescimento de tragédias e violências aterrorizantes, ligadas à expansão das condições de fome entre a população nordestina⁶¹⁸;

Esse reconhecimento generalizado da existência da fome brasileira, inclusive por parte de vários constituintes, aumentava ainda mais os dramas das contradições verificadas no país, durante os embates pela elaboração da Constituição Democrática. Por exemplo, enquanto a fome crescia em diversas áreas do Brasil, gerando saques e mortes trágicas, o ministro da Agricultura comemorava publicamente a colheita recorde relativa às safras do biênio 1986/1987, alegando que tal fato *tranqüilizava nossas contas externas*, uma vez que *nunca se aplicou tanto dinheiro na agricultura*:

Há um ano atrás, quando aqui estivemos, a agricultura, sacudida pelo Plano Cruzado do Presidente José Sarney, investiu no seu futuro e agora colhe a sua maior safra, colhe 64 milhões de toneladas de grãos. É um superávit que

⁶¹⁵ Por exemplo: cerca de mil e trezentos trabalhadores saquearam toneladas de alimentos do estoque das merendas do município de Mauriti (CE). Ver: Emergência começa hoje na Paraíba. *Folha de São Paulo*, 28 de Maio de 1987, p. 18.

⁶¹⁶ “A cidade de montes Claros vem sendo invadida por multidões de flagelados. Os produtores já se encontram em situação de desespero diante da seca. Em recente visita feita à região, Zilda Arns, que permaneceu durante uma semana percorrendo os Municípios do norte de Minas, que há dois anos se encontram em estado de calamidade, constatou que as crianças da região estão sendo dizimadas pela fome”. MENDONÇA, Expedito. Coordenador do Movimento pró-estado do São Francisco. Comissão sistematização Abril/Setembro, 1987, p.459.

⁶¹⁷ “Ocorre, Sr. Presidente, que os salários dos agricultores alistados nas Frentes de Serviço, em cerca de 90% dos Municípios paraibanos, estão atrasados há dois meses, e esse fato tem levado os flagelados ao desespero, uma vez que não lhes resta outra fonte de rendimentos para a aquisição dos alimentos.” MATTÁ, João (PFL), Constituinte. Requerimento de informações Nº 182/88 (ANC) - Solicita informações ao Poder Executivo sobre salários dos operários das frentes de serviço instaladas na Paraíba. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, Brasília-DF 04/04/1987 a 13/04/1987, pp.14-15.

⁶¹⁸ “O técnico da Emater tinha ido ao sítio para inscrever trabalhadores ao programa de emergência. Tentou durante algum tempo organizar uma fila indiana (...). Decidiu adiar para o dia seguinte. (...) foi atingido com uma faca pelo lavrador (...) o qual matou com um tiro de revólver calibre 38 (...). Os outros trabalhadores, revoltados [o assassinaram] com cinco tiros, facadas e pauladas (...)” Técnico mata lavrador e a reação termina em linchamento na Paraíba. *Jornal do Brasil*, 2 de outubro de 1987, p.14.

*ultrapassa os 900 milhões de dólares, quase um bilhão de dólares para tranquilizar a estabilidade de nossas contas externas. (...) Nunca se aplicou tanto dinheiro na agricultura, 180 bilhões de cruzados. O Plano Cruzado injetara bilhões nas contas correntes dos bancos privados e particulares, dinheiro captado a custo zero. (...) Produzimos e comercializamos **uma grande safra neste País, a maior de todos os tempos.***⁶¹⁹

De fato, na Subcomissão da Reforma Agrária, os representantes dos produtores agrícolas brasileiros reconheceram o sucesso produtivo da safra recorde colhida em 1987. No entanto, contraditoriamente, alegavam estar diante de uma *desgraça*. Mas isso não pelo fato de grande parte do povo brasileiro passar fome naquele ano de 1987, mas sim, pela *desgraça* de não haver quem comprasse boa parte da produção agrícola colocada a disposição no mercado brasileiro no ano da Constituinte:

Em resposta a um apelo do próprio Governo (...) colhemos (...) uma safra, a maior produção agrícola de todos os tempos neste País. Estamos agora vivendo a desgraça. (...) Vemos, hoje, os produtores de arroz, não sabendo o que fazer com a sua produção; vemos o próprio café não tendo a mínima perspectiva ainda, tendo em vista que os fatores climáticos prenunciam uma grande safra de café, na próxima colheita, a partir dos próximos meses; vemos uma produção de milho com o preço oficial de 120 e tantos cruzados sendo comercializada a 60, 70, 80 cruzados a saca no interior. 620

E de uma maneira muito didática, os representantes da Confederação Nacional da Agricultura explicavam para os Deputados e Senadores constituintes que o povo brasileiro não possuía salário suficiente para *comprar nada* e, por isso, constituíam o símbolo da *desgraça* nacional – não necessariamente porque morriam de fome, mas sim porque eram *pobres* e incapazes de se tornarem *massa de consumidores* em um país que vinha batendo seus recordes na produção de alimentos:

O que está acontecendo neste País? A grande desvantagem de nós, produtores, é porque produzimos para pobres. Esta é a verdade. Nós produzimos para a massa de consumidores que tem uma renda per capita de

⁶¹⁹ REZENDE, Íris. Ministro da Agricultura. Em discurso proferido na Escola Superior de Guerra, em 30 de Junho de 1987. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, Brasília-DF, 01 de julho de 1987 a 31 de julho de 1987, p.52.

⁶²⁰ MEIRELLES, Fábio de Salles. Vice Presidente da Confederação Nacional de Agricultura. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão da Política Agrícola e Latifundiária e da Reforma Agrária, p. 105.

*em tomo de 65 dólares. Sessenta e cinco dólares não dá para comprar nada.*⁶²¹

Esta constatação de que o povo brasileiro passava fome por ser incapaz de comprar alimentos, mesmo em épocas de grandes colheitas, seria confirmada pelos representantes da ONU que visitariam o Brasil, no ano seguinte, à época da promulgação da nossa Constituição Democrática. Mais exatamente em Março de 1988, Carl Tippenhauen, um representante da ONU (PMA – Programa Mundial de alimentos) visitou o Nordeste Brasileiro e concluiu que a quantidade de alimentos disponível na região era mais do que suficiente para alimentar toda a população nordestina. Isso porque a safra nordestina, no ano anterior, havia chegado a 428.853 toneladas de feijão, mais de um milhão de toneladas de arroz, mais de onze milhões de toneladas de mandioca, cerca de 620 mil toneladas de milho, cerca de 15 milhões de toneladas de soja, 812 milhões de toneladas de cana de açúcar e oito mil toneladas de batata inglesa. Posteriormente, em entrevista, o economista Geraldo M. Aguiar, Coordenador do Departamento de Ocupação Econômica de Novas Áreas (SUDENE) confirmaria o fato de que o principal responsável pela fome nordestina não era a carência de alimentos, mas sim, o valor irrisório dos salários obtidos pelos trabalhadores brasileiros daquela região.⁶²²

Diante deste tipo de contradição, divulgada com cada vez mais ênfase pela imprensa nacional, a Assembleia Nacional Constituinte aparecia como uma oportunidade única para que os representantes de partidos e das organizações da sociedade civil pudessem propor leis que com o objetivo de sanar ou diminuir os problemas ligados à expansão da fome no país.

Alguns embates verificados nas Comissões e Subcomissões da Constituinte de 1987 estiveram ligados às propostas legislativas e discursos voltados para o combate à fome brasileira - revelando, por muitas vezes, de que forma a luta contra a fome acabara se confundindo com as lutas pela universalização dos direitos e garantias individuais, a serem consagrados pela Constituição de 1988.

⁶²¹ PIMENTEL, Guilherme. 1º Vice Presidente da Confederação Nacional de Agricultura. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão da Política Agrícola e Latifundiária e da Reforma Agrária, p. 100.

⁶²² Comida sobra no Nordeste, mas nordestino passa fome; Muita comida e pouco salário. *Jornal do Brasil*, 11 de Março de 1988, p.6.

3.3 - OS EMBATES CONTRA A FOME NA CONSTITUINTE

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, poucos foram os que tentaram solucionar a questão da fome de maneira direta, tal como propôs o constituinte do PMDB/PR, Tadeu França. Naquela oportunidade, o deputado encaminhou uma proposta legislativa constitucional que imputava diretamente ao Estado brasileiro a responsabilidade pela eliminação da fome crônica no país, alegando *ser uma questão de honra nacional eliminar nossos índices de subnutrição e de mortalidade pela fome.*⁶²³

Ao contrário, em geral, percebe-se que, durante o Processo Constituinte, a solução para o problema da fome tendeu a estar vinculada à luta pela garantia de direitos que pudessem impedir o aparecimento das condições sociais e econômicas que causavam a desnutrição e a subnutrição brasileira.

Por exemplo: na Subcomissão que discutia os direitos do acesso a terra, a partir da luta pela Reforma Agrária, o deputado constituinte Doreto Campanari (PMDB/SP) denunciou a amplitude e a gravidade da fome brasileira, lembrando que 75 % da população convivia com a fome, sendo 40 milhões de famintos crônicos:

*80 milhões de brasileiros subnutridos, segundo a Organização Mundial de Saúde. Eu gostaria de arredondar esses dados, lembrando, como médico, que nós temos 40 milhões de brasileiros que passam fome crônica e 75% inegavelmente são subnutridos.*⁶²⁴

A apresentação da Reforma agrária como um mecanismo capaz de combater a fome nacional caracterizou o pronunciamento do Constituinte Paulo Ramos (RJ), reforçando o posicionamento do PMDB no plenário da Câmara Legislativa Federal:

*O PMDB tem que afirmar, alto e bom som, que a fome não pode continuar sendo o principal problema de um país que tem mais de oito milhões de quilômetros quadrados de terras férteis e produtivas e trabalhadores dispostos a ocupá-las para produzir alimentos para o povo.*⁶²⁵

Já a deputada Cristina Tavares (PE), na ocasião da Constituinte, denunciou a fome enquanto um escândalo no Brasil. Seu posicionamento aumentava ainda mais o coro do PMDB, indicando as medidas de Reforma Agrária como uma das soluções para o problema:

⁶²³ Emenda 1P053897

⁶²⁴ CAMPANARI, Doreto (PMDB). Assembléia Nacional Constituinte, Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão da Política Agrícola e Latifundiária e da Reforma Agrária, p. 282.

⁶²⁵ RAMOS, Paulo. (PMDB), Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília-DF, 09 de março de 1987 a 31 de março de, p.101.

*os que têm urna consciência clara da necessidade política do voto da reforma agrária falam da fome como um escândalo. E é esse exatamente o aspecto que a Nação brasileira, na sua maioria e na sua maioridade, espera ver dos Srs. Constituintes: que cumpram o seu dever, votando pelo processo de reforma agrária.*⁶²⁶

De fato, a Reforma Agrária constituiu uma das principais garantias constitucionais conquistadas em 1988:

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Constituição da República Federativa do Brasil.

Para além do projeto de Reforma Agrária, outras propostas legislativas também foram fundamentadas a partir da existência da fome brasileira. Por exemplo, algumas sugestões foram no sentido da criação de um controle constitucional em relação às exportações dos gêneros de primeira necessidade. Seguindo este caminho, Paulo Ramos (PMDB/RJ) defendia que além da Reforma Agrária, seria importante determinar o veto a algumas exportações brasileiras, alegando *que no país da fome, a exportação de gêneros alimentícios é uma afronta.*⁶²⁷

Esta proposta apresentada pelo representante do PMDB se aproximava dos interesses das organizações da sociedade civil ligadas aos pequenos produtores brasileiros. Por exemplo, a tentativa de imputar ao Congresso Nacional o controle sobre a exportação de gêneros alimentícios de primeira necessidade foi apresentada pelos seguintes representantes do comércio varejista: *Sindicato do Comércio varejista de Carnes do Estado de SP, Sindicato do Comércio varejista de Carnes frescas, gêneros alimentícios, frutas, flores e plantas de Brasília e União Nacional do Comércio varejista de Carnes e derivados.* Contando com o apoio de 45.560 assinaturas, tal proposta de Emenda Popular foi justificada pela tentativa de

⁶²⁶ TAVARES, CRISTINA, Constituinte (PMDB). *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília-DF, 03 de maio de 1988 a 31 de maio de 1988, p.64.

⁶²⁷ Emenda 1P03692-5.

frear os preços dos alimentos voltados para o mercado interno, os quais tendiam seguir a *reboque dos preços internacionais, via de regra, muito acima do poder aquisitivo da população.*⁶²⁸

Ao discursar na Comissão de Sistematização, o representante dos Sindicatos de Comerciantes Varejistas de São Paulo, Manoel Farias Ramos, explicara para os constituintes que o Brasil era, então, um dos maiores exportadores de carne do mundo, embora o consumo interno de carne fosse bastante deficiente entre a população brasileira:

*As exportações do setor agropecuário cresceram ao ritmo de 17% ao ano, provocando a situação crítica hoje conhecida de todos: aumentamos paralelamente a produção e a fome. A título de ilustração, se juntarmos todas as carnes, o nosso consumo per capita chega apenas a 1/3 do consumo argentino de carne bovina e fica abaixo do polonês, apesar de termos o terceiro maior rebanho bovino, o quarto rebanho suíno e a quarta produção de frangos do mundo.*⁶²⁹

A luta pelo controle das exportações parece ter sido, portanto, uma via bastante valorizada pelas organizações da sociedade civil constituídas pelos comerciantes varejistas, os quais utilizaram a necessidade de diminuição da fome nacional como um argumento político para alavancar as propostas legislativas favoráveis também aos seus interesses econômicos.

Mas o controle das exportações foi matéria legislativa defendida também por diversos sindicatos de trabalhadores da região de Minas Gerais, sendo que estas propostas apareceram ligadas à luta contra as migrações forçadas devido ao avanço da indústria agrícola latifundiária. Dentre estas propostas, constava a possível criação dos seguintes artigos para a Constituição Federal, limitando claramente as exportações brasileiras:

Art. Dar prioridade à produção agrícola a serviço do mercado interno, ao invés de incentivos a produtos de exportação.

*Art. Desenvolver uma política de fixação do homem a terra através de mecanismos eficazes que evitem o êxodo rural.*⁶³⁰

⁶²⁸ Emenda popular número PE00047-4.

⁶²⁹ RAMOS, Manoel Farias. Representante do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo e Outros. Assembleia Nacional Constituinte, Brasília-DF, 1987. Ata da Comissão de Sistematização Abril/Setembro, pp.552-553.

⁶³⁰ A PE00076-8 contou com 12.931 assinaturas, sendo representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (MG); Sindicato dos trabalhadores das indústrias de extração de ferro, metais básicos e de minerais não metálicos de Patos de Minas (MG); Associação de Pequenos produtores de Cerrado (MG).

E confirmando a importância desta matéria legislativa enquanto mecanismo de controle frente ao avanço da fome no país, a deputada Abigail Feitosa (PMDB/BA) ressaltou na Comissão de Sistematização que a população da Bahia vinha passando fome, embora o governo brasileiro mantivesse a exportação de toneladas de arroz:

*Enquanto no País, no Nordeste, no meu Estado da Bahia, as pessoas estão morrendo de fome, inclusive até os padres no São Francisco estão fazendo greve de fome, Sr. Presidente, a CFP [Companhia de Financiamento da Produção] vai exportar quatro milhões e sete mil toneladas de arroz. É um absurdo que se exporte alimento neste País e as pessoas estejam morrendo de fome. Gostaria que esta Comissão tomasse uma atitude para levar esse protesto ao Ministro da Agricultura e ao Senhor Presidente da República, porque é inaceitável; é uma política assassina e irresponsável.*⁶³¹

Outros constituintes insistiram em sugerir que a solução para o problema da fome passava pela necessidade de se aumentar vertiginosamente a produção de alimentos. Esta preocupação acabou gerando sugestões um tanto polêmicas, tal como aquela apresentada pelo constituinte João Alves (PFL/BA) que sugeria, indiretamente, o adiamento da reforma agrária por dez anos. Ao invés de dividir terras, o estado deveria criar regiões agrícolas capazes de abrigar até 40 milhões de habitantes com o objetivo de suprir de alimentos os trabalhadores e suas famílias. Somente após dez anos as terras estatais destas regiões agrícolas deveriam ser transferidas como propriedades aos trabalhadores, os quais também deveriam contar, inclusive, com a ajuda de presidiários, *ainda que houvesse a necessidade de manter muitos deles com os pés acorrentados.*⁶³²

Já o constituinte do PMDB/PE, Oswaldo Lima Filho, buscou atrelar a produção de alimentos às bases de organizações comunitárias. Sua sugestão foi no sentido de que *os Estados, territórios e municípios deveriam destinar metade da área dos logradouros públicos à produção comunitária de alimentos.*⁶³³

A própria Central Única dos Trabalhadores (CUT), através de representantes da sua Comissão Nacional, apresentou durante o processo constituinte propostas que exigiam justamente a priorização da produção de alimentos básicos e o controle de estoques pelas agências governamentais, visando garantir o *atendimento das necessidades alimentares e*

⁶³¹ FEITOSA, Abigail. (PMDB), Constituinte. Assembléia Nacional Constituinte. Brasília-DF, 1987. Ata da Comissão de Sistematização. Novembro/Dezembro, p. 247.

⁶³² Emenda IP15433-2.

⁶³³ Emenda IP18209-3.

nutricionais de toda a população: Dentre os encaminhamentos legislativos propostos pela CUT, podemos citar:

- *A adoção de uma política voltada prioritariamente para a produção de alimentos básicos, com vistas ao atendimento das necessidades alimentares e nutricionais de toda a população;*
- *A adoção de uma política de armazenamento, distribuição e abastecimento que atenda às necessidades internas do País, incluindo a formação de estoques reguladores que possibilitem a estabilização de preços e a disponibilidade de alimentos.*⁶³⁴

A deputada Abigail Feitosa (PMDB/BA) concordou, neste sentido, com a ideia de que nada adiantava aumentar a produção nacional sem, ao mesmo tempo, melhorar as condições de armazenamento e distribuição dos alimentos produzidos no país. Para tanto, lembrou aos demais membros parlamentares que toneladas de alimentos estragavam nos armazéns públicos da Bahia, enquanto a população baiana, incluindo crianças, vinha morrendo de fome:

*Sabem V. Ex. que com toda essa fome existem na Bahia 3 mil toneladas de arroz estragado e 18 mil toneladas de farinha estocadas pela CFP? As crianças estão passando fome, enquanto a CFP compra e estoca comida para garantir o preço mínimo ao produtor, e não a repassa.*⁶³⁵

A necessidade de melhorar a capacidade de armazenamento dos alimentos também foi matéria do discurso do deputado Oswaldo Sobrinho (PMDB/MT). O deputado chamava a atenção nos debates da Constituinte para o fato de que a especulação com alimentos gerava fome, além de manter sérios desperdícios. Lembrava o deputado que o Brasil comprava no exterior exatamente os mesmos alimentos que vinha deixando estragar nos armazéns públicos, ano após ano:

Tivemos a oportunidade de visitar alguns armazéns da CASEMAT e da CIBRAZEM, quando pudemos sentir que aqueles armazéns, ainda com as safras de 1984, 1985 e 1986 todos eles completamente lotados – arroz, soja, milho e sorgo apodrecendo – e o que é pior, já aí os agricultores colhendo a nova safra de 1987, sem as mínimas condições de estocagem para os seus produtos, simplesmente por falta de responsabilidade dos órgãos encarregados do setor. (...) Não é possível que o País, que no ano passado

⁶³⁴ Proposta da Comissão Nacional de Previdência Social e de Saúde da CUT para a Constituinte. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, 1987. Ata da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, p.102.

⁶³⁵ FEITOSA, Abigail. (PMDB), Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília-DF, 01 de agosto de 1987 a 15 de agosto de 1987, p.20.

*comprou arroz da Malásia, do Ceilão, da Argentina, do Uruguai e de outros países: esteja perdendo arroz nos armazéns do Centro-Oeste,*⁶³⁶

É dentro deste contexto que podemos compreender a proposta apresentada pelo constituinte Virgílio Guimarães, do Partido dos Trabalhadores, sugerindo o confisco imediato dos estoques considerados especulativos e imputando ao Estado a responsabilidade por regularizar o estoque de alimentos:

Art. É proibida a especulação com gêneros alimentícios, sendo imediatamente confiscados sem qualquer indenização todos os estoques especulativos;

*Art. A boa qualidade dos alimentos, a preservação de suas características (...) é de responsabilidade do Estado (...)*⁶³⁷

Como justificativa para a sua proposta, o constituinte do PT alegava que os *alimentos básicos não podem continuar sendo objeto de lucro fácil. (...) O brasileiro não pode continuar sendo vítima da lógica do lucro capitalista até mesmo quando se alimenta.*

O resultado deste conjunto de propostas e considerações, a respeito das condições de comercialização e armazenamento dos alimentos no país, ficou contemplado, em parte, no Art. 23 da Carta Magna, o qual imputou ao Estado a obrigatoriedade de incentivar produção agropecuária e regular o abastecimento de alimentos no país:

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Constituição da República Federativa do Brasil.

E, de fato, os Deputados Constituintes terminaram por reconhecer que a produção agrícola deveria servir aos interesses da população e dos trabalhadores, estabelecendo a *função social da propriedade*:

⁶³⁶ SOBRINHO, Osvaldo (PMDB), Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília-DF, 09 de março de 1987 a 31 de março de 1987, pp.103-104.

⁶³⁷ Emenda 1P12706-8.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Constituição da República Federativa do Brasil.

Já no campo da defesa dos direitos de Saúde Pública, por exemplo, em muitas propostas legislativas e, também em muitos discursos, a fome foi tomada enquanto um problema com soluções complexas, as quais exigiam a vinculação dos direitos da saúde às garantias individuais, bem como aos direitos sociais e econômicos.

A Coordenadora Nacional das Associações de Moradores (CONAM) cobrava dos constituintes brasileiros que as condições de saúde da população fossem consideradas, na Constituição, de maneira ampla, e não apenas parcialmente. Alegava que, para tanto, o direito à alimentação necessitava estar amparado por um conjunto de direitos sociais e econômicos que tornassem possíveis a superação efetiva da miséria popular:

*Não se pode ter saúde sem condições dignas de moradia, sem saneamento básico. Nós temos apenas 50% dos domicílios brasileiros com serviço de saneamento básico. Não se pode ter saúde sem garantia de emprego e de salário justo. Não se pode ter saúde sem acesso à educação e sem condições de alimentação. É necessário que, ao se pensar em saúde, o Governo pense em todos esses fatores, em todas essas questões, que são componentes, ao nosso ver, da questão da saúde.*⁶³⁸

Esta percepção de que a superação da fome passaria pela incorporação de uma gama de direitos coletivos também esteve contemplada na Emenda Popular apresentada pelos representantes do *Conselho Federal de Medicina (RJ), Federação Brasileira de Nutrição (SP)*

⁶³⁸ SOUZA, Maria Aladilce de. Presidente da CONAM – Coordenação Nacional da Associação de Moradores. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, 1987. Ata da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, p.112.

e *Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal*, tendo sido assinada por 58.615 pessoas e recebendo apoio de cento e sessenta diferentes entidades. Tal Emenda Popular, ao considerar a saúde um direito inalienável da pessoa humana, exigia também a garantia de direitos sociais que deveriam dar suporte ao direito à alimentação:

§1º O direito à Saúde implica nos seguintes direitos fundamentais:

I – Acesso à terra e aos meios de produção.

II – Condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação

(...)

VIII – Opção quanto ao tamanho da prole.⁶³⁹

Também o Médico Francisco Barbosa, integrante do Conselho Nacional da Medicina, defendeu na constituinte a percepção de que a superação da fome e a garantia do direito à alimentação somente seriam possíveis caso a Constituição vinculasse os direitos de saúde às efetivas garantias de direitos no campo social, em combinação com regulamentações econômicas:

Destacaria, por exemplo, a questão da Reforma Agrária que está ligada à questão da alimentação, à questão da vida do homem do campo, à questão da vida do homem da cidade, que está ligada à questão do solo urbano (...). A questão da dívida externa está muito clara. Ela tem vinculação não só com a questão saúde, mas com todas as questões sociais do País (...)⁶⁴⁰

Todas estas tentativas de obrigar o poder público a assumir a responsabilidade pela melhoria das condições gerais de vida da população brasileira certamente influenciaram a elaboração do Art. 23 da Constituição, em seus incisos IX e X:

⁶³⁹ Emenda Popular número PE00050-4.

⁶⁴⁰ COSTA, Francisco Álvaro Barbosa. Integrante do Conselho Nacional de Medicina. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, 1987. Ata da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, p.120.

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

Constituição da República Federativa do Brasil.

A luta pela ampliação de direitos foi também uma tendência das propostas encampadas pelas organizações ligadas à Igreja Católica, as quais enviaram uma Emenda Popular, assinada por 34.240 pessoas, a qual previa *a proteção da vida de cada pessoa, desde a sua concepção em todas as fases da sua existência.*⁶⁴¹ Ao defender a aprovação desta proposta na Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, o constituinte do PMDB/ES, Nelson Aguiar, lembrou que a existência da fome demandava a elaboração de leis voltadas para a garantia da vida humana, desde a infância até a vida adulta: *A questão do direito da proteção à vida e partir da concepção, sim. Temos que proteger a mulher desnutrida que queira criar o seu filhinho e que às vezes é destruído porque ela está com fome.*⁶⁴²

É dentro deste contexto de luta pela vida humana em todas as dimensões que podemos compreender o Art. 201 da Constituição:

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 201. Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

III - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

⁶⁴¹ Emenda Popular PE0007-5, encaminhada pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, Cáritas Arquidiocesana Rio de Janeiro e Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro.

⁶⁴² AGUIAR, Nelson (PMDB), Constituinte. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, 1987. Ata da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, p.209.

Constituição da República Federativa do Brasil.

Certamente que os profissionais da saúde percebiam a necessidade do aumento dos recursos públicos destinados à área da saúde para que fosse possível a garantia real de tais melhorias das condições de vida da população. Seria importante, portanto, destacar a proposta de Emenda Popular encampada pela *Associação Médica de Mato Grosso do Sul, Associação de Sanitaristas do Mato Grosso do Sul e Associação dos Cirurgiões de Dentistas de Campo Grande*, assinada por 30.531 assinaturas populares. Tal emenda sugeria a aplicação de, no mínimo, 25% dos recursos públicos para a área da Saúde pública.⁶⁴³ Como justificativa para a proposta indicavam que países como EUA, França, Inglaterra e Alemanha gastavam 16% de seus orçamentos neste setor, cerca de 800 a 1.200 dólares por habitante ao ano. Já no Brasil estes índices não chegavam sequer a irrisórios 36 dólares por habitante ao ano.

Neste sentido, houve constituinte que ressaltou as diferenças, verificadas na década de 1980, no volume de recursos destinados às áreas militares e às áreas de Saúde. Por exemplo, o constituinte Uldorico Pinto do PMDB/BA exigia que a Escola Superior de Guerra fosse transformada em uma Escola de Defesa da Paz, do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos, sob a alegação de que *aproximadamente 500 milhões de pessoas, ou seja, um oitavo da população mundial padece de desnutrição grave. (...) De acordo com os dados da ONU, os gastos com a saúde pública no mundo não atingiram a 60 % dos dispêndios totais de armamentos.*⁶⁴⁴

A utilização da fome nacional enquanto parâmetro político para conter os gastos públicos no campo militar constituiu também a tônica do discurso do constituinte Arnaldo Fiorante, do PDS, no Plenário Legislativo Federal, em Março de 1987. A fome brasileira fora tomada, então, como argumento para a crítica ao ideal de Segurança Nacional imposto pela cúpula militar:

Um país que tem problemas dessa gravidade, onde 42% da população vão dormir com fome, se permite a tentativa de fabricar um artefato nuclear, sob a idéia de segurança nacional. Agora, o que causa o maior mal à segurança nacional? (...) Quase 30% das verbas diretas e indiretas deste País vão para as Forças Armadas, ou seja, para perspectivas militares. O que causa mais

⁶⁴³ Emenda Popular número PE00018-1.

⁶⁴⁴ Emenda 1P00795-0.

*mal à segurança nacional? É o País passar fome, com um salário mínimo que não dá direito a que uma família de cinco pessoas, um casal e três filhos*⁶⁴⁵

Outros constituintes alegavam que, não apenas os desperdícios com gastos militares, mas também, a continuidade do pagamento dos juros da dívida externa estaria desviando uma preciosa quantidade de recursos nacionais, os quais poderiam estar sendo gastos no combate à fome. Esta foi a constatação do constituinte Irajá Rodrigues, do PMDB/RS, no Plenário do Congresso Nacional: *o Brasil continua sendo sangrado diário, mensal e anualmente em todo o seu esforço para manter em dia o pagamento dos juros dos banqueiros internacionais. Com isso, o povo brasileiro é forçado a passar fome*,⁶⁴⁶

No mesmo sentido, José Yunes, do PMDB/SP, sugeriu a contenção dos gastos públicos com o pagamento da dívida externa, cobrando maiores atenções à fome popular:

*O alto custo de vida recrudescer diante do déficit público que, por sua vez, existe porque o Governo não controla seus gastos e se vê, diante da necessidade de pagar os juros da dívida externa, obrigado a financiar os saldos da Balança Comercial, atualmente girando em torno de 13 bilhões de dólares ao ano. O resultado dessa corrente é a miséria e a fome, que, para nossa vergonha e tristeza, atinge grande maioria do nosso povo.*⁶⁴⁷

Já o constituinte pelo PDS/MA, Davi Alves Silva, sugeria que além do mau uso dos recursos governamentais, a própria fome e a subnutrição também deveriam ser incluídas na constituição enquanto crimes de lesa humanidade, ficando *sujeitas às cominações civis e penais as autoridades e agentes do poder público que, por qualquer forma, contribuírem para a inexecução ou desvirtuamento de projetos, planos ou programas governamentais (...)* *voltados para a população carente.*⁶⁴⁸

Apareceram, inclusive, algumas propostas em torno da imposição ou extinção de impostos e taxas pelo Estado brasileiro, visando à contenção da fome. Por exemplo, o constituinte Victor Faccioni, do PDS/RS, propôs que a União instituisse uma *contribuição*

⁶⁴⁵ MACIEL, Lysâneas. Subcomissão Assembléia Nacional Constituinte, Brasília-DF, 1987. da Nacionalidade, dos Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias, pp.38-39.

⁶⁴⁶ IRAJÁ, Rodrigues. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília-DF, 20 de junho de 1988 a 30 de junho de 1988, p.310.

⁶⁴⁷ YUNES, José. (PMDB) Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília-DF, 01 de setembro de 1988 a 05 de outubro de 1988, p.226.

⁶⁴⁸ Emenda 1P15878-8

*social destinada a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação (...).*⁶⁴⁹ Por outro lado, a constituinte do PFL/RJ, Sandra Cavalcanti, sugeria a proibição da criação de impostos pela União, Estados e Municípios sobre gêneros de primeira necessidade. Como justificativa, alegava a necessidade *de redução do custo dos gêneros que constituem a cesta básica das populações mais carentes do nosso país (...) a fim de que se possa extirpar a fome que assola boa parte de nossa gente.*⁶⁵⁰

O constituinte Arnaldo Fiorante do PDS/SP chamou a atenção dos seus pares, alegando que os gêneros alimentícios realmente sofreriam com uma taxaço abusiva por parte do governo, encarecendo os preços finais dos comestíveis: *para cada Cz\$100,00, gastos em alimentos. menos de Cz\$ 80,00, destinam-se a pagar o seu custo real, ficando Cz\$ 17,00, para o ICM, Cz\$ 2,50 para o FUNRURAL e Cz\$ 2.25 do PIS e mais Cr\$ 1,50 para o FINSOCIAL.*⁶⁵¹

É dentro deste contexto que podemos compreender a proposta de Emenda legislativa de número 1P17037-1, apresentada pelos constituintes do Partido dos Trabalhadores. Tal Emenda concedia ao *Congresso Nacional o direito de suspender o pagamento das dívidas contraídas indevidamente no exterior.* Como justificativa reconhecia-se que a dívida externa *faz crescer descontroladamente a inflação; arrocha cada vez mais os salários da classe trabalhadora, deteriorando sua qualidade de vida, levando a miséria, a fome, a doença, o analfabetismo a milhões de lares brasileiros.*⁶⁵²

Tais debates acabaram por contribuir para a criação do Artigo 71 da Constituição de 1988, o qual procurou garantir ao Congresso Nacional o controle dos gastos públicos brasileiros:

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (Texto Original)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas

⁶⁴⁹ Emenda 1P10469-6

⁶⁵⁰ Emenda 1P04308-5

⁶⁵¹ FIORANTE, Arnaldo (PDS), Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília-DF, 09 de março de 1987 a 31 de março de 1987, p.294.

⁶⁵² Emenda 1P17037-1

e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

Constituição da República Federativa do Brasil.

E a luta contra a fome também esteve presente no interior dos debates constituintes a respeito dos direitos e garantias ligadas aos trabalhadores brasileiros. Chama atenção, neste sentido, a proposta do constituinte do PMDB/PE, senador Mansueto de Lavor, proferida na Comissão da Ordem Social. Segundo suas análises, o Salário Mínimo unificado nacionalmente evitaria a expansão de *salários de fome* pelo país:

*Não condenar de fome, mais do que já passam os trabalhadores daquelas regiões menos desenvolvidas, que tendo um custo de vida mais elevado, enfrentando um custo de vida mais elevado, teriam um salário mínimo inferior aos das regiões onde há abastecimento, etc.*⁶⁵³

O baixo valor dos salários brasileiros, de maneira ainda mais acentuada em algumas regiões, estaria expandindo incessantemente a fome nacional. Essa foi exatamente a constatação do líder sindical Ulisses de Resende no seu discurso proferido na Subcomissão dos Direitos do Trabalhador:

*há estudos específicos também feitos pela SUDENE, na Região Nordeste, mostrando que aquelas regiões sobretudo estão sofrendo um processo de definhamento, que o trabalhador daquela região está ficando mais baixo, dizem os documentos até nanico, está ficando mais baixo, está ficando com uma estrutura orgânica reduzida, porque exatamente eles são submetidos, e lá todos ganham o salário mínimo, a um salário mínimo que é esse de fome*⁶⁵⁴

Esta preocupação com a valorização dos salários dos trabalhadores ficou evidente no inciso IV do Art. 7º da Constituição Federal, o qual previa, inclusive, reajustes salariais periódicos que pudessem combater prejuízos inflacionários:

⁶⁵³ DE LAVOR, Mansueto (PMDB), Constituinte. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília-DF, 1987. Ata da Comissão de Ordem Social, p. 38.

⁶⁵⁴ DE RESENDE, Ulisses Riedel. Representante do Departamento Inter Sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Assembléia Nacional Constituinte, Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, p.67.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Constituição da República Federativa do Brasil.

Diante desta realidade vivida pelos trabalhadores brasileiros, o constituinte do PDS/SP, Antônio Salim Curiati, encampou a proposta de legislação favorável à contratação temporária da mão de obra, alegando que o emprego temporário ou sazonal viria a socorrer os desempregados em época de crise econômica, uma vez que os pais de família *sofrem o pesadelo da fome*.⁶⁵⁵ Já os representantes de indústrias e empresas do Rio Grande do Sul procuraram encaminhar uma Emenda Popular que se dizia a favor da *garantia da relação de emprego* (sic). Tal garantia seria anulada, porém, em casos de *Contrato a termo, Prazos definidos em contrato de experiência ou Superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa*.⁶⁵⁶

Enquanto esta Emenda Popular proposta pelos industriais e empresários do Rio Grande do Sul recebeu apoio de 32.425 assinaturas, uma outra Emenda Popular, encaminhada pela *CNBB, Cáritas Brasileira e Movimento de Educação de Base*, acabou por receber um apoio bem mais expressivo, contanto com 284.604 assinaturas. Isso porque, ao invés de proteger o lucro empresarial, defendia abertamente que *toda a organização da ordem econômica deve fundamentar-se na primazia do trabalho sobre o capital*. Dentre as garantias defendidas, estava *a justa remuneração capaz de atender o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de seus encargos familiares*.⁶⁵⁷

⁶⁵⁵ Emenda 1P08158-1.

⁶⁵⁶ A Emenda Popular número PE00082-8 foi apresentada pelo Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Associação de empresários do Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos dirigentes de Venda do Brasil, recebendo assinatura de 32.425 pessoas.

⁶⁵⁷ Emenda Popular número PE00013-0.

Não há dúvida, portanto, sobre a importância histórica destes debates para a elaboração do Art. 170 da C.F., o qual busca garantir a *existência digna* do trabalhador e a sua permanência na condição de *empregado*:

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VIII - busca do pleno emprego;

Constituição da República Federativa do Brasil.

Nem sempre a proteção aos trabalhadores mais expostos ao problema da fome se deu através da luta pela garantia de estabilidade no emprego ou pela melhoria do salário mínimo nacionalmente unificado. Por exemplo, o constituinte do PDT/RJ, Noel de Carvalho, acreditava que a superação da fome entre os trabalhadores migrantes poderia justificar a organização de um Estatuto legislativo voltado exclusivamente para o atendimento desta categoria de profissionais. De acordo com a sua justificativa, o trabalhador camponês migrante, sobretudo o nordestino, seria *forçado a viver (...) trabalhando nas colheitas e passando fome nas “pontas de cidade” durante o período da entre safra.*⁶⁵⁸

De fato, a tentativa de correção de determinados desequilíbrios regionais também constituiu uma opção de luta contra as condições sociais e econômicas que faziam crescer a fome no Brasil. Foi neste sentido a proposta legislativa encaminhada pelo senador Mauro Benevides, do PMDB/CE, defendendo a criação de um fundo de compensação nacional para as áreas com menores índices de renda per capita do país. Sua justificativa era a percepção de que *os desequilíbrios intra e inter regionais de renda no país continuam alarmantes, eternizando os contrastes e acentuando o subdesenvolvimento e as mazelas sociais como a fome e a miséria, que desfavorecessem milhares de brasileiros.*⁶⁵⁹

⁶⁵⁸ Emenda 1P06571-2.

⁶⁵⁹ Emenda 1P00783-6.

O constituinte do PT/SP, Eduardo Jorge, reforçou na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente esta percepção de que havia uma forte desigualdade no fornecimento de infra estrutura e serviços que atendiam as diversas regiões brasileiras:

*Compare a assistência médica, os recursos oferecidos ao Nordeste com os recursos oferecidos aos grandes centros, pela própria Previdência, aos próprios previdenciários. A disparidade é brutal. A diferença, por exemplo, entre a oferta de serviços da Previdência, no Rio de Janeiro, e no Ceará deve ser de um para dez, ou mais.*⁶⁶⁰

Da mesma forma, a desigualdade regional foi também o argumento utilizado pelo constituinte do PMDB/BA, Jutahy Magalhães, na apresentação da proposta legislativa que visava garantir, ao menos, três por cento dos recursos federais a serem utilizados no combate à seca nordestina, como forma de acabar com os *índices alarmantes de carência, subnutrição, fome, enfermidades, mortalidade infantil (...)*.⁶⁶¹

Esta desigualdade regional pode ser verificada também nos índices divulgados pelo IBGE a respeito da mortalidade infantil brasileira, para o ano da Constituinte:

⁶⁶⁰ Eduardo Jorge (PT), Constituinte. Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, 1987. Ata da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, p. 62.

⁶⁶¹ Emenda 1P09320-1.

6 - ESTIMATIVA DE ÓBITOS DE CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES-1980-87

GRANDES REGIÕES	ÓBITOS DE CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO (em milhares)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
BRASIL	218,8	265,4	248,5	265,8	251,5	221,7	202,8	192,4
Norte	12,8	12,4	12,5	13,1	13,3	13,6	13,2	13,2
Nordeste	165,3	154,7	143,6	156,5	143,7	121,5	107,9	102,4
Sudeste	81,2	77,3	72,5	73,7	66,2	57,3	52,8	49,8
Sul	24,9	23,1	21,2	19,9	18,5	17,6	16,3	15,4
Centro-Oeste ...	14,6	14,1	12,3	13,2	13,3	10,8	10,8	10,8

FORTE - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Estatísticas do Registro Civil.

Tabela 3.2 Perfil estatístico de Crianças e mães no Brasil. Mortalidade infantil e saúde na década de 1980. IBGE, RJ, 1989, p. 29.

No relatório oficial, os representantes do IBGE destacavam a fome como um dos principais fatores que explicavam a permanência dos altos índices de mortalidade infantil no país, com prevalência nas regiões Norte e Nordeste. Como solução para o problema, indicavam a *reidratação oral e atenção à saúde nutricional das crianças*.⁶⁶²

A Constituinte Eunice Michelles, do PFL/AM, narrou na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso que também foi uma testemunha da fome que avançava sobre as regiões mais pobres e distantes do país. Em suas viagens de campanha nas eleições de 1986, na cidade de Lábrea, na Região Amazônica, constatou a existência de crianças desnutridas carregadas pelos braços de possíveis eleitoras de seu partido:

eu estava num comício agora nesta campanha, ao meio dia, e percebi uma senhora com um neném de um lado e outro de outro, ela batia palma assim, com os dois nenéns no colo. Mas eu perguntei: que idade eles têm? E ela disse: um ano e quatro meses. Crianças que não pesavam mais do que três quilos e que eu julgava recém-nascidos. Eu perguntei: o que você dá de alimento para

⁶⁶² Perfil estatístico de Crianças e mães no Brasil. Mortalidade infantil e saúde na década de 1980. IBGE, RJ, 1989, p. 29.

*eles? Ela disse: ah! Eu dava mingau de maisena, mas agora faltou o dinheiro e a gente não está dando mais nada. Eu só dou chá.*⁶⁶³

Também o Médico Daniel Barbato confirmou que suas experiências profissionais o fizeram testemunhar o grave avanço da fome entre as famílias da região amazônica brasileira:

*É muito triste V. Ex.^a ser chamado para fazer um parto lá naqueles seringais, vai-se aparamentado com material todo e com assepsia. E quando vai examinar a pessoa que está fazendo força há 3 dias, orientada por uma parteira prática, chega-se a um diagnóstico triste de que a dor que ela estava sentindo, depois de examinar, depois de fazer testes, vários testes, depois de 1 hora, chega-se à conclusão de que aquela dor era determinada pela fome que ela estava sentindo, eu chorei com aquela paciente. E o que fiz? Eu a levei para Lábrea e 1 mês depois é que ela foi ter a criança, mas bem alimentada.*⁶⁶⁴

Da mesma forma, o Coordenador da Organização Nacional dos Deficientes Físicos, Messias De Souza, foi bastante direto ao denunciar as conseqüências drásticas do avanço da fome entre mulheres e crianças brasileiras, indicando a proliferação dos casos de deficiência mental como conseqüência da fome infantil:

*Onde estão os deficientes mentais, onde estão nesta sala? Não os vi aqui, mas eles são mais de 50% dos nossos, principalmente por fome. (...) Eles ficam deficientes mentais, não crescem nem a nível intelectual, nem em nível de físico, porque já no útero das suas mães estavam subnutridos e as suas mães também.*⁶⁶⁵

Essas denúncias foram confirmadas pelo presidente da Associação Pernambucana de Cegos, Manoel Aguiar, naquela mesma Subcomissão dos Negros, Populações indígenas, Deficientes físicos e Minorias. Os seus relatos demonstram que, além da deficiência mental, a fome continuava causando inúmeros casos de cegueira entre as crianças do país, sobretudo nas áreas mais pobres, como Norte e Nordeste: *Na nossa região, a avitaminose está levando à*

⁶⁶³ MICHILES, Eunice. (PFL). Assembléia Nacional Constituinte. Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão da Família do Menor e do Idoso, p.92.

⁶⁶⁴ BARBATO, Daniel. Médico do Movimento Pró-vida e Professor da Universidade de Brasília. Assembléia Nacional Constituinte. Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão da Família do Menor e do Idoso, p. 95.

⁶⁶⁵ DE SOUZA, Messias Tavares. Coordenador da Organização Nacional dos Deficientes Físicos (ONDEF). Assembléia Nacional Constituinte. Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes Físicos e Minorias, p.105.

cegueira (...). Grande número de companheiros, de cidadãos brasileiros, estão ficando cegos pela fome (...). Nesse aspecto, a prevenção, a causa, neste País, não é sequer encarada. ⁶⁶⁶

Ao que parece, portanto, a luta contra a fome também influenciou na elaboração do Art. 3º da Constituição Federal, caracterizado pela tentativa de diminuir as desigualdades sociais e regionais:

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Constituição da República Federativa do Brasil.

Ainda em relação ao problema da fome infantil, destaca-se a proposta de Emenda Popular número PE00096-2, assinada por 77. 058 pessoas e subscrita pelas seguintes instituições: *CNBB, Sociedade Brasileira de Pediatria, Federação Nacional das sociedades Pestalozzi, Movimento nacional dos Meninos e Meninas de rua, Frente Nacional dos Direitos de Defesa da Criança e Serviço Nacional Justiça e Não-Violência*. Dentre os direitos defendidos por esta Emenda Popular estava a obrigação do Estado brasileiro em assegurar à criança e ao adolescente os seguintes direitos: *à vida, à alimentação, à moradia, à saúde, ao lazer (...)*. Como Justificativa alegava-se que *dos 66 milhões de brasileiros entre 0 e 19 anos, 45 milhões [estariam] vivendo em condições sub-humanas, 15 milhões sofrendo de desnutrição crônica*.

Sem dúvida, foi também para lutar contra tal situação que os Deputados Constituintes forjaram o Art. 227 da Carta Magna, incluindo a alimentação como um direito da criança e do adolescente:

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil.

⁶⁶⁶ AGUIAR, Manoel. Presidente da Associação Pernambucana de Cegos. Assembléia Nacional Constituinte. Brasília-DF, 1987. Ata da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes Físicos e Minorias, pp.132-133.

Além disso, um dos possíveis caminhos encontrados para fazer o Estado alimentar a criança brasileira foi a sugestão de que as escolas nacionais deveriam ser obrigadas a fornecer condições de permanência dos estudantes em seus estabelecimentos, garantindo, entre outros direitos, a alimentação através de merendas escolares. Essa foi a proposta apresentada pela CNBB, *Associação da Educação Católica no Brasil, Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas*, através da Emenda Popular PE00010-S, assinada por nada mais, nada menos, que 750.077 pessoas.

Certamente, o fundamento desta questão contribuiu para gerar o Art. 208 da Constituição de 1988, o qual obriga o Estado a se responsabilizar também pela alimentação dos estudantes brasileiros:

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (TEXTO ORIGINAL)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Constituição da República Federativa do Brasil.

Já a constituinte Eunice Michilles, do PFL/AM, sugeriu a Emenda 1P08548-9, visando garantir a suplementação alimentar além daquelas fornecidas nas escolas às crianças oriundas de famílias que recebem menos de três salários mínimos. Sua justificativa era a de que *mais da metade das crianças brasileiras sofrem de algum grau de desnutrição, embora o Brasil perfile entre os maiores exportadores de alimentos do mundo (...)*.

Outras propostas preferiram a opção de tentar erradicar a fome infantil através de uma maior proteção às condições de maternidade. Por exemplo, a Emenda Popular apresentada pela *Sociedade Brasileira de Pediatria, Federação Nacional de Jornalistas, Comitê Nacional Brasileiro de organização para a educação Pré-escolar*. A Emenda PE00064-4, assinada por 46.297 pessoas, previa que *dos recursos totais destinados ao setor saúde, o Estado estabelecerá como prioritária a alocação de um maior percentual a programas de assistência à saúde materna – infantil*. E como justificativa para a proposta denunciava que no Brasil,

*a criança e o adolescente sofrem a violência e o desrespeito à sua dignidade de pessoa, sob as mais diversas formas, desde aquelas institucionalizadas pela pobreza, pela marginalização social e econômica, como a fome, a desnutrição, a doença e morte prematura (...) até as formas diretas de opressão física, psicológica, moral e cultural.*⁶⁶⁷

⁶⁶⁷Emenda PE00064-4

O apoio estatal às mulheres brasileiras foi uma das exigências apresentadas pela representante do movimento Rede Mulher, Moema Viezzar, diante dos constituintes da Subcomissão de Sistematização. Sua alegação era justamente a de que a fome era um problema que impedia a satisfação das necessidades mais básicas dos brasileiros, sobretudo daquelas mulheres envolvidas com a responsabilidade materna:

Para nós, mulheres, é inconstitucional a situação de fome, de miséria, de desnutrição e de falta de serviços básicos de saúde para a população brasileira, frutos da falta de acesso a condições de satisfação das necessidades básicas do ser humano. Como parte de nossa saúde física, psicológica e mental, reivindicamos o direito ao reconhecimento da maternidade e da paternidade como função social, com garantia de meios para a criação e educação dos filhos 668

Desta maneira, tornou-se importante legislar constitucionalmente a respeito da proteção da mãe e de sua prole:

CONSTITUIÇÃO 1988 (TEXTO ORIGINAL)

ART. 227

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

Constituição da República Federativa do Brasil.

Como se percebe, a partir de todos os exemplos até aqui explicitados, foi bastante considerável a atenção que o problema da fome recebeu por parte de diversos representantes de partidos, movimentos e organizações da sociedade civil, no interior do processo constituinte, entre os anos de 1987 e 1988. Sua relevância política foi reconhecida abertamente pelos membros que participaram dos preparativos legislativos voltados para a elaboração e promulgação da Constituição de 1988. Percebe-se que alguns aproveitaram a oportunidade para tentar combater as raízes econômicas e sociais do problema. Outros tentaram mitigar possibilidades supostamente capazes de atenuar suas graves consequências no país. Estas tentativas forjaram, muitas vezes, propostas que assumiram a defesa de direitos coletivos e garantias individuais frente ao Estado democrático que se conformava durante o processo de abertura política.

⁶⁶⁸ VIEZZER, Moema. Coordenadora da Rede Mulher. Assembléia Nacional Constituinte. Brasília-DF, 1987. Comissão de Sistematização Abril/Setembro, p.343.

Certamente, algumas propostas assumiram a existência da fome como argumento para imposição de interesses corporativos ou de finalidades democráticas de caráter duvidoso. Mas na maior parte das vezes, como ficou claro, a fome foi compreendida enquanto *escândalo nacional* a ser superado coletivamente. Como se sabe, neste caso o legado histórico é inegável: nas décadas seguintes as mobilizações contra a fome seriam consolidadas definitivamente e a compreensão sobre a fome assumiria lugar de relevância fundamental na política pública brasileira. E algumas décadas depois, durante o ano de 2014, o país alcançaria uma importante meta, ao diminuir o número de famintos para uma taxa abaixo de 5 % da população. Por outro lado, isto equivale a dizer que, para pelo menos 7,2 milhões de brasileiros, esta luta dramática ainda não chegou ao fim.⁶⁶⁹

⁶⁶⁹ Em substancial relatório, a FAO divulgou, em 2014, os resultados altamente positivos alcançados pelo Programa Federal *Fome Zero* no País. Por outro lado, o IBGE calculou que em torno de 52,05 milhões de pessoas ainda passavam por algum tipo de insegurança alimentar em 2013 – dos quais 7,2 milhões eram do tipo mais grave. O retrato da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Relatório 2014. FAO/ONU, 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf. Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar. PNAD 2013. IBGE/ Rio de Janeiro. 2014. Acesso em 30/10/2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo este resgate histórico das mobilizações políticas e dos debates que enfrentaram e propuseram soluções para o problema da fome brasileira entre 1978-1988, devemos tecer algumas considerações com caráter conclusivo, indicando também novas questões que mereceriam um aprofundamento por parte dos historiadores interessados em desvendar de que forma a fome tornou-se *questão central* das políticas públicas no Brasil recente.

Ao longo das análises realizadas no primeiro capítulo desta pesquisa, as fontes históricas avaliadas não deixaram margem para nenhuma dúvida: de fato, entre 1978 e 1981, a grave crise econômica enfrentada pelo país levou a população brasileira a ter de enfrentar os efeitos drásticos da carestia – aprofundando ainda mais a generalização da fome brasileira durante a crise do “milagre econômico”. Tal como demonstraram as pesquisas do IBGE (Anuário Estatístico de 1980), se em 1975 todas as regiões brasileiras estavam abaixo da média em termos de consumo calórico per capita, a partir de 1980, esta trágica situação se acentua ainda mais.

Diante deste grave quadro sócio econômico, chegamos à dura conclusão de que a cúpula militar que governava o país, naquele momento, procurou impedir a divulgação sobre dados oficiais estatísticos que pudessem revelar até que ponto avançara a fome brasileira nos primeiros anos da década de 1980. Vale lembrar, como demonstraram as fontes históricas aqui investigadas, que ao menos em duas oportunidades, ficou bastante evidente a censura imposta pelo governo militar sobre aqueles que tentaram chamar a atenção para o avanço do problema da fome no país. Durante a comemoração do dia da alimentação, em 1981, membros da ONU, diante de seus preparativos para criticar a fome brasileira, foram surpreendidos por uma campanha substituta, na qual o Brasil era apresentado como um grande celeiro mundial. Além disso, outra amarga constatação foi o silêncio do governo sobre um importante estudo da SUDENE que demonstrava o quanto havia aprofundado a fome brasileira na região do Nordeste entre os anos de 1980 e 1981. Depoentes da CPI da fome estimaram que tal documento foi propositalmente “engavetado” e “esquecido” pela cúpula militar.

Neste contexto, é possível reafirmar aqui a importância política das mobilizações populares, partidárias, comunitárias, sindicalistas, científicas, jornalísticas, pastorais, etc, as quais mereceram destaques históricos ao tentar romper o silêncio imposto pela cúpula militar

a respeito da fome brasileira. Justamente este foi um dos principais “ganhos historiográficos” desta pesquisa – recuperar um conjunto de lutas e mobilizações políticas que constituíram frentes de oposição à ditadura militar, as quais apontaram a questão da fome brasileira como uma situação trágica e vergonhosa, fazendo estremecer certas bases do governo militar – não apenas pela contundência das denúncias produzidas a respeito da fome, mas também porque ajudaram a fortalecer as pautas de luta da oposição durante o processo de redemocratização nacional. Neste ponto, os resultados evidenciados ao longo do primeiro capítulo demonstraram que tanto o Movimento Custo de Vida como a retomada das Marchas da Panela Vazia constituíram importantes marcos políticos na história recente nacional, revelando que tais mobilizações devem ser compreendidas dentro de um contexto histórico no qual se lutava pela reconquista dos direitos de cidadania, mas também para não deixar a *barriga do povo esvaziar*. E foi exatamente esta força e pressão da cobrança popular que levou os representantes políticos da oposição a iniciarem uma CPI da Fome em 1981, confirmando a importância das lutas travadas nas arenas da *sociedade civil* para a formatação das frentes de oposição que foram constituídas no interior das instituições públicas, como no caso, o Congresso Nacional, durante o processo da redemocratização brasileira.

Especificamente sobre o avanço da fome brasileira, apesar da ausência de dados estatísticos oficiais para o intervalo entre os anos de 1981 -1983, é possível indicar que, para além das lutas pela cidadania e redemocratização, o intenso avanço da fome esteve entre as principais causas que levaram a população a *saquear* diferentes lugares onde se estocava alimentos no país, sobretudo entre Agosto e Setembro de 1983. Se a fome não foi a única causa para os saques – e definitivamente não foi – a conclusão não é menos dramática por isso. Quando se considera todo o conjunto de evidências levantadas por esta pesquisa a respeito das condições sócio-econômicas experimentadas pela população brasileira em 1983 – inflação elevadíssima, recuo histórico do PIB, arrocho salarial, seca nordestina, corte extremos nos gastos públicos – fica evidente que a fome e a pobreza extrema (a qual batia recorde histórico em 1983) foram também detonadoras da “explosão” de saques em todo país, contribuindo ainda mais para confirmar a crença popular de que era “legítimo” e “direito do povo” saquear para comer.

Estas “explosões populares” de 1983, como ficou evidente, longe de constituírem “ações irracionais” ou “sem direção política”, iniciaram um novo ciclo de luta popular e foram impulsionados justamente pelos canais abertos pelos movimentos sociais organizados. Se na região nordestina a indústria da seca concedia certa “legitimidade” aos saques, nas grandes metrópoles do Sudeste, foi exatamente no contexto de crescimento da oposição e suas

cobranças nas arenas públicas – passeatas, greves, quebra-quebra de transportes, eleição de governos opositores, etc – que os *saques* se intensificaram, demonstrando que o debate sobre o caráter “espontâneo” dos mesmos foi, em última instância, um argumento poderoso para a conformação de uma determinada visão negativa sobre seu *significado histórico*. No entanto, ao longo do segundo capítulo desta tese, demonstrou-se que os *saques* tiveram um duplo e contraditório papel naquela conjuntura: por um lado, colocaram em risco a legitimidade dos movimentos de oposição, abrindo brechas perigosas que poderiam justificar um aumento da repressão conservadora, colocando em xeque todas as conquistas obtidas pelas forças de oposição, principalmente quando consideramos que os *saques* foram muito fortes no Sudeste, desestabilizando, logo de saída, governos como o de Leonel Brizola (RJ) e Franco Montoro (SP), recém eleitos pelos partidos da esquerda nacional. Por outro lado, esta pesquisa revelou que foi justamente no contexto de intensificação dos *saques* que a imprensa nacional passou a “divulgar a fome” com maior intensidade, ampliando espaços para os debates a respeito do problema no país. Há aqui fortes indícios de que, para além do papel cumprido pelas diversas mobilizações de cunho organizativo (partidários, sindicais, comunitários, etc), a força das mobilizações “explosivas” também deve ser considerada pelos historiadores como um fator que ajudou a chamar a atenção para a permanência da fome no Brasil, nestes tempos mais recentes.

Em outras palavras, embora os *saques*, nas regiões metropolitanas, no geral, tenham ocorrido a reboque dos atos públicos convocados pelas forças partidárias e sindicais, é preciso reconhecer que as forças populares que aceitaram “ultrapassar limites institucionais” acabaram por superar o silêncio das elites brasileiras a respeito da fome. Em contrapartida, esta investigação histórica demonstrou que os “lucros políticos e históricos” destes enfrentamentos diretos somente puderam ocorrer na justa medida em que as forças sociais organizadas em sindicatos, pastorais, universidades, partidos, etc, souberam ou puderam aliar-se a este novo ciclo de protestos populares “radicais” para denunciar as causas da fome ou combater suas mazelas.

Sobre as causas da expansão da fome no correr das décadas de 1970 e 1980, foi possível perceber que suas raízes estão intimamente ligadas às formas de modernização impostas através do autoritarismo, sob formato de uma *inclusão forçada*: expropriação em massa, super exploração da mão de obra e violência coercitiva verificadas em diversos casos de relações produtivas, tanto no meio rural, como urbano. Tal processo contou com forte apoio estatal (vide os casos aqui estudados, como o Pró-álcool nacional, do reflorestamento baiano, da construção das hidrelétricas que levam às migrações forçadas no RS, do estímulo à

sorte garimpeira no Maranhão, etc). Por outro lado, o processo de deslocamento em massa de populações para as cidades foi “*dualisticamente combinado*”: através do rebaixamento dos salários nas metrópoles (um salário mínimo *que não dava nem para comer* em 1983) e da “*marginalização funcional*” (o desemprego e o trabalho informal que atingem níveis exorbitantes na década de 1980). Será exatamente para lutar contra esta brutal realidade que caracteriza o avanço da fome brasileira que muitas mobilizações sociais estarão articuladas em diversas instâncias, assumindo claros contornos políticos, seja no âmbito sindical, religioso, científico, comunitário, etc. É exatamente neste sentido que podemos concluir que a luta contra a fome se combinou com a luta contra o autoritarismo e a ausência de cidadania no país, entre 1978-1988.

Ao longo deste trabalho, foi possível reconhecer diversas situações históricas que demonstram como foram custosas certas rupturas a respeito da fome brasileira, sobretudo no que diz respeito às possíveis “concessões” a serem oferecidas pelas elites diante das lutas de classes e da permanência da desigualdade social. Como considerar, a não ser enquanto *conservadorismo de classe*, as linhas editoriais da grande imprensa nacional que reiteradamente omitiam as causas da fome brasileira em suas matérias jornalísticas? Nas lutas pelo consenso público a respeito dos significados políticos desta trágica questão brasileira, observou-se que muitos avanços ocorridos nas reportagens jornalísticas da grande imprensa brasileira foram resultados de decisões políticas e brechas editoriais criadas por poucos repórteres profissionais, os quais aceitaram “*ir mais longe do que o recomendado*” por seus editores. Além disso, constatou-se que foi na imprensa de cunho popular e sindical que a fome foi retratada de maneira mais aberta, sinalizando com maior clareza e profundidade as causas da fome nacional. De fato, foi na chamada *imprensa alternativa*, nos periódicos de baixa circulação, que as denúncias se apresentaram menos “dramáticas” ou “fatídicas”, porque ao se aproximar das falas e das experiências das populações famintas, registraram exatamente as mobilizações heróicas – e às vezes, desesperadas – de quem não possuía sequer comida e sofria as piores mazelas de uma das maiores *crises* da história brasileira.

E ainda, sobre o sentido histórico das mobilizações políticas aqui investigadas, como compreender, a não ser como *ruptura histórica*, o papel de certos setores das elites que, em algum momento, passam também a incorporar a questão da fome em suas pautas de lutas, como foi o caso da CNBB, na Campanha “*Pão para quem tem fome*”?

Foi exatamente neste sentido que concluímos, ao longo do capítulo 3, que ocorreram importantes avanços históricos durante a “Nova República”, no que diz respeito não apenas ao fato de que a existência da fome passou a ser reconhecida de maneira *mais aberta* pelos

chefes do poder executivo nacional, mas também devido à conquista de direitos sociais que passaram a combater a fome em suas raízes, uma vez que certas vitórias obtidas pela oposição no processo Constituinte levaram à formulação de leis voltadas para a proteção da vida, da justiça social, da diminuição das desigualdades sociais, da busca pela erradicação da pobreza, dos direitos de saúde pública, da proteção materna e infantil, etc.

Mas é bem verdade que, para além de todas estas lutas travadas no campo discursivo ou no plano político institucional, há ainda uma questão de difícil conclusão para aqueles que se aventuram a tentar explicar certos fatos simplesmente *inexplicáveis* na história recente de nosso país: como avaliar a dimensão histórica da luta particularizada, destes muitos indivíduos que conviveram com a fome, lutaram para vencê-la, e que, como esta pesquisa revelou, vivenciaram coletivamente dramas e tragédias nas proporções de um verdadeiro genocídio? Neste ponto, em particular, concluo também que um dos principais méritos desta pesquisa foi simplesmente o fato de recuperar uma experiência histórica que muitos preferiam ter “esquecido”, para não ter que encontrar coragem ao se olhar de frente para o *espelho da história*. Recuperou-se, portanto, memórias sociais que vinham sendo apagadas, mas que ao serem retomadas e elevadas à condição de “*passado que existiu*”, ajudam a romper com certas *ideologias da outorga* que insistem ainda em buscar heróis nacionais que teriam apresentado “a questão da fome” “e suas soluções” para o povo brasileiro. Ao contrário, a pesquisa revelou que a politização da fome no país tem uma longa tradição de luta entre populares e, portanto, fortes dívidas com milhares de brasileiros, milhares de *anônimos* – e inúmeras instituições organizadas a partir da mobilização popular.

Considerando os registros e testemunhos aqui examinados, foram abertas provas indeléveis de que ainda há muito para se investigar, embora seja difícil de compreender por qual motivo poucos historiadores aceitaram tratar desta questão de maneira mais profunda até hoje. Talvez o principal nó histórico ainda por ser *remendado* seja responder de que forma todas estas mobilizações políticas realizadas na década de 1980 contribuíram para que, durante a década de 1990, a questão da fome fosse assumida de frente por movimentos sociais como as Campanhas contra a fome realizadas pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), nas quais se passou a afirmar que “quem tem fome, tem pressa”. Ora, considerando que as bases daquelas Campanhas eram realizadas pelo estímulo à solidariedade privada, em tempos de avanço das ONGS, do Neoliberalismo, das políticas “focalizadas e não universais”, seria de suma importância investigar o sentido histórico desta inversão de paradigmas ocorrida em um período tão curto de tempo – na qual se abandonam os pressupostos básicos das lutas travadas na década de 1980, as quais perseguiam, incansavelmente, o fortalecimento das instituições

do Estado e a busca pela consolidação da proteção social garantida por entidades públicas, com caráter universal. Mas se realmente “*quem tem fome tem pressa*”, que os historiadores defensores de um Estado de Bem estar social tenham verdadeira pressa em responder esta questão, sob o risco de não se cumprir aquela nossa primeira promessa política: *o melhor que se pode fazer é salvar toda esta gente*. Afinal, diante deste novo e imenso tsunami neoliberal que já vem se aproximando, fica difícil afirmar que estamos, de fato, todos *a salvo*.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é Fome?** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALBUQUERQUE, Roberto C. Pobreza e exclusão social. In: Veloso; Albuquerque (org.). **Pobreza e Mobilidade Social.** São Paulo: Nobel, 1993.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987.
- ALVES, Kaio César. *Os trabalhadores e as lutas contra a carestia em 1913 no Rio de Janeiro. Vozes, Pretérito & Devir Ano III, Vol. IV, Nº I (2015) Dossiê Temático: Trabalho e movimentos sociais. Disponível em: <file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/72-155-1-SM.pdf>* Acessado em 30/10/2016
- ALVIM, Daniel Horta. **Pobreza brasileira: pensando paradigmas: experiências de vida - Morro da Penha - Niterói - RJ;** Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em História / UFF. 2005.
- ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs). **Um Século de Favela.** 3a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil.** Campinas/SP: Pontes, 1995.
- _____. **A rebeldia no trabalho** (O confronto operário no ABC Paulista 1978/80). 2ª ed., Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1992.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80).** São Paulo: FFLCH/USP, Tese de doutorado, 1994.
- ARCARY, Valério. **Existe uma nova classe média no Brasil?** In: Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Editora Instituto José Luis e R. Sundermann, 2011.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista.** São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- AZEVEDO, Jô; BARLETA, Jarcy M. *O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP).* Cadernos do Cedem. V.2. N.2, 2011. Pag. 133-146. <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/1647/1400>. Acessado em 30/10/2016
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARROS, Maria Sylvia Carvalho e TARTAGLIA, José Carlos. **"A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve histórico, avaliação e perspectiva"**. Alim. Nutr., Araraquara, v.14, n.1, 2003, pp. 109-121. Disponível em: <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/847/726> Acessado em 30/10/2016
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Texto para Discussão nº 800.* Rio de Janeiro: IPEA, jun/2001. 29 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0800.pdf Acessado em 30/10/2016
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BLOCH, Marc, **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRANT, V.C. **Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo.** In: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Org.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983.
- BENEDITO, Reginaldo. **A Ação Popular na história do catolicismo.** Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História. P. 166-197.
- BENTES, Ivana. **Terra de Fome e sonho: O paraíso material de Glauber rocha.** IN: BENTES, Ivana. Ressonâncias do Brasil. Espanha: Fundación Santillana, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-glauber-rocha.pdf> Acesso em: 30/10/2016
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BEOZZO, José. **História geral da Igreja na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1992.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil.** Texto para discussão, Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, 2004. Disponível em:

- <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-8-as-politicas-publicas-sobre-a-fome-no-brasil>. Acesso em 30/10/2016
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. de et alli. *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola (Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo), 1981.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Companhia das Letras. São Paulo. 1987.
- CARVALHEIRA, Renato. *“Josué de Castro: o sociólogo da fome.”* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, 2002.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. A crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.
- CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro*. Civilização Brasileira, 2003, p. 91-92.
- CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- _____. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.
- _____. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense,
- _____. *O livro negro da fome*. 3 ed. São Paulo. Brasiliense,.
- _____. *A explosão demográfica e a fome no mundo*. Portugal: Edições Itáu, 1968.
- _____. *Geografia da fome (O dilema brasileiro: pão ou aço)*. Rio de Janeiro: Antares / Achiamé, 1976.
- _____. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.
- _____. *A miséria na Abundância: a fome nos Estados Unidos da América*. *Le Monde*, Paris, Janeiro de 1971, pp.17-18.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. O discurso competente e outras falas. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Simulacro e poder*. Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson, “*As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*”. In: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2ªed.
- D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.) *Getúlio Vargas. Perfis Parlamentares*. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, 2011, p.679. Disponível em: [file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/getulio_vargas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/getulio_vargas%20(1).pdf) Acesso em 30/10/2016
- DRAIBE, S.M. *Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. Políticas Públicas: proteção e emancipação*, 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>>. Acesso em 30/10/2016
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 7.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Relume-Damará: ANPOCS, Rio de Janeiro, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador 1 – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós, que amávamos tanto a democracia* (Protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo – 1977/1984). São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1994.
- FAGNANI, Eduardo. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Tese Doutorado em Ciências Econômicas. Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2005.

- FERNANDES, Carla Montuori; CORREIA, Genira Chagas. **Mídia jornalística como instrumento de ação política no Golpe Militar de 1964**. In: Estudos de Jornalismo e Mídia. Florianópolis, v.11, n.1, p.77-88, jan./jun. 2014.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A.N. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (O Brasil republicano; v.4), 2007.
- FERREIRA, Cassiana Buso. **Representações de intolerância na imprensa escrita: Saques e Quebra-quebras em São Paulo**. Tese doutorado SP, USP, 2009.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Edemir Brasil. **A multidão rouba a cena. Quebra-quebra em Salvador (1981)**. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado em História, 2008.
- FICO, Carlos. **Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Sérgio. **O Carro a álcool: uma experiência de política pública no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2006. P.77. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4899/1/2006_SergioFigueiredo.pdf Acesso em 30/10/2016
- FILHO, Maurício Monteiro. Órfãos de Serra Pelada. *Repórter Brasil*. TV Brasil, 01 de junho de 2004. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2004/06/rfaos-de-serra-pelada/> Acessado em 30/10/2016
- FONTES, Virgínia. **Capitalismo, exclusões e inclusão forçada**. Tempo, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.34-58, jun. 1997.
- _____. **O Brasil e o capital imperialismo**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2010.
- FRANÇA, Elisabeth. Lansky, Sônia. **Mortalidade infantil neonatal no Brasil: situação, tendências e perspectivas**. Unicamp. 2008. http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1956.pdf Acesso em 30/10/2016
- FREITAS, Maria do C. Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: Edufba; Ficruz, 2003
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GALEAZZI, M. Antonia. **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Ed. Mercado de Letras, 1996.
- GARCIA, Tomas Coelho. *A luta contra a “carestia da vida” dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista*. Revista *Ponto de Vista*, Nº 10, outubro 2013, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Disponível em: <http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.10,%20outubro%202013.pdf>; Acesso em 30/10/2016
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais – a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo : Loyola, 1995.
- _____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Editora Loyola, 1997,
- GOMES, Pedro Gilberto. **O Jornalismo nas Comunidades eclesiais de Base** (Estudo de caso do Jornal Grito Povo), USP, 1987. <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/17%20Reginaldo%20Benedito%20Dias.pdf> Acesso em 30/10/2016
- GOENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **A ação da cidadania contra a miséria e pela vida ou Quando a fome se transforma em questão nacional**. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). Formas de combate e resistência à pobreza. São Leopoldo : Unisinos, 1996.
- GRECO, Ricardo. **Literatura e fome: representação da velha luta entre opulência e miséria**. *Baleia na Rede* Revista online. <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao04/literatura.pdf> Acesso em 30/10/2016

- GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada**. Fortaleza: DNOCS, 1981.
- HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. J. **Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOFFMANN, R. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil**. São Paulo, Texto apresentado no Seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil, organizado pelo Grupo de Trabalho Segurança Alimentar do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994.
- JAGUARIBE, Hélio (org.). **Brasil 2000: para um novo pacto social**. Paz e Terra, 1986.
- KADT de, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.
- KLEIN, Eloísa J. da C. **Política e Jornalismo na Imprensa Alternativa**. Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. III Num. 1 – 1º semestre de 2006. <file:///C:/Users/Carlos%20Fernando/Downloads/2243-6450-1-PB.pdf>. Acesso em 30/10/2016
- KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. **Espoliação urbana**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Paz e Terra, 1975.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- LIMA, Luiz G. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- LOWY, Michel. **Marxismo e teologia da libertação**. Ed. Cortez, 1991.
- MACIEL, Laura (e outros). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2006.
- MAGALHÃES, Rosana. **A Fome no pensamento de Josué de Castro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1992.
- MAGNO, Tânia Elias (org.). **Josué de Castro**. Fundação Miguel de Cervantes, Rio de Janeiro, 2012.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Col. Os economistas.
- MARINI, Ruy Mauro. *“A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo”*. Outurbo, n.20, São Paulo, 2012.
- MAROCCO, B. A. **Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística**. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 30. dez. 2015.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 2006, 10a. Ed. [edição original 1848].
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **“Reorganizando em meio ao Refluxo: Ensaio de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual”**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: vício de Leitura, 2009.
- MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste: um falso problema**. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE. Vozes. Petrópolis, 1988.
- MEDEIROS, Marcelo. **Ricos e a formulação de políticas de combate a desigualdade e a pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003. 22p. ((IPEA. Texto para Discussão ; 984).
- MELLO, Flavio Miguez de; PIASENTIN, Correa do; **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens /**. Rio de Janeiro, Comitê Brasileiro De Barragens, 2011.
- MENDONÇA, Eduardo L. de. **A pobreza no Brasil: Medidas e Sentidos**. Dissertação de Mestrado. IPPUR-UFRJ. 2000.

- MENEZES, Upiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. "**A história da alimentação: balizas historiográficas**". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 5, n.1, Jan-Dez. 1997, pp. 9-91. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5349/6879> Acesso em 30/10/2016
- MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana A. Lima; RODRIGUES, Juliano R. Alves. Breve Descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o Etanol produzido no Brasil. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Ver: <http://www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf> Acesso em 30/10/2016
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Raízes da Fome**. 1987. Vozes / FASE. Rio de Janeiro. (3ª edição).
- MIRANDA Neto, Manoel José. **Os lucros da fome: o mito de escassez de alimentos**. Rio de Janeiro: Ed. Aciamé, 1982.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena R.. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: IMPRES, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro et alli. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 3ª ed.; Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, vol. 1, 1985.
- _____ et alli. **Cidade, povo e poder**. 2ª ed., Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, v. 5, 1981.
- MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- MOREIRA, Delfim. Pra aqueles que têm memória curtíssima. Blog Um as Verdades, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://umas-verdades.blogspot.com.br/2010/12/pra-aqueles-que-tem-memoria-curtissima.html>; Acesso em 30/10/2016
- MUNHOZ, Sidney José. **A Ordem do Caos “Versus” o ocaso da ordem (Saques e quebra-quebras em São Paulo -1983)**. Campinas/SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1989.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. **Getúlio e a Seca: medidas emergenciais na Era Vargas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n° 40, p. 107-131. 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia Brasileira. Crítica à razão dualística**. Petrópolis/Cebrap/Vozes. 1972.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PAMPLONA, Marco A. **A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas**. Revista Estudos Históricos, n° 17. CPDOC FGV, Rio de Janeiro, 1996.
- PASCHOARELLI, Leandro. **Quebra-quebras e Imprensa, Zona Leste de São Paulo 1980-1981**. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, 2000.
- PEDREIRA, Márcia da Silva. **O Complexo Florestal e o Sul da Bahia**. Universidade Rural do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2008.
- PELIANO, Ana Maria; RESENDE, Luis F. L; BEGHIN, N. O comunidade solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. Revista Planejamento e Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 12, jan/jun. 1995, pp. 19-37.
- PEREIRA, Bresser Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. **Inflação e Recessão**. Brasiliense, 1984. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Books/InflacaoeRecessao-1Edicao/14-Os-fatores-Aceleradores-da-Infla%C3%A7%C3%A3o-Brasileira-1979-e-1983.pdf> Acesso em 30/10/2016
- PERUZZO, Círcia M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História. Operários, Mulheres, Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Editora UEL, 2001.
- POCHMANN, Marcio. (org). **Atlas da exclusão social no Brasil**. Os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.
- POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PUFFER, R. R. & SERRANO, C. V. **Patterns of mortality in childhood**. Washington, PAHO, 1973.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REZENDE, Maria José de. **A Transição como forma de dominação política: O Brasil na era da abertura 1980 – 1984**. Londrina: EDUEL, 1996.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza, afinal do que se trata?**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RUDÉ, George. **A multidão na História: estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra (1730-1848)**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- RUDÉ, George. **Ideologia e Protesto Popular**. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970- 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALES, Jean Rodrigues. **Entre o Fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)**. História, Franca/SP, v. 26, n. 2, 2007.
- SANTOS, Leonor M. P. /PASQUIM, Elaine M. /SANTOS, Sandra M. C dos. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Ciênc. saúde coletiva vol.16 no.3 Rio de Janeiro Mar. 2011 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000300018&lang=pt. Acesso em 30/10/2016
- SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça; a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e Agonia. Nos Bastidores do Plano Cruzado**. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.
- SERPA, Egídio. A Seca: do sabido ao Sábio. *Brasileiros*, 30 de junho de 2010. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2010/06/a-seca-do-sabido-ao-sabio/>. Acesso em 30/10/2016
- SILVA, Tânia Elias Magno da. **“Josué de Castro: para uma poética da fome.”** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- SILVA, Pedro Luiz Barros; MEDICI, André Cezar. Considerações sobre o gasto em saúde no Brasil: dilemas até o fim do século. *Cadernos de Saúde Pública*. vol. 4 n.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 1988. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1988000100008 Acesso em 30/10/2016
- SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. Forense-Universitária, 1975.
- SOUZA, E. **O Calvário da Secas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1983.
- SOUZA, L.A.G. **Classes populares e Igreja nos caminhos da história**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TAKAGI, M. (org) **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.
- TAVARES, L. **O Programa Fome Zero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. Disponível em: <http://www.outrobrasil.net>>. Acesso em 30/10/2016
- TELLES, Vera da Silva. A experiência do autoritarismo e práticas instituintes. Os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1985.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.3v.
- _____. **“A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII” in: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: CIA. Das Letras, 1998.
- UGA, Maria Alcília D. Crise econômica e políticas sociais: elementos para discussão *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.5, no.3, Julho/Setembro. 1989.
- VASCONCELOS, Eduardo A. de. **Noel Rosa: para ler e ouvir**. ed. Barcarola. 2004.
- VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. *Rev. Nutr.* vol.18 no.4 Campinas July/Aug. 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001 Acesso em 30/10/2016

VILLA, Marco Antônio. **Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Tradução: Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

YAZBEK, Maria C. **Fome Zero: uma política social em questão**. *Saúde e Sociedade*, vol.12, n.1, São Paulo Jan./Jun. 2003, pp.43-50. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000100007&lang=pt

Acessado em 30/10/2016

YUNES, J. E RONCHEZEL, V.S.C. "Evolução da Mortalidade Geral, Infantil e Proporcional no Brasil". São Paulo, *Revista de Saúde Pública*; 8, suplemento, 1974.

ZANLOCHI, Terezinha. **Mulheres leigas na igreja de cristo**. SP. Edusc. 2001.

FONTES

Imprensa popular ou alternativa

- * Boletim informativo da Pastoral Operária de Fortaleza. *O Noticiário*. Fortaleza, Janeiro/Dezembro, 1983.
- *Boletim Pastoral Operária de Itabira – MG, Informe número 7. Dezembro de 1983.
- * Boletim da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória- ES. *Ferramenta*. Nº 61. Outubro, 1983.
- * Boletim informativo do Sindicato Rural de Colatina – ES. *O Roceiro*. Setembro / Outubro, 1983.
- * Boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão (MA) – Nº 5 *A Voz do Trabalhador Rural.*, 07 de junho de 1983.
- *Boletim Nacional do 3º Congresso dos Jovens Trabalhadores. Ação Católica/Juventude Operária Católica. São Paulo. Nº 8 abr. maio 1983
- * Boletins *Movimento Custo de Vida*. São Paulo/Goiás. Março/Dezembro, 1978.
- * Boletim informativo da *Comissão Pró-Federação das Mulheres Paulistas*. Outubro, 1981.
- *Boletim da *Associação dos Moradores da Zona Norte de São Paulo*. São Paulo, Outubro, 1983.
- *Jornal *Tribuna da Luta Operária* (PC do B). São Paulo. Edições Janeiro/Dezembro, 1983.
- *Jornal *Disparada* (RN) Boletim oficial do Programa de Educação Política. Ano 5. Rio Grande do Norte. Serviço de Assistência Rural (SAR). Março/ Abril, 1983.
- *Jornal *O Posseiro* (BA), Santa Maria da Vitória, Bahia, Maio, 1983.
- *Jornal *Grita Povo* (SP), Região de São Miguel, São Paulo. Abril, 1983.
- *Jornal *Alternativa*, Teresina-PI, nº40, Maio, 1983.
- *Jornal *O Grito da Terra*. Feira de Santana, Bahia, Janeiro/Dezembro, 1983.
- *Jornal *O Grito do Nordeste*. Animação Cristã Rural. Recife, Pernambuco. Janeiro / Dezembro, 1983.
- *Jornal *Construir, voz dos trabalhadores*. Recife, Pernambuco. Ação Operária Católica. Janeiro / Dezembro, 1983.
- *Jornal *SEM TERRA*. Editado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Porto Alegre. Janeiro/Dezembro, 1983.
- *Jornal *Favelão*. Favela do Vidigal, Rio de Janeiro. Agosto, 1983.
- *Jornal *O mensageiro do Vidigal*, RJ. Fevereiro, 1982.
- *Jornal *do Guará*. Brasília, Maio, 1983.
- * Jornal *Luta Sindical*. Abril. 1983.

* Órgão Informativo do *Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu*. Nº 23. Outubro, 1980.

* *Resenha* Nº 42 Ano II, São Paulo, 18 de abril de 1983.

Imprensa empresarial

* *Folha de São Paulo*. São Paulo, Edições 1981/1983. (diversos)

* Revista *VEJA*: Edições Abril/Agosto 1983.

* *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Janeiro/Dezembro, 1978/1983.

* *Memória Rede Globo*: <http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/seca-nordeste/calamidade.htm> Acessado em 30/10/2016

* Rede Globo de Televisão, *Programa Fantástico*, Junho/Agosto, 1983.

* *Última Hora*, Rio de Janeiro, Janeiro/Dezembro, 1983.

Organizações

CEPES/UFU. Instituto de Economia /Universidade Federal de Uberlândia. Cesta básica (ração essencial) 1983/2012. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CB.pdf> Acessado em 30/10/2016

CPT – CEPAC – IBASE *Genocídio do Nordeste*. Ed. Hucitec. 1983.

CUT - *Carta ao Presidente*. IN: *Jornal Central Única dos Trabalhadores (CUT)*. Setembro, 1983. P.15.

IPEA . **Brasil / Taxas de pobreza / Extrema pobreza. (1976-2014)** <http://www.ipeadata.gov.br/>

ONU – *Declaração Universal dos Direitos humanos*. (1948)

ONU - *Declaração Univeral Sobre a Erradicação da Fome e Má Nutrição*. Adotada em 16 de Novembro de 1974 pela Conferência Mundial sobre a Alimentação convocada nos termos da resolução 3180 (XXVIII) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1973. Endossada pela resolução 3348 (XXIX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1974;

Igreja / CNBB

CNBB. *Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil*. Edições Paulinas. 1984.

CNBB. Boletim Semanal Núm. 30, Brasília, 25 de Julho de 1985.

CNBB. *Pão para quem tem fome*. Boletim Informativo Campanha da Fraternidade, Brasília, 1985.

CNBB. *Igreja e Problemas da Terra*. Brasília, Fevereiro, 1980.

CNBB. Pronunciamentos da CNBB, coletânea 1986. Brasília, Novembro, 1986.

CNBB. *Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Ed. Paulinas. 1984.

CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1985, p.5.

João XXIII. *Encíclica Mater Et Magistra*. Roma, Vaticano, 1961.

Documentos do executivo e legislativo

Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Comissões e Subcomissões. Câmara dos Deputados. Brasília. 1987/1988

* Anuário Estatístico 1980. IBGE. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf Acessado em 30/10/2016

- . *Biblioteca da Presidência da República. Discurso oficial presidencial, 1983;1986; (Diversos).
- *CPI da Fome. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas e conseqüências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda no Brasil. Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília. Suplemento ao número 173, 4 de Dezembro de 1982.
- *Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília.1981/1983
- * DUTRA, Gaspar. *O Plano SALTE*. Mensagem N. 196 de 10 de Maio de 1948. Departamento Administrativo do Serviço público. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1950.
- * Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef) 1974-1975. IBGE. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=endef Acessado em 30/10/2016
- * Plano Nacional de Amostra por Domicílios, IBGE. 1974/1978/ 1982.
- * I Plano nacional de Desenvolvimento da Nova República - 1986-89. Apresentação. In: Lei 7. 486 de 6 de junho de 1986. Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1886 a 1989, e dá outras providências.